



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 791

Quinta-feira - 28 de Julho de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Biguaçu.....	19
Braço do Trombudo.....	23
Caçador.....	24
Campo Alegre.....	27
Campos Novos.....	36
Canoinhas.....	37
Chapadão do Lageado.....	38
Concórdia.....	50
Cordilheira Alta.....	53
Coronel Martins.....	60
Corupá.....	60
Curitibanos.....	62
Eral Velho.....	62
Forquilha.....	62
Fraiburgo.....	65
Garopaba.....	66
Gaspar.....	68
Governador Celso Ramos.....	68
Guaramirim.....	68
Imbituba.....	72
Irineópolis.....	73
Itapoá.....	77
Joaçaba.....	78
Lauro Muller.....	104
Lindóia do Sul.....	104
Massaranduba.....	106
Meleiro.....	107
Nova Trento.....	107
Novo Horizonte.....	109
Paial.....	109
Pinheiro Preto.....	109
Porto Belo.....	110
Porto União.....	111
Rio do Sul.....	162
Salto Veloso.....	163
São Lourenço do Oeste.....	166
São Pedro de Alcântara.....	167
Schroeder.....	169
Timbó.....	172
Tunápolis.....	173
Turvo.....	187
Videira.....	187

Consórcios

ARIS.....	223
-----------	-----

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 126/2011

PORTARIA Nº126/2011 de 01 de Abril de 2011.

"EXONERAR FUNCIONÁRIO DE CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA A PEDIDO".

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98.

RESOLVE:

Artigo 1º Exonerar do cargo de Agente de Saúde a funcionária contratada Marília Lins da Silva a pedido a partir desta data conforme requerimento anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Abril de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI.

Prefeita

EDNA DE FÁTIMA LEMOS V.BISSANI

Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 127/2011

PORTARIA Nº127/2011 de 01 de Abril de 2011.

"EXONERAR FUNCIONÁRIO DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98.

RESOLVE:

Artigo 1º Exonerar do cargo de provimento em comissão de Diretor do CEA Evandro Carlos Zanatto conforme requerimento anexo, retornando ao cargo de origem de professor de Educação Física 40 horas.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 69/2011 e demais disposições em

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Abril de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI.
Prefeita

EDNA DE FÁTIMA LEMOS V.BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 128/2011

PORTARIA Nº 128/2011 de 01 de Abril de 2011.
"NOMEIA DIRETOR DO CEA - NUCLEO DE EDUCAÇÃO DE ADULTO DO MUNICIPIO DE AGUA DOCE".

Nelci Fátima Trento Bortolini ,prefeita do Municipal de Água Doce, SC , no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 78 da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Nomear para o cargo de Diretor do Núcleo de Educação de Adulto senhora Giovana Rosa Sari Maccagnan brasileiro (a), casada, Portador CPF nº636.186.569.04 , a mesma receberá uma gratificação conforme lei complementar nº 59/2009 artigo 9 conforme valor especificado no anexo IV desta lei.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Abril de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita

EDNA DE F.LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 129/2011

PORTARIA Nº 129/2011 - DE 01 DE ABRIL DE 2011
"DESIGNA SERVIDORES PARA ASSINAR CHEQUES E MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso VIII do art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores públicos municipais EDIONE BALESTRIN FIOREZE e CRSITIANO SAVARIS DA SILVA para assinar cheques e qualquer movimentação bancária das contas adiantamentos nº 9.343-2 e nº 9.342-4 do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de abril de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Portaria 130/2011

PORTARIA Nº 130/2011 07 DE ABRIL de 2011.
"DA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini,prefeita do Municipal de Água Doce, SC , no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo a Anderson Alves Justino brasileiro (a), casado, Portador CPF nº216.005.768.18 para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo 40 horas semanais, conforme Edital de concurso público nº. 014/2009, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de Abril de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita

EDNA DE F.LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 131/2011

PORTARIA Nº 131/2011 07 DE ABRIL de 2011.
"DA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini,prefeita do Municipal de Água Doce, SC , no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo Marília Lins da Silva brasileiro (a), casado, Portador CPF nº046.084.809.79 para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo 40 horas semanais, conforme Edital de concurso público nº. 014/2009, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de Abril de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita

EDNA DE F.LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 133/2011

PORTARIA Nº133/2011 de 07 de Abril de 2011.

"CONCEDE LICENÇA E HORÁRIO ESPECIAL A FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTUDANTE QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder conforme artigo 64 do Estatuto do servidor Público licença e horário especial ao estudante e funcionário Kárin Ane Corso, devido a incompatibilidade de horário escolar e a repartição, sem prejuízo do exercício do cargo e remuneração, para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário na repartição, conforme planilha anexa.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de Abril de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 134/2011

PORTARIA Nº134/2011 de 07 de Abril de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Joeci dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Operador de máquina, no período de 01/04/2011 a 30/04/2011, férias referente ao ano de 09/10.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 07 de Abril 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 135/2011

PORTARIA Nº 135/2011 13 DE ABRIL de 2011.

"DA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA"

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo André Link brasileiro (a), casado, Portador CPF nº 710.425.809.44 para exercer o cargo

de Professor de História 6 a 9 série 20 horas semanais, conforme Edital de concurso público nº. 01/2010, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 13 de Abril de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA DE F. LEMOS VIEIRA BISSANI

Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 136/2011

PORTARIA Nº 136/2011 13 DE ABRIL de 2011.

"DA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA"

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo Pedro Valdecir Moreira, brasileiro (a), casado, Portador CPF nº 022.596.019.28 para exercer o cargo de Operador de máquina 40 horas semanais, conforme Edital de concurso público nº. 01/2010, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 13 de Abril de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA DE F. LEMOS VIEIRA BISSANI

Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 137/2011

PORTARIA Nº 137/2011 13 DE ABRIL de 2011.

"DA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA"

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo Eder Ferreira dos Santos, brasileiro (a), casado, Portador CPF nº 038.547.839.90 para exercer o cargo de Operador de máquina 40 horas semanais,

conforme Edital de concurso público nº. 01/2010, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 13 de Abril de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA DE F. LEMOS VIEIRA BISSANI

Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 138/2011

PORTARIA Nº138/2011 de 13 de Abril de 2011.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder licença sem vencimento pelo período de 02 anos ao funcionário(a) Juliana Neres, ocupante do cargo efetivo de Telefonista no período de 11/04/2011 a 11/04/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 13 de Abril 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 139/2011

PORTARIA Nº139/2011 de 13 de Abril de 2011.

“EXONERAR FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA A PEDIDO.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98.

RESOLVE:

Artigo 1º Exonerar a pedido o funcionário Edson Prestes Pereira do cargo efetivo de Professor efetivo conforme requerimento anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 13 de Abril de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI.

Prefeita

EDNA DE FÁTIMA LEMOS V.BISSANI

Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 140/2011

PORTARIA Nº140/2011 de 13 de Abril de 2011.

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Hilario Bartz, ocupante do cargo efetivo de auxiliar de mecânico, no período de 11/04/2011 a 10/05/2011, férias referente ao ano de 09/10.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 13 de Abril 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 142/2011

PORTARIA Nº142/2011 de 18 de Abril de 2011.

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Cristiano Savaris da Silva ocupante do cargo efetivo de Escrivão, no período de 18/04/2011 a 17/05/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 18 de Abril 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 143/2011

PORTARIA Nº. 143/2011 - DE 18 DE ABRIL DE 2011

“SUBSTITUI TEMPORARIAMENTE SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso VIII do art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR, em virtude de férias do titular, o servidor CRISTIANO SAVARIS DA SILVA por MARIA TEREZA MAACCAGNAN para assinar cheques e qualquer movimentação bancária das contas adiantamentos nº 9.343-2 e nº 9.342-4 do Fundo Municipal de Saúde, durante o período de 18.04.2011 a 17.05.2011.

Art. 2º. Ficam mantidos os demais membros para cumprimento das suas atribuições pelo prazo legal.

Art. 3º. Expirado o prazo voltará a titular ao referido encargo.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito durante o período de substituição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce-SC, 18 de abril de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita

Portaria 144/2011

PORTARIA Nº 144/2011 - DE 20 DE ABRIL DE 2011
"NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO".

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI,
Prefeita de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 24 da MP 339 de 28/12/06 e Lei Municipal nº 1.529 de 27/03/2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros abaixo relacionados para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB:

- Representantes do Poder Executivo Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Titular: TÂNIA CARON DOS SANTOS
Suplente: MARIA TEREZA MACAGNAN

Titular: ZELAINE PELICIONI
Suplente: MARINÊS CASAGRANDE TONIAL

- Representante dos Professores da Educação Básica Pública Municipal
Titular: MARIVETE TOIGO AMBRÓSIO
Suplente: KÁREN PADILHA KLOTZ

- Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais
Titular: GIOVANA ROSA SARI MACAGNAN
Suplente: ANGELA RAQUEL LUCIETTI ROSSA

- Representante dos Servidores Técnicos - Administrativo das Escolas Públicas Municipais
Titular: EVANDRO CARLOS ZANATTO
Suplente: CLÁUDIA ELIZABET FÁVERO BOCCALON

- Representante de Pais de Alunos da Educação Básica Pública Municipal
Titular: VERA LÚCIA TONIAL
Suplente: CAROLINE DIANA DOS SANTOS MOCELIN

Titular: NEUSA SOSNOSKI
Suplente: MARIA ELENIR PATUSSI

- Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública Municipal
Titular: CAMILA CORRÊA
Suplente: ANTONIO EDIR DE LARA RIBAS

Titular: ALMIR FRANCISCO DOS SANTOS
Suplente: ROSE APARECIDA PASINI DOS SANTOS

- Representante do Conselho Municipal de Educação
Titular: GISSELI BREZOLIN GHIDORSI
Suplente: ELISABETE SALVADOR HEBERLE

- Representante do Conselho Tutelar
Titular: LUIZ ISAC AMBRÓSIO
Suplente: CLAUDETE APARECIDA LOPES PINTO

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a portaria nº 102/2009.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de abril de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita

Portaria 145/2011

PORTARIA Nº 145/2011 - DE 28 DE ABRIL DE 2011
"CEDE PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina; no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

ART. 1º: Determinar que os veículos, ônibus placa MIU 8581, microônibus - placa MID 7108, microônibus - placa MBS 4285 e Kombi - placa MGP 0209, usados no transporte escolar, ficarão a disposição do Fundo Municipal de Assistência Social, no dia 30 de abril de 2011 para transporte da 3ª Idade das comunidades do interior para Encontro na comunidade de Santa Catarina - Município de Água Doce - SC.

ART. 2º: As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

ART. 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de abril de 2011
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Portaria 146/2011

PORTARIA Nº146/2011 de 02 de Maio de 2011.
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Roberta Maria Rampazzo, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, no período de 02/05/2011 a 31/05/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Maio de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

Portaria 147/2011

PORTARIA Nº147/2011 de 02 de Maio de 2011.

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Lucimar Peruzzo ocupante do cargo comissão de Diretor do Departamento de Saúde , no período de 02/05/2011 a 31/05/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Maio de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

Portaria 148/2011

PORTARIA Nº148/2011 de 02 de Maio de 2011.

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Claudio de Oliveira ocupante do cargo efetivo de auxiliar de serviços Gerais , no período de 02/05/2011 a 31/05/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Maio de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

Portaria 149/2011

PORTARIA Nº149/2011 de 03 de Maio de 2011.

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Natalino Viera ocupante do cargo efetivo de Motorista , no período de 03/05/2011 a

01/06/2011, férias referente ao ano de 09/10.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 03 de Maio de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

Portaria 150/2011

PORTARIA Nº150/2011 de 03 de Maio de 2011.

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Vilson Verona ocupante do cargo de Secretario da Agricultura , no período de 03/05/2011 a 23/05/2011, férias referente ao ano de 09/10.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 03 de Maio de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

Portaria 151/2011

PORTARIA Nº151/2011 de 03 de Maio de 2011.

“DEMITE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98.

RESOLVE:

Artigo 1º Demitir a funcionária Marlene Aparecida dos Passos Batista contratada por tempo determinado no cargo de Técnica de Enfermagem do Programa Saúde da Família.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de Maio de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI.

Prefeita

EDNA DE FÁTIMA LEMOS V.BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 152/2011

PORTARIA Nº152/2011 de 03 de Maio de 2011.
"DESISTENCIAS DE CONCURSO PÚBLICO."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Do-ce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do Teste Seletivo de Rosane Salete An-solin referente ao cargo de Agente de Saúde convocado em 26/04/2011 conforme requeri-mento anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 03 de Maio 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita.

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

Portaria 153/2011

PORTARIA Nº153/2011 de 03 de Maio de 2011.
"DESISTENCIAS DE CONCURSO PÚBLICO."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Do-ce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do Teste seletivo de Paula Mendes refe-rente ao cargo de Professor de 5 a 8 série Português/ Inglês convocada em 26/04/2011 con-forme requerimento anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 03 de Maio 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita.

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

Portaria 154/2011

PORTARIA Nº154/2011 de 03 de Maio de 2011.
"DEMITE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98.

RESOLVE:

Artigo 1º Demitir a funcionária Juliana Alves de Mello contratada por tempo determinado..

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de Maio de 2011.
NELCI FATIMA TRENTA BORTOLINI.
Prefeita

EDNA DE FÁTIMA LEMOS V.BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 155/2011

PORTARIA Nº155/2011 de 03 de Maio de 2011.
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Edna de Fátima lemos Vieira Bissani, ocupante do cargo efetivo de Digitador , no período de 04/05/2011 a 14/05/2011, férias referente ao ano de 08/09.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 03 de Maio de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

Portaria 156/2011

PORTARIA nº156/2011 de 04 de Maio de 2011.
"SUBSTITUI TEMPORARIAMENTE SERVIDOR QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini Prefeita do Município de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 95 inciso II alínea a da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Substituir, temporariamente a servidora Edna Fátima Lemos Vieira Bissani, por Marilucy Sare Kusman, na função de Presidente do Fundo Municipal de Assistência - SIMA, no período de 04/05/2011 a 14/05/2011.

Artigo 2º Expirado o prazo voltará a titular ao referido encargo.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de Maio de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI.
Prefeita do Município de Água Doce.

Portaria 157/2011

PORTARIA Nº 157/2011 - DE 06 DE MAIO DE 2011
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce-SC, no uso de suas atribuições legais:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações-JARI:

PRESIDENTE NOMEADO PELO CHEFE DO EXECUTIVO

I - VALDOMIRO ANGELO SARI, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF sob o n. 168.110.709-00, portador da CI n. 291.822, com endereço à Rua Nereu Ramos, 02, centro, em Água Doce-SC, portador de diploma de Curso Superior em Tecnologia do Empreendimento;

- Suplente CLAUDETE APARECIDA DE ASSIS, brasileira, solteira, servidora pública municipal, portadora do RG nº 11/R - 2633196 e da CNH nº 04671174770, residente e domiciliada na Rua Getúlio Vargas, s/nº, Bairro São José, Água Doce-SC.

REPRESENTANTE INDICADO PELA DIRETORIA MUN. DE TRÂNSITO

II - ZELAINE APARECIDA PELICIELLI, brasileira, solteira, servidora pública municipal, inscrita no CPF sob o nº 560.164.929-49 e portadora do RG nº 11/R 1.881.862, residente e domiciliada na Rua Anita Garibaldi, nº 50 centro, Água Doce-SC;

- Suplente ELEANDRO ROBERTO BRUSTOLIN, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF n. 737.458.399-00, portador da CI n. 2637961, com endereço na Praça João Macagnan, 322, centro, em Água Doce-SC.

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE

III - FELIPE COMPIANI, brasileiro, solteiro, do comércio, inscrito no CPF sob o n. 037.424.249-63, portador da CI n. 3563.047, com endereço na Rua Herciliópolis, 77, centro, em Água Doce-SC, portador de Diploma de Curso Superior em Administração;

- Suplente REGINALDO TONIAL, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o n. 710.425.129-49, portador da CI n. 2.142.774, com endereço na Av. Independência, 1627, centro em Água Doce-SC, portador de Diploma de Conclusão do Ensino Médio.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria n. 127/2008 de 28 de outubro de 2008.

Água Doce-SC, 06 de maio de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita

Portaria 158/2011

PORTARIA Nº 158/2011 - DE 16 DE MAIO DE 2011

"RETIFICAÇÕES DE PORTARIAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina; no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

ART. 1º: Retificar as Portarias nº 090/2011 -091/2011 -092/2011 -093/2011 -094/2011 -095/2011- 096/2011- 097/2011- 099/2011 -101/2011 -102/2011

-103/2011 -104/2011-105/2011 - 106/2011 - 107/2011 - 108/2011 - 109/2011 -110/2011- 111/2011-112/2011 - 113/2011 - 114/2011 publicada no mural público no dia 01/04/2011 a 07/04/2011 e no Diário dos Municípios no dia 04 de Abril de 2011.

Onde se lê: Dar provimento em caráter efetivo conforme edital de concurso público nº 001/2011.

Leia-se: Dar provimento em caráter efetivo conforme edital do concurso público 001/2010.

ART. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de Maio de 2011

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI.

Prefeita Municipal

ÉDNA DE FÁTIMA L.VIEIRA BISSANI

Diretor do Dpto Recursos Humanos

Portaria 159/2011

PORTARIA Nº 159/2011 16 DE MAIO de 2011.

"DA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo Karine Nornberg Mendes brasileira (a), solteira, Portador CPF nº 053.580.549.79 para exercer o cargo de Professor de Educação Física 40 horas semanais, conforme Edital de concurso público nº. 01/2010, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de Maio de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA DE F.LEMOS VIEIRA BISSANI

Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 160/2011

PORTARIA Nº 160/2011 16 DE MAIO de 2011.

"DA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo Javier Fonseca dos Santos brasileiro (a), casado, Portador CPF nº973. 928.129.04 para exercer o cargo de Operador de máquina Pesada 40 horas semanais, conforme Edital de concurso público nº. 01/2010, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data 09/05/2011,

revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura de Água Doce, 16 de Maio de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA DE F.LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 161/2011

PORTARIA Nº 161/2011 16 DE MAIO de 2011.
"DA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo Juliana Terezinha da Silva Alves de Mello, solteira, Portador CPF nº055.701.099.35 para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo 40 horas semanais, conforme Edital de concurso público nº. 14/2009, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data 10/05/2011, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura de Água Doce, 16 de Maio de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA DE F.LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 162/2011

PORTARIA Nº 162/2011 17 DE MAIO de 2011.
"DA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo Naimo Balestrin, brasileiro, casado, Portador CPF nº050.626.799.74 para exercer o cargo de Professor de Educação Física 40 horas semanais, conforme Edital de concurso público nº. 01/2010, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data 17/05/2011, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura de Água Doce, 17 de Maio de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA DE F.LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 163/2011

PORTARIA Nº 163/2011 - DE 26 DE MAIO DE 2011
"CEDE PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina; no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

ART. 1º: Determinar que os veículos, ônibus MIU 8581, microônibus - placa MEP 9312, microônibus - placa MBS 4285, microônibus placa MID 7108, Kombi placa MGP 0209 e Kombi - placa MEQ 6795, usados no transporte escolar, ficarão a disposição do Fundo Municipal de Assistência Social, no dia 28 de maio de 2011 para transporte da 3ª Idade das comunidades do interior para Encontro na comunidade de Zona Nova - Município de Água Doce - SC.

ART. 2º: As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

ART. 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de maio de 2011
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Portaria 164/2011

PORTARIA Nº164/2011 de 01 de Junho de 2011.
"DEMITE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98.

RESOLVE:

Artigo 1º Demitir a pedido a funcionária Marcia Neckler Pereira, contratada por tempo determinado no cargo de Agente de Saúde conforme seu aviso prévio anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Junho de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA DE FÁTIMA LEMOS V.BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 165/2011

PORTARIA Nº165/2011 de 01 de Junho de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Elias Viacelli ocupante do cargo de Secretário da Saúde e Promoção Social, no período de 01/06/2011 a 30/06/2011, férias referente ao ano de 09/10.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Junho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 166/2011

PORTARIA Nº166/2011 de 01 de Junho de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Evarista Bernadete Trento ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo em Serviços da Saúde, no período de 01/06/2011 a 30/06/2011, férias referente ao ano de 09/10.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Junho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 167/2011

PORTARIA Nº167/2011 de 01 de Junho de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Jucelane Soares de Lima ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, no período de 01/06/2011 a 30/06/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Junho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 168/2011

PORTARIA Nº168/2011 de 01 de Junho de 2011.

"SUBSTITUI TEMPORARIAMENTE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

Nelci Fátima Trento Bortolini Prefeita do Município de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 95 inciso II alínea a da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Substituir, temporariamente o Servidor Público Elias Viacelli, por Belmir Dotta na função de Secretário da Saúde e Promoção Social, no período de 01/06/2011 a 30/06/2011.

Artigo 2º Expirado o prazo voltará a titular ao referido encargo.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de Junho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI.

Prefeita do Município de Água Doce.

Portaria 169/2011

PORTARIA Nº169/2011 de 01 de Junho de 2011.

"EXONERA FUNCIONÁRIO DE CARGO EM COMISSÃO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98.

RESOLVE:

Artigo 1º Exonera a pedido do cargo em comissão de Presidente da Comissão de Esporte, Mauro Balestrin a partir de 09/05/2011.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Junho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI.

Prefeita

EDNA DE FÁTIMA LEMOS V.BISSANI

Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 170/2011

PORTARIA Nº170/2011 de 01 de Junho de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Gilvani Barp ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Defesa Civil no período de 01/06/2011 a 30/06/2011, férias referente ao ano de 09/10.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Junho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 171/2011

PORTARIA Nº 171/2011 - DE 01 DE JUNHO DE 2011

"NOMEIA COMISSÃO PARA ORGANIZAÇÃO DOS FESTEJOS DO MUNICÍPIO"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as seguintes pessoas para fazerem parte da Comissão de Organização dos Festejos do Município no exercício de 2011:

Presidente: ELISETE AGUIAR VIEIRA BALESTRIN

Vice-presidente: GIOVANI LUIZ BRANDALISE

1º Tesoureira: TÂNIA CARON DOS SANTOS

2º Tesoureira: RUDIMAR BERGOSSA

Secretária: ZELAINE PELICIELLI

Membros: VILSON VERONA

ELIAS VIECELI

GIOVANA ROSA SARI MACAGNAN

JOEL ROQUE PIAIA

KÁRIN ANE CORSO

NILZE MARIA BALESTRIN SARI

MARJORIE JEANE SETTI DE OLIVEIRA

CLAUDETE SIGNORI

JAMES FRANCISCO BEAL

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de junho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

Portaria 172/2011

PORTARIA Nº172/2011 de 06 de Junho de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Luiz Dalla Valle ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Serviços Gerais no período de 06/06/2011 a 05/07/2011, férias referente ao ano de 09/10.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente

portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 06 de Junho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 173/2011

PORTARIA Nº173/2011 de 07 de Junho de 2011.

"EXONERA FUNCIONÁRIO DE CARGO EFETIVO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98.

RESOLVE:

Artigo 1º Exonera a pedido do cargo EFETIVO DE MERENDEIRA A Senhora Maria Alice Kochem, conforme seu requerimento anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de Junho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI.

Prefeita

EDNA DE FÁTIMA LEMOS V.BISSANI

Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 174/2011

PORTARIA Nº 174/2011 - DE 10 DE JUNHO DE 2011

"NOMEIA 1/3 DOS MEMBROS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 781/92, alterada pela Lei nº 1.011/97 - Parágrafo Quinto,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear 1/3 dos membros para integrar o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Representando a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Doce:

- Titular: SALETE ZARPELON PARENTI

- Suplente: NILZA MÁRCIA DOS SANTOS

Representando a Associação de Pais e Professores do CEDUP - Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva:

- Titular: ADICIR ZANATA

- Suplente: ROSILEI BUENO DE FARIAS

Representando a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Ruth Lebarbechon:

- Titular: ADRIANA MINATI SARI

- Suplente: LUIZ RIBEIRO DA FONSECA

Representando a Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Municipal Frei Silvano:

- Titular: JAMES FRANCISCO BEAL
- Suplente: JULIANE MACAGNAN DA SILVA

Representando a Associação de Pais e Professores do Núcleo de Educação Infantil Estrelinha Azul:

- Titular: RAQUEL HEBERLE
- Suplente: MARIA LUIZA LUCHESE PIAIA

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de junho de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Portaria 175/2011

PORTARIA Nº175/2011 de 07 de Junho de 2011.

"CONCEDE 1/3 FÉRIAS e 10 DIAS DE ABONO PECUNIÁRIO A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder 1/3 férias e conversão de 10 dias de abono pecuniário de férias ao funcionário (a) Tania Caron dos Santos ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Licitações férias referente ao ano de 09/10 ficando 20 dias que serão usufruídos em outro período.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 07 de Junho de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

Portaria 176/2011

PORTARIA Nº176/2011 de 17 de Junho de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias e 1/3 ao Secretário de Indústria Comércio e Urbanismo, o Senhor Giovani Brandalise no período de 14/06/2011 a 13/07/2011 férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 17 de Junho de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita

Portaria 177/2011

PORTARIA nº 177/2011 de 17 Junho de 2011.

"SUBSTITUI TEMPORARIAMENTE SERVIDOR QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini Prefeita do Município de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 95 inciso II alínea a da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Substituir, temporariamente o Servidor Público Giovanni Brandalise, por Laerte Afonso Verona na função de Secretário da Indústria Comércio e Urbanismo, no período de 15/06/2011 a 14/07/2011, fica suspensa a portaria nº 73/2011 até data de 14/07/2011.

Artigo 2º Expirado o prazo voltará o titular ao referido encargo.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de Junho de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI.
Prefeita do Município de Água Doce.

Portaria 178/2011

PORTARIA Nº 178/2011 - DE 17 DE JUNHO DE 2011

"CEDE PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina; no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

ART. 1º: Determinar que os veículos, microônibus - placa MEP 9312, microônibus - placa MBS 4285, Kombi placa MGP 0209 e Kombi - placa MEP 2843, usados no transporte escolar, ficarão a disposição do Fundo Municipal de Assistência Social, no dia 19 de junho de 2011 para transporte da 3ª Idade das comunidades do interior para Encontro no Sertanejo Esporte Clube no Município de Água Doce - SC.

ART. 2º: As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

ART. 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de junho de 2011
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Portaria 179/2011

PORTARIA Nº179/2011 de 21 de Junho de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias e 1/3 ao Funcionário Israel Cristiano de Oliveira da Secretaria Indústria Comércio e Urbanismo, no período de 21/06/2011 a 20/07/2011 férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento

Municipal.
Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 21 de Junho de 2011.
NELCI TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA DE FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor do Departamento de Rec.Humanos

Portaria 180/2011

PORTARIA Nº180/2011 de 21 de Junho de 2011.
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias e 1/3 ao Funcionário Nilse Sari Balestrin da Secretaria da Saúde e Promoção Social e promoção Social ref ao ano de 08/09.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 21 de Junho de 2011.
NELCI TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA DE FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor do Departamento de Rec.Humanos

Portaria 181/2011

PORTARIA Nº181/2011 de 30 de Junho de 2011.
"EXONERA FUNCIONÁRIO DE CARGO EFETIVO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98.

RESOLVE:

Artigo 1º Exonera devido a aposentadoria a Senhora Ivonete Libra Totti Zagonel do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais conforme documento Previdência Social anexo.

Art2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.
Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de Junho de 2011.
NELCI FATIMA TRENTTO BORTOLINI.
Prefeita

EDNA DE FÁTIMA LEMOS V.BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 182/2011

PORTARIA Nº182/2011 de 04 de Julho de 2011.
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do

Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Daniela Dresch ocupante do cargo efetivo de Psicóloga , no período de 04/07/2011 a 02/08/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 04 de Julho de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

Portaria 183/2011

PORTARIA Nº183/2011 de 04 de Julho de 2011.
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Ariela Augustim ocupante do cargo efetivo de Odontologa , no período de 04/07/2011 a 02/08/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 04 de Julho de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

Portaria 184/2011

PORTARIA Nº184/2011 de 04 de Julho de 2011.
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Iria Godinho ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Consultório Odontológico , no período de 04/07/2011 a 02/08/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 04 de Julho de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

Portaria 185/2011

PORTARIA Nº185/2011 de 04 de Julho de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Rosemeri Fachim ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo em Serviços de Saúde, no período de 04/07/2011 a 02/08/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 04 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 186/2011

PORTARIA Nº186/2011 de 04 de Julho de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Lorilei Valvarengi Gandini ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, no período de 04/07/2011 a 02/08/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 04 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 187/2011

PORTARIA Nº 187/2011 05 DE JULHO de 2011.

"DA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo Amelia Eger Ribeiro brasileiro (a), casado, Portador CPF nº794.259.339.87 para exercer o cargo de Merendeira 40 horas semanais, conforme Edital de concurso público nº. 14/2009, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício e aprovação

especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura de Água Doce, 05 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA DE F. LEMOS VIEIRA BISSANI

Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 188/2011

PORTARIA Nº188/2011 de 05 de Julho de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Dahir Putton ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 04/07/2011 a 02/08/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 05 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 189/2011

PORTARIA Nº189/2011 de 04 de Julho de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Dalci Ap. de Souza ocupante do cargo efetivo de Motorista, no período de 01/07/2011 a 30/07/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 04 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 190/2011

PORTARIA Nº190/2011 de 05 de Julho de 2011.

"NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES DO MUNICIPIO FUNCIONARIO PÚBLICO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 subseção II

RESOLVE:

Artigo 1º Nomear para o cargo em comissão de Diretor do departamento de Transportes Alcides Lampert, casado, portador do Cpf nº 103.720.329.15 a partir desta data.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 05 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI.

Prefeita Diretor

EDNA DE FÁTIMA LEMOS V.BISSANI

Dpto Recursos Humanos.

Portaria 191/2011

PORTARIA N. 191/2011, de 08 de Julho de 2011.

"NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma do artigo 116 e seguintes da Lei Complementar nº 15/1999,

RESOLVE

CONSTITUIR Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurar responsabilidade e possível imposição de penalidade disciplinar ao servidor CLAUDIO DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o nº 021.150.239-19, face a prática da conduta prevista no artigo 99, VII, da Lei Complementar nº 15/1999, narrada no Boletim de Ocorrência Policial nº 243/2011, assim composta:

- MARIA HELENA LUCIETTI, Assessora de Comunicação Social e Imprensa - Presidente
- ZELAINE APARECIDA PELICIELLI, Administradora Escolar
- ARI AGOSTINHO MENDES, motorista.

A comissão terá o prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) para conclusão do presente processo.

Em virtude da natureza da conduta ilícita alegada e para que não haja influência na apuração das irregularidades, fica determinado o afastamento preventivo do servidor processado pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, na forma do artigo 115, da Lei Complementar nº 015/1999.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

Portaria 192/2011

PORTARIA Nº192/2011 de 08 de Julho de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Pedro Valdecir Moreira ocupante do cargo efetivo de Operador de máquina, no período de 04/07/2011 a 02/08/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 08 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 193/2011

PORTARIA Nº 193/2011 15 DE JULHO de 2011.

"DA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo Isabel Cristina Mendes Tonal brasileiro (a), casado, Portador CPF nº065. 143.419.00 para exercer o cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza 40 horas semanais, conforme Edital de concurso público nº. 14/2009, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura de Água Doce, 15 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA DE F. LEMOS VIEIRA BISSANI

Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 194/2011

PORTARIA Nº194/2011 de 15 de Julho de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Belmir Dotta ocupante do cargo efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária, no período de 15/07/2011 a 14/08/2011 férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 15 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 195/2011

PORTARIA Nº195/2011 de 15 de Julho de 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Gilson de Oliveira ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 15/07/2011 a 14/08/2011 férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 15 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 196/2011

PORTARIA Nº196/2011 de 15 de Julho de 2011.

"CONCEDE ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO A FUNCIONARIO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto artigo 72 incisos VIII da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Art 1º Conceder a funcionária Maria Helena Lucietti adicional de escolaridade em nível de especialização conforme lei complementar n 58/2009 artigo 112 e 113, conforme requerimento e certificado anexo.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/06/2011 revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 15 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

EDNA F.L.V BISSANI

Diretor Rec. Humanos

Portaria 197/2011

PORTARIA Nº197/2011 de 15 de Julho de 2011.

"CONCEDE ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO A FUNCIONARIO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto artigo 72 incisos VIII da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Art 1º Conceder a funcionária Maria Teresa Maccagnan o segundo adicional de escolaridade em nível de especialização conforme lei complementar n 58/2009 artigo 112 e 113, conforme requerimento e certificado anexo.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/06/2011 revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 15 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

EDNA F.L.V BISSANI

Diretor Rec. Humanos

Portaria 198/2011

PORTARIA Nº198/2011 de 15 de Julho de 2011.

"CONCEDE ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO A FUNCIONARIO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto artigo 72 incisos VIII da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Art 1º Conceder a funcionária Wanessa Paula Spagnol o segundo adicional de escolaridade em nível de especialização conforme lei complementar n 58/2009 artigo 112 e 113, conforme requerimento e certificado anexo.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/06/2011 revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 15 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

EDNA F.L.V BISSANI

Diretor Rec. Humanos

Portaria 199/2011

PORTARIA Nº 199/2011 e 15 JULHO DE 2011.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita de Água Doce, SC no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 95 inciso II alínea A da lei orgânica do Município e lei complementar 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder licença maternidade de 120 dias a funcionária Eleonora Beal Cec-conello a partir de 27/06/2011 a 24/10/2011, conforme atestado médico anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de Julho de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

ÉDNA DE F. LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor. Dpto Rec. Humanos.

Portaria 200/2011

PORTARIA Nº 200/2011 15 DE JULHO de 2011.
"ALTERA CARGA HORÁRIA DE FUNCIONÁRIO QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais, e lei complementar 070/2011 de 12 de Julho de 2011.

RESOLVE:

Artigo 1º Alterar a carga horária de 40 horas para 20 horas semanais e conforme lei complementar 070/2011 do Servidor público Dieison Ramos Glasenapp, nomeado pela portaria n 074/2011 de 23 de março de 2011, como também seu nível de vencimentos que passará para CE-17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de Julho de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA DE F. LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 201/2011

PORTARIA Nº 201/2011 15 DE JULHO 2011.
"DESIGNA SERVIDOR PUBLICO EFETIVO QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais, e lei complementar 070/2011 de 12 de Julho de 2011.

RESOLVE:

Artigo 1º Designar o Servidor publico Dieison Ramos Glasenapp, Engenheiro Civil nomeado pela portaria n 074/2011 de 23 de março de 2011, como responsável técnico 20 horas semanais membro do quadro técnico perante o CREA-SC Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA DE F. LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 202/2011

PORTARIA Nº202/2011 de 18 de Julho de 2011.
"EXONERAR AGENTE POLÍTICO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98.

RESOLVE:

Artigo 1º Exonerar a pedido o Agente Político Giovanni Luiz Brandalise do cargo de Secretario de Indústria Comércio e Urbanismo conforme requerimento anexo.

Art2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal. Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de Julho de 2011.
NELCI FATIMA TRENTTO BORTOLINI.
Prefeita

EDNA DE FÁTIMA LEMOS V.BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 203/2011

PORTARIA Nº203/2011 de 18 de Julho de 2011.
"NOMEIA AGENTE POLÍTICO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98.

RESOLVE:

Art 1º. Nomear para o cargo de Secretario de Indústria Comércio e Urbanismo o Senhor Laerte Afonso Verona, brasileiro casado portador CPF nº 534.271.909.78.

Art 2º. O nomeado exercerá as atribuições e prerrogativas inerentes ao cargo e perceberá os subsídios na forma da lei ordinária nº1670/2008 de 19/06/2008

Art 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Art 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de Julho de 2011.
NELCI FATIMA TRENTTO BORTOLINI.
Prefeita

EDNA DE FÁTIMA LEMOS V.BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Portaria 204/2011

PORTARIA Nº 204/2011 de 18 de Julho de 2011.
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de

suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias e 1/3 ao Funcionário Nilse Sari Balestrin da Secretaria da Saúde e Promoção Social e promoção Social ref. ao ano de 09/10.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 18 de Julho de 2011.

NELCI TRENTA BORTOLINI

Prefeita.

EDNA DE FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI

Diretor do Departamento de Rec.Humano

Portaria 205/2011

PORTARIA Nº205 DE 18 DE JULHO DE 2011.

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder 10 dias de férias ao funcionário Joel Roque Piaia ,ocupante do cargo em comissão de Diretor do departamento de Tributação e fiscalização ,dias que tinha em haver conforme portaria 52/10 de 23/03/2010 no período de 15/07/2011 a 25/07/2011.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 18 de Julho 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Portaria 206/2011

PORTARIA Nº206/2011 de 18 de Julho de 2011.

“CONCEDE ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO A FUNCIONARIO QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto artigo 72 incisos VIII da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Art 1º Conceder a funcionária Joseli Aparecida dos Santos Moura Rosa Trento o segundo adicional de escolaridade em nível de especialização conforme lei complementar n 58/2009 artigo 112 e 113, conforme requerimento e certificado anexo.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 18 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

EDNA F.L.V BISSANI

Diretor Rec. Humanos

Portaria 207/2011

PORTARIA Nº207/2011 de 18 de Julho de 2011.

“CONCEDE ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO A FUNCIONARIO QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto artigo 72 incisos VIII da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Art 1º Conceder a funcionária Glaucia Regina Varaschin segundo adicional de escolaridade em nível de especialização conforme lei complementar n 58/2009 artigo 112 e 113, conforme requerimento e certificado anexo.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 18 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

EDNA F.L.V BISSANI

Diretor Rec. Humanos

Portaria 208/2011

PORTARIA Nº208/2011 de 18 de Julho de 2011.

“CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE A FUNCIONARIO QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto artigo 72 incisos VIII da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Art 1º Conceder a funcionária Ivete Marcante Gaio adicional de escolaridade em nível de ensino médio conforme lei complementar n 58/2009 artigo 112 e 113, conforme requerimento e certificado anexo.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 18 de Julho de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

EDNA F.L.V BISSANI

Diretor Rec. Humanos

Portaria 209/2011

PORTARIA Nº209/2011 DE 18 de JULHO DE 2011.

“CONCEDE ADICIONAL POR CURSOS ESPECIFICOS NA ARÉA DE ATUAÇÃO PARA OS FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce, SC , no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 da Lei complementar nº 058/2009 Artigo 114 e demais normas legais,

RESOLVE:

Art 1º Conceder adicional por cursos de aperfeiçoamento pela

realização de cursos específicos na área de atuação a funcionários que menciona, conforme certificados anexos.

- Juarez Tonial 4%
- Nilson Lins 4%
- Valderlea Aparecida Prestes Pereira 2%
- Berenice Zanchetta 6%
- Anderson Paulo Pavelski 14%
- Wanessa Paula Spagnol 6%
- Glaucia Varaschin 2%
- Rosa Maria Cordeiro 2%
- Jussara Karpasak 4%
- Evarista Trento 6%
- Gilvani Barp 12%
- Joseli Aparecida S.M.R.Trento 8%
- Claudete de Assis 2%
- Nilvo Pelegrini 4%
- Leila Mendes 2%

Art 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 18 de Julho de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI.
Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor Dpto Recursos H

Portaria 210/2011

PORTARIA Nº210/2011 de 18 de Julho de 2011.
"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A FUNCIONARIO EFETIVO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto artigo 72 incisos VIII da lei orgânica do Município e lei complementar 058/2009 artigo 117 inciso 1,2 e demais normas legais,

RESOLVE:

Art 1º Conceder ao funcionário Anderson Paulo Pavelski, ocupante do cargo efetivo de motorista função gratificada de motorista de transporte escolar atendendo nos turnos matutino vespertino e noturno, conforme artigo 117 da lei complementar 058/2009 artigo 117 inciso 1 e 2 valores conforme quadro de provimento efetivo anexo IV da referida lei, autorizado conforme CI nº 010/2011 de 15 de julho de 2011.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 18 de Julho de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

EDNA F.L.V BISSANI
Diretor Rec. Humanos

Portaria 141/2011

PORTARIA Nº141/2011 de 18 de Abril de 2011.
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Antonio de Oliveira,

ocupante do cargo efetivo de auxiliar de serviços Gerais, no período de 18/04/2011 a 17/05/2011, férias referente ao ano de 09/10. Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 18 de Abril 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

Portaria 132/2011

PORTARIA Nº 132/2011 07 DE ABRIL de 2011.
"DA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo Claiton Luiz de Souza Pinto brasileiro (a), casado, Portador CPF nº 973.955.609.49 para exercer o cargo de Professor de Matemática 6 a 9 série 30 horas semanais, conforme Edital de concurso público nº. 014/2009, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeito a partir de 05 de Abril, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura de Água Doce, 07 de Abril de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA DE F. LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Biguaçu

PREFEITURA

Publicação do Contrato Nº 10.136/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10.136/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: CREMER S/A

Valor: R\$ 2.951,00 (dois mil e novecentos e cinquenta e um reais) de acordo com o PE 084/2011-FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.137/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10.137/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.

Valor: R\$11.352,30 (onze mil e trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos) de acordo com o PE 084/2011-FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.138/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10. 138/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: GILMED SUL COMÉRCIO DE MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.

Valor: R\$3.920,00 (três mil e novecentos e vinte reais) de acordo com o PE 084/2011-FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.139/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10. 139/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado:HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$1.177,00 (hum mil e cento e setenta e sete reais) de acordo com o PE 084/2011-FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.140/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10.140/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: LA DALLA PORTA JUNIOR

Valor: R\$1.050,00 (hum mil e cinquenta reais) de acordo com o PE 084/2011- FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.141/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10. 141/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: MEDICSTOCK COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$8.569,80 (oito mil e quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos) de acordo com o PE 084/2011- FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.142/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10. 142/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Valor: : R\$: 11.983,55 (onze mil e novecentos e oitenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) de acordo com o PE 084/2011- FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.143/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10. 143/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: PRODUVALE E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$393,90 (trezentos e noventa e três reais e noventa centavos) de acordo com o PE 084/2011- FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.144/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10. 144/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: RM HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$3.979,25 (três mil e novecentos e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos) de acordo com o PE 084/2011- FMS
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.145/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10.145/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$183,90 (cento e oitenta e três reais e noventa centavos) de acordo com o PE 084/2011- FMS
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.146/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10.146/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: TECNOART COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Valor: R\$ 21.321,00 (vinte e um mil e trezentos e vinte e um reais) de acordo com o PE 084/2011- FMS
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.147/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10.147/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 7.888,00 (sete mil e oitocentos e oitenta e oito reais) de acordo com o PE 084/2011- FMS
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº10.134/2011- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.134/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$: 5.512,38 (cinco mil e quinhentos e doze reais e trinta e oito centavos) de acordo com o PE 084/2011-FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº10.135/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10. 135/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$: 5.438,00 (cinco mil e quatrocentos e trinta e oito reais) de acordo com o PE 084/2011-FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

Decreto Nº 116/2011

DECRETO Nº 116/2011 DE: 25 DE JULHO DE 2011.
RETIFICA O ART. 1º DO DECRETO N. 090/2011, NOS TERMOS DAS DETERMINAÇÕES CONTIDA NO PROCEDIMENTO DE AUDIÊNCIA INSTAURADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA NO PROCESSO APE 10/00604982 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e diante do contido no procedimento de Audiência instaurado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no Processo APE 10/00604982,

RESOLVE:

Art.1º O art. 1º do Decreto nº 090/2010, passa a vigorar nos seguintes termos:

"O art. 2º do Decreto nº 068 de 30 de junho de 2008 fica retificado nos seguintes termos:

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição da República, correspondente a 57,60% (cinquenta e sete virgula sessenta por cento), de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo definida pela Lei federal nº 10887/04, perfazendo o total de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais), que serão pagos mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.'

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a contar de 30/06/2008 (data da efetiva implantação do benefício).

Art. 3º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, 25 de julho de 2011.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em exercício

Reg. publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Aviso de Pregão Presencial 095/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2011- FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de coffee- break para cursos e eventos da secretaria municipal da saúde de Biguaçu.

DATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: 10/08/2011 às 14:30 horas, horário de Brasília- DF.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Setor de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a apresentação de um CD ou Pen-drive, ou no endereço eletrônico: www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3243-1040.

Biguaçu, 26 de Julho de 2011.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Aviso de Pregão Presencial 14/2011-FMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 14/2011-FMA

OBJETO: contratação de empresa prestadora de serviço de transporte de passageiros para uso dos produtores rurais e técnicos da Secretaria de Agricultura Desenvolvimento Rural e Aquicultura. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 11/08/2011 às 16:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 26 de julho de 2011.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial 163/2011-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 163/2011-PMB

OBJETO: aquisição de materiais, ferramentas e equipamentos para a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Data da abertura da documentação e proposta de preços: 10/08/2011 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor

de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 26 de julho de 2011.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial 165/2011-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 165/2011-PMB

OBJETO: aquisição de sistema de recepção de TV via satélite para atender as necessidades da videoteca da Secretaria de Educação do Município de Biguaçu.

Data da abertura da documentação e proposta de preços: 10/08/2011 às 16:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 26 de julho de 2011.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 13/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2011

Número do Registro de Preços: 13/2011		Data do Registro: 28/04/2011		Válido até: 28/04/2012			
Objeto da Compra:		Serviços de transportes para deslocamento de atletas e outros.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif
1	Serviços de transporte de alunos com necessidades especiais, tipo do veículo Van (mínimo de 15 passageiros) ótimo estado de conservação comprovado por laudo de inspeção de segurança veicular expedido por órgão competente. (8117)	KM	L. GODE & CIA LTDA (8075)		0	2,2900	
			COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	2,3000	
2	Serviços de transporte eventual, sendo eles (Comemoração Dia da criança, 7 de Setembro e outros eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação, tipo do veículo ônibus com capacidade mínima de 45 passageiros, ótimo estado de conservação comprovado por laudo de inspeção de segurança veicular expedido pelo órgão competente. (8118)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	2,2900	
			L. GODE & CIA LTDA (8075)		0	2,3000	
3	Serviços de transportes para deslocamento de atletas do Departamento de Esportes, quando da participação em competições esportivas, tipo do veículo micro ônibus com capacidade mínima de 25 passageiros, bagageiro, ótimo estado de conservação comprovado por laudo de inspeção de segurança veicular expedido por órgão competente. (8119)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	2,2900	
			L. GODE & CIA LTDA (8075)		0	2,3000	
4	Serviço de transporte eventual para agricultores, piscicultores e outros para realização de reuniões e palestras sobre a agricultura, tipo do veículo micro ônibus com capacidade mínima de 25 passageiros, ótimo estado de conservação comprovado por laudo de inspeção de segurança veicular expedido por órgão competente. (8120)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	2,2900	
			L. GODE & CIA LTDA (8075)		0	2,3000	
5	Serviços de transporte eventual festividades realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer, tipo do veículo ônibus com capacidade mínima de 45 passageiros, ótimo estado de conservação comprovado por laudo de inspeção de segurança veicular expedido por órgão competente. (8121)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	2,2900	
			L. GODE & CIA LTDA (8075)		0	2,3000	

BRACO DO TROMBUDO , 28 de Abril de 2011.

Portaria 106/2011

PORTARIA 106/2011

Nildo Melmestet, Prefeito em Exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que o 4º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", será realizado no dia 29 de julho de 2011, às 16:30h, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 27 de julho de 2011.

NILDO MELMESTET
Prefeito em Exercício

Caçador

PREFEITURA

**Aviso de Alteração do Edital e Prorrogação de Prazo
PR 15-2011 SAÚDE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ALTERAÇÃO DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

EDITAL: Pregão Presencial nº 15/2011 - FMS

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS E SUPLEMENTOS PARA DIETAS.

ALTERAÇÕES:

Item 04: lata com 900 gramas

Item 05: lata com 900 gramas

Leia-se:

Item 04: lata com 800 gramas

Item 05: lata com 800 gramas

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 09/08/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 09/08/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 26 de Julho de 2011.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 20.798

PORTARIA nº 20.798, de 08 de julho de 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados em diversas Secretarias, o pagamento do serviço

extraordinário, horas extras, prestados durante o mês de julho de 2011, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas
5065	Adão Ortiz de Goes	48
2507	Adão Ribeiro de Camargo	10
1964	Adelar Geraldo Piran	60
599	Ademir Novaes dos Santos	58
10131	Adriana M. Van Passel	50
1207	Aldair Ferreira da Luz	20
1836	Aldecir Barp	60
7987	Alessandro Gonçalves	83
1928	Alex Moraes dos Santos	60
7739	Aline Gomes Delafavera	60
10048	Aloir F. de Almeida	30
10947	Altamiro Figueroa	46
1453	Alvaro de Castro	32,10
	Anderson Goes	10
3382	Anderson José de Oliveira	30
	Andre Luan Matos	10
8626	Angela Knaebel	20
3282	Angelo Edair Fantin	18
224	Antonio Amadeu da Luz	40
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	08
1003	Antonio Medeiros de Oliveira	40
2634	Argemiro Zotto	40
9594	Azael Edson dos Santos	04
7974	Candice Goltz	25
9691	Carlos Arruda Wagner	21
10179	Carlos Alberto Machado	20
10794	Carlos Alberto Filipiaski	04
	Carlos Finger	30
361	Carlos Soares	30
10387	Caroline Semke Moraes	26
8731	César Velasques	49
888	José Osni Batista	36.5
1793	Cicero Brasil Moreira	60
8413	Claudete Bento Corrente	28
286	Claudio Sobieski	25
10297	Claudio Sônego	08
10345	Cleusa Aparecida Ferreira da Luz	10
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	23
20	Daniel Cruz da Silva	08
10773	Daniele Zinim	07
08	Darci Alves	35
764	Darci Pires de Camargo	20
	Davi Ribeiro	20
19	Davi Rodrigues Rocha	32
8613	Deise Heine	56
364	Delma Dri Ficagna	54
8481	Dineia Padilha Cordeiro	30
1303	Dioclécio Alves de Moura	13
7993	Diogo Borges Barbosa	23
2503	Dorival Gonçalves Soares	20
296	Edemilson José Fernandes	30
2027	Edézio Recalcatti	60
2496	Edilson João Massucatto	20
10766	Edina Lopes	22
10467	Edna Domingues	10
1301	Edson Iaroch	58
7991	Eduardo Bittencourt	05
9350	Eliane Carlin Navroski	28
21	Elias de Oliveira	12

10768	Elisangela Borges	11
	Eloir Souza Santos	10
830	Eloir do Carmo Antunes	60
3745	Erenilda Americano	14
563	Euclides Alves Mello	60
1278	Eurico Antonio de Oliveira	58
7740	Eunice Linhares Fleck	05
8334	Eveline Semke Moraes	09
9200	Fábio de Lima Garcia	30
10437	Fábio José Cordeiro	46
4081	Fátima R. Damaceno	60
9694	Franciele Ribeiro	60
8318	Geovani Lipka	25
1276	Geraldo Moraes da Silva	22
9597	Gerson José Teles de Souza	60
2508	Gilberto Rodrigues Ribeiro	24
10488	Gilmar Gonçalves	60
8052	Graziela Lea Galina	19.30
3411	Gustavo Alves Weber	06
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	70
2492	Ilto Adão Ferreira	52
8416	Iraci Lopes	24
1023	Iraci Seben	27
352	Iracilda Cristaldo	42
1439	Isaac Alves de Mello	20
10949	Iseline do Vale	31
11002	Ivanir Heckler	30
1391	Ivanir Pagotto	20
7707	Ivanir Weber	19
10758	Ivo Osmar Machado	25
3409	Ivonei Antonio Pavelski	54
10256	Ivonete Furtado	35
11146	Izaías Ribeiro	30
2491	Jandir Antunes de Oliveira	20
	Jenifer P. da Silva	60+
		60 (junho)
408	Joacir Antunes de Oliveira	58
10050	João Antonio dos Santos	60
1121	João Gonçalves	25
1279	João José Prado	30
1347	João Maria Hornenburg	20
18	Jocelim G. de Freitas	51
1405	Jorge Luiz Antunes Oliveira	45
8551	Jorge Luiz Trindade	59
2501	José Adelir Soares	04
1242	José Aldo Moraes	20
9201	José Augusto Prado	80
970	José de Mattos	40
668	José Ferreira	20
	José Luis Furlin	60 +
		60 (junho)
1145	José Luiz de Carvalho	60
1444	José Scheffmacher	20
198	José Valdir Peretti	45
1457	José Vilmar Miranda	20
881	José Volni Arruda Palhano	59
8338	Julio Cesar Giroletta	06
	Julio Cesar Machado	20
3174	Julio Petrikowski	30
11103	Julio Recalcatti	10
674	Juventino R. dos Passos	60
10831	Katia Possamai	28
	Lenise Heizmann	32
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	26

7992	Loemir Engel Lopes	02
405	Luciano Coluzi	59
8339	Luciara Garcez Coelho	20
	Luiz Carlos Nica	20
9598	Luiz Wanderley Durek	04
7824	Maicon Sgarbossa	60
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	06
10104	Marcelo José Alves de Andrade	32
3852	Marcia Araujo Matias	50
1214	Marcio Bassani	60
1033	Marcio Ernani Teles de Oliveira	08
10474	Marcio Gonçalves Cordeiro	40
14	Marcio Silveira Pinto	57
15	Marcos Antonio dos Santos	57
17	Maria Aparecida de Lima	30
9393	Maria Helena Magalhães	50
10258	Maria Joaquina Eccel	60
3273	Maria Stela Cavichioli	33
9615	Marilene de Lima Fagundes	40
	Mario Silva Medeiros	32
10816	Marjuri S. Bon	30
7676	Marlene Ribeiro	28
791	Maury Carlos Casagrande	03
	Milton Gomes Ribeiro	35
9693	Moacir Cardoso	30
6647	Mônica Senn	22
8331	Monica Witiuk	60
10504	Nelson Borges Tibes	32
8400	Nelson F. da Silva	60
1515	Nely Fátima Alves Campos	20
1846	Neri F. da Silva Junior	30
3436	Neri Vargas Cardoso	04
546	Nery Guerin	60
9487	Nilson José Godinho	32
396	Nilton Antonio Vieira	30
1827	Odair Santana	60
9599	Odair Donizete Kuss	60
2650	Odney Leite	60
569	Oracides Pires de Camargo	20
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	20
855	Osvaldir Schaphauser	20
1446	Otacílio de Jesus Amaral	20
1002	Otávio Aluisio Sehnen	20
10505	Oziel Alves de Oliveira	20
10099	Paulo Voleinik	28
11026	Pedro Neotti	5.30
210	Pedro Pino Garcia	45
8479	Rejane Serafini	45
10961	Renata Cristina da Silva	35
10102	Rosameri Coluzzi	52
	Roseli Ap. Gribinski	40
16	Rudinei Goes	59
9493	Salette Aparecida Adamio	10
918	Samuel Flores Alves	30
9277	Sandra Ap. Correa	20
10895	Sandra Mara Amadori Nunes	27.45
1720	Sandro José Neres da Rocha	59
7746	Santina Piacentini	60
9600	Thiago Augusto Duarte	04
10218	Silvia Linhares Martello	40
7671	Francieli Antunes de Macedo	25
10496	Gerusa Belo	27
7827	Sandra Aparecida Sicka Rodrigues	23

3437	Sayonara Gallina	16.30
1264	Sebastião Moraes	58
2648	Seleme Scolaro	60
10928	Serly de Goes dos Santos	30
4134	Silvana Simone Adiers	30
9197	Simone Ap. Correa Machado	07
9464	Solange Vieira da Silva	40
135	Sueli Bueno	60
11072	Taisa Pelentier de Oliveira	06
10064	Vagner Andreatto da Silva	32
1849	Valdeci de Alvarenga	32
749	Valdecir José da Silva	60
123	Valdemar de Lima Ribeiro	20
1328	Valmir de Prado Geraldo	40
11061	Valmir Richter	47
609	Valsir Gribinski	40
2521	Vanderlei Alves	20
1179	Vilma Jarschel	55
2497	Vilmar Goes	57
1535	Vimar Dobner	60
10484	Vinicius Alexandre Soares	04
10296	Viviane Domingos M. Vosgrau	20
842	Wilson Ribeiro dos Santos	52
3418	Zenita Aparecida de Moreira	30

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de julho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 20.824

PORTARIA nº 20.824, de 15 de julho de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados em diversas Secretarias Municipais, o pagamento do adicional noturno, prestados durante o mês de julho de 2011, especificando: código, nome e nº de horas prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº Horas
1964	Adelar Geraldo Piran	18.50
1836	Aldecir Barp	33.36
1928	Alex Moraes dos Santos	15.56
8626	Angela Knaebel	144
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	105
9594	Azael Edson dos Santos	50
10794	Carlos Alberto Filipiaski	55
10300	Carlos Venancio dos Santos	120
1793	Cicero Brasil Moreira	35.25
10297	Claudio Sônego	02
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	04
1303	Dioclécio Alves de Moura	110
7993	Diogo Borges Barbosa	04

2027	Edézio Recalcatti	38.06
7991	Eduardo Bittencourt	04
830	Eloir do Carmo Antunes	120
8334	Eveline Semke Moraes	03
9200	Fábio de Lima Garcia	130
4081	Fátima Damaceno	40
8336	Fernando Sinhorin	100
1276	Geraldo Moraes da Silva	110
9597	Gerson José Teles de Souza	120
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	02
1347	João Maria Hornenburg	144
1242	José Aldo Moraes	144
9201	José Augusto Prado	02
668	José Ferreira	144
1444	José Scheffmacher	144
1457	José Vilmar Miranda	144
8338	Julio Cesar Giroletta	06
7992	Loemir Engel Lopes	04
8339	Luciara Garcez Coelho	01
9598	Luiz Wanderley Durek	46
10104	Marcelo José Alves de Andrade	01
1214	Marcio Bassani	20.15
546	Nery Guerin	18.00
9599	Odair Donizete Kuss	120
1827	Odair Santana	39.25
2650	Odiney Leite	24.06
569	Oracides Pires de Camargo	144
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	144
8333	Priscila Aparecida da Luz	04
7746	Santina Piacentini	112
9600	Thiago Augusto Duarte	54
749	Valdecir José da Silva	28.22
1535	Vimar Dobner	35.15
10296	Viviane Domingos M. Vosgrau	144

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de julho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 20.841

PORTARIA Nº 20.841, de 15 de julho de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação, referência, carga horária, motivo da contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H.	Motivo da contratação	Período da Contratação
Délio Borges	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	Fundema	01	44	v.v. Valdir dos Santos - licença prêmio	19/07/11 a 18/10/11
Luiz Carlos Nica	Auxiliar Serviços Gerais	003	01	44	Falta servidores concursados	01/07/11 a 31/12/11
Milton Tibes de Lima	Motorista	003	10	44	Falta servidores concursados	15/07/11 a 31/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de julho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 20.849

PORTARIA Nº 20.849, de 18 de julho de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, mais o previsto na Lei Complementar 198, de 23/02/11, que dispõe sobre a execução do Programa Centro de Atenção Psicossocial - CAPS II, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, a cidadã, a seguir relacionada, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação, referência, carga horária, motivo da contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H.	Motivo da contratação	Período da Contratação
Cíntia Caroline Orlandini Cardoso	Terapeuta Ocupacional CAPS II	006	36	35	Até realização processo seletivo	01/07/11 a 31/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de julho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 20.850

PORTARIA Nº 20.850, de 18 de julho de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, mais o previsto na Lei Complementar nº 199, de 23/02/11, que implanta no âmbito do Município de Caçador o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, o cidadão, a seguir

relacionado, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação, referência, carga horária, motivo da contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H.	Motivo da contratação	Período da Contratação
Amur Otávio Soares	Professor Ed. Física	008	1.3A	40	Programa Pró-Jovem do CRAS Norte	11/07/11 a 31/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de julho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 8.314 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.314 DE 25 DE JULHO DE 2011

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal 006/02, em seus Artigos 117 e 126-B, alterado e incluído respectivamente pela Lei Complementar Municipal nº 082 de 21 de Julho de 2011; RESOLVE:

Art.1º) Designar o Servidor Público Municipal, Sr. RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, ocupante do cargo de Médico II, Matrícula Funcional nº 000549, Registro no Sistema sob nº 954656, para exercer a Responsabilidade Técnico por atividades Médicas e autorizações do SUS, a partir desta data.

Art.2º) Além das disposições de que tratam o caput do Artigo 1º desta Portaria, compete ainda, ao Servidor na condição de Responsável Técnico o cumprimento das atribuições previstas no § 1º e seus Incisos do Artigo 126-B da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

Art.3º) Pela designação de que trata esta Portaria o servidor perceberá mensalmente o valor equivalente ao FG-1 no valor de R\$ 1.026,81 (um mil, vinte e seis reais, oitenta e um centavos).

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21 de julho de 2011.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 29 de junho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.315 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.315 DE 25 DE JULHO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Agente Operacional I - Motorista - JOSÉ ODENIR ALVES FRANCO, Matrícula Funcional nº 000266, Registro no Sistema sob nº 314960, referente ao período aquisitivo 19 de junho de 2010 a 18 de junho de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 à 03 de agosto de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.316 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.316 DE 25 DE JULHO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Agente Operacional III - MARCOS ENGLER, Matrícula Funcional nº 000374, Registro no Sistema sob nº 722140, referente aos períodos aquisitivos: 01 de setembro de 2008 à 31 de agosto de 2009; 01 de setembro de 2009 a 31 de agosto de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2009 a 31 de agosto de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 01 de agosto de 2011 à 30 de agosto de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.317 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.317 DE 25 DE JULHO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 21 (vinte e um) dias de férias ao Motorista - DANIEL MARINO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000528, Registro no Sistema sob nº 954631, referente aos períodos aquisitivos: 03 de março de 2008 à 31 de dezembro de 2008; 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 01 de agosto de 2011 à 20 de agosto de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.318 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.318 DE 25 DE JULHO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Um Terço de Férias ao Motorista - DANIEL MARINO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000528, Registro no Sistema sob nº 954631, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.319 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.319 DE 25 DE JULHO DE 2011
AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Um Terço de Férias a Técnica de Enfermagem - ANGELA SOFIA PIEKARSKI DE FRANÇA, Matrícula Funcional nº 000450, Registro no Sistema sob nº 954447, referente ao período aquisitivo 10 de maio de 2010 a 10 de maio de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.320 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.320 DE 25 DE JULHO DE 2011
AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Um Terço de Férias ao Agente Operacional I - ANTONIO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000561, Registro no Sistema sob nº 954682, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2010 a 02 de julho de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho

de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.321 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.321 DE 25 DE JULHO DE 2011
AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Um Terço de Férias ao Agente Operacional III - MARCOS ENGLER, Matrícula Funcional nº 000374, Registro no Sistema sob nº 722140, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2009 a 31 de agosto de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.322 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.322 DE 25 DE JULHO DE 2011
AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Um Terço de Férias ao Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente - SÉRGIO DA COSTA, Matrícula Funcional nº 000449, Registro no Sistema sob nº 954399, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2009 a 31 de outubro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho

de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.323 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.323 DE 25 DE JULHO DE 2011
AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Um Terço de Férias ao Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente - SOLANGE GARCIA, Matrícula Funcional nº 000439, Registro no Sistema sob nº 954333, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.324 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.324 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - JOICE LINZMEYER, Matrícula Funcional nº 000469, Registro no Sistema sob nº 954475, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 a 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.325 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.325 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - LEILA DE CÁSSIA MUNHOZ LARGURA, Matrícula Funcional nº 0169, Registro no Sistema sob nº 293301, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2010 a 15 de março de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 a 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.326 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.326 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 02 (zero dois) dias de férias a Professora I - LUCEMAR SCHMANSKY PASDA, Matrícula Funcional nº 000200, Registro no Sistema sob nº 307400, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2010 a 28 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 à 26 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.327 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.327 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - LUZIA KOBUS LEAL, Matrícula Funcional nº 000397, Registro no Sistema sob nº 954249, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 à 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.328 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.328 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - MARILDA SCHADECK, Matrícula Funcional nº 000140, Registro no Sistema sob nº 197000, referente ao período aquisitivo 15 de julho de 2010 a 14 de julho de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 à 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.329 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.329 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER, Matrícula Funcional nº 000107, Registro no Sistema sob nº 102190, referente ao período aquisitivo 13 de março de 2010 a 12 de março de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 à 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.330 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.330 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - ROSANE VIEIRA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000066, Registro no Sistema sob nº 104130, referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2009 a 30 de junho de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 a 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.331 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.331 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLÊZ, Matrícula Funcional nº 000143, Registro no Sistema sob nº 104210, referente ao período aquisitivo 16 de setembro de 2010 a 15 de setembro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 a 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.332 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.332 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - SANDRA APARECIDA ANDRADE DE LIMA, Matrícula Funcional nº 277, Registro no Sistema sob nº 315690, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 a 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.333 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.333 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, Matrícula Funcional nº 000542, Registro no Sistema sob nº 954648, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 a 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.334 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.334 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - SILVIA SCHMANSKI BLASKOVSKI, Matrícula Funcional nº 000513, Registro no Sistema sob nº 954609, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 à 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.335 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.335 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - SIRLEI MARIA KUJASKY MALCHOVSKI, Matrícula Funcional nº 000159, Registro no Sistema sob nº 299040, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2010 a 28 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 à 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.336 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.336 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - VERONICA WOJCIECHOSKI, Matrícula Funcional nº 000171, Registro no Sistema sob nº 299800, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2010 a 15 de março de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 à 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.337 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.337 DE 25 DE JULHO DE 2011
ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 2º DA PORTARIA Nº 8.287 DE 19 DE JULHO DE 2011.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 2º da Portaria nº 8.287 de 19 de julho de 2011, a qual passa a ter a seguinte redação:

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 20 de julho de 2011 à 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de Julho de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.338 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.338 DE 25 DE JULHO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - ANA MARIA KOBUS AUGUSTIN, Matrícula Funcional nº 000526, Registro no Sistema sob nº 954626, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 à 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.339 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.339 DE 25 DE JULHO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Professor II - Educação Física, ANTONIO MAURI CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000564, Registro no Sistema sob nº 954694, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 25 de julho de

2011 à 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.340 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.340 DE 25 DE JULHO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - BERNADETE TERESINHA SCHUTA ODIA, Matrícula Funcional nº 000427, Registro no Sistema sob nº 954287, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 à 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.341 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.341 DE 25 DE JULHO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora IV

- Inglês, BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL, Matrícula Funcional nº 000475, Registro no Sistema sob nº 954481, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 à 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.342 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.342 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - CECÍLIA MARLENE SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 0158, Registro no Sistema sob nº 185600, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2010 a 28 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 à 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.343 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.343 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - CIRILA TELMA DRANKA, Matrícula Funcional nº 0152, Registro no Sistema sob nº 180501, referente ao período aquisitivo 19 de fevereiro de 2010 a 18 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 à 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.344 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.344 DE 25 DE JULHO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I - DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS, Matrícula Funcional nº 000015, Registro no Sistema sob nº 740400, referente ao período aquisitivo 15 de agosto de 2010 a 14 de agosto de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 à 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.345 de 25 de Julho de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.345 DE 25 DE JULHO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Professora I -ELIANE BAUM, Matrícula Funcional nº 000090, Registro no Sistema sob nº 272000, referente ao período aquisitivo 18 de fevereiro de 2010 a 17 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2011 á 29 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/07/2011

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.324 de 15/07/2011

DECRETO Nº 6.324 DE 15/07/2011

REGULAMENTA A LEI Nº 3.660/2011

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA, no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil) na rubrica constante no Art. 1º, da Lei nº 3.660/2011.

Art. 2º - Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no Art. 1º, serão utilizados os seguintes recursos provenientes de anulação parcial nas dotações orçamentárias constante do Art. 2º da referida Lei.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 15 de julho de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.660 de 15/07/2011

LEI Nº 3.660 DE 15/07/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) na rubrica abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 11 - FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

PROJ/ATIV. 2.041 - Manutenção do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

7-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 57.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados os seguintes recursos provenientes de anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal do Desenvolvimento Agropecuário:

ÓRGÃO: 11 - FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

PROJ/ATIV. 1.049 - Concessão de empréstimos e financiamentos através do Fdo. Agrop.

6-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

PROJ/ATIV. 4.042 - Promoções de Feiras, Exposições e Eventos Agropecuários

11-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.650, de 27/06/2011.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada em 15 de julho de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão 35_11 Aquisição de veículo

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2011

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 11/08/2011 às 14:30 horas, na Sala de Reuniões de Prefeitura Municipal, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE UM VEICULO ZERO QUILOMETRO DE FABRICAÇÃO NACIONAL, CARROCERIA SEDAN, COM 4 (QUATRO) PORTAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, que está temporariamente funcionando nas dependências do Salão Paroquial, na Rua São João Batista, Praça Lauro Muller no horário das 13:00 às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 28 de julho de 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Editais de Pregão Presencial n.º 54/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 118/2011
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 54/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, fará realizar no dia 10/08/2011, às 15h30min, a abertura das propostas para aquisição de equipamentos diversos destinados ao Barracão de Reciclagem. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Editais de Tomada de Preços n.º FME 03/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FME 11/2011
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º FME 03/2011

A Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 03.914.543/0001-02, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15 de agosto de 2011, às 10h15min, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada para execução de obra relativa a construção de paredes e afins em um barracão pré-moldado, com estrutura em concreto para uso da cancha de bocha. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

RICARDO PEREIRA MARTIN
Presidente

Revogação do Edital de Concorrência n.º 02/2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 43/2011
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 02/2011
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a revogação por interesse público da Concorrência Pública n.º 02/2011, que tem por objeto a PERMISSÃO DE 46 (QUARENTA E SEIS) VAGAS EM 15 (QUINZE) PONTOS DE TÁXI,

SENDOS 32 (TRINTA E DUAS), DESTINADAS A PESSOAS FÍSICAS E 14 (CATORZE) À PESSOA(S) JURÍDICA(S), PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS, POR MEIO DE AUTOMÓVEL DE ALUGUEL (TÁXI), NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, fone (47) 3621 7705.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Chapadão do Lageado

CÂMARA MUNICIPAL

Relatório da LRF 1 Semestre

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC - Poder Legislativo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS	13.540,15	0,00	13.540,15
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	13.540,15	0,00	13.540,15
TOTAL (III) = (I + II)	13.540,15	0,00	13.540,15
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Relatório da LRF 1 Semestre

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 30 Jun 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	13.540,15
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	13.540,15
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	-13.540,15
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	-13.540,15

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2011 (C - A)
VALOR	-13.540,15	-13.540,15

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 30 Jun 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Relatório LRF 1 Semestre

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Semestre (b)	% (b/a)	Até o Semestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	199.120,39	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	199.120,39	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Semestre	Até o Semestre	No Semestre	Até o Semestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	425.000,00	0,00	425.000,00	199.120,39	199.120,39	199.120,39	199.120,39	46,85	225.879,61
DESPESAS CORRENTES	402.500,00	0,00	402.500,00	198.275,39	198.275,39	198.275,39	198.275,39	49,26	204.224,61
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	285.000,00	0,00	285.000,00	129.271,14	129.271,14	129.271,14	129.271,14	45,36	155.728,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	117.500,00	0,00	117.500,00	69.004,25	69.004,25	69.004,25	69.004,25	58,73	48.495,75
DESPESAS DE CAPITAL	22.500,00	0,00	22.500,00	845,00	845,00	845,00	845,00	3,76	21.655,00

Continua 1/2

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Semestre	Até o Semestre	No Semestre	Até o Semestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	425.000,00	0,00	425.000,00	199.120,39	199.120,39	199.120,39	199.120,39	46,85	225.879,61
INVESTIMENTOS	22.500,00	0,00	22.500,00	845,00	845,00	845,00	845,00	3,76	21.655,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	425.000,00	0,00	425.000,00	199.120,39	199.120,39	199.120,39	199.120,39	46,85	225.879,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	425.000,00	0,00	425.000,00	199.120,39	199.120,39	199.120,39	199.120,39	46,85	225.879,61
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	425.000,00	0,00	425.000,00	199.120,39	199.120,39	199.120,39	199.120,39	46,85	225.879,61

Relatório LRF 1 Semestre

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC - Poder Legislativo
 CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JULHO/2010 A JUNHO/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	254.740,53	0,00
Pessoal Ativo	254.740,53	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	254.740,53	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	254.740,53	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	8.799.218,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,90	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	527.953,10	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	501.555,44	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Relatório LRF 1 Semestre

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	13.540,15	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	13.540,15	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-13.540,15	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	160,52	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Relatório LRF 1 Semestre

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Semestre	Até o Semestre	No Semestre	Até o Semestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	425.000,00	425.000,00	199.120,39	199.120,39	199.120,39	199.120,39	100,00	46,85	225.879,61
Legislativa	425.000,00	425.000,00	199.120,39	199.120,39	199.120,39	199.120,39	100,00	46,85	225.879,61
Ação Legislativa	425.000,00	425.000,00	199.120,39	199.120,39	199.120,39	199.120,39	100,00	46,85	225.879,61
TOTAL (III) = (I + II)	425.000,00	425.000,00	199.120,39	199.120,39	199.120,39	199.120,39	100,00	46,85	225.879,61

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatório LRF 1 Semestre

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC - Poder Legislativo

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2011

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	254.740,53	2,90
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	527.953,10	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	501.555,44	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-13.540,15	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.935.828,03	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.407.874,93	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	615.945,28	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	0,00

Relatório LRF 1 Semestre

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Semestre	Até o Semestre
RECEITAS			
Previsão Inicial	—		0,00
Previsão Atualizada	—		0,00
Receitas Realizadas	0,00		0,00
Déficit Orçamentário	—		199.120,39
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—		0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial	—		425.000,00
Créditos Adicionais	—		0,00
Dotação Atualizada	—		425.000,00
Despesas Empenhadas	199.120,39		199.120,39
Despesas Liquidadas	199.120,39		199.120,39
Superavit Orçamentário	—		0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Semestre	Até o Semestre
Despesas Empenhadas		199.120,39	199.120,39
Despesas Liquidadas		199.120,39	199.120,39
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Semestre
Receita Corrente Líquida			0,00
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Semestre	Até o Semestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0,00		0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00		0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)
Resultado Nominal	0,00		-13.540,15
Resultado Primário	0,00		-199.120,39
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		845,00	21.655,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			2044
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		15,00	0,00

Relatório LRF 1 Semestre

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2011	Até o Semestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	402.500,00	198.275,39	198.275,39	171.886,70
Pessoal e Encargos Sociais	285.000,00	129.271,14	129.271,14	117.483,65
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	117.500,00	69.004,25	69.004,25	54.403,05
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	402.500,00	198.275,39	198.275,39	171.886,70
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	22.500,00	845,00	845,00	7.118,80
Investimentos	22.500,00	845,00	845,00	7.118,80
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	22.500,00	845,00	845,00	7.118,80
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	425.000,00	199.120,39	199.120,39	179.005,50
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-425.000,00	-199.120,39	-199.120,39	-179.005,50
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00	

CHAPADÃO DO LAGEADO, 27/07/2011

Concórdia

PREFEITURA

Extrato 1º TA Contrato Nº 165/2011 - PMC

Contrato Nº: 165/2011 1ªTA 165/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: EXECUTTA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Licitação: Convite para Obras e Serviços de Engenharia 12/2011
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.0 1000000
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.0 3000000
Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para execução de obra.
Vigência: Início: 08/07/2011 Término: 30/09/2011
Valor R\$ 1.802,13(HUM MIL E OITOCENTOS E DOIS REAIS E TREZE CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 167/2011 - PMC

Contrato Nº: 167/2011 1ªTA 167/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: LGM ELETRIFICAÇÕES LTDA
Licitação: Convite para Obras e Serviços de Engenharia 14/2011
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905199000000.0 1170000
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905199000000.0 3170000
Objeto: OBRA DE ENGENHARIA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS).
Vigência: Início: 06/07/2011 Término: 04/09/2011
Valor R\$ 3.622,86(TRES MIL E SEISCENTOS E VINTE E DOIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 233/2010 - PMC

Contrato Nº: 233/2010 1ªTA 233/2010
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: LUCIANE REGINA HEGLER LUGARINI ME
Licitação: Pregão 76/2010
Dotação: 09.001.000.0008.0122.0033.2032.333903917000000.0 1000000
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC, DOS APARELHOS CONDICIONADORES DE AR, INSTALADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO.
Vigência: Início: 12/07/2011 Término: 14/07/2012
Valor R\$ 4.998,24(QUATRO MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 185/2011 - PMC

Contrato Nº: 185/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 9/2011
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.0 1000000
Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para o fornecimento e instalação de abrigos de passageiros para pontos de parada de ônibus.
Vigência: Início: 01/07/2011 Término: 29/10/2011

Valor R\$ 39.000,89(TRINTA E NOVE MIL REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 186/2011 - PMC

Contrato Nº: 186/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: FERNANDO LUIS NAIBO & CIA LTDA EPP
Licitação: Pregão 34/2011
Dotação: 10.001.000.0023.0691.0039.2038.333903007000000.0 1000000
Objeto: AQUISIÇÃO DE BOLO E PÃES PARA AS COMEMORAÇÕES DE 77 ANOS EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVO CONFORME LEI MUNICIPAL nº 3.639 de 13/06/2005 .
Vigência: Início: 01/07/2011 Término: 31/08/2011
Valor R\$ 29.900,00(VINTE E NOVE MIL E NOVECIENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 187/2011 - PMC

Contrato Nº: 187/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Licitação: Pregão Eletrônico 11/2011
Dotação: 06.002.000.0012.0306.0015.2014.333903007000000.0 1600000
Objeto: aquisição de generos alimentícios.
Vigência: Início: 04/07/2011 Término: 01/11/2011
Valor R\$ 16.425,00(DEZESSEIS MIL E QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS)

Extrato Contrato Nº 188/2011 - PMC

Contrato Nº: 188/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: TENDÊNCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP
Licitação: Pregão 46/2011
Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905242000000.0 1000000
Objeto: AQUISICAO DE MOVEIS SOB MEDIDA, NOVOS.
Vigência: Início: 06/07/2011 Término: 04/08/2012
Valor R\$ 5.678,00(CINCO MIL E SEISCENTOS E SETENTA E OITO REAIS)

Extrato Contrato Nº 189/2011 - PMC

Contrato Nº: 189/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: INDÚSTRIA DE MÓVEIS SUNTI LTDA ME
Licitação: Pregão 46/2011
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905242000000.0 1190000
Objeto: AQUISICAO DE MOVEIS SOB MEDIDA, NOVOS.
Vigência: Início: 06/07/2011 Término: 04/08/2012
Valor R\$ 5.820,00(CINCO MIL E OITOCENTOS E VINTE REAIS)

Extrato Contrato Nº 190/2011 - PMC

Contrato Nº: 190/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: ELTON J PRETTO
Licitação: Pregão 46/2011
Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905242000000.0 1000000
Objeto: AQUISICAO DE MOVEIS SOB MEDIDA, NOVOS.
Vigência: Início: 06/07/2011 Término: 04/08/2012
Valor R\$ 25.305,00(VINTE E CINCO MIL E TREZENTOS E CINCO REAIS)

Extrato Contrato Nº 191/2011 - PMC

Contrato Nº: 191/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: DIRCEU LONGO & CIA LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 12/2011

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903013000000.01000000

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903013000000.01240000

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903099000000.01000000

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903099000000.01240000

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903905000000.01000000

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903905000000.01240000

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.344905204000000.01240000

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.344905220000000.01240000

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.344905234000000.01240000

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.344905248000000.01240000

Objeto: Aquisição de equipamentos, novos.

Vigência: Início: 11/07/2011 Término: 08/10/2012

Valor R\$ 2.685,96(DOIS MIL E SEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 192/2011 - PMC

Contrato Nº: 192/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: MOACYR AROLDO GRACA NETO & CIA LTDA ME

Licitação: Pregão Eletrônico 12/2011

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903905000000.01240000

Objeto: Aquisição de equipamentos, novos.

Vigência: Início: 11/07/2011 Término: 08/10/2012

Valor R\$ 5.530,00(CINCO MIL E QUINHENTOS E TRINTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 193/2011 - PMC

Contrato Nº: 193/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: RCM COMÉRCIO E CONSERTOS DE BALANÇAS E EQUIP. LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 12/2011

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903099000000.01000000

Objeto: Aquisição de equipamentos, novos.

Vigência: Início: 11/07/2011 Término: 08/10/2012

Valor R\$ 1.850,00(HUM MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 194/2011 - PMC

Contrato Nº: 194/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: AQUÁTICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 12/2011

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903099000000.01240000

Objeto: Aquisição de equipamentos, novos.

Vigência: Início: 11/07/2011 Término: 08/10/2012

Valor R\$ 9.600,00(NOVE MIL E SEISCENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 195/2011 - PMC

Contrato Nº: 195/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: TECNOART COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Licitação: Pregão Eletrônico 12/2011

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903013000000.01000000

Objeto: Aquisição de equipamentos, novos.

Vigência: Início: 11/07/2011 Término: 08/10/2012

Valor R\$ 77.141,68(SETENTA E SETE MIL E CENTO E QUARENTA E HUM REAIS E SESENTA E OITO CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 196/2011 - PMC

Contrato Nº: 196/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: MARTE BALANÇAS E APARELHOS DE PRECISÃO LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 12/2011

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903905000000.01240000

Objeto: Aquisição de equipamentos, novos.

Vigência: Início: 11/07/2011 Término: 08/10/2012

Valor R\$ 1.190,00(HUM MIL E CENTO E NOVENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 197/2011 - PMC

Contrato Nº: 197/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: RANCHO DA PESCA E NÁUTICA LTDA ME

Licitação: Pregão Eletrônico 12/2011

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903099000000.01240000

Objeto: Aquisição de equipamentos, novos.

Vigência: Início: 11/07/2011 Término: 08/10/2012

Valor R\$ 3.623,00(TRES MIL E SEISCENTOS E VINTE E TRES REAIS)

Extrato Contrato Nº 198/2011 - PMC

Contrato Nº: 198/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: SAMARA IMOVEIS E CONSTRUTORA LTDA

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 11/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905180000000.01190000

Objeto: elaboração de projetos e fiscalização de serviços

Vigência: Início: 11/07/2011 Término: 11/12/2011

Valor R\$ 37.457,63(TRINTA E SETE MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E SESENTA E TRES CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 199/2011 - PMC

Contrato Nº: 199/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: FK ASSESSORIA EM RECURSOS HUMANOS LTDA

Licitação: Tomada de Preço para Compras e Serviços 1/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2017.333903905000000.01010000

Objeto: Serviços Técnicos.

Vigência: Início: 11/07/2011 Término: 08/11/2011

Valor R\$ 23.661,58(VINTE E TRES MIL E SEISCENTOS E SESENTA E HUM REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 200/2011 - PMC

Contrato Nº: 200/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: LAÍS CARLA GOTTERT BALDI - ME
Licitação: Convite para Compras e Serviços 7/2011
Dotação: 04.001.000.0004.0122.0011.1002.344905251000000.0
1000000
Objeto: AQUISICAO DE MOVEIS SOB MEDIDA, NOVOS.
Vigência: Início: 11/07/2011 Término: 04/08/2012
Valor R\$ 19.930,00(DEZENOVE MIL E NOVECIENTOS E TRINTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 201/2011 - PMC

Contrato Nº: 201/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: CERTA EDITORA DE JORNAIS LTDA ME
Licitação: Pregão 42/2011
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2017.333903990000000.0
1010000
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de publicações legais e de editais.
Vigência: Início: 12/07/2011 Término: 12/07/2012
Valor R\$ 49.155,00(QUARENTA E NOVE MIL E CENTO E CINQUENTA E CINCO REAIS)

Extrato Contrato Nº 202/2011 - PMC

Contrato Nº: 202/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: EXECCUTTA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Licitação: Convite para Obras e Serviços de Engenharia 15/2011
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905107000000.0
1190000
Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para execução de obra.
Vigência: Início: 14/07/2011 Término: 11/11/2011
Valor R\$ 5.990,00(CINCO MIL E NOVECIENTOS E NOVENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 203/2011 - PMC

Contrato Nº: 203/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 16/2011
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.0
1450000
Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global, (material, mão de obra e equipamento) para execução de obra.
Vigência: Início: 14/07/2011 Término: 10/01/2012
Valor R\$ 687.913,36(SEISCENTOS E OITENTA E SETE MIL E NOVECIENTOS E TREZE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 204/2011 - PMC

Contrato Nº: 204/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: CICLO2 TECNOLOGIA LTDA
Licitação: Contrato Direto
Objeto: AQUISIÇÃO DE 378(TREZENTOS E SETENTA E OITO) LICENÇAS ANTISPAM CORPORATIVO PARA PROVER PROTEÇÃO AO SERVIDOR DE CORREIO ELETRÔNICO POR 12 (DOZE) MESES.
Vigência: Início: 14/07/2011 Término: 13/07/2012
Valor R\$ 7.560,00(SETE MIL E QUINHENTOS E SESSENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 205/2011 - PMC

Contrato Nº: 205/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: ANA MARIA NESPOLO ZANETTI ME
Licitação: Pregão 45/2011
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2015.333903926000000.0
1190000
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros em regime de fretamento
Vigência: Início: 15/07/2011 Término: 31/12/2011
Valor R\$ 28.626,72(VINTE E OITO MIL E SEISCENTOS E VINTE E SEIS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 206/2011 - PMC

Contrato Nº: 206/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: RAISA TURISMO LTDA ME
Licitação: Pregão 45/2011
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2015.333903926000000.0
1190000
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros em regime de fretamento
Vigência: Início: 15/07/2011 Término: 31/12/2011
Valor R\$ 3.596,00(TRES MIL E QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS)

Convocação para Assinatura de Contrato Dirceu Longo & Cia LTDA - PE 12/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2011 - PMC
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convoca o representante legal da empresa DIRCEU LONGO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 92.823.764/0001-03, com sede na Rua 21 de Abri, nº 51, Barão do Cotegipe, RS, 99740-000, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 15.1 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 17 do Edital.

Concórdia, SC, 27 de julho de 2011.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Convocação para Assinatura de Contrato Marte Balanças e Aparelhos de Precisão LTDA - PE 12/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2011 - PMC
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convoca o representante legal da empresa MARTE BALANÇAS E APARELHOS DE PRECISÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 60.431.715/0001-20, com sede na Avenida Francisco Ribeiro, 430, Santa Rita do Sapucaí, MG, 37.540.000, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 15.1 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 17 do Edital.

Concórdia, SC, 27 de julho de 2011.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Convocação para Assinatura de Contrato Tecnoart Comércio e Serviços LTDA ME - PE 12/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2011 - PMC
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convoca o representante legal da empresa TECNOART COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 06.973.921/0001-17, com sede na Rua Bruno Lopes, nº 9, Forquilha, São José, SC, 88106-527, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 15.1 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 17 do Edital.

Concórdia, SC, 27 de julho de 2011.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Edital de Notificação Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente a 7,5 dias de greve mês julho/2011, do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 39.807,37 (trinta e nove mil oitocentos e sete reais e trinta e sete centavos).

Concórdia SC, 26 de julho de 2011.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente a 7,5 dias de greve mês julho/2011, do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 39.807,37 (trinta e nove mil oitocentos e sete reais e trinta e sete centavos).

Concórdia SC, 26 de julho de 2011.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente a 7,5 dias de greve mês julho/2011, do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 39.807,37 (trinta e nove mil oitocentos e sete reais e trinta e sete centavos).

Concórdia SC, 26 de julho de 2011.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Convênio/SDR/ EXPO- CONCÓRDIA 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio/SDR/ EXPO- CONCÓRDIA 2011, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Concórdia SC, 25 de julho de 2011.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Extrato 020/2011 FMS

Extrato: 020/2011 - FMS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
Contratada: GAMBATTO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2011

Valor: 10.697,50 (dez mil e seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

Forma de pagamento: O pagamento se dará em até 20 dias após a emissão da nota fiscal.

Vigência: Início: 19/07/2011

Término: 18/07/2012

Objeto: Constitui objeto do presente a contratação de seguros para edificações e veículos da frota oficial do Município de Cordilheira Alta.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalia e Marcos Luciano Sabetott.

Cordilheira Alta, 19 de julho de 2011.

Extrato ADM 067/2011

Extrato: 067/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
Contratada: GAMBATTO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2011

Valor: 17.450,00 (dezesete mil e quatrocentos e cinquenta reais).
Forma de pagamento: O pagamento se dará em até 20 dias após a emissão da nota fiscal.

Vigência: Início: 19/07/2011

Término: 18/07/2012

Dotação: 2.011.3390.00 - 0 - 75/2011 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E PROJETOS DA SECRETARIA DA I 2.021.3390.00 - 0 - 53/2011 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ESPORTE DO MUNICÍPIO 2.002.3390.00 - 0 - 41/2011 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO 2.009.3390.00 - 0 - 71/2011 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E PROJETOS DA SECRETARIA DA A 2.020.3390.00 - 0 - 45/2011 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E PROJETOS DA SECR. DE ADM., 2.013.3390.00 - 1 - 21/2011 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objeto: Constitui objeto do presente a contratação de seguros para edificações e veículos da frota oficial do Município de Cordilheira Alta.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Marcos Luciano Sabedott.

Cordilheira Alta, 19 de julho de 2011.

Extrato ADM 068/2011

Extrato Aditivo: 068/2011 - ADM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Vigência: Início: 22/07/2011

Término: 30/06/2013

Objeto: Tendo por objeto, o presente Termo Aditivo, modificar as especificações do serviço prestado, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, ampliando e otimizando o Sistema de Tributário informatizado.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Ilse Cristina de Souza.

Cordilheira Alta, 22 de julho de 2011.

Notificação de Recebimento Recursos Federais 15/07/2011
Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 15/07/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		800,37
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	800,37
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	800,37
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	480,22
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	320,15

Notificação de Recebimento Recursos Federais 18/07/2011
Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 18/07/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		676,33
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	676,33
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	676,33
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	405,80
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	270,53

Notificação de Recebimento Recursos Federais 19/07/2011
Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 19/07/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		7.391,07
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	6.716,13
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.216,13
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	116,13
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	2.100,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	4.500,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	4.500,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	674,94
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	674,94
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	404,96
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	269,98

Notificação de Recebimento Recursos Federais 21/07/2011
Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 21/07/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		61.808,43
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	59.559,26
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	40.513,78
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	40.513,78
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	24.308,26
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	10.128,45
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	6.077,07
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	5.668,68
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	5.668,68
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	5.250,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	5.250,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	8.126,80
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	8.126,80
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	10.351,92
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	10.351,92
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	6.211,15
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.140,77
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-8.102,75
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-8.102,75
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-8.102,75

Notificação de Recebimento Recursos Federais 22/07/2011
Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 22/07/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		9.444,50
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	6.700,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	6.700,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	6.700,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.744,50
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.744,50
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.646,70
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.097,80

Coronel Martins

PREFEITURA

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 097

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 097

MÊS/ANO: JULHO/2011 NÚMERO CONTRATO: 097/2011

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 139.500,00 (cento e trinta e nove mil e quinhentos reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/07/2011

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento consiste na seleção de propostas para contratação de empresa para prestação de serviços de execução de "horas máquina" para corte e transporte de minério de cascalho, para cascalhamento, reabertura e conservação de estradas municipais e terraplanagem, sendo:

- 300 (trezentas) horas de caminhão trucado basculante 6x4 com capacidade mínima de 12 mt³.
- 350 (trezentas e cinquenta) horas de escavadeira hidráulica com peso mínimo de 17 toneladas.
- 150 (cento e cinquenta) horas de rolo compactador com peso mínimo de 12 toneladas.
- 300 (trezentas) horas de motoniveladora.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 11.926.142/0001-09

CONTRATADO: PIRIQUITO LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA

VENCIMENTO DO CONTRATO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato até a execução do objeto contratado, limitando-se há 31/12/2011

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 098

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 098

MÊS/ANO: JULHO/2011 NÚMERO CONTRATO: 098/2011

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 40.750,00 (quarenta mil setecentos e cinquenta reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/07/2011

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento consiste na seleção de propostas para contratação de empresa para prestação de serviços de execução de "horas máquina" para corte e transporte de minério de cascalho, para cascalhamento, reabertura e conservação de estradas municipais e terraplanagem, sendo:

- 250 (duzentas e cinquenta) horas de trator de esteira com transmissão automática, peso operacional não superior à 13.000 KG. Potência mínima de 120CV Turbo alimentado, equipado com Lâmina tipo angulação, ação Hidráulica, angulação a direita e esquerda, inclinação com Tilt, ano de fabricação não inferior a 2004.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 02.423.263/0001-39

CONTRATADO: ROLEPEÇAS PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA

VENCIMENTO DO CONTRATO: O presente contrato tem sua

vigência da data da assinatura do contrato até a execução do objeto contratado, limitando-se há 31/12/2011

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº 360/11

DECRETO Nº 360/11

REAJUSTA O VALOR DA TARIFA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, através dos artigos 10, I, V, X, artigo 66, VII, combinado com a Lei Complementar 011/09;

CONSIDERANDO que o artigo 2º da Lei Complementar nº 011/09 de 30 de setembro de 2009, que determina que as tarifas dos serviços deverão ser fixadas pelo Poder Executivo, através de Decreto.

CONSIDERANDO que no período de abril de 2008 a junho de 2011, a inflação e outros fatores elevaram consideravelmente o preço dos insumos utilizados pelo setor, como pneus, peças e acessórios, lubrificantes, óleo diesel e outros;

CONSIDERANDO que a empresa concessionária de Transporte Público Coletivo do Município de Corupá, solicitou através de requerimento um reajuste da Tarifa, o necessário para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do sistema;

CONSIDERANDO que acolhendo parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica o qual recomenda o acolhimento do pedido formulado pela detentora do Serviço Público;

CONSIDERANDO que no Município existe a diferenciação tarifária do Usuário Normal e Usuário Estudantes;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público Municipal promover o necessário equilíbrio entre o interesse público e privado, visando preservar a oferta e a qualidade dos serviços.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica reajustado em 6,59% (seis vírgula cinquenta e nove por cento), o valor da Tarifa de Transporte Coletivo Urbano e Rural do Município de Corupá, obedecendo-se assim a tabela:

USUARIO NORMAL - R\$ 2,35 (Dois reais e trinta e cinco centavos)
USUARIO ESTUDANTE - R\$ 1,75 (Um real e setenta e cinco centavos)

Art. 2º - O reajuste de que trata este Decreto entrará em vigor a partir da 0:00 h (zero hora) do dia 01 de Julho de 2011.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 11 de Julho de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 359/11

DECRETO Nº. 359/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

03.000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.001 Divisão de Administração

004.122.0009.2003 Manut. Ativ. Div. De Pessoal, Admin. e Compras

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 35.000,00

06.000 Secretaria Municipal de Saúde

06.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde

3.3.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 40.000,00

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura

07.001 Divisão de Serviços Públicos

015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Obras

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 25.000,00

TOTAL 100.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.00 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), e fonte 01.02.00 - Rec. de Impostos e de Transf.Imp-Saúde, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 13 de julho de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 361/11

DECRETO Nº. 361/11

DECRETO DE CONVOCAÇÃO PARA A IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66 e em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de

Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a IV Conferência Municipal de Assistência Social de Corupá, a ser realizada no dia 04 de agosto de 2011, tendo como tema central: "Consolidação dos SUAS e a Valorização dos seus Trabalhadores".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 13 de julho de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 1460/11

PORTARIA Nº 1460/11

QUE DESIGNA OS MEMBROS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE CORUPÁ, VINCULADO À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66 e Lei Municipal nº 1901/09, de 08 de abril de 2009, combinando com a Lei Municipal nº 2002/10 de 30 de novembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Corupá (CMDICO), de acordo com o Art. 3º, inciso I, II, III, IV, V e VI da Lei Municipal nº 2002/10 de 30 de novembro de 2010.

I - Representantes Governamentais

Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Titular: Silvana Zoleti da Silva Fernandes

Suplente: Elizete Cardoso

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Rubia Oliari

Suplente: Simone Stoebel Zabel

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Suely Maria Koroll

Suplente: Cléia Werner

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Titular: Rubens Hafemann

Suplente: André Müller

Fundação Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Lazer

Titular: Djeniffer Dombrowicz Vasques

Suplente: Felipe Rafaeli Rodrigues

II - Representantes Não-Governamentais

Entidades do Meio Rural (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corupá)

Titular: Reintraut Kohls

Suplente: Joice Auerhahn

Entidade do Meio Urbano (Ação Social)

Titular: Matilde Kiatkowski Maçaneiro Romão

Suplente: Iria Presti Sarti

Grupo do Idoso (Terceira Idade)

Titular: Arthur Gesser

Suplente: Acir Becker

Entidades Prestadoras de Serviços (Rotary Club de Corupá)

Titular: Arno Celso Neuber

Suplente: Gilberto Kaszumbowski

Trabalhadores na Área do Idoso (Associação Senhoras de Rotarianos de Corupá)

Titular: Guaracira Schünke

Suplente: Elaine Ganske

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 231/09 de 05 de maio de 2009.

Corupá, 18 de julho de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1461/11

PORTARIA Nº 1461/11

FICA LICENCIADO DO CARGO, PELO PERÍODO DE 01/08/2011 À 07/08/2011, O SENHOR RUBENS HAFEMANN, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PESSOAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica licenciado do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, o senhor Rubens Hafemann, sem remuneração, pelo período de 01/08/2011 à 07/08/2011, a pedido do mesmo, para tratar de assuntos pessoais.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de julho de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços Nº25/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2011.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que

se encontra aberta licitação, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007, 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Aquisição de materiais de odontologia para manutenção de atividades realizadas nas Unidades de Saúde do município. Os interessados deverão entregar os envelopes da Proposta de Preços e da Documentação de Habilitação, no protocolo da Prefeitura Municipal ou no departamento de compras do Fundo de Saúde até às 14:00 horas do dia 11/08/2011, em seguida será realizada a abertura e classificação das propostas, a sessão pública para acolhimento dos lances verbais com as propostas classificadas terá início a partir das 14:00 horas do dia 16/08/2011, no setor de licitações do Fundo Municipal de Saúde. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se em www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 26 de julho de 2011.

ALZANI ADRIANO SCUR

Secretário Mun. Saúde

RICARDO BROCARDO

Pregoeiro

Erval Velho

PREFEITURA

Extrato de Edital de Dispensa 009/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 050/2011

Edital de Dispensa de Licitação nº 009/2011

Objeto: Recuperação do Micro Ônibus Volare Marcopolo placa MCJ 4913

Contratado: RUDIGER CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA ME

Valor do Contrato: R\$ 4.360,48 (Quatro mil trezentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos)

Substrato Jurídico: artigo 24, II, da Lei Federal nº 8666/93.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº. 053, de 21 de Julho de 2011.

DECRETO Nº. 053, DE 21 DE JULHO DE 2011.

CONCEDE PENSÃO POR MORTE.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo nº. 002 e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, e com o § 1º, do art. 35, da Lei Municipal nº. 1.325/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida pensão por morte, em consonância com o art. 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal e § 1º, do art. 35, da Lei Municipal nº. 1.325/2007, a Manoel Ignácia, na condição de esposo, a William Mariot Ignácia e a Tiago Mariot Ignácia, na condição de filhos da servidora falecida Mariléia Mariot Ignácia, Agente Comunitária de Saúde, matrícula nº. 2192, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, que será pago pelo FORQUILHINHAPREV, a partir de 01/04/2011, data do óbito e vacância do cargo da servidora.

§ 1º O valor total da pensão concedida no "caput" é de 100% da remuneração de contribuição da servidora falecida, assim, o valor líquido do benefício mensal é de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais).

§ 2º A pensão por morte será dividida em 1/3 (um terço) da remuneração percebida pela servidora-falecida, para cada um dos seus dependentes, como prevê o §5º, do art. 35, da Lei nº. 1.325/2007.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 21 de julho de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 21 de julho de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 054, de 22 de Julho de 2011.

DECRETO Nº. 054, DE 22 DE JULHO DE 2011.

REGULAMENTA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA AOS AGRICULTORES FAMILIARES DISPOSTA NO ART. 10, DA LEI Nº 871, DE 04 DE JUNHO DE 2002.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o disposto no § 4º do art. 10 e no art. 15 da Lei Municipal nº. 871, de 04 de junho de 2011, com suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º O Município prestará aos agricultores, exclusivamente dentro de seu território, serviços de caráter transitório, na forma estabelecida neste Decreto, mediante o emprego de máquinas e operadores de sua Patrulha Agrícola Mecanizada.

Art. 2º A Patrulha Agrícola Mecanizada do Município de Forquilha é composta por trator agrícola de pneu, arado, grade, rotativa, roçadeira, pá carregadeira e enciladeira e outros implementos agrícolas.

Art. 3º Para o fim do disposto no artigo anterior, o interessado deverá requerer ao Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a execução do serviço por ele pretendido, mencionando o local e o número aproximado de horas a serem empregadas.

Art. 4º A prestação de serviços com a patrulha agrícola mecanizada aos agricultores familiares será de até 8 (oito) horas por ano. Parágrafo único. Os serviços com a patrulha agrícola mecanizada somente poderão ser realizados em terra seca.

Art. 5º A ordem de prestação de serviços será programada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pela ordem de inscrição, obedecendo ao critério de regionalização, dando-se

preferência a região com maior concentração de serviços solicitados.

Art. 6º Poderão se inscrever os agricultores familiares e suas organizações que exploram a terra na condição de proprietários, arrendatários ou parceiros que não possuam trator.

Art. 7º Para se habilitar à prestação dos serviços, os usuários deverão possuir bloco de nota de produtor rural e estar em dia com seus tributos municipais.

Parágrafo único. Antes de determinar a realização dos serviços, a Secretaria de Agricultura de Meio Ambiente consultará o Departamento de Tributação sobre a existência de débitos tributários.

Art. 8º Os serviços prestados na forma do disposto neste Decreto por se constituírem em incentivo à produção agrícola, será cobrado o valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por hora trabalhada, ou respectiva fração, mediante GUIA DE RECOLHIMENTO emitida pelo Departamento de Tributação.

§ 1º Ao final da realização do serviço será emitida a Ficha de Atendimento, que deverá conter os dados do beneficiado, os serviços realizados, o dia e a hora do início e do término dos trabalhos e a assinatura do operador e do beneficiado.

§ 2º A Ficha de Atendimento será preenchida em 03 (três) vias, sendo primeira via o Departamento de Tributação, a segunda para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e a terceira para o beneficiado.

§ 3º O recolhimento dos valores pela utilização dos serviços deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias da realização do serviço.

§ 4º É responsabilidade do beneficiado a retirada da Guia de Recolhimento junto ao Departamento de Tributação do Município.

§ 5º Conforme art. 474 da Lei nº 494, de 17 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal, o não recolhimento no prazo referido no parágrafo anterior implicará nas seguintes penalidades:

I - multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, até atingir o limite máximo de 10% (dez por cento);

II - juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

III - correção monetária do débito calculado seguindo os índices oficiais;

§ 6º A multa e os juros incidirão sobre o valor corrigido.

Art. 9º Nenhum produtor será beneficiado duas vezes, no mesmo período, sem que outros interessados e habilitados tenham sido beneficiados ao menos uma vez.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de julho de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de julho de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 50, de 13 de Julho de 2011.

DECRETO Nº. 50, DE 13 DE JULHO DE 2011.

NOMEIA RENATA BACKES TISCOSKI PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

combinado com o disposto na Lei Municipal nº. 1.398, de 30 de outubro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia RENATA BACKES TISCOSKI para compor o Conselho Municipal da Indústria e Comércio.

Art. 2º Destituí PÂMELA DORDET GOULART do Conselho Municipal da Indústria e Comércio.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de julho de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de julho de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 51, de 13 de Julho de 2011.

DECRETO Nº. 51, DE 13 DE JULHO DE 2011.

NOMEIA RENATA BACKES TISCOSKI PARA COMPOR O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o disposto na Lei Municipal nº. 1.398, de 30 de outubro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia RENATA BACKES TISCOSKI, representante da Secretaria de Habitação de Desenvolvimento Econômico, para compor o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 2º Destituí PÂMELA DORDET GOULART do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de julho de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de julho de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.694, de 22 de Julho de 2011.

LEI Nº 1.694, DE 22 DE JULHO DE 2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO VEÍCULOS APREENDIDOS PELA RECEITA FEDERAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte

Lei:

Art. 1º Fica o Município de Forquilha autoriza a receber em doação pura e simples do Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal - Delegacia da Receita Federal do Brasil de Foz do Iguaçu - PR, conforme Ato de Destinação de Mercadorias Apreendidas nº 0148 de 23 de maio de 2011, os veículos abaixo relacionados:

- a) Um Ônibus Scania, Chassi nº 9BSK4X2BH3455478, Placa AGH-8853, Renavam nº 312528167, fabricado em 1988;
- b) Um automóvel Fiat/Palio Fire, Chassi nº 9BD17103742417947, Placa DMW-5048, Renavam nº 826542131, fabricado em 2004;
- c) Uma caminhoneta GM/Corsa GL, Chassi nº 9BGSE90NT-TC750638, Placa AGJ-2081, Renavam nº 658283855, fabricado em 1996;
- d) Um automóvel VW/Gol 16V Plus, Chassi nº 9BW-CA05X21P069593, Placa DCB-1551, Renavam nº 753234920, fabricado em 2001;
- e) Um automóvel GM/Vectra GLS, Chassi nº 9BGJK19HXWB522590, Placa JEU-6181, Renavam nº 710714521, fabricado em 1998.

Art. 2º Fica ainda o Chefe do Poder Executivo Municipal, em razão da presente Doação, autorizado a efetuar a transferência dos referidos veículos para o acervo patrimonial do Município de Forquilha, bem como efetuar o pagamento de eventuais tributos e demais despesas necessárias à aludida transferência.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente doação correrão por conta de verbas orçamentárias existentes no orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de julho de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de julho de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.695, de 22 de Julho de 2011.

LEI Nº 1.695, DE 22 DE JULHO DE 2011.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À EMPRESA ALUFUND FUNDAÇÃO LTDA-ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA,
Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado a desafetar e doar área de terra à ALUFUND FUNDAÇÃO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o número 07.727.303/0001-50, correspondente ao Lote nº. 02 da quadra D do Núcleo Industrial VI do bairro Vila Lourdes, com área total de 2.473,19 m² (dois mil quatrocentos e setenta e três metros de dezenove centímetros quadrados), e as seguintes confrontações: ao NORTE, 32,23 metros com Afonso Back; ao SUL, 32,23 metros com à Rodovia Municipal Maximiliano Gaidzinski; ao LESTE, 76,68 metros com o Lote nº 03 e ao OESTE, 76,79 metros com o Lote nº 01, matrícula nº 5.908, Livro nº 02, do Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha/SC.

Parágrafo único. O imóvel ora doado se destina à implantação de parque fabril da Empresa, cujo objeto social tem por finalidade a

fabricação de peças fundidas de ferro, aço, alumínio e serviços de usinagem, de acordo com o parecer do Conselho Municipal da Indústria e Comércio, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º A partir da data da publicação desta Lei, a doação caducará e o imóvel constituído de terreno reverterá automaticamente ao Município, se a Empresa donatária ou seus sucessores não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar, a partir da assinatura do contrato, dentro 06 (seis) meses, e a concluí-la dentro de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável a critério do Conselho Municipal de Indústria e Comércio, as obras de construção civil do galpão industrial de sua sede social;

II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi doada ou não derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual. Qualquer forma de negócio ou atividade que a Empresa vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades desta doação que consiste rigorosamente na exploração das atividades industriais;

III - Caso a Empresa donatária local ou proceder sublocação da totalidade ou mesmo parte do imóvel, inclusive do prédio industrial existente ou daqueles que vierem a ser constituídos;

IV - Em caso da Empresa donatária apresentar estágio de ociosidade, bem como apresentar brusca e inexplicável diminuição do seu quadro de mão de obra, demonstrando aspectos pré-falimentares;

V - No caso da Empresa donatária, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno doado, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da firma donatária;

VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente doação sem a prévia anuência do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia sem a prévia autorização do Conselho Municipal da Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa donatária apresente ao Órgão Executivo, relatórios demonstrativos das obrigações concretizadas e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 3º Fica proibido o desvio de destinação do imóvel para outras finalidades que não a prevista nesta Lei.

Art. 4º Reverterá ao Poder Público Municipal, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, o terreno doado a título de incentivo econômico quando não utilizado na finalidade prevista no projeto original, ou, quando a utilização afrontou qualquer dispositivo desta Lei e do Termo de Doação, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 5º A empresa donatária deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal, sem indenização pelas por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º São concedidos os estímulos fiscais de que trata o artigo 2º e seus incisos da Lei Municipal nº. 007, de 09 de fevereiro de 1990.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se às disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de julho de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de julho de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.696, de 22 de Julho de 2011.

LEI Nº 1.696, DE 22 DE JULHO DE 2011.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 871, DE 04 DE JUNHO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º É acrescido ao Art. 10, da Lei nº 871, de 04 de junho de 2002, o inciso XII, com a seguinte redação:

“XII - Prestar serviços com a patrulha agrícola mecanizada aos agricultores familiares, por até 8 (oito) horas por ano, mediante pagamento de contraprestação pecuniária, que será a título de manutenção do equipamento.”

Art. 2º É alterado o § 4º do Art. 10, da Lei nº. 871, de 04 de junho de 2002, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º As normas para a locação e o valor da contraprestação pecuniária a ser cobrada pelo uso do equipamento descrito nos incisos VII e XII, será regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de julho de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de julho de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0223/2011

DECRETO Nº 0223 DE 27 DE JULHO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE CAUÇÃO DE QUE TRATA ARTIGO 4º DO DECRETO Nº 139/2009 OFERECIDA COMO GARANTIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DO LOTEAMENTO TUPÃ 12 - FASE III, DAS EMPRESAS AUTO POSTO ÁRIA LTDA E AUTO POSTO E TRANSPORTES COLIBRI LTDA.



O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Conforme determinação do artigo 110 da Lei Complementar Municipal nº 097/2008, fica substituída parcialmente a caução de que trata o artigo 4º do Decreto nº 139 de 29 de junho de 2009, conforme Termo de Substituição de Caução, pelo qual, ficam caucionados os lotes nº 04 da quadra 241 e os lotes nº 14, 15 e 16 da quadra 242.

Parágrafo Único. Para efeito da substituição de que trata este Decreto, ficam liberados da caução os lotes nº 14, 15 e 16 da quadra 241, objeto da averbação nº 3/10.194 alterada pela averbação nº 5/10.194.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito. Fraiburgo, 27 de Julho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0086/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0086/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0041/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de higiene, limpeza e outros, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FME e FMS) durante os meses de agosto a dezembro de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 18/08/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 26 de julho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0087/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0087/2011 - PMF

Objeto: Aquisição de peças para reposição no Trator de Esteiras Fiat Allis FD9, patrimônio nº 75. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 09/08/2011. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 27 de julho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Edital de Convocação N.º 008/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 008/2011

CONSIDERANDO, que foi encaminhada convocação por correspondência registrada, sem que houvesse resposta,

O Prefeito Municipal de Garopaba, no uso das atribuições conferidas pela legislação pertinente,

1. CONVOCA, o candidato abaixo relacionado aprovado no Concurso Público n.º 001/2009, a comparecer na Prefeitura Municipal de Garopaba, na Diretoria de Recursos Humanos, no prazo impreritível de 05 (cinco) dias contados da publicação do presente Edital:

a. TACIANA DAMIANI - 000139 - Fiscal de Tributos II;

2. O não comparecimento será anotado no processo como a desistência do candidato.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 27 de Julho de 2011

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 28/07/2011

Decreto N.º 099/2011

DECRETO N.º 099, DE 27 DE JULHO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 250.250,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 250.250,00 (duzentos e cinquenta mil e duzentos e cinquenta reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 70.000,00
12361282.022 - Manutenção do Supletivo 70.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 70.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 50.750,00
27812511.028 - Constr. Reforma e Apar. de Equipamentos Esportivos 3.750,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.750,00
27812512.032 - Incentivo ao Esporte Amador 47.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. a Intuições Privadas sem Fins Lucrativos 27.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 29.500,00
10301251.072 - Construção, Ampliação, Ref. e Apar. de Unid. Saúde 27.500,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 27.500,00
10301252.074 - Manut. do Samu 2.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00



13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 100.000,00
26782352.052 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura 100.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 250.250,00 (duzentos e cinquenta mil e duzentos e cinquenta reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de Julho de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 29/07/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N.º 483/2011

PORTARIA N.º 483, DE 14 DE JULHO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, foi encaminhado a Secretaria Municipal de Administração o Ofício n.º 102/2011, da Coordenação ESF /ESB, informando que a servidora ALINE FERREIRA INSAURRIAGA, Mat. 3665, Técnica em Enfermagem, Servidora em estágio probatório, apresenta situação de faltas e abano de suas funções sem a apresentação de justificativa.

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 62, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, "o servidor é obrigado a avisar à sua chefia imediata no dia em que, por doença, força maior, ou prestação de provas escolares não puder comparecer ao serviço".

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 32 "serão observados os seguintes requisitos para o efeito de avaliação de desempenho funcional: II - () pontualidade: entende-se como pontual o servidor que cumpra rigorosamente sua jornada de trabalho, iniciando seus trabalhos com pontualidade, de acordo com o horário de funcionamento de seu órgão de lotação;

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 35. "quando o funcionário em estágio probatório não preencher quaisquer dos requisitos enumerados no artigo 32, caberá a CAEP concluir o processo de acompanhamento de desempenho destinado à exoneração do nomeado."

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 32, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. ENCAMINHAR os atos informados a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), para abertura do Processo.

Art. 3º. DESIGNAR a Servidora GISELE AMBROSIO BELTRÃO, como representante da Assessoria Jurídica, no Assessoramento

Técnica da Comissão .

Art. 4º. DESIGNAR o Servidor HONORATO TIMÓTEO PACHECO, como representante da Diretoria de Recursos Humanos, como membro de Assessoramento Técnico e Documental da Comissão .

Art.5º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 14 de Junho de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 528/2011

PORTARIA N.º 528, DE 25 DE JULHO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato JEAN NASCIMENTO PACHECO, CPF n.º 061.559.089-66, aprovado e classificado como 3º colocado, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 09 de junho de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar atividades de orientar e exercer a fiscalização geral com respeito à aplicação das leis tributárias do Município, bem como ao que se refere à fiscalização de posturas; estudar o sistema tributário municipal; exercer a fiscalização direta em estabelecimentos comerciais, industriais e comércio ambulante; emitir pareceres e informações sobre lançamentos e processos fiscais; lavrar autos de infração, assinar intimações e embargos; estudar a legislação básica; integrar grupos operacionais; lavrar autos de infração, termos de fiscalização, intimações e outros instrumentos que garantam o cumprimento das leis e posturas municipais; executar tarefas afins, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de julho de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/07/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Gaspar

SAMAE

Aviso Pregão Presencial Nº 31/2011 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.31/2011

OBJETO: Registro de Preços, visando a contratação de forma contínua, de serviços de oficina especializada para a manutenção preventiva e corretiva das motocicletas, veículos, caminhões e máquinas da Autarquia.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 10/08/2011.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 10/08/2011 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 26 de julho de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato do termo aditivo Nº. 001/2011 ao Contrato Nº. 134/2010

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2011 AO CONTRATO Nº. 134/2010. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

CONTRATADO: J.A. TEIXEIRA MADEIRAS E TRANSPORTES LTDA. - ME. OBJETO: Contratação de empresa para construção com fornecimento de material da escola do meio ambiente, conforme memorial descritivo, projeto, planilha orçamentária, edital e seus anexos. CLÁUSULA QUARTA - VALOR: Fica aditado ao valor do contrato original previsto na Cláusula Terceira - Do valor, a quantia de R\$ 3.672,00 (três mil seiscentos e setenta e dois reais), passando o valor global do contrato a ser de R\$ 73.616,47 (setenta e três mil seiscentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos) em consonância com disposto no art. 65 § 1º da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 26 de julho de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Alteracao Pregao 83/20011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial – Registro de Preço- 83/2011

Tipo : Menor Preço - Por Itens

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO DAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

Onde lê-se:

Item	Qtde	Unidade	Descrição
14	540	PC	BISCOITO DOCE SABOR LEITE, PACOTE COM 400 G INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, FERMENTO QUÍMICO (BICARBONATO DE AMÔNIO, BICARBONATO DE SÓDIO). ESTABILIZANTES LECITINA DE SOJA, AROMATIZANTE. Não deve conter entre os ingredientes MELHORADOR DE FARINHA (METABISSULFITO DE SÓDIO). BISCOITO DE PRIMEIRA LINHA. DEVE SER DE ESPESSURA FINA (UNIDADE COM APROXIMADAMENTE 6 GRAMAS), CONSISTÊNCIA crocante e sabor ado APROXIMADAMENTE 6 GRAMAS), CONSISTÊNCIA CROCANTE E SABOR ADOCICADO DE LEITE. NÃO DEVE APRESENTAR-SE QUEBRADIÇO NO INTERIOR DA EMBALAGEM E NEM POSSUIR SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS DE MOFO. EMBALAGEM ÍNTEGRA, SENDO PLÁSTICA COM DUPLA PROTEÇÃO. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.
31	50	CX	CHÁ SABOR MAÇÃ. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 10g). Nao deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de erva mate Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.
32	40	CX	CHÁ SABOR MORANGO. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 10g). Nao deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de erva mate. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.

33	65	CX	CHÁ SABOR PÊSSEGO. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 10g). Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de erva mate. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.
36	530	PC	COCO RALADO PARCIALMENTE DESENGORDURADO PRODUTO ALIMENTÍCIO CONTENDO OS INGREDIENTES: COCO RALADO PARCIALMENTE DESENGORDURADO, AÇÚCAR, SAL, CONSERVANTE. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA E CONSISTÊNCIA FIRME. SABOR ADOCICADO, SEM SINAIS DE RANÇO OU AMARGOR. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA CONTENDO 100G.
42	154	PC	FARINHA LÁCTEA. GÊNERO ALIMENTÍCIO PARA USO NA ALIMENTAÇÃO INFANTIL. DEVE CONTER ENTRE OS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO TORRADA, AÇÚCAR, LEITE EM PÓ INTEGRAL, SAL, MINERAIS E VITAMINAS. EMBALAGEM ÍNTEGRA COM 400G, RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.
50	210	KG	FIGADO DE FRANGO COM COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (VERMELHO INTENSO), BANDEJA COM 500G. CONGELADO, POR ISSO DEVE SER CONSERVADO EM EQUIPAMENTO ADEQUADO ATÉ O MOMENTO DA ENTREGA. NÃO DEVE ESTAR AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO. TAMBÉM NÃO DEVE APRESENTAR PONTOS OU MANCHAS ESVERDEADAS. EMBALAGEM PLÁSTICA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FRIGORÍFICO, PRODUTO, PESO, TIPO DA CARNE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO DE INSPEÇÃO ANIMAL MUNICIPAL OU ESTAD
51	90	PC	FLOCOS DE CEREAIS, EMBALAGEM COM 400G. PRODUTO ALIMENTÍCIO INFANTIL CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CEVADA, AVEIA, AÇÚCAR, SAIS MINERAIS, VITAMINAS E SAL. EMBALAGEM ÍNTEGRA COM 400G. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS.
53	370	PC	FLOCOS DE MILHO- TIPO SUCRILHOS, EMBALAGEM ÍNTEGRA COM 1 KG. INGREDIENTES: MILHO, AÇÚCAR, SAL, EXTRATO DE MALTE, VITAMINAS E MINERAIS. CONTÉM GLÚTEN. DEVE APRESENTAR TEXTURA CROCANTE. AUSÊNCIA DE UMIDADE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS.

54	250	PC	GELATINA EM PÓ, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. PRODUTO COM OS SEGUINTE INGREDIENTES: AÇÚCAR, GELATINA EMPÓ, AROMA ARTIFICIAL E CORANTE ARTIFICIAL. RENDIMENTO DE APROXIMADAMENTE 55 PORÇÕES DE 120 G EMBALAGEM ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, DO PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS.
55	2200	PC	IOGURTE PARCIALMENTE DESNATADO COM POLPA DE FRUTAS, EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1 LITRO. PRODUTO ALIMENTÍCIO DERIVADO DO LEITE. POSSUI POLPA DE FRUTAS E AÇÚCAR ENTRE OS INGREDIENTES. SABORES VARIADOS (MORANGO, COCO, PÊSSEGO E ABACAXI). NÃO DEVE SER SUBSTITUÍDO POR BEBIDA LÁCTEA. DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA LÍQUIDA/ CREMOSA. ISENTA DE PONTOS ESCUROS E DE ODOR OU SABOR AZEDO. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.
70	170	PC	MUCILAGEM DE ARROZ - MINGAU DE PREPARO INSTANTÂNEO, EMBALAGEM COM 400G. PRODUTO ALIMENTÍCIO INFANTIL COM OS SEGUINTE INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ PRÉ-GELATINIZADA, AÇÚCAR, FOSFATO DE SÓDIO, CARBONATO DE CÁLCIO, VITAMINAS E MINERAIS E AROMATIZANTE. EMBALAGEM ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.
76	2300	PC	PÓ DE PUDIM DE SABORES VARIADOS, EMBALAGEM COM 35G. PÓ PARA PREPARO DE PUDIM CONTENDO: AMIDO DE MILHO, AÇÚCAR, SAL, AROMA ARTIFICIAL E CORANTES. APÓS O PREPARO A COLORAÇÃO DEVE SER ATRAENTE E A CONSISTÊNCIA DEVE SER CREMOSA, SEM PRESENÇA DE GRUMOS OU PARTES ENDURECIDAS. NÃO DEVE SER EXAGERADAMENTE DOCE. SABOR AGRAVÁVEL CONDIZENTE AO ESPECIFICADO NO PRODUTO. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA OU CAIXA DE PAPEL ESPESSO ENVOLVENDO UMA EMBALAGEM PLÁSTICA INTERNA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, RÓTULO COM INDICAÇÃO DO PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.
82	1920	PC	SOPA DE PESCADO CONGELADA (TILÁPIA), PACOTE COM 1 KG, PRODUTO PARA OFERTA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS, POR ISSO NÃO DEVE CONTER ESPINHAS DE PEIXE. DEVE SER TRITURADO ANTES DO ENVASE PARA EVITAR A PRESENÇA DE PARTES RÍGIDAS ENTRE OS INGREDIENTES (1 frase foi excluída). Embalagem plástica íntegra. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos

Leia-se:

Item	Qtde	Unidade	Descrição
14	540	PC	<p>BISCOITO DOCE SABOR LEITE, PACOTE COM 370 G. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, FERMENTO QUÍMICO (BICARBONATO DE AMÔNIO, BICARBONATO DE SÓDIO). ESTABILIZANTES LECITINA DE SOJA, AROMATIZANTE. Não deve conter entre os ingredientes MELHORADOR DE FARINHA (METABISSULFITO DE SÓDIO).</p> <p>BISCOITO DE PRIMEIRA LINHA. DEVE SER DE ESPESURA FINA (UNIDADE COM APROXIMADAMENTE 6 GRAMAS), CONSISTÊNCIA crocante e sabor adocicado de leite. Não deve apresentar-se quebradiço no interior da embalagem e nem possuir sabor e odor característicos de mofo. Embalagem íntegra, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.</p>
31	50	CX	<p>CHÁ SABOR MAÇÃ. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 15 G)</p> <p>Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de erva-mate. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.</p>
32	40	CX	<p>CHÁ SABOR MORANGO. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 15G).</p> <p>Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de erva-mate. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.</p>
33	65	CX	<p>CHÁ SABOR PÊSSEGO. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 15G).</p> <p>Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de erva-mate. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.</p>

36	530	PC	<p>COCO RALADO DESIDRATADO (PCT 100G). PRODUTO ALIMENTÍCIO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: COCO RALADO, AÇÚCAR, SAL, CONSERVANTE. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA E CONSISTÊNCIA FIRME. SABOR ADOCICADO, SEM SINAIS DE RANÇO OU AMARGOR. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. Rótulo com indicação do fornecedor, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.</p>
42	154	PC	<p>FARINHA LÁCTEA. GÊNERO ALIMENTÍCIO PARA USO NA ALIMENTAÇÃO INFANTIL. DEVE CONTER ENTRE OS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO TORRADA, AÇÚCAR, LEITE EM PÓ INTEGRAL, SAL, MINERAIS, VITAMINAS E AROMATIZANTE. EMBALAGEM ÍNTEGRA COM 230G, ROTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.</p>
50	210	KG	<p>FIGADO DE FRANGO COM COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (VERMELHO INTENSO), PACOTE CONTENDO 1 KG. CONGELADO, POR ISSO DEVE SER CONSERVADO EM EQUIPAMENTO ADEQUADO ATÉ O MOMENTO DA ENTREGA. NÃO DEVE ESTAR AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO. TAMBÉM NÃO DEVE APRESENTAR PONTOS OU MANCHAS ESVERDEADAS. EMBALAGEM PLÁSTICA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FRIGORÍFICO, PRODUTO, PESO, TIPO DA CARNE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO DE INSPEÇÃO ANIMAL MUNICIPAL OU ESTADUAL OU FEDERAL (SIM OU SIE OU SIF).</p>
51	90	PC	<p>FLOCOS DE CEREAIS, EMBALAGEM COM 240G. PRODUTO ALIMENTÍCIO INFANTIL CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CEVADA, AVEIA, AÇÚCAR, SAIS MINERAIS, VITAMINAS E SAL. TAL FARINHA PODE SER COMPOSTA POR 3 CEREAIS (AVEIA, CEVADA E FARINHA DE TRIGO) OU POR 5 CEREAIS (AVEIA, CEVADA, FARINHA DE TRIGO, ARROZ E MILHO. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS.</p>
53	370	PC	<p>FLOCOS DE MILHO- TIPO SUCRILHOS, EMBALAGEM ÍNTEGRA COM 500G. INGREDIENTES: MILHO, AÇÚCAR, SAL, EXTRATO DE MALTE, VITAMINAS E MINERAIS. CONTÉM GLÚTEN. DEVE APRESENTAR TEXTURA CROCANTE. AUSÊNCIA DE UMIDADE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS.</p>

54	250	PC	GELATINA EM PÓ, EMBALAGEM COM 1000G. PRODUTO COM OS SEGUINTE INGREDIENTES: AÇÚCAR, GELATINA EM PÓ, AROMA ARTIFICIAL E CORANTE ARTIFICIAL. NÃO DEVE CONTER EDULCORANTES ENTRE OS INGREDIENTES. RENDIMENTO DE APROXIMADAMENTE 55 PORÇÕES DE 120G. SABORES VARIADOS (MORANGO, FRAMBOESA, CEREJA, LARANJA, UVA, PÊSSEGO E ABACAXI). EMBALAGEM ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS.
55	2200	PC	IOGURTE PARCIALMENTE DESNATADO COM POLPA DE FRUTAS, EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 900 G. PRODUTO ALIMENTÍCIO DERIVADO DO LEITE. POSSUI POLPA DE FRUTAS E AÇÚCAR ENTRE OS INGREDIENTES. SABORES VARIADOS (MORANGO, COCO, PÊSSEGO E ABACAXI). NÃO DEVE SER SUBSTITUÍDO POR BEBIDA LÁCTEA. DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA LÍQUIDA/CREMOSA. ISENTO DE PONTOS ESCUROS E DE ODOR OU SABOR AZEDO. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.
70	170	PC	MUCILAGEM DE ARROZ - MINGAU DE PREPARO INSTANTÂNEO, EMBALAGEM COM 230G. PRODUTO ALIMENTÍCIO INFANTIL COM OS SEGUINTE INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ, AÇÚCAR, AMIDO, VITAMINAS, MINERAIS E AROMATIZANTE. EMBALAGEM ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.
76	2300	PC	PÓ DE PUDIM DE SABORES VARIADOS, EMBALAGEM COM 40G E NO MÁXIMO 40G. PÓ PARA PREPARO DE PUDIM CONTENDO: AMIDO DE MILHO, AÇÚCAR, SAL, AROMA ARTIFICIAL E CORANTES. APÓS O PREPARO A COLORAÇÃO DEVE SER ATRAENTE E A CONSISTÊNCIA DEVE SER CREMOSA, SEM PRESENÇA DE GRUMOS OU PARTES ENDURECIDAS. NÃO DEVE SER EXAGERADAMENTE DOCE. SABOR AGRAVÁVEL CONDIZENTE AO ESPECIFICADO NO PRODUTO. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.

82	1920	PC	SOPA DE PESCADO CONGELADA, PACOTE COM 1 KG, INGREDIENTES: CARNE DE PEIXE (TILÁPIA), ÁGUA, SAL, CEBOLA, TOMATE, BATATA, EXTRATO DE TOMATE, ÓLEO DE SOJA, TEMPERO VERDE E CONDIMENTOS. PRODUTO PARA OFERTA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS, POR ISSO NÃO DEVE CONTER ESPINHAS DE PEIXE. DEVE SER TRITURADO ANTES DO ENVASE PARA EVITAR A PRESENÇA DE PARTES RÍGIDAS ENTRE OS INGREDIENTES. Embalagem plástica íntegra. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.
----	------	----	---

NOVA DATA PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES :

Entrega dos Envelopes: 09/08/2011 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 09/08/2011 às 09:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim (SC), 27 de Julho de 2011.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 73/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 73/2011

Tipo : Menor Preço - Por item

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS

Entrega dos Envelopes: 11/08/2011 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 11/08/2011 às 09:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim-SC, 27/07/2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Retificação Edital Nº 71/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO nº. 71/2011

A Prefeitura Municipal de Guaramirim-SC, torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Pregão Presencial nº 71/2011, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Onde se lê:

Item	Qtde	Un	Valor Unitário Estimado	Descrição
1	1.000	H	R\$ 66,3300	CAMINHÃO BASCULANTE 6X4 COM CAPACIDADE 10M³
2	1.000	H	R\$ 72,6600	CAMINHÃO BASCULANTE 6X4 COM CAPACIDADE DE 12M³
3	1.000	H	R\$ 68,3300	CAMINHÃO BASCULANTE 6X4 COM CAPACIDADE DE 10M³ COM ABERTURA LATERAL TRASEIRA
4	1.200	H	R\$ 156,6600	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 16 TON
5	1.200	H	R\$ 88,3300	RETROESCAVADEIRA 4X4
6	400	H	R\$ 146,0000	TRATOR DE ESTEIRA 14 TON

Leia-se:

Item	Qtde	Un	Valor Unitário Estimado	Descrição
1	1.000	H	R\$ 66,3300	CAMINHÃO BASCULANTE 6X4 COM CAPACIDADE 10M³ COM ANO IGUAL OU SUPERIOR A 2007
2	1.000	H	R\$ 72,6600	CAMINHÃO BASCULANTE 6X4 COM CAPACIDADE DE 12M³ COM ANO IGUAL OU SUPERIOR A 2007
3	1.000	H	R\$ 68,3300	CAMINHÃO BASCULANTE 6X4 COM CAPACIDADE DE 10M³ COM ABERTURA LATERAL TRASEIRA COM ANO IGUAL OU SUPERIOR A 2007
4	1.200	H	R\$ 156,6600	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 16 TON COM ANO IGUAL OU SUPERIOR A 2007
5	1.200	H	R\$ 88,3300	RETROESCAVADEIRA 4X4 COM ANO IGUAL OU SUPERIOR A 2007
6	400	H	R\$ 146,0000	TRATOR DE ESTEIRA DE 12 A 14 TON

EXCLUI-SE DO PRESENTE EDITAL O ITEM:

14.1.13 - Certificado de Registro da Empresa (Certidão Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, dentro do seu prazo de validade, bem como de seu registro Responsável Técnico (Certidão Pessoa Física). Quando se tratar de registro fora do Estado local do certame, é necessária a chancela (visto) junto ao CREA do Estado de Santa Catarina, demonstrando que tem condição legal de atuar nessa. Diante do exposto, marca-se nova data para o recebimento e abertura dos envelopes no dia 10 de agosto de 2011 às 09:00h. Os interessados poderão obter mais informações na Prefeitura Municipal de Guaramirim no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, Setor de Licitações, localizada na Rua 28 de Agosto nº. 2042, Centro. Guaramirim - SC - FONE/FAX: (47) 3373-2210

Guaramirim-SC, 27 de julho de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 04/2011 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
PROCESSO Nº 05/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através do Fundo Municipal de Trânsito, comunica que realizará às 14:00 horas do dia 09 de agosto de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de 01 (um) veículo, tipo passageiro, zero km, ano/modelo 2011/2011, na cor prata, para uso da Guarnição Especial da Polícia Militar de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 28 de julho de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 05/2011 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
PROCESSO Nº 06/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através do Fundo Municipal de Trânsito, comunica que realizará às 15:00 horas do dia 09 de agosto de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de 02 (dois) veículos, tipo passageiro, modelo camioneta tipo wegon, zero km, ano/modelo 2011/2012, na cor branca, para uso da Guarnição Especial da Polícia Militar de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 28 de julho de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Portaria DGP/SEAGP N.º 162/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 162, de 26 de julho de 2011.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARILENE DE CARVALHO, inscrita no CPF sob o n.º 591.820.089-49, admitida em 16 de junho de 1986, contrato nº 366, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição
2006 a 2011	29.02.2012 a 28.05.2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 26 de julho de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Irineópolis

PREFEITURA

Contrato Nº 90/2011 - PM

PROCESSO LICITATORIO Nº. 27/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2011

CONTRATO Nº 90/2011

Contrato de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Famma Comércio de Veículos Ltda.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº. 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade nº. 6.109.615-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Famma Comércio de Veículos Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Rua Clotário Portugal, nº 674, na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.571.519/0001-80, neste ato representada pelo senhor Walmor Sigwalt Lotoski, portador do CPF nº 029.838.589-95, e RG nº. 10/C-3.680.967-SC, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 27/2011, modalidade Pregão Presencial nº. 14/2011, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a AQUISIÇÃO DE VEICULO UTILITARIO PARA IMPLANTAÇÃO DE AGROINDUSTRIA NO ASSENTAMENTO "MANOEL ALVES RIBEIRO", NO MUNICIPIO DE IRINEÓPOLIS, RECURSOS ORIUNDOS CONTRATO REPASSE Nº 0306578-59/2009/MDA/CAIXA, PRONAT, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMEDIO MINISTERIO DESENVOLVIMENTO AGRARIO, REPRESENTADO PELA CEF, E O MUNICIPIO DE IRINEÓPOLIS, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO, conforme abaixo discriminado:

Item	Descritivo	Qtde	Marca Modelo	Unitário (R\$)	Total (R\$)
12	Veículo utilitário Fiat Strada Fire Cabine Simples 1.4 Flex 02 portas 2011/2012, Equipado com motor composto de 4 cilindros em linha com 02 válvulas por cilindro, de no mínimo 1.350 cc, com potência máxima de no mínimo 80 cv à 5.750 rpm, alimentado por gasolina ou etanol, com 5 marchas à frente e 01 à ré, com tração dianteira por juntas homocinéticas, freio dianteiro à disco ventilado com pinça flutuante acionado por comando hidráulico e traseiro tipo tambor, suspensão traseira tipo eixo rígido com amortecedores hidráulicos e dianteira com molas helicoidais e amortecedores hidráulicos com rodas independentes e e barra estabilizadora, com carga útil de até 700 kgs, caçamba com capacidade de até 1000 litros, tanque de combustível com capacidade de até 55 litros, com rodas e pneus novos.	01	Fiat Strada Fire	31.0000,00	31.000,00

Os equipamentos serão destinados à beneficiar de forma direta, 20 famílias assentadas no Assentamento Manoel Alves Ribeiro, e de forma indireta, mais 479 famílias assentadas em outras regiões do Estado.

Com estes equipamentos, o objetivo principal é a viabilização da produção agroecológica, de forma a gerar trabalho e renda aos agricultores assentados. Além disso, a produção de fertilizantes naturais e agroecológicos gera uma nova linha de produção agroecológica, através de boas propostas produtivas para pequena agricultura, com maior utilização da mão de obra e menor custo. A produção de fertilizantes naturais trata-se de um modelo produtivo sustentável, que possibilita ocupação no meio rural, gerando um grande pacote tecnológico de agroecologia.

O prazo de garantia deverá ser de no mínimo 01(um) ano, contra defeitos de fabricação.

O preço a ser ajustado incluirá todos os custos referentes à entrega do objeto, o qual deverá ser entregue nas dependências da Secretaria da Agricultura da Prefeitura Municipal de Irineópolis, pela empresa vencedora do presente certame.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Pela entrega do objeto ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor total de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento fica condicionado à entrega do equipamento e respectiva apresentação do documento fiscal, bem como de documentação complementar caso solicitada, ao Município, e de

acordo com o cronograma físico-financeiro.

3.2. Os pagamentos serão realizados em parcela única, pela Caixa Econômica Federal, diretamente à empresa contratada, em até 60 (sessenta) dias após vistoria in-loco pelos fiscais da Caixa Econômica Federal.

3.3. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto licitado, o número do processo licitatório e o número do respectivo contrato.

3.4. Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.5. O CNPJ da contratada constante a Nota Fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma direta, não podendo a contratada, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta da dotação:

- Projeto Atividade 1004 – Atendimento a Programas de Agricultura: 4.4.90.00.00.00.00.0100 (66) – Aplicações Diretas.
- Projeto Atividade 1004 – Atendimento a Programas de Agricultura: 4.4.90.0000.00.00.00.0255 (67) – Aplicações Diretas.
- Projeto Atividade 1004 – Atendimento a Programas de Agricultura: 3.3.90.00.00.00.00.00.0255 (65) – Aplicações Diretas
- Projeto Atividade 2014 – Manutenção da Secretaria da Agricultura: 4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (71) – Aplicações Diretas.

11.2 – Recursos próprios e recursos provenientes de Contrato de Repasse nº. 0306578-59/2009/MDA/CAIXA, PRONAT, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, REPRESENTADO PELA CEF, E O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO.

SEXTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21.06.1993, consolidada.

CLÁUSULA SETIMA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O objeto ora licitado deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, após a emissão e recebimento da respectiva autorização de fornecimento, nas dependências da Secretaria Municipal da Agricultura da Prefeitura Municipal de Irineópolis, sita a Rua Paraná nº. 200, Centro, Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA OITAVA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização na entrega e controle referente à qualidade, será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal da Agricultura, através do servidor Sr. Edinarte Antonio Beninca, Diretor do Departamento de Agricultura.

PARAGRAFO ÚNICO – Caso seja comprovada a incompatibilidade

do objeto, a contratante solicitará a substituição dos itens desconformes, ficando a contratada responsável pelo ônus referente às eventuais trocas.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 – Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

9.2 – Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

9.3 – Manter, durante a execução do Contrato, as mesmas condições de habilitação;

9.4 – Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;

9.5 – Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

9.6 – Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital;

9.7 - A contratada, por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a realizar a entrega do objeto em compatibilidade com este Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusive as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato;

9.8 - A contratada se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização e vistoria na entrega do objeto, cabendo fornecer as informações e demais elementos necessários.

9.9 - A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.10 - Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributários, fiscais e comerciais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão Presencial nº. 14/2011, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 27/2011, indenizando a Contratada pelos fornecimentos até então realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município por seus responsáveis fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato vincula-se ao Edital de Pregão Presencial nº. 14/2011, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 27/2011, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº. 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a previa defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, á autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com os Arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA, reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos Preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será até 31 de dezembro de 2011, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 26 de julho de 2011.

Município de Irineópolis	Famma Comércio de Veículos Ltda
WANDERLEI LEZAN	WALMOR SIGWALT LOTOSKI
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Rosani Rodrigues da Silva Mischka	Nome: Mauricio Juraszek
CPF: 664.622.159-68	CPF: 044.088.849-28

Extrato Homologação Processo Nº 27/2011-PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 27/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa Famma Comércio de Veículos Ltda.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEICULO UTILITARIO PARA IMPLANTAÇÃO DE AGROINDUSTRIA NO ASSENTAMENTO "MANOEL ALVES RIBEIRO", NO MUNICIPIO DE IRINEÓPOLIS, RECURSOS ORIUNDOS CONTRATO REPASSE Nº 0306578-59/2009/MDA/CAIXA, PRONAT, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO MINISTERIO DESENVOLVIMENTO AGRARIO, REPRESENTADO PELA CEF, E O MUNICIPIO DE IRINEÓPOLIS, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO, conforme abaixo discriminado:

Item	Descritivo	Qtde	Marca Modelo	Unitário (R\$)	Total (R\$)
12	Veículo utilitário Fiat Strada Fire Cabine Simples 1.4 Flex 02 portas 2011/2012, Equipado com motor composto de 4 cilindros em linha com 02 válvulas por cilindro, de no mínimo 1.350 cc, com potência máxima de no mínimo 80 cv à 5.750 rpm, alimentado por gasolina ou etanol, com 5 marchas à frente e 01 à ré, com tração dianteira por juntas homocinéticas, freio dianteiro à disco ventilado com pinça flutuante acionado por comando hidráulico e traseiro tipo tambor, suspensão traseira tipo eixo rígido com amortecedores hidráulicos e dianteira com molas helicoidais e amortecedores hidráulicos com rodas independentes e e barra estabilizadora, com carga útil de até 700 kgs, caçamba com capacidade de até 1000 litros, tanque de combustível com capacidade de até 55 litros, com rodas e pneus novos.	01	Fiat Strada Fire	31.0000,00	31.000,00

Os equipamentos serão destinados à beneficiar de forma direta, 20 famílias assentadas no Assentamento Manoel Alves Ribeiro, e de forma indireta, mais 479 famílias assentadas em outras regiões do Estado.

Com estes equipamentos, o objetivo principal é a viabilização da produção agroecológica, de forma a gerar trabalho e renda aos agricultores assentados. Além disso, a produção de fertilizantes naturais e agroecológicos gera uma nova linha de produção agroecológica, através de boas propostas produtivas para pequena agricultura, com maior utilização da mão de obra e menor custo. A produção de fertilizantes naturais trata-se de um modelo produtivo sustentável, que possibilita ocupação no meio rural, gerando um grande pacote tecnológico de agroecologia.

O prazo de garantia deverá ser de no mínimo 01(um) ano, contra defeitos de fabricação.

O preço a ser ajustado incluirá todos os custos referentes à entrega do objeto, o qual deverá ser entregue nas dependências da Secretaria da Agricultura da Prefeitura Municipal de Irineópolis, pela empresa vencedora do presente certame.

Irineópolis, 26 de julho de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 27/2011 - Ata FINAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2011

OBJETO - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEICULO UTILITARIO PARA IMPLANTAÇÃO DE AGROINDUSTRIA NO ASSENTAMENTO "MANOEL ALVES RIBEIRO", NO MUNICÍPIO DE

IRINEÓPOLIS, RECURSOS ORIUNDOS CONTRATO REPASSE Nº 0306578-59/2009/MDA/CAIXA, PRONAT, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, REPRESENTADO PELA CEF, E O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS E CONTRAPARTIDA MUNICÍPIO. ATA Nº 43/2011 - 26/07/2011

O Fornecedor GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA é ex-vencedor do Item 12 do Processo 27/2011, pelo motivo: foi considerada inabilitada por apresentar Balanço Patrimonial do exercício de 2009, de acordo com Decisão Final quanto ao recurso impetrado pela proponente General Motors do Brasil, emitido pelo Prefeito Municipal, Sr. Wanderlei Lezan " Irineópolis, 19 de julho de 2011. DECISÃO QUANTO AO RECURSO DA PROPONENTE GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA. Resumo: Trata-se do Processo Licitatório nº 27/2011, modalidade Pregão Presencial nº 14/2011, no tocante a possibilidade de habilitação de sociedade empresária que fora inabilitada, de acordo com Parecer Contábil emitido por Cleber Binder - Contador - CRC/SC 030083-O-1, por não apresentar o Balanço Patrimonial do exercício de 2010. A sociedade empresária inabilitada General Motors do Brasil Ltda, questionou a decisão com o argumento de que, nos termos da Instrução Normativa nº 787/2007 da SRF, Ministério da Fazenda, o Balanço e Demonstrações Financeiras do exercício de 2009 deveriam ser apresentados até o dia 30 de junho de cada ano, fato que demonstraria a regularidade da sociedade empresária. Assim sendo, requereu fosse reconsiderada a decisão que inabilitou a Recorrente, com a Comunicação aos demais licitantes, visando garantir-lhe a adjudicação do objeto do item 12 do Edital do Processo Licitatório nº 27/2011, Pregão Presencial nº 14/2011. Fundamentação: Considerando os termos dos Pareceres Contábeis emitidos pelo senhor Cleber Binder - Contador - CRC/SC 030083-O-1, datados respectivamente de 21/06/2011 e 05/07/2011; Considerando o disposto nos artigos 1.078 e 1.179 da Lei nº 10.406/2002 do Código Civil que obrigam as sociedades empresariais a apresentarem Balanço patrimonial até 30 de abril de cada ano; Considerando que a Instrução Normativa nº 787/2007, emitida pela Receita Federal trata apenas de questões fiscais e previdenciárias; Considerando que a referida Instrução não tem a capacidade de alterar as regras do Código Civil; Considerando que o exigido pelo Edital de Licitação no item 6, sub-item 6.3, aliena "b", e artigo 31, inciso I da Lei nº 8.666/93, trata de obrigações civis e comerciais as quais são disciplinadas justamente pelo Código Civil; Considerando a Comunicação nº 577/2001 emitida do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ao Município de Irineópolis, datado de 15/07/2011; Considerando o Parecer Jurídico emitido pelo Dr. Fábio Roberto Kampmann - Advogado - OAB/SC 13.335 datado de 18/07/2011; E, por fim considerando que a proponente General Motors do Brasil não atende ao disposto no Edital de Licitação nº 27/2011, modalidade Pregão Presencial nº 14/2011, no item 6, sub-item 6.3, aliena "b", e ao artigo 31, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93: DECIDO pela manutenção da inabilitação da proponente GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA. Publique-se, registre-se e intime-se. WANDERLEI LEZAN - Prefeito Municipal." Diante do exposto e de acordo com o item 6, sub-item 6.9 do Edital de Licitação, foi convocada na ordem de classificação e nas mesmas condições propostas, através do Ofício nº 631/2011 do Exmo. Senhor Wanderlei Lezan - Digníssimo Prefeito Municipal, a proponente Famma Comércio de Veículos Ltda. A proponente Famma Comércio de Veículos Ltda, através do Ofício nº 003/2011 de 26 de julho de 2011, apresentou proposta no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), e passou a ser vencedora do item 12.

Itapoá

PREFEITURA

Notificação Convite Nº 015/2011 - Processo Nº 57/2011

NOTIFICAÇÃO

À

Empresas:

GRAFICA GUARAMIRIM LTDA

CNPJ/MF: 78.218.187/0001-91

HORIZONTE GRÁFICA E DITORA LTDA

CNPJ/MF: 83.614.651/0001-07

GRAFICA E CARIMBOS GARUVA LTDA

CNPJ/MF:08.273.474/0001-19

O Município de Itapoá, através do Departamento de licitações e contratos (DLC) e Comissão Especial de Licitação (CPL), vem NOTIFICAR quanto a licitação na modalidade CONVITE nº 015/2011 - PROCESSO Nº 57/2011, para a Aquisição de material impresso para uso da vigilância em Saúde, Unidades Básicas de Saúde (PSF), Pronto Atendimento 24 horas e Centro de Reabilitação, que as empresas DALTON SPONHOLZ DE OLIVERIA, GRAFISA GRÁFICA TREVISAN LTDA, M DE OLIVERIA ACABAMENTOS GRÁFICOS -ME, detentoras do direito do recurso conforme ata de sessão pública 21/07/2011 às 09h:30m, não apresentaram recurso portanto tornando-se precluso o prazo do cumprimento das "Normas e condições - clausula 6 - Dos Recursos" conforme prazo findo em 25/07/2011.

Portanto este Município faz saber que a sessão pública para abertura de envelopes de proposta das empresas e aptas e HABILITA-DAS, será 29/07/2011 às 11h:00m.

Itapoá, 26 de julho de 2011.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Secretaria de Administração e Finanças

Licitações e Contratos

Chefe de divisão

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO

Presidente CPL

Tomada de Preço Nº 06/2011 - Processo Nº 60/2011 drenagem pluvial, implantação de calçadas, estacionamento e paisagismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 15/08/2011 às 09h:30m, em sua sede administrativa, sita à Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, n.º 430, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 06/2011 - Processo nº 60/2011, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada para execução de drenagem pluvial, implantação de calçadas, estacionamento e paisagismo da nova sede da Prefeitura Municipal, conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo, ART, planilhas orçamentárias, parte integrante do edital. O Edital contendo especificações em partes, poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br e para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00m às 12h:00m e 13h:30m às 16h:30m

Itapoá, 27 de julho de 2011.

ERVINO SPERANDIO

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

Prefeito Município

Joaçaba

PREFEITURA

Relatório Resumido de Execução Orçamentária 1º Semestre/2011

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2010 A JUNHO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Jul/2010	Ago/2010	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	5.422.715,78	5.627.460,84	5.528.673,10	6.115.478,81	5.614.885,21	7.113.445,15	5.363.698,11	5.920.536,39	6.651.656,68	9.257.513,79	6.691.290,82	6.216.480,63	75.523.835,31	71.325.659,60
RECEITA TRIBUTÁRIA	785.183,49	788.487,96	900.207,27	846.166,20	765.112,71	934.803,65	612.630,77	965.134,77	1.315.077,75	3.817.428,83	1.192.904,58	903.330,92	13.826.468,90	13.300.766,48
I.P.T.U.	145.638,73	133.957,16	140.636,33	131.166,94	147.982,70	119.336,08	507,77	1.071,40	297.838,71	2.550.334,47	322.967,45	150.091,13	4.141.528,87	4.398.300,00
I.S.S.	409.946,94	375.598,75	412.921,51	450.179,31	425.080,06	437.289,79	440.214,72	445.997,01	409.759,39	465.340,97	517.075,66	473.690,60	5.263.094,71	4.946.300,00
I.T.B.I.	94.015,18	84.232,80	172.107,98	110.509,75	55.953,03	125.634,90	74.746,54	128.850,03	122.068,04	100.001,77	111.574,27	95.190,59	1.274.884,88	899.900,00
I.R.R.F.	42.646,21	106.737,69	72.741,34	76.032,47	50.173,77	167.103,32	15.714,99	208.156,61	79.340,16	79.248,53	82.773,40	87.913,54	1.068.582,03	931.300,00
Outras Receitas Tributárias	92.936,43	87.961,56	101.800,11	78.277,73	85.923,15	85.439,56	81.446,75	181.059,72	406.071,45	622.503,09	158.513,80	96.445,06	2.078.378,41	2.124.966,48
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	209.800,62	210.405,97	212.518,92	214.565,80	216.161,16	434.702,61	95.550,38	233.171,43	248.658,65	260.571,04	265.744,08	267.530,03	2.869.380,69	3.218.010,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	209.800,62	210.405,97	212.518,92	214.565,80	216.161,16	434.702,61	95.550,38	233.171,43	248.658,65	260.571,04	265.744,08	267.530,03	2.869.380,69	3.218.010,00
RECEITA PATRIMONIAL	395.124,47	444.300,18	320.960,14	415.532,96	298.356,88	511.252,36	237.644,85	310.442,04	455.324,33	322.213,71	504.617,85	296.804,86	4.512.574,63	3.490.808,44
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	659.900,91	722.008,56	691.522,99	728.381,21	767.489,21	731.981,52	596.553,21	749.691,51	966.040,26	768.482,47	801.834,90	811.389,28	8.995.276,03	9.092.493,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.229.360,44	3.325.671,67	3.287.440,01	3.796.619,56	3.453.584,19	4.227.007,61	3.582.742,69	3.531.351,73	3.532.988,75	3.960.573,27	3.817.422,62	3.829.025,52	43.573.788,06	40.855.815,93
Cota-Parte do F.P.M.	580.349,71	777.784,51	649.268,79	698.930,25	837.852,76	1.456.323,03	1.012.661,84	1.090.994,68	712.223,49	944.049,97	1.083.571,81	977.999,89	10.822.010,73	9.630.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.232.117,37	1.266.073,42	1.333.191,19	1.430.904,67	1.389.655,65	1.487.754,76	1.429.568,83	1.220.407,72	1.423.477,37	1.411.985,89	1.379.056,32	1.384.072,23	16.388.265,42	15.800.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	275.069,65	263.628,31	256.720,56	254.509,95	180.207,60	103.437,96	118.471,71	195.222,23	283.649,89	290.933,75	322.940,31	307.116,26	2.851.908,18	3.100.000,00
Cota-Parte do ITR.	11,01	85,13	532,15	5.570,19	116,07	63,84	119,78	45,85	143,08	42,43	191,76	140,14	7.061,43	350,00
Transferências da LC 61/1989	29.347,93	28.394,54	28.304,64	29.457,15	31.380,04	36.891,59	31.456,25	29.591,00	21.735,16	29.361,79	24.745,17	27.356,11	348.021,37	310.000,00
Transferências da LC 87/1996	8.284,65	8.284,65	8.284,65	8.284,65	8.284,65	8.284,65	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	98.642,22	104.000,00
Transferências do FUNDEB	472.720,39	502.120,21	505.371,14	534.954,96	538.633,31	588.288,67	555.656,66	514.070,19	531.611,01	559.629,86	572.167,03	558.764,94	6.433.988,37	6.130.000,00
Outras Transferências Correntes	631.459,73	479.300,90	505.766,89	834.007,74	467.454,11	545.963,11	426.651,90	472.864,34	551.993,03	716.413,86	426.594,50	565.420,23	6.623.890,34	5.781.465,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	143.345,85	136.586,50	116.023,77	114.213,08	114.181,06	273.697,40	238.576,21	130.744,91	133.566,94	128.244,47	108.766,79	108.400,02	1.746.347,00	1.367.765,00
DEDUÇÕES (II)	527.651,99	571.158,81	557.827,05	587.741,69	592.630,47	829.407,65	527.906,70	611.310,57	592.765,09	644.284,49	670.397,94	644.444,09	7.357.526,54	7.361.262,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	97.912,18	97.604,98	97.862,89	97.436,60	98.357,36	281.359,05	3.046,12	97.347,41	97.808,42	102.298,86	101.585,98	103.476,24	1.276.096,09	1.511.392,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	4.703,95	4.703,95	4.703,95	4.773,96	4.773,96	9.547,92	4.773,96	5.079,93	5.079,93	5.079,93	5.079,93	0,00	58.301,37	61.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	425.035,86	468.849,88	455.260,21	485.531,13	489.499,15	538.500,68	520.086,62	508.883,23	489.876,74	536.905,70	563.732,03	540.967,85	6.023.129,08	5.788.870,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.895.063,79	5.056.302,03	4.970.846,05	5.527.737,12	5.022.254,74	6.284.037,50	4.835.791,41	5.309.225,82	6.058.891,59	8.613.229,30	6.020.892,88	5.572.036,54	68.166.308,77	63.964.397,60

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 25/07/2011

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLINI
CONTROLADORA INTERNA

MATRICIA CALLEGARI
CONTADORA CRC 029205/O-3

Município de JOACABA - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Entidade: INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2011	Até o Semestre/2010
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	218.156,88
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.084.192,12	1.084.192,12	210.000,00	210.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	7.471.684,12	7.471.684,12	2.691.928,19	2.691.928,19	2.459.354,35
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2011	Até o Semestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.373.000,00	3.373.000,00	1.281.008,14	1.281.008,14	1.058.724,12
ADMINISTRAÇÃO	333.000,00	333.000,00	55.114,42	55.114,42	50.999,32
Despesas Correntes	313.000,00	313.000,00	54.155,42	54.155,42	50.999,32
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	959,00	959,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.040.000,00	3.040.000,00	1.225.893,72	1.225.893,72	1.007.724,80
Pessoal Civil	0,00	0,00	1.220.894,11	1.220.894,11	1.007.724,80
Aposentadorias	0,00	0,00	934.161,64	934.161,64	738.937,73
Pensões	0,00	0,00	286.732,47	286.732,47	268.787,07
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.040.000,00	3.040.000,00	4.999,61	4.999,61	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de JOACABA - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Entidade: INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2011	Até o Semestre/2010
Demais Despesas Previdenciárias	3.040.000,00	3.040.000,00	4.999,61	4.999,61	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.373.000,00	3.373.000,00	1.281.008,14	1.281.008,14	1.058.724,12
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	4.098.684,12	4.098.684,12	1.410.920,05	1.410.920,05	1.400.630,23
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2011	Até o Semestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	45.609,32
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	45.609,32
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	45.609,32
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			4.098.684,12		

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Bancos Conta Movimento	12.216,32	6.181,14	45,67
Investimentos	21.633.067,47	21.744.947,13	17.466.585,81
FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA			

Continua 3/4

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

Município de JOACABA - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Entidade: INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA

JOACABA, 25/07/2011

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLIN
CONTROLADORA INTERNA

PATRICIA CALLEGARI
CONTADORA CRC 029205/O-3

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 30 Jun 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.865.688,79	10.865.688,79	10.243.821,36
DEDUÇÕES (II)	22.354.692,46	22.354.692,46	28.589.085,47
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.664.128,65	22.664.128,65	28.423.066,48
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	212.709,05
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	309.436,19	309.436,19	46.690,06
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-11.489.003,67	-11.489.003,67	-18.345.264,11
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-11.489.003,67	-11.489.003,67	-18.345.264,11
<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Semestre (C - B)		Jan a Jun 2011 (C - A)
VALOR	-6.856.260,44		-6.856.260,44

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.134.500,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 30 Jun 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	40.387.266,81	40.387.266,81	40.387.266,81
Passivo Atuarial	40.387.266,81	40.387.266,81	40.387.266,81
DEDUÇÕES (VIII)	20.337.041,76	20.337.041,76	21.751.128,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	55.298,97	55.298,97	6.181,14
Investimentos	20.285.025,75	20.285.025,75	21.744.947,13
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	3.282,96	3.282,96	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	20.050.225,05	20.050.225,05	18.636.138,54
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	20.050.225,05	20.050.225,05	18.636.138,54

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 25/07/2011

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLIN
CONTROLADORA INTERNA

PATRICIA CALLEGARI
CONTADORA CRC 029205/O-3

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2011	Até o Semestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	66.921.141,56	36.420.115,36	36.420.115,36	33.091.778,74
Receita Tributária	13.301.266,48	8.807.759,88	8.807.759,88	7.761.790,33
I.P.T.U.	4.398.300,00	3.322.810,93	3.322.810,93	3.112.290,15
I.S.S.	4.398.300,00	2.752.078,35	2.752.078,35	2.289.132,94
I.T.B.I.	4.398.300,00	632.431,24	632.431,24	423.708,94
I.R.R.F.	891.300,00	553.147,23	553.147,23	481.968,43
Outras Receitas Tributárias	2.425.366,48	1.547.292,13	1.547.292,13	1.454.689,87
Receita de Contribuição	6.736.610,28	2.604.787,05	2.604.787,05	2.456.651,54
Receitas Previdenciárias	4.422.492,00	1.513.637,94	1.513.637,94	1.641.518,01
Outras Contribuições	2.314.118,28	1.091.149,11	1.091.149,11	815.133,53
Receita Patrimonial Líquida	82.450,00	75.256,32	75.256,32	50.483,92
Receita Patrimonial	3.490.808,44	2.127.047,64	2.127.047,64	1.553.161,14
(-) Aplicações Financeiras	3.490.808,44	2.051.791,32	2.051.791,32	1.502.677,22
Transferências Correntes	35.066.945,93	19.093.652,41	19.093.652,41	17.882.116,52
F.P.M.	7.704.000,00	4.657.201,52	4.657.201,52	3.650.579,58
I.C.M.S.	12.640.000,00	6.598.855,19	6.598.855,19	7.120.005,76
Convênios	12.640.000,00	624.533,07	624.533,07	603.486,08
Outras Transferências Correntes	12.640.000,00	7.213.062,63	7.213.062,63	6.508.045,10
Demais Receitas Correntes	11.733.868,87	5.838.659,70	5.838.659,70	4.940.736,43
Dívida Ativa	842.300,00	560.784,26	560.784,26	414.659,91
Diversas Receitas Correntes	10.891.568,87	5.277.875,44	5.277.875,44	4.526.076,52
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.250.000,00	547.857,50	547.857,50	490.086,78
Operações de Crédito (III)	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	240.000,00	40.377,50	40.377,50	36.347,72
Alienação de Ativos (V)	240.000,00	0,00	0,00	30.459,06
Transferências de Capital	0,00	507.480,00	507.480,00	423.280,00
Convênios	0,00	497.480,00	497.480,00	423.280,00
Outras Transferências de Capital	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	507.480,00	507.480,00	423.280,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	66.921.141,56	36.927.595,36	36.927.595,36	33.515.058,74
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2011	Até o Semestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	60.865.703,26	27.688.094,02	27.688.094,02	22.896.275,19
Pessoal e Encargos Sociais	30.555.187,88	14.747.278,48	14.747.278,48	12.630.227,12
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.000.000,00	505.673,42	505.673,42	530.304,64
Outras Despesas Correntes	29.300.505,00	12.435.142,12	12.435.142,12	9.735.743,43
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	59.865.703,26	27.182.420,60	27.182.420,60	22.365.970,55
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	17.291.081,70	1.669.554,24	1.669.554,24	2.703.807,39
Investimentos	16.728.066,42	1.453.321,75	1.453.321,75	2.223.943,33
Inversões Financeiras	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	16.728.066,42	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	558.000,00	216.232,49	216.232,49	479.864,06
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	16.733.066,42	1.453.321,75	1.453.321,75	2.223.943,33



Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2011	Até o Semestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.130.500,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	3.098.684,12	-	-	-
	3.098.684,12			
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	80.827.953,80	28.635.742,35	28.635.742,35	24.589.913,88
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-13.906.812,24	8.291.853,01	8.291.853,01	8.925.144,86
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	832.259,52	0,00
Superávit Financeiro	-	-	832.259,52	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-3.016.151,04

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 25/07/2011

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLIN
CONTROLADORA INTERNA

PATRICIA CALLEGARI
CONTADORA CRC 029205/O-3

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	304.102,38	-	257.412,32	46.690,06	70.115,91	3.794.889,91	2.675,72	3.193.533,93	668.796,17
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	280.838,81	0,00	234.148,75	46.690,06	11.475,00	3.350.484,87	2.345,71	2.749.995,40	609.618,76
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	382,23	382,23	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.407,38	0,00	65.407,38	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	54.014,79	0,00	54.014,79	0,00	0,00	558.089,70	308,53	524.937,83	32.843,34
GABINETE DO PREFEITO	0,00	9.350,00	0,00	9.350,00	0,00	0,00	360.857,46	0,00	311.303,46	49.554,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	1.020,00	0,00	1.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC.MUNICIPAL DE AGRICULTURA IND. COM. E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.475,00	0,00	0,00	0,00	11.475,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	7.884,55	0,00	7.884,55	0,00	0,00	832.150,01	0,00	832.150,01	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	924,16	0,00	681,20	242,96	0,00	159.538,63	0,00	46.291,99	113.246,64
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA	0,00	71.237,36	0,00	71.237,36	0,00	0,00	18.025,80	960,00	17.065,80	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	136.407,95	0,00	89.960,85	46.447,10	0,00	1.356.033,66	694,95	952.838,93	402.499,78
FUNDAÇÃO DE ESPORTES E EVENTOS DE JOACABA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.548,10	0,00	19.548,10	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.548,10	0,00	19.548,10	0,00
INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA	0,00	3.282,96	0,00	3.282,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PUBL. - IMPRES	0,00	3.282,96	0,00	3.282,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PLANO DE SAÚDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.072,04	0,00	64.535,54	536,50
PLANO DE SAÚDE ASSIT. SOCIAL DOS SERV.PUBL.- PLASS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.072,04	0,00	64.535,54	536,50
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	19.980,61	0,00	19.980,61	0,00	58.640,91	359.784,90	330,01	359.454,89	58.640,91
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - JHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.640,91	0,00	0,00	0,00	58.640,91
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE	0,00	19.980,61	0,00	19.980,61	0,00	0,00	359.784,90	330,01	359.454,89	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	8.616,77	-	8.616,77	-	-	1.920,24	-	1.920,24	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	8.616,77	0,00	8.616,77	0,00	0,00	467,93	0,00	467,93	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	467,93	0,00	467,93	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	1.974,09	0,00	1.974,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	6.420,82	0,00	6.420,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	221,86	0,00	221,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO DE ESPORTES E EVENTOS DE JOACABA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.452,31	0,00	1.452,31	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.452,31	0,00	1.452,31	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	312.719,15	0,00	266.029,09	46.690,06	70.115,91	3.796.810,15	2.675,72	3.195.454,17	668.796,17

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 25/07/2011

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLINI
CONTROLADORA INTERNA

PATRICIA CALLEGARI
CONTADORA CRC 029205/O-3

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	40.835.790,00	40.835.790,00	23.408.315,89	57,32
Impostos	11.175.800,00	11.175.800,00	7.260.467,75	64,97
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.398.300,00	4.398.300,00	3.322.810,93	75,55
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	899.900,00	899.900,00	632.431,24	70,28
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	4.946.300,00	4.946.300,00	2.752.078,35	55,64
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	931.300,00	931.300,00	553.147,23	59,40
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	715.640,00	715.640,00	345.581,11	48,29
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	17.500,00	17.500,00	8.023,11	45,85
Dívida Ativa dos Impostos	508.300,00	508.300,00	260.303,32	51,21
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	189.840,00	189.840,00	77.254,68	40,69
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	28.944.350,00	28.944.350,00	15.802.267,03	54,60
Da União	9.734.350,00	9.734.350,00	5.871.119,04	60,31
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	9.630.000,00	9.630.000,00	5.821.501,68	60,45
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	350,00	350,00	683,04	195,15
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	104.000,00	104.000,00	48.934,32	47,05
Do Estado	19.210.000,00	19.210.000,00	9.931.147,99	51,70
Cota-Parte do ICMS	15.800.000,00	15.800.000,00	8.248.568,36	52,21
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	310.000,00	310.000,00	164.245,48	52,98
Cota-Parte do IPVA	3.100.000,00	3.100.000,00	1.518.334,15	48,98
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	2.824.102,00	2.824.102,00	1.646.069,30	58,29
Da União para o Município	2.571.802,00	2.571.802,00	1.483.014,00	57,66
Do Estado para o Município	222.300,00	222.300,00	140.509,94	63,21
Demais Municípios para o Município	30.000,00	30.000,00	22.545,36	75,15
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	34.708.478,00	34.708.478,00	17.125.831,16	49,34
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.788.870,00	-5.788.870,00	-3.160.452,17	54,60
TOTAL	72.579.500,00	72.579.500,00	39.019.764,18	53,76
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	9.342.207,30	10.099.555,96	4.491.948,64	44,48
Pessoal e Encargos Sociais	6.681.945,00	6.258.185,00	2.984.933,56	47,70
Outras Despesas Correntes	2.660.262,30	3.841.370,96	1.507.015,08	39,23
DESPESAS DE CAPITAL	630.000,00	575.889,01	37.336,00	6,48
Investimentos	630.000,00	575.889,01	37.336,00	6,48

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	630.000,00	575.889,01	37.336,00	6,48
Investimentos	630.000,00	575.889,01	37.336,00	6,48
TOTAL (IV)	9.972.207,30	10.675.444,97	4.529.284,64	42,43
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	9.972.207,30	10.675.444,97	4.529.284,64	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.824.102,00	3.473.501,80	1.301.578,55	28,74
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.824.102,00	3.473.501,80	1.301.578,55	28,74
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	7.148.105,30	7.201.943,17	3.227.706,09	71,26

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	528.621,16	308,53

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{V - VI}{I}$² [(V - VI) / I] 13,79

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Semestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	8.383.922,30	8.956.109,65	3.802.577,18	83,96
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.220.985,00	1.314.257,92	550.387,56	12,15
Vigilância Sanitária	216.000,00	239.932,78	116.267,65	2,57
Vigilância Epidemiológica	151.300,00	165.144,62	60.052,25	1,33
TOTAL	9.972.207,30	10.675.444,97	4.529.284,64	100,00

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

JOACABA, 25/07/2011

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLIN
CONTROLADORA INTERNA

PATRICIA CALLEGARI
CONTADORA CRC 029205/O-3

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2011		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

JOACABA, 25/07/2011

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLIN
CONTROLADORA INTERNA

PATRICIA CALLEGARI
CONTADORA CRC 029205/O-3

Município de JOACABA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Semestre	Até o Semestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	72.579.500,00
Previsão Atualizada			—	72.579.500,00
Receitas Realizadas			39.019.764,18	39.019.764,18
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	832.259,52
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	72.579.500,00
Créditos Adicionais			—	9.806.469,08
Dotação Atualizada			—	82.385.969,08
Despesas Empenhadas			45.440.665,62	45.440.665,62
Despesas Liquidadas			29.357.648,26	29.357.648,26
Superavit Orçamentário			—	9.662.115,92
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Semestre	Até o Semestre
Despesas Empenhadas			45.440.665,62	45.440.665,62
Despesas Liquidadas			29.357.648,26	29.357.648,26
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Semestre
Receita Corrente Líquida				68.166.308,77
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Semestre	Até o Semestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			2.691.928,19	2.691.928,19
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			1.281.008,14	1.281.008,14
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			1.410.920,05	1.410.920,05
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.134.500,00	-6.856.260,44	-604,34
Resultado Primário		-3.016.151,04	8.291.853,01	-274,92
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	312.719,15	0,00	266.029,09	46.690,06
EXECUTIVO	312.719,15	0,00	266.029,09	46.690,06
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.866.926,06	2.675,72	3.195.454,17	668.796,17
EXECUTIVO	3.866.926,06	2.675,72	3.195.454,17	668.796,17
TOTAL:	4.179.645,21	2.675,72	3.461.483,26	715.486,23
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.404.266,83	25%	23,09
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.697.227,89	60%	81,41
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	2.000.000,00
Despesa de Capital Líquida			1.669.554,24	15.621.527,46

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de JOACABA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	10.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	22.201,06

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.227.397,56	15,00	13,79

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 25/07/2011

 RAFAEL LASKE
 PREFEITO

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

 JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLIN
 CONTROLADORA INTERNA

 PATRICIA CALLEGARI
 CONTADORA CRC 029205/O-3

Relatório Resumido de Execução Orçamentária 3º Bimestre/2011

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	67.786.789,60	67.786.789,60	12.126.862,44	17,89	37.488.581,75	55,30	30.298.207,85
RECEITAS CORRENTES	65.536.789,60	65.536.789,60	11.803.071,57	18,01	36.940.724,25	56,37	28.596.065,35
RECEITA TRIBUTARIA	13.300.766,48	13.300.766,48	2.096.235,50	15,76	8.806.507,62	66,21	4.494.258,86
IMPOSTOS	11.175.800,00	11.175.800,00	1.841.276,64	16,48	7.260.467,75	64,97	3.915.332,25
TAXAS	2.038.016,48	2.038.016,48	252.143,90	12,37	1.532.255,33	75,18	505.761,15
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	86.950,00	86.950,00	2.814,96	3,24	13.784,54	15,85	73.165,46
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.322.410,00	2.322.410,00	362.397,10	15,60	884.508,04	38,09	1.437.901,96
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	895.600,00	895.600,00	170.877,01	19,08	486.717,57	54,35	408.882,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.322.410,00	2.322.410,00	362.397,10	15,60	884.508,04	38,09	1.437.901,96
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	895.600,00	895.600,00	170.877,01	19,08	486.717,57	54,35	408.882,43
RECEITA PATRIMONIAL	3.490.808,44	3.490.808,44	801.422,71	22,96	2.127.047,64	60,93	1.363.760,80
RECEITAS IMOBILIARIAS	80.250,00	80.250,00	11.774,12	14,67	37.855,03	47,17	42.394,97
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	3.408.358,44	3.408.358,44	776.967,41	22,80	2.051.791,32	60,20	1.356.567,12
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	2.200,00	2.200,00	12.681,18	576,42	37.401,29	700,06	-35.201,29
RECEITA DE SERVIÇOS	9.092.493,75	9.092.493,75	1.613.224,18	17,74	4.693.991,63	51,62	4.398.502,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.066.945,93	35.066.945,93	6.541.748,26	18,66	19.093.652,41	54,45	15.973.293,52
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.003.945,93	34.003.945,93	6.370.163,78	18,73	18.462.419,34	54,29	15.541.526,59
Transf. de Instituições Privadas	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	6.700,00	26,80	18.300,00
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transf. de Conv.	943.000,00	943.000,00	169.131,98	17,94	613.910,57	65,10	329.089,43
Transferência de Convênios	90.000,00	90.000,00	2.452,50	2,73	10.622,50	11,80	79.377,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.367.765,00	1.367.765,00	217.166,81	15,88	848.299,34	62,02	519.465,66
Multas e Juros de Mora	422.615,00	422.615,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422.615,00
MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	79.080,63	0,00	199.868,45	0,00	-199.868,45
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	63.850,00	63.850,00	7.145,65	11,19	73.098,67	114,48	-9.248,67
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	842.300,00	842.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	842.300,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	126.431,89	0,00	560.784,26	0,00	-560.784,26
RECEITAS DIVERSAS	39.000,00	39.000,00	4.508,64	11,56	14.547,96	37,30	24.452,04
RECEITAS DE CAPITAL	2.250.000,00	2.250.000,00	323.790,87	14,39	547.857,50	24,35	1.702.142,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00

Continua 1/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	67.786.789,60	67.786.789,60	12.126.862,44	17,89	37.488.581,75	55,30	30.298.207,85
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	240.000,00	240.000,00	16.310,87	6,80	40.377,50	16,82	199.622,50
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	307.480,00	0,00	507.480,00	0,00	-507.480,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	297.480,00	0,00	497.480,00	0,00	-497.480,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.792.710,40	4.792.710,40	611.723,04	12,76	1.531.182,43	31,95	3.261.527,97
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.792.710,40	4.792.710,40	611.723,04	12,76	1.531.182,43	31,95	3.261.527,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	500,00	500,00	0,00	0,00	636,26	127,25	-136,26
RECEITA TRIBUTARIA - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	616,00	0,00	616,00	0,00	-616,00
TAXAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	616,00	0,00	616,00	0,00	-616,00
Taxas - Operações Intra-Orçamentárias	500,00	500,00	0,00	0,00	636,26	127,25	-136,26
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.518.600,28	3.518.600,28	499.812,02	14,20	1.233.561,44	35,06	2.285.038,84
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.518.600,28	3.518.600,28	499.812,02	14,20	1.233.561,44	35,06	2.285.038,84
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	189.318,00	189.318,00	26.286,97	13,89	84.346,02	44,55	104.971,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.084.292,12	1.084.292,12	85.008,05	7,84	212.022,71	19,55	872.269,41
MULTAS E JUROS DE MORA - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	100,00	100,00	1.008,05	1.008,05	2.022,71	2.022,71	-1.922,71
RECEITAS DECOR. DE APORTES PERIOD. AMORT. DÉFICIT	1.084.192,12	1.084.192,12	84.000,00	7,75	210.000,00	19,37	874.192,12
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	72.579.500,00	72.579.500,00	12.738.585,48	17,55	39.019.764,18	53,76	33.559.735,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	72.579.500,00	72.579.500,00	12.738.585,48	17,55	39.019.764,18	53,76	33.559.735,82
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	72.579.500,00	72.579.500,00	12.738.585,48	17,55	39.019.764,18	53,76	33.559.735,82
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	5.705.780,11	—	—	832.259,52	—	—
Superávit Financeiro	—	5.705.780,11	—	—	832.259,52	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	67.803.289,60	9.844.469,08	77.647.758,68	10.971.718,30	43.216.845,31	10.921.528,02	27.590.065,65	35,53	50.057.693,03
DESPESAS CORRENTES	52.289.668,61	3.995.839,53	56.285.508,14	9.635.906,51	38.047.164,21	10.253.068,46	25.986.351,11	46,17	30.299.157,03
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.454.937,30	-243.834,42	27.211.102,88	4.852.296,24	14.452.622,83	5.279.315,15	13.322.996,79	48,96	13.888.106,09
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	-6.535,31	960.464,69	170.280,83	505.673,42	50,57	494.326,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.834.731,31	4.239.673,95	28.074.405,26	4.790.145,58	22.634.076,69	4.803.472,48	12.157.680,90	43,31	15.916.724,36
DESPESAS DE CAPITAL	11.284.436,87	5.848.629,55	17.133.066,42	1.335.811,79	5.169.681,10	668.459,56	1.603.714,54	9,36	15.529.351,88
INVESTIMENTOS	10.879.436,87	5.848.629,55	16.728.066,42	1.338.379,59	4.921.349,82	619.829,04	1.453.321,75	8,69	15.274.744,67
INVERSOES FINANCEIRAS	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	400.000,00	0,00	400.000,00	-2.567,80	248.331,28	48.630,52	150.392,79	37,60	249.607,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.130.500,00	0,00	1.130.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.130.500,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	3.098.684,12	0,00	3.098.684,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.098.684,12
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.776.210,40	-38.000,00	4.738.210,40	471.988,96	2.223.820,31	638.183,21	1.767.582,61	37,30	2.970.627,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.344.085,00	0,00	3.344.085,00	508.516,22	1.432.539,72	502.761,12	1.424.281,69	42,59	1.919.803,31
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.274.110,12	-38.000,00	1.236.110,12	-36.527,26	646.433,25	109.086,21	277.461,22	22,45	958.648,90
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	158.015,28	0,00	158.015,28	0,00	144.847,34	26.335,88	65.839,70	41,67	92.175,58

Continua 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.776.210,40	-38.000,00	4.738.210,40	471.988,96	2.223.820,31	638.183,21	1.767.582,61	37,30	2.970.627,79
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	72.579.500,00	9.806.469,08	82.385.969,08	11.443.707,26	45.440.665,62	11.559.711,23	29.357.648,26	35,63	53.028.320,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	72.579.500,00	9.806.469,08	82.385.969,08	11.443.707,26	45.440.665,62	11.559.711,23	29.357.648,26	35,63	53.028.320,82
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	9.662.115,92	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	72.579.500,00	9.806.469,08	82.385.969,08	11.443.707,26	45.440.665,62	11.559.711,23	39.019.764,18	35,63	53.028.320,82

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.410.920,05

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 24/07/2011

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLIN
CONTROLADORA INTERNA

PATRICIA CALLEGARI
CONTADORA CRC 029205/O-3

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “ c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	67.803.289,60	77.647.758,68	10.971.718,30	43.216.845,31	10.921.528,02	27.590.065,65	93,98	35,53	50.057.693,03
Legislativa	2.920.000,00	2.920.000,00	215.013,61	868.194,58	270.549,77	688.388,53	2,34	23,57	2.231.611,47
Ação Legislativa	2.920.000,00	2.920.000,00	215.013,61	868.194,58	270.549,77	688.388,53	2,34	23,57	2.231.611,47
Administração	7.160.876,00	8.026.891,00	1.263.029,34	5.781.176,53	1.197.315,25	4.221.265,99	14,38	52,59	3.805.625,01
Representação Judicial e Extrajudicial	868.850,00	868.850,00	44.601,81	551.255,58	49.787,33	534.083,78	1,82	61,47	334.766,22
Planejamento e Orçamento	99.250,00	212.890,00	50.422,62	153.888,30	23.722,62	50.488,30	0,17	23,72	162.401,70
Administração Geral	4.081.876,00	4.613.451,00	659.177,25	3.653.241,03	783.125,89	2.674.015,45	9,11	57,96	1.939.435,55
Administração Financeira	1.546.700,00	1.647.500,00	445.883,13	1.192.424,02	296.475,09	784.264,59	2,67	47,60	863.235,41
Controle Interno	110.400,00	110.400,00	19.731,41	55.220,32	18.838,16	49.382,13	0,17	44,73	61.017,87
Comunicação Social	142.400,00	262.400,00	16.338,94	84.404,74	11.741,04	78.578,73	0,27	29,95	183.821,27
Assistência à Criança e ao Adolescente	21.400,00	21.400,00	0,00	10.077,15	0,00	10.077,15	0,03	47,09	11.322,85
Previdência do Regime Estatutário	290.000,00	290.000,00	26.874,18	80.665,39	13.625,12	40.375,86	0,14	13,92	249.624,14
Segurança Pública	1.522.086,92	1.759.904,34	133.248,97	1.162.915,89	240.100,07	538.097,73	1,83	30,58	1.221.806,61
Policimento	19.000,00	19.000,00	1.766,00	8.627,50	2.928,50	7.701,50	0,03	40,53	11.298,50
Defesa Civil	1.503.086,92	1.740.904,34	131.482,97	1.154.288,39	237.171,57	530.396,23	1,81	30,47	1.210.508,11
Assistência Social	2.290.550,00	2.707.237,83	507.334,49	1.669.380,51	543.909,69	1.418.933,41	4,83	52,41	1.288.304,42
Assistência ao Idoso	154.188,00	189.354,00	34.184,49	123.861,11	45.923,75	110.613,42	0,38	58,42	78.740,58
Assistência ao Portador de Deficiência	73.274,00	73.479,65	-400,03	73.034,07	11.828,93	23.899,61	0,08	32,53	49.580,04
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.234.478,00	1.320.260,56	288.761,88	724.842,01	276.985,90	614.876,21	2,09	46,57	705.384,35
Assistência Comunitária	828.610,00	1.124.143,62	184.788,15	747.643,32	209.171,11	669.544,17	2,28	59,56	454.599,45
Previdência Social	3.040.000,00	3.040.000,00	502.121,15	1.235.001,32	503.133,25	1.225.893,72	4,18	40,33	1.814.106,28
Previdência do Regime Estatutário	3.040.000,00	3.040.000,00	502.121,15	1.235.001,32	503.133,25	1.225.893,72	4,18	40,33	1.814.106,28
Saúde	9.555.312,30	10.296.549,97	2.203.107,35	6.530.524,04	1.777.224,30	4.381.826,03	14,93	42,56	5.914.723,94
Atenção Básica	8.010.532,30	8.582.719,65	1.909.156,65	5.591.859,70	1.446.576,01	3.655.441,95	12,45	42,59	4.927.277,70
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.177.480,00	1.308.752,92	219.417,72	711.519,30	259.846,89	550.064,18	1,87	42,03	758.688,74
Vigilância Sanitária	216.000,00	239.932,78	46.564,57	124.163,40	48.635,19	116.267,65	0,40	48,46	123.665,13
Vigilância Epidemiológica	151.300,00	165.144,62	27.968,41	102.981,64	22.166,21	60.052,25	0,20	36,36	105.092,37
Trabalho	2.225.623,28	2.425.623,28	114.833,27	2.137.240,75	375.496,23	978.677,43	3,33	40,35	1.446.945,85
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.225.623,28	2.425.623,28	114.833,27	2.137.240,75	375.496,23	978.677,43	3,33	40,35	1.446.945,85
Educação	11.940.119,23	12.402.263,27	2.291.946,77	7.767.852,90	2.677.713,32	5.943.571,01	20,25	47,92	6.458.692,26
Alimentação e Nutrição	234.000,00	234.032,26	0,00	194.810,01	56.212,43	91.275,66	0,31	39,00	142.756,60
Ensino Fundamental	6.383.468,63	6.720.442,03	1.216.221,27	4.448.348,17	1.560.918,11	3.377.912,44	11,51	50,26	3.342.529,59

Continua 1/4

Município de JOACABA - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	67.803.289,60	77.647.758,68	10.971.718,30	43.216.845,31	10.921.528,02	27.590.065,65	93,98	35,53	50.057.693,03
Educação	11.940.119,23	12.402.263,27	2.291.946,77	7.767.852,90	2.677.713,32	5.943.571,01	20,25	47,92	6.458.692,26
Ensino Médio	189.509,26	189.509,26	151,41	90.496,25	24.906,03	55.627,38	0,19	29,35	133.881,88
Educação Infantil	4.716.641,34	4.841.779,72	992.776,55	2.770.026,63	956.540,45	2.220.203,99	7,56	45,86	2.621.575,73
Educação Especial	96.000,00	96.000,00	0,00	65.886,30	16.500,00	33.886,30	0,12	35,30	62.113,70
Difusão Cultural	320.500,00	320.500,00	82.797,54	198.285,54	62.636,30	164.665,24	0,56	51,38	155.834,76
Direitos da Cidadania	94.850,00	94.850,00	18.039,77	45.195,06	18.506,47	45.195,06	0,15	47,65	49.654,94
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	94.850,00	94.850,00	18.039,77	45.195,06	18.506,47	45.195,06	0,15	47,65	49.654,94
Urbanismo	8.549.307,75	12.904.218,27	2.152.073,78	6.843.051,31	1.172.339,85	2.862.765,90	9,75	22,18	10.041.452,37
Infra-Estrutura Urbana	4.981.757,75	9.256.668,27	1.473.179,42	3.285.284,07	536.332,73	1.249.741,95	4,26	13,50	8.006.926,32
Serviços Urbanos	2.666.950,00	2.746.950,00	86.747,33	2.657.167,24	450.086,01	1.118.649,87	3,81	40,72	1.628.300,13
Conservação de Energia	900.600,00	900.600,00	592.147,03	900.600,00	185.921,11	494.374,08	1,68	54,89	406.225,92
Habitação	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Habitação Urbana	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Saneamento	8.734.532,53	10.546.733,59	1.122.660,99	5.612.396,69	1.282.915,03	3.151.845,79	10,74	29,88	7.394.887,80
Administração Geral	1.728.772,40	1.988.772,40	402.492,08	1.120.268,96	304.896,39	798.069,63	2,72	40,13	1.190.702,77
Saneamento Básico Rural	39.472,05	174.472,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174.472,05
Saneamento Básico Urbano	6.966.288,08	8.383.489,14	720.168,91	4.492.127,73	978.018,64	2.353.776,16	8,02	28,08	6.029.712,98
Gestão Ambiental	95.000,00	493.000,00	27.193,66	69.295,54	22.558,16	62.809,34	0,21	12,74	430.190,66
Preservação e Conservação Ambiental	95.000,00	493.000,00	27.193,66	69.295,54	22.558,16	62.809,34	0,21	12,74	430.190,66
Agricultura	381.000,00	406.000,00	51.195,19	136.347,50	41.738,18	107.950,49	0,37	26,59	298.049,51
Extensão Rural	381.000,00	406.000,00	51.195,19	136.347,50	41.738,18	107.950,49	0,37	26,59	298.049,51
Comércio e Serviços	82.800,00	82.800,00	25.820,42	27.320,42	16.405,00	17.905,00	0,06	21,62	64.895,00
Turismo	82.800,00	82.800,00	25.820,42	27.320,42	16.405,00	17.905,00	0,06	21,62	64.895,00
Transporte	1.216.150,00	1.544.589,54	156.197,94	815.429,01	216.266,80	469.179,54	1,60	30,38	1.075.410,00
Transporte Aéreo	45.050,00	47.489,54	5.301,74	27.915,72	9.348,16	24.489,42	0,08	51,57	23.000,12
Transporte Rodoviário	1.171.100,00	1.497.100,00	150.896,20	787.513,29	206.918,64	444.690,12	1,51	29,70	1.052.409,88
Desporto e Lazer	1.719.800,00	1.721.816,00	196.048,60	688.504,83	200.826,35	472.386,87	1,61	27,44	1.249.429,13
Desporto Comunitário	1.719.800,00	1.721.816,00	196.048,60	688.504,83	200.826,35	472.386,87	1,61	27,44	1.249.429,13
Encargos Especiais	2.026.097,47	2.026.097,47	-8.147,00	1.827.018,43	364.530,30	1.003.373,81	3,42	49,52	1.022.723,66
Serviço da Dívida Interna	1.400.000,00	1.400.000,00	-9.103,11	1.208.795,97	218.911,35	656.066,21	2,23	46,86	743.933,79
Outros Encargos Especiais	626.097,47	626.097,47	956,11	618.222,46	145.618,95	347.307,60	1,18	55,47	278.789,87

Continua 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	67.803.289,60	77.647.758,68	10.971.718,30	43.216.845,31	10.921.528,02	27.590.065,65	93,98	35,53	50.057.693,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.130.500,00	1.130.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.130.500,00
RESERVA DO RPPS	3.098.684,12	3.098.684,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.098.684,12
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.776.210,40	4.738.210,40	471.988,96	2.223.820,31	638.183,21	1.767.582,61	6,02	37,30	2.970.627,79
Legislativa	80.000,00	80.000,00	11.741,95	32.311,10	11.741,95	32.311,10	0,11	40,39	47.688,90
Ação Legislativa	10.000,00	10.000,00	1.252,92	2.455,86	1.252,92	2.455,86	0,01	24,56	7.544,14
Previdência do Regime Estatutário	70.000,00	70.000,00	10.489,03	29.855,24	10.489,03	29.855,24	0,10	42,65	40.144,76
Administração	963.618,00	963.618,00	124.933,99	381.594,20	125.708,14	358.432,00	1,22	37,20	605.186,00
Administração Geral	963.618,00	963.618,00	124.933,99	381.594,20	125.708,14	358.432,00	1,22	37,20	605.186,00
Segurança Pública	1.500,00	1.500,00	0,00	1.500,00	356,92	622,28	0,00	41,49	877,72
Defesa Civil	1.500,00	1.500,00	0,00	1.500,00	356,92	622,28	0,00	41,49	877,72
Assistência Social	22.915,00	22.915,00	4.080,95	10.987,69	4.080,95	10.987,69	0,04	47,95	11.927,31
Assistência Comunitária	7.560,00	7.560,00	1.472,74	3.652,99	1.472,74	3.652,99	0,01	48,32	3.907,01
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	15.355,00	15.355,00	2.608,21	7.334,70	2.608,21	7.334,70	0,02	47,77	8.020,30
Previdência Social	129.100,00	129.100,00	19.776,85	55.703,00	19.776,85	55.703,00	0,19	43,15	73.397,00
Previdência do Regime Estatutário	129.100,00	129.100,00	19.776,85	55.703,00	19.776,85	55.703,00	0,19	43,15	73.397,00
Saúde	416.895,00	378.895,00	14.031,38	156.019,45	52.782,48	147.458,61	0,50	38,92	231.436,39
Atenção Básica	373.390,00	373.390,00	52.031,38	150.514,45	52.674,18	147.135,23	0,50	39,41	226.254,77
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	43.505,00	5.505,00	-38.000,00	5.505,00	108,30	323,38	0,00	5,87	5.181,62
Educação	1.124.904,00	1.124.904,00	185.519,84	567.175,52	193.089,46	542.273,82	1,85	48,21	582.630,18
Ensino Fundamental	583.274,00	583.274,00	100.735,16	320.128,63	107.553,78	302.425,58	1,03	51,85	280.848,42
Educação Infantil	541.630,00	541.630,00	84.784,68	247.046,89	85.535,68	239.848,24	0,82	44,28	301.781,76
Urbanismo	14.580,00	14.580,00	0,00	14.580,00	1.613,81	2.767,09	0,01	18,98	11.812,91
Infra-Estrutura Urbana	10.800,00	10.800,00	0,00	10.800,00	1.154,09	1.690,63	0,01	15,65	9.109,37
Serviços Urbanos	3.780,00	3.780,00	0,00	3.780,00	459,72	1.076,46	0,00	28,48	2.703,54
Saneamento	605.500,00	605.500,00	93.215,40	263.896,80	93.215,40	263.896,80	0,90	43,58	341.603,20
Administração Geral	1.000,00	1.000,00	0,00	422,26	0,00	422,26	0,00	42,23	577,74
Previdência do Regime Estatutário	525.000,00	525.000,00	79.426,78	224.094,02	79.426,78	224.094,02	0,76	42,68	300.905,98
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	79.500,00	79.500,00	13.788,62	39.380,52	13.788,62	39.380,52	0,13	49,54	40.119,48
Agricultura	1.391,00	1.391,00	0,00	1.391,00	206,72	522,10	0,00	37,53	868,90
Extensão Rural	1.391,00	1.391,00	0,00	1.391,00	206,72	522,10	0,00	37,53	868,90

Continua 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.776.210,40	4.738.210,40	471.988,96	2.223.820,31	638.183,21	1.767.582,61	6,02	37,30	2.970.627,79
Transporte	24.840,00	24.840,00	0,00	24.840,00	5.171,17	12.199,13	0,04	49,11	12.640,87
Transporte Aéreo	3.240,00	3.240,00	0,00	3.240,00	216,47	507,93	0,00	15,68	2.732,07
Transporte Rodoviário	21.600,00	21.600,00	0,00	21.600,00	4.954,70	11.691,20	0,04	54,13	9.908,80
Desporto e Lazer	148.760,00	148.760,00	18.688,60	64.974,21	20.103,48	58.617,89	0,20	39,40	90.142,11
Previdência do Regime Estatutário	114.800,00	114.800,00	16.734,79	46.248,45	16.734,79	46.248,45	0,16	40,29	68.551,55
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	15.600,00	15.600,00	1.953,81	5.365,76	1.953,81	5.365,76	0,02	34,40	10.234,24
Desporto Comunitário	18.360,00	18.360,00	0,00	13.360,00	1.414,88	7.003,68	0,02	38,15	11.356,32
Encargos Especiais	1.242.207,40	1.242.207,40	0,00	648.847,34	110.335,88	281.791,10	0,96	22,68	960.416,30
Serviço da Dívida Interna	1.242.207,40	1.242.207,40	0,00	648.847,34	110.335,88	281.791,10	0,96	22,68	960.416,30
TOTAL (III) = (I + II)	72.579.500,00	82.385.969,08	11.443.707,26	45.440.665,62	11.559.711,23	29.357.648,26	100,00	35,63	53.028.320,82

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 24/07/2011

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO JULIANA APARECIDA KASBURG BRUNO LIMA CALLEGARI
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA CONTROLADORA INTERNA CONTADORA CRC 029205/O-3

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	11.891.440,00	11.891.440,00	1.959.585,54	7.606.048,86	63,96
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.981.540,00	4.981.540,00	562.738,33	3.592.386,87	72,11
1.1.1- IPTU	4.405.000,00	4.405.000,00	477.341,58	3.321.190,00	75,53
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.000,00	5.000,00	1.936,39	2.139,98	42,80
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	410.000,00	410.000,00	65.430,17	207.077,14	50,51
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	170.000,00	170.000,00	22.313,19	61.161,91	35,99
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(8.460,00)	(8.460,00)	(4.283,00)	(5.202,82)	61,50
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	900.000,00	900.000,00	217.440,52	630.006,49	70,39
1.2.1- ITBI	900.000,00	900.000,00	217.440,52	630.006,49	70,39
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	3.700,00	3.700,00	675,66	3.637,25	98,30
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(100,00)	(100,00)	(11.000,00)	(11.000,00)	11.000,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.075.000,00	5.075.000,00	1.018.119,75	2.829.449,21	55,65
1.3.1- ISS	4.950.000,00	4.950.000,00	996.938,52	2.756.400,21	55,73
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	8.800,00	8.800,00	999,50	2.245,88	25,52
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	100.000,00	100.000,00	20.796,93	53.995,43	54,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	6.157,06	16.126,61	80,63
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(3.800,00)	(3.800,00)	(6.172,26)	(6.321,92)	166,37
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	931.300,00	931.300,00	170.686,94	553.147,23	59,40
1.4.1- IRRF	931.300,00	931.300,00	170.686,94	553.147,23	59,40
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	28.944.350,00	28.944.350,00	5.523.501,44	15.802.267,03	54,60
2.1- Cota-Parte FPM	9.630.000,00	9.630.000,00	2.061.571,70	5.821.501,68	60,45
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.630.000,00	9.630.000,00	2.061.571,70	5.821.501,68	60,45
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.800.000,00	15.800.000,00	2.763.129,55	8.248.565,36	52,21
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	104.000,00	104.000,00	16.311,44	48.934,32	47,05
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	310.000,00	310.000,00	52.101,28	164.249,48	52,98
2.5- Cota-Parte ITR	350,00	350,00	331,90	683,04	195,15
2.6- Cota-Parte IPVA	3.100.000,00	3.100.000,00	630.056,57	1.518.334,15	48,98
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	40.835.790,00	40.835.790,00	7.483.086,98	23.408.315,89	57,32
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	797.791,53	797.791,53	142.921,08	406.959,14	51,01
5.1- Transferências do Salário-Educação	530.000,00	530.000,00	90.008,82	306.222,26	57,78
5.2- Outras Transferências do FNDE	258.491,53	258.491,53	50.469,88	94.400,72	36,52
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	9.300,00	9.300,00	2.442,38	6.336,16	68,13
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	200.000,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	200.000,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	307.938,40	307.938,40	58.557,34	117.114,68	38,03
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.105.729,93	1.105.729,93	201.478,42	724.073,82	65,48

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.788.870,00	5.788.870,00	1.104.699,88	3.160.452,17	54,60
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.926.000,00	1.926.000,00	412.314,28	1.164.300,16	60,45
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.160.000,00	3.160.000,00	552.625,54	1.649.713,17	52,21
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	20.800,00	20.800,00	3.262,28	9.786,84	47,05
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	62.000,00	62.000,00	10.420,27	32.849,14	52,98
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	70,00	70,00	66,37	136,56	195,09
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	620.000,00	620.000,00	126.011,14	303.666,30	48,98
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.147.000,00	6.147.000,00	1.139.750,50	3.312.978,34	53,90
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.130.000,00	6.130.000,00	1.130.931,97	3.291.899,69	53,70
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	17.000,00	17.000,00	8.818,53	21.078,65	123,99
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	341.130,00	341.130,00	26.232,09	131.447,52	38,53
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.593.770,00	5.672.955,97	1.203.500,36	2.793.153,47	49,24
13.1- Com Educação Infantil	2.904.800,00	2.951.553,40	636.574,16	1.523.258,47	51,61
13.2- Com Ensino Fundamental	2.688.970,00	2.721.402,57	566.926,20	1.269.895,00	46,66
14- OUTRAS DESPESAS	553.230,00	559.969,61	105.199,03	281.428,28	49,38
14.1- Com Educação Infantil	321.100,00	330.430,18	62.011,42	147.030,22	44,68
14.2- Com Ensino Fundamental	232.130,00	239.538,83	43.183,61	133.778,06	55,85
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.147.000,00	6.242.925,58	1.308.695,39	3.074.581,75	49,25
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					95.925,58
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					95.925,58
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					81,41
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					95.925,58
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²					95.925,58

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	10.208.947,50	10.208.947,50	1.870.771,75	5.852.078,97	57,32
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.912.598,51	5.037.232,69	992.596,58	2.395.520,64	47,56
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.225.900,00	3.281.984,18	698.585,58	1.670.908,69	50,91
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.686.698,51	1.755.248,51	294.011,00	724.611,95	41,28
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.426.789,79	6.560.081,19	1.309.510,90	3.257.197,94	49,66
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.921.100,00	2.960.941,40	610.109,81	1.403.673,06	47,41
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.505.689,79	3.599.139,79	699.400,14	1.853.524,88	51,50
25- ENSINO MÉDIO	44.405,00	44.405,00	11.419,03	24.586,25	55,37
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.383.793,30	11.641.718,88	2.358.531,56	5.677.304,83	48,77
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					131.447,52
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					21.078,65
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					95.925,58
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					248.451,75
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.404.266,83
39- MÍNIMO DE 26% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					23,09

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	537.300,00	537.300,00	82.689,50	142.955,76	26,61
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.143.929,93	1.344.466,39	429.581,72	665.584,24	49,51
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.681.229,93	1.881.766,39	512.271,22	808.540,00	42,97
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	13.065.023,23	13.523.485,27	2.870.802,78	6.485.844,83	47,96
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	95.925,58	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.291.899,69	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.976.039,11	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	21.078,65	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	432.864,81	0,00

JOACABA, 24/07/2011

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JULIANA APARECIDA KASBURG BRUSTOLIN
CONTROLADORA INTERNA

PATRICIA CALLEGARI
CONTADORA CRC 029205/O-3

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 95.925,58, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

PLASS

Homologação de Processo Licitatório 01/2011-PLASS

PLANO DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2011/PLASS

O Diretor-executivo do PLASS, JULIO CESAR BISSANI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 01/2011/PLASS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial nº 01/2011/PLASS.

- Objeto: A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços na área de Serviço Social, destinados aos segurados do PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) - PLASS, 20 (vinte) horas semanais, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no período vespertino.

- Empresa Vencedora:

- ROSANI ISSLER SERVIÇOS SOCIAIS LTDA ME

- Valor total mensal: R\$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 26 de julho de 2011.

JULIO CESAR BISSANI

Diretor-executivo do PLASS

SIMAE

Pregão Presencial 0029/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0041/2011

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0029/2011

PROTOCOLO JHL 1888/2011

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0029/2011 - Licitação 0041/2011, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS, PESSOAL E TOTAL PARA VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 10/08/2011 às 10:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 10/08/2011 às 10:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 28/07/2011 a 10/08/2011.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 28 de Julho de 2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Balancete Financeiro por Categoria Econômica**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	841.114,47	Despesa Orçamentária	713.582,66
RECEITA PATRIMONIAL	23.583,42	Despesas exceto Intra-orçamentárias	657.387,24
RECEITA DE SERVIÇOS	791.737,57	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	331.380,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.051,83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	274.477,68
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRI/	11.241,98	INVESTIMENTOS	51.529,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAI	499,67		
		Despesas Intra-orçamentárias	56.195,42
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.244,02
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.951,40
Receita Extra - Orçamentária	836.125,85	Despesa Extra - Orçamentária	818.340,07
DEPOSITOS	118.971,17	DEPOSITOS	114.776,68
CONSIGNACOES	86.380,11	CONSIGNACOES	80.988,34
PREVIDENCIA SOCIAL	2.466,04	PREVIDENCIA SOCIAL	1.428,16
PENSAO ALIMENTICIA	4.230,35	PENSAO ALIMENTICIA	4.176,96
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	12.334,52	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	12.898,09
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	33.242,59	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	28.388,91
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.117,80	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.095,32
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	26.988,81	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	27.000,90
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	32.591,06	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	33.788,34
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	32.591,06	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	33.788,34
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	717.154,68	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	703.563,39
OBRIGACOES A PAGAR	717.154,68	OBRIGACOES A PAGAR	703.563,39
FORNECEDORES	325.938,11	FORNECEDORES	319.577,07
PESSOAL A PAGAR	332.084,02	PESSOAL A PAGAR	332.084,02
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	50.721,41	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	43.448,77
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	8.411,14	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	8.453,53
Saldos anteriores	3.485.329,00	Saldos atuais	3.630.646,59
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3.456.181,71	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3.604.744,94
BANCO C/ MOVIMENTO	16.946,23	BANCO C/ MOVIMENTO	13.700,59
BANCOS C/ VINCULADAS	12.201,06	BANCOS C/ VINCULADAS	12.201,06
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00	TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00
Total	5.162.569,32	Total	5.162.569,32

JOACABA , 01/07/2011

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

ADONES MARCIANO
Contador - CRC/SC 028953/O-4

Lauro Muller**PREFEITURA****Decreto nº 028/2011**

DECRETO Nº 028/2011

FIXA VALORES PARA A REALIZAÇÃO DA XI FESTA DO AGRICULTOR DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica fixado os valores abaixo discriminados para serem aplicados durante a realização da XI Festa do Agricultor do município de Lauro Müller, que será realizado de 21 à 24 de julho de 2011:

VENDAS DE INGRESSOS

Dia 21/07/2011 - Show Gospel
Valor único do ingresso R\$ 15,00

Dia 22/07/2011 - Entrada Gratuita

Dia 23/07/2011 - Show Nacional
Valor do 1º lote R\$ 30,00
Valor do 2º lote R\$ 40,00
Valor do 1º lote área vip R\$ 50,00
Valor do 2º lote área vip R\$ 70,00

Dia 24/07/2011 - Entrada Gratuita

ESPAÇO FÍSICO

- Stand com tamanho de 3,00 x 3,00 metros R\$ 1.200,00 (cada)
- Stand fora do pavilhão (maquinário) R\$ 2.000,00 (cada)
- Área 2.500 m² uso Parque de Diversão R\$ 15.000,00
- Espaço vendas de bebidas R\$ 8.000,00
- Espaço gratuito às Comunidades para vendas de produtos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 22 de Junho de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Lindóia do Sul**PREFEITURA****Extrato do Convênio 20/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 20/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: Associação de Agricultores de Linha Maria Guinther
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação técnico financeiro, visando o repasse a CONVENIENTE, de recursos necessários para a manutenção das atividades da entidade.

Valor: R\$ 12.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2011.

Lei: 999/2011 de 10 de março de 2011.

Assinatura: 18 de julho de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 21/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 21/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ESPORTE CLUBE IPIRANGA DE LINHA MARIA GUIN-
THER

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação técnico financeiro, visando o repasse de recursos necessários para realização de reformas no centro comunitário.

Valor: R\$ 6.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2011.

Lei: 999/2011 de 10 de março de 2011.

Assinatura: 18 de julho de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 22/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 22/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE SERVICOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS
DE LINDOIA DO SUL

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, para a manutenção das atividades da entidade bem como manutenção e pintura de veículos da entidade, objetivando a proteção dos bens e da vida dos habitantes do Município de Lindóia do Sul.

Valor: R\$ 18.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2011.

Lei: 1.022/2011 de 15 de julho de 2011.

Assinatura: 20 de julho de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 23/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 23/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PORTUGUESA
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para construção de banheiros no centro comunitário.
Valor: R\$ 6.000,00
Vigência: 31 de dezembro de 2011.
Lei: 999/2011 de 10 de março de 2011.
Assinatura: 20 de julho de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 24/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 24/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: Associação de Agricultores de Linha Lageado dos Pinheiros
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para a manutenção das atividades da entidade, conforme plano de trabalho aprovado pelo município.
Valor: R\$ 6.500,00
Vigência: 31 de dezembro de 2011.
Lei: 1.016/2011 de 13 de junho de 2011.
Assinatura: 22 de julho de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 25/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 25/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: CLUBE DE MÃES DE LINHA ACORDI
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para aquisição de móveis e utensílios para o centro comunitário.
Valor: R\$ 4.600,00
Vigência: 31 de dezembro de 2011.
Lei: 999/2011 de 10 de março de 2011.
Assinatura: 25 de julho de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 26/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 26/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ESPORTE CLUBE PRINCESA
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para realização de reformas no centro comunitário.
Valor: R\$ 10.000,00
Vigência: 31 de dezembro de 2011.
Lei: 999/2011 de 10 de março de 2011.
Assinatura: 25 de julho de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 27/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 27/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA FLOR DA SERRA
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para construção de churrasqueira no centro comunitário.
Valor: R\$ 4.600,00
Vigência: 31 de dezembro de 2011.
Lei: 999/2011 de 10 de março de 2011.
Assinatura: 25 de julho de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 28/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 28/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BOA ESPERANÇA
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para construção da copa e cozinha do centro comunitário.
Valor: R\$ 9.200,00
Vigência: 31 de dezembro de 2011.
Lei: 999/2011 de 10 de março de 2011.
Assinatura: 25 de julho de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Carta Convite Ponte

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 05/2011

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de CARTA CONVITE, na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para a execução de obra de construção de uma ponte em concreto pré-moldado, no dia 05 de agosto de 2011, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 26 de julho de 2011.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal.

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2234 de 25 de Julho de 2011

DECRETO Nº. 2234 DE 25 DE JULHO DE 2011

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVICOS URBANOS
0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.452.0151.2068 - Conservação de Vias Urbanas
0401 - 44900000 - Aplicações Diretas
0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no presente exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 25 de Julho de 2011
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Lei Nº 1318/2011

LEI Nº 1318/2011

Altera redação do inciso I do Art. 4º, da Lei nº 1227/2010 de 06 de outubro de 2010.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito em Exercício do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O inciso I do Art. 4º da Lei nº 1227/2010 de 06 de outubro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), em casos de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente, calculado com base no valor de referência, determinado neste ato em R\$ 638,70 (seiscentos e trinta e oito reais e setenta centavos)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba (SC) em 26 de julho de 2011
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº. 1319 de 26 de Julho de 2011

LEI Nº. 1319 DE 26 DE JULHO DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias e dá providências correlatas.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito em exercício do Município de Massaranduba(SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL até o valor de R\$ 980.000,00 (Novecentos e oitenta mil reais), observadas as disposições legais em vigor para a contratação de operações de crédito, as normas da CAIXA ECONOMICA FEDERAL e as condições específicas.

Parágrafo único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de empreendimentos integrantes do programa PRÓ-TRANSPORTE.

Art. 2º. Para a garantia do principal, encargos e acessórios dos financiamentos ou operações de crédito pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, para execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no Art. 1º e seu parágrafo único, fica o Poder executivo autorizado a ceder e ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pró solvendo, as receitas e parcelas de Quotas do Fundo de Participação dos Municípios.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo obedece aos ditames contidos no Inciso I e II do art. 159 da Constituição Federal, e, na hipótese da extinção dos impostos ali mencionados, os fundos ou impostos que venham a substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos serão conferidos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.

§ 2º. Para a efetivação da cessão e ou da vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil S/A, autorizado a transferir os recursos cedidos e/ou vinculados à conta e ordem da CAIXA ECONOMICA FEDERAL, nos montantes necessários à amortização da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 3º. Os poderes previstos neste artigo e nos parágrafos 1º e 2º

só poderão ser exercidos pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na hipótese de o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA não ter efetuado no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos, financiamentos ou operações de créditos celebrados com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Art. 3º. Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º. O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para empréstimos, financiamentos ou operações de crédito por ele contraídos, dotações suficientes à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, inclusive os recursos necessários ao atendimento da contrapartida do MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, no Projeto financiado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme autorizado por esta Lei.

Art. 5º. O Poder Executivo baixará os atos próprios para a regulamentação da presente Lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 26 de Julho de 2011
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal em exercício

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Processo Licitatório Nº. 78/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 78/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2011

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de TUBOS DE CONCRETO, para manutenção dos serviços de obras municipal e implantação da rede de saneamento básico de trecho da Rua da Integração do Município de Massaranduba (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 h do dia 10/08/2011
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:30 h do dia 10/08/2011. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 27 de Julho de 2011.
ARMINDO SÉSAR TASSI
Prefeito Municipal em Exercício

Meleiro

PREFEITURA

Edital de Chamamento Público

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº. 001/2011

O MUNICÍPIO DE MELEIRO, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público o Edital de chamada pública para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2011 no Município de Meleiro/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução do FNDE nº. 38/2009 de 16/07/2009.

Meleiro, 25 de julho de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Errata

ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO comunica que na publicação do Edital do Pregão Presencial nº. 042/2011 altera-se no Anexo I e no Anexo V item 2 - 2.1 Levantamento e Análise Situacional fazendo-se uma nova leitura:

- Análise do comportamento das receitas e despesas nos últimos quatro anos;
- Projeção do comportamento das receitas e despesas para os próximos quatro anos;

Meleiro, 26 de julho de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA

Dispensa Nº 028/2011

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2011

Origem: Edital de Licitação nº 065/2011. Dispensa de Licitação nº 028/2011. Homologação: 25/04/2011- Fundamentação: Art. 24, Inciso IV, Lei 8666/93 Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Endereço: Rua Nereu Ramos, 164, Centro, 88.270-000 CNPJ 08.858.200/000191 Contratado: HOLOS CLÍNICA MÉDICA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua: São Francisco de Assis s/nº, Bairro: Centro, Angelina/SC, CEP. 88460-000 inscrita no CNPJ sob o nº 08.244.572/0001-28, representada pelo sócio Dr. Paulo César Mendonça Simões, médico, inscrito no CPF sob o nº 105.024.833-34, e no CRM-SC sob o nº 9985. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de Serviços Médicos Hospitalares na Área de Anestesia para cirurgias eletivas, a Pacientes em Regime de Internação, Ambulatorial e Emergência, de acordo com os princípios e normas da OMS (Organização Mundial de Saúde), do Conselho Federal e Regional de Medicina, do Estatuto e Regimento do Hospital e Corpo Clínico, nas dependências do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, com

fundamento no inciso IV do artigo 24, da Lei nº. 8.666/93. O valor deste contrato é de R\$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais) por cinco meses. Vigência do contrato 30 de julho de 2011.

Nova Trento, 25 de abril de 2011
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Dispensa Nº 033/2011

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2011

Origem: Processo de Dispensa nº 083/2011 Homologação: 30/06/2011 - Fundamentação: Art. 24, Inciso IV, Lei 8666/93 Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 CNPJ 82.925.025/0001-60 Fornecedor: BETHA SISTEMAS LTDA., com sede à Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, centro, Criciúma-SC, inscrita sob o CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67. Objeto: Locação, em caráter emergencial, da licença de uso dos sistemas de Compras, Controle Financeiro, Contabilidade e Tesouraria para Fundo de Saúde e Protocolo Web, Tributos Web, Compras, Controle Financeiro, Folha, Frotas, Legislação, Livro Eletrônico, Patrimônio, planejamento, Ponto, Protocolo, RH, Contabilidade, Tesouraria, Tributação, Secretaria de Educação, e para 05 escolas para Prefeitura Municipal, bem como suporte técnico na operacionalização destes sistemas, enquanto se processa as fases de edital de concorrência nº.12/2009 no Município de São Pedro de Alcântara. O valor da presente Dispensa é de R\$ 9.096,69 (Nove mil, noventa e seis reais e sessenta e nove centavos) referente a Prefeitura Municipal e R\$ 1.137,06 (Hum mil, cento e trinta e sete reais e seis centavos) referente a Educação e R\$ 591,09 (Quinhentos e noventa e um reais e nove centavos) referente a Assistência Social e R\$ 553,05 (Quinhentos e cinquenta e três reais e cinco centavos) referente a Saúde, perfazendo-se o total de R\$ 11.377,89 (Onze mil, trezentos e setenta e sete reais e oitenta e nove centavos) pelo período de 3 (três) meses, ou seja, 01/07/2011 à 30/09/2011.

Nova Trento/SC, 30 de junho de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resultado Julgamento Fase de Habilitação - Carta Convite 016/2011

Resultado do Julgamento da Habilitação - Processo Licitatório nº 084/2011 - Carta Convite nº 016/2011 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é contratação de Empresa para Execução de serviços, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, para reforma dos Vestiários Feminino, Masculinos e lanchonete, além da reforma do telhado e partes metálicas que cobrem as áreas a serem reformadas, no Ginásio de Esportes Inácio Gullini, apesar da tempestiva divulgação do certame no DOM/SC e Jornal O Trentino, e manifesto desinteresse dos demais convidados, houve a participação da seguinte empresa licitante: CONSTRUTORA JRM LTDA., a qual, pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando do julgamento da HABILITAÇÃO. Desta forma, restou habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento das PROPOSTAS a qual se dará nesta mesma data, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 7.4 do Edital

Nova Trento (SC), 25 de julho de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resultado Julgamento Fase de Habilitação - Concorrência 001/2011

Resultado do Julgamento da Habilitação - Processo Licitatório nº 076/2011 - Concorrência nº 001/2011 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Contratação de Empresa especializada na execução de Obras de Contenção de Encostas, Drenagem e Pavimentação da Estrada que leva ao Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro (extensão de 1,89 Km), em Nova Trento-SC, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos necessários e Mão-de-obra para execução dos serviços objeto desta Licitação, houve a participação da seguinte empresa licitante: PLM CONTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA., a qual, pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando do julgamento da HABILITAÇÃO. Desta forma, restou habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento das PROPOSTAS a qual se dará nesta mesma data, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 15.8 do Edital

Nova Trento (SC), 25 de julho de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resultado Julgamento Fase de Propostas - Concorrência 001/2011

Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Processo Licitatório nº 076/2011 - Concorrência nº 001/2011 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Contratação de Empresa especializada na execução de Obras de Contenção de Encostas, Drenagem e Pavimentação da Estrada que leva ao Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro (extensão de 1,89 Km), em Nova Trento-SC, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos necessários e Mão-de-obra para execução dos serviços objeto desta Licitação, quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 15.8 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: PLM CONTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA., cujo valor Global para a execução do objeto deste foi de R\$ 1.572.226,04 (Um milhão, quinhentos e setenta e dois mil, duzentos e vinte e seis reais e quatro centavos), estando o preço apresenado de acordo com orçamento da Prefeitura e pesquisa de preço de mercado.

Nova Trento (SC), 25 de julho de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resultado Julgamento Fase de Propostas - Carta Convite 016/2011

Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Processo Licitatório nº 084/2011 - Carta Convite nº 016/2011 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a contratação de Empresa para Execução de serviços, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, para reforma dos Vestiários Feminino,

Masculinos e lanchonete, além da reforma do telhado e partes metálicas que cobrem as áreas a serem reformadas, no Ginásio de Esportes Inácio Gullini, quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇO, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 7.4 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: CONSTRUTORA JRM LTDA., cujo valor Global para a execução do objeto deste foi de R\$ 86.865,32 (Oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos), estando o preço apresentado de acordo com orçamento da Prefeitura e pesquisa de preço de mercado.

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato TA 001 ao CT Nº 015/2011

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 015/2011 TA 001
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada : BRITTER LTDA
Valor : 0,01 (um centavo)
Vigência : Início: 07/07/2011 Término: 31/12/2011
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2011
Recursos : Dotação:
Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste na PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA do contrato administrativo nº 015/2011, para até 31/12/2011

NOVO HORIZONTE, 7 de Julho de 2011

Extrato TA Nº 002 ao CT 008/2011

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 008/2011 TA 002
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada : CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA
Valor : 0,01 (um centavo)
Vigência : Início: 24/06/2011 Término: 31/12/2011
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2010
Recursos : Dotação:
Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste na PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA do contrato administrativo nº 008/2011, para até 31/12/2011.

NOVO HORIZONTE, 24 de Junho de 2011

Extrato TA Nº 002 ao CT 009/2011

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 009/2011 TA 002
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA
Valor : 0,01 (um centavo)
Vigência : Início: 24/06/2011 Término: 31/12/2011
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2010
Recursos : Dotação:
Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste na PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA do contrato administrativo nº 009/2011, para até 31/12/2011.

NOVO HORIZONTE, 24 de Junho de 2011

Paial

PREFEITURA

Edital de Tomada de Preços Nº 01/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial, com interveniência do Fundo Municipal de Saúde de Paial, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Por item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nas condições do edital de Tomada de Preços 01/2011 FMS.
Dados do Processo Licitatório:
Processo de Licitação 12/2011 - Tomada de Preços 01/2011, julgamento Menor Preço por item.

Objeto:

Aquisição de medicamentos componentes da farmácia básica para a distribuição aos pacientes da Saúde do Município.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 09h45min do dia 19 de agosto de 2011, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 10h horas do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Município de Paial - SC em 26 de julho de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Contrato Nº 0207/2011

CONTRATO Nº 0207/2011

OBJETO: Aquisição de Fórmulas Manipuladas.
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 100/2011

EMPRESA CONTRATADA: Biotecnica Farmácia de Manipulação
VALOR DO CONTRATO: 205,60 (duzentos e cinco reais e sessenta centavos).

DATA DO CONTRATO: 30/06/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0211/2011

CONTRATO Nº 0211/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO de peças e CONserto de equipamentos e veículos para a Secretaria da Agricultura
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 101/2011
EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA HOCHIOVE LTDA.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.360,08(seis mil, trezentos e sessenta reais e oito centavos)
DATA DO CONTRATO: 08/07/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0212/2011

CONTRATO Nº 0212/2011

OBJETO: CONserto de equipamentos Motoniveladora da Secretaria de Obras.
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 102/2011
EMPRESA CONTRATADA: Az Tratores e Equipamentos Ltda - Tratoriza.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.163,00(um mil, cento e sessenta e três reais)
DATA DO CONTRATO: 11/07/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0213/2011

CONTRATO Nº 0213/2011

OBJETO: Fornecimento de Gêneros Alimentícios sem Licitação da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.
LICITAÇÃO: Modalidade Chamada Pública nº 003/2011
EMPRESA CONTRATADA: Rosangela Elizabete Mânica Dall Bosco.
VALOR DO CONTRATO: 2.690,90 (dois mil seiscentos e noventa reais e noventa centavos).
DATA DO CONTRATO: 11/07/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0214/2011

CONTRATO Nº 0214/2011

OBJETO: Fornecimento de Gêneros Alimentícios sem Licitação da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.
LICITAÇÃO: Modalidade Chamada Pública nº 003/2011
EMPRESA CONTRATADA: Claudete Andretta Perazzoli.
VALOR DO CONTRATO: 1.249,88(um mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos).
DATA DO CONTRATO: 11/07/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0215/2011

CONTRATO Nº 0215/2011

OBJETO: Fornecimento de Gêneros Alimentícios sem Licitação da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.
LICITAÇÃO: Modalidade Chamada Pública nº 003/2011
EMPRESA CONTRATADA: Alirio Arneldon Hack.
VALOR DO CONTRATO: 1.080,00 (um mil e oitenta reais)..

DATA DO CONTRATO: 11/07/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0216/2011

CONTRATO Nº 0216/2011

OBJETO: Serviço de Reciclagem, Industrialização e Destino Final Lixo Urbano Domiciliar.
LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço nº 001/2011
EMPRESA CONTRATADA: VT Engenharia e Construções Ltda..
VALOR DO CONTRATO: 7.050,00 (sete mil e cinco reais)
DATA DO CONTRATO: 19/07/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Porto Belo

PREFEITURA

Aviso Tomada de Preço 004/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 004/2011

OBJETO - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA LUIZ SCABURI EM UMA EXTENSÃO DE 204,40m COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 10:00h do dia 17/08/2011, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site www.portobelo.sc.gov.br

AOILTO MOTTA PORTO
Secretário de Administração

MARCO AURÉLIO PEREIRA
Presidente da Comissão

Porto Belo - SC 28 de julho de 2011.

Porto União

PREFEITURA

Republicação RREO - Anexo I 1º Bimestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.478.000,00	47.478.000,00	6.355.138,29	13,39	6.355.138,29	13,39	41.122.861,71
RECEITAS CORRENTES	43.504.000,00	43.504.000,00	6.332.422,08	14,56	6.332.422,08	14,56	37.171.577,92
RECEITA TRIBUTARIA	6.241.000,00	6.241.000,00	595.285,68	9,54	595.285,68	9,54	5.645.714,32
IMPOSTOS	4.300.000,00	4.300.000,00	458.912,92	10,67	458.912,92	10,67	3.841.087,08
TAXAS	1.901.000,00	1.901.000,00	136.372,76	7,17	136.372,76	7,17	1.764.627,24
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.321.440,00	2.321.440,00	481.189,07	20,73	481.189,07	20,73	1.840.250,93
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.800.000,00	1.800.000,00	401.697,21	22,32	401.697,21	22,32	1.398.302,79
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	521.440,00	521.440,00	79.491,86	15,24	79.491,86	15,24	441.948,14
RECEITA PATRIMONIAL	2.516.000,00	2.516.000,00	312.957,62	12,44	312.957,62	12,44	2.203.042,38
RECEITAS IMOBILIARIAS	30.000,00	30.000,00	915,00	3,05	915,00	3,05	29.085,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.486.000,00	2.486.000,00	312.042,62	12,55	312.042,62	12,55	2.173.957,38
RECEITA DE SERVIÇOS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.374.560,00	30.374.560,00	4.723.316,95	15,55	4.723.316,95	15,55	25.651.243,05
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	28.700.560,00	28.700.560,00	4.715.316,95	16,43	4.715.316,95	16,43	23.985.243,05
Transf. de Conv.	1.674.000,00	1.674.000,00	8.000,00	0,48	8.000,00	0,48	1.666.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.045.000,00	2.045.000,00	219.672,76	10,74	219.672,76	10,74	1.825.327,24
Multas e Juros de Mora	542.000,00	542.000,00	65.965,15	12,17	65.965,15	12,17	476.034,85
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	257.000,00	257.000,00	12.527,41	4,87	12.527,41	4,87	244.472,59
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	668.000,00	668.000,00	100.510,90	15,05	100.510,90	15,05	567.489,10
RECEITAS DIVERSAS	578.000,00	578.000,00	40.669,30	7,04	40.669,30	7,04	537.330,70
RECEITAS DE CAPITAL	3.974.000,00	3.974.000,00	22.716,21	0,57	22.716,21	0,57	3.951.283,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.452.000,00	3.452.000,00	22.716,21	0,66	22.716,21	0,66	3.429.283,79
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	902.000,00	902.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	902.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.550.000,00	2.550.000,00	22.716,21	0,89	22.716,21	0,89	2.527.283,79
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.739.000,00	1.739.000,00	360.511,81	20,73	360.511,81	20,73	1.378.488,19
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.599.000,00	1.599.000,00	338.276,09	21,16	338.276,09	21,16	1.260.723,91
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.599.000,00	1.599.000,00	338.276,09	21,16	338.276,09	21,16	1.260.723,91
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.599.000,00	1.599.000,00	338.276,09	21,16	338.276,09	21,16	1.260.723,91
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	140.000,00	140.000,00	22.235,72	15,88	22.235,72	15,88	117.764,28
ALIENAÇÃO DE BENS	140.000,00	140.000,00	22.235,72	15,88	22.235,72	15,88	117.764,28

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.739.000,00	1.739.000,00	360.511,81	20,73	360.511,81	20,73	1.378.488,19
Alienação de Outros Bens Imóveis	140.000,00	140.000,00	22.235,72	15,88	22.235,72	15,88	117.764,28
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	49.217.000,00	49.217.000,00	6.715.650,10	13,64	6.715.650,10	13,64	42.501.349,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	49.217.000,00	49.217.000,00	6.715.650,10	13,64	6.715.650,10	13,64	42.501.349,90
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	49.217.000,00	49.217.000,00	6.715.650,10	13,64	6.715.650,10	13,64	42.501.349,90
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	215.000,00	—	—	92.757,31	—	—
Superávit Financeiro	—	215.000,00	—	—	92.757,31	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.692.000,00	215.000,00	47.907.000,00	5.127.454,18	5.127.454,18	4.906.791,88	4.906.791,88	10,24	43.000.208,12
DESPESAS CORRENTES	35.342.210,00	0,00	35.342.210,00	4.407.440,44	4.407.440,44	4.228.676,46	4.228.676,46	11,96	31.113.533,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.494.710,00	-21.000,00	19.473.710,00	2.714.468,40	2.714.468,40	2.706.376,47	2.706.376,47	13,90	16.767.333,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	290.000,00	0,00	290.000,00	69.535,18	69.535,18	69.535,18	69.535,18	23,98	220.464,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.557.500,00	21.000,00	15.578.500,00	1.623.436,86	1.623.436,86	1.452.764,81	1.452.764,81	9,33	14.125.735,19
DESPESAS DE CAPITAL	11.330.790,00	215.000,00	11.545.790,00	720.013,74	720.013,74	678.115,42	678.115,42	5,87	10.867.674,58
INVESTIMENTOS	10.310.790,00	215.000,00	10.525.790,00	631.607,87	631.607,87	589.709,55	589.709,55	5,60	9.936.080,45
INVERSOES FINANCEIRAS	520.000,00	0,00	520.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520.000,00

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.692.000,00	215.000,00	47.907.000,00	5.127.454,18	5.127.454,18	4.906.791,88	4.906.791,88	10,24	43.000.208,12
AMORTIZACAO DA DIVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	88.405,87	88.405,87	88.405,87	88.405,87	17,68	411.594,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	869.000,00	0,00	869.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	869.000,00
RESERVA DO RPPS	869.000,00	0,00	869.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	869.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00	222.906,85	222.906,85	222.298,92	222.298,92	14,58	1.302.701,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00	222.906,85	222.906,85	222.298,92	222.298,92	14,58	1.302.701,08
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	49.217.000,00	215.000,00	49.432.000,00	5.350.361,03	5.350.361,03	5.129.090,80	5.129.090,80	10,38	44.302.909,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	49.217.000,00	215.000,00	49.432.000,00	5.350.361,03	5.350.361,03	5.129.090,80	5.129.090,80	10,38	44.302.909,20
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.586.559,30	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	49.217.000,00	215.000,00	49.432.000,00	5.350.361,03	5.350.361,03	5.129.090,80	6.715.650,10	10,38	44.302.909,20

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 524.299,30

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Republicação RREO - Anexo I 2º Bimestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.478.000,00	47.478.000,00	7.955.385,23	16,76	14.310.523,52	30,14	33.167.476,48
RECEITAS CORRENTES	43.504.000,00	43.504.000,00	7.921.360,52	18,21	14.253.782,60	32,76	29.250.217,40
RECEITA TRIBUTARIA	6.241.000,00	6.241.000,00	2.220.971,75	35,59	2.816.257,43	45,13	3.424.742,57
IMPOSTOS	4.300.000,00	4.300.000,00	1.787.438,54	41,57	2.246.351,46	52,24	2.053.648,54
TAXAS	1.901.000,00	1.901.000,00	433.533,21	22,81	569.905,97	29,98	1.331.094,03
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.321.440,00	2.321.440,00	301.874,04	13,00	783.063,11	33,73	1.538.376,89
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.800.000,00	1.800.000,00	222.593,96	12,37	624.291,17	34,68	1.175.708,83
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	521.440,00	521.440,00	79.280,08	15,20	158.771,94	30,45	362.668,06
RECEITA PATRIMONIAL	2.516.000,00	2.516.000,00	521.660,66	20,73	834.618,28	33,17	1.681.381,72
RECEITAS IMOBILIARIAS	30.000,00	30.000,00	1.432,58	4,78	2.347,58	7,83	27.652,42
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.486.000,00	2.486.000,00	520.228,08	20,93	832.270,70	33,48	1.653.729,30
RECEITA DE SERVIÇOS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.374.560,00	30.374.560,00	4.671.761,15	15,38	9.395.078,10	30,93	20.979.481,90
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	28.700.560,00	28.700.560,00	4.667.761,15	16,26	9.383.078,10	32,69	19.317.481,90
Transf. de Conv.	1.674.000,00	1.674.000,00	4.000,00	0,24	12.000,00	0,72	1.662.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.045.000,00	2.045.000,00	205.092,92	10,03	424.765,68	20,77	1.620.234,32
Multas e Juros de Mora	542.000,00	542.000,00	65.284,45	12,05	131.249,60	24,22	410.750,40
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	257.000,00	257.000,00	16.337,79	6,36	28.865,20	11,23	228.134,80
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	668.000,00	668.000,00	82.084,62	12,29	182.595,52	27,33	485.404,48
RECEITAS DIVERSAS	578.000,00	578.000,00	41.386,06	7,16	82.055,36	14,20	495.944,64
RECEITAS DE CAPITAL	3.974.000,00	3.974.000,00	34.024,71	0,86	56.740,92	1,43	3.917.259,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	22.000,00	22.000,00	3.170,00	14,41	3.170,00	14,41	18.830,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	22.000,00	22.000,00	3.170,00	14,41	3.170,00	14,41	18.830,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.452.000,00	3.452.000,00	30.854,71	0,89	53.570,92	1,55	3.398.429,08
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	902.000,00	902.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	902.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.550.000,00	2.550.000,00	30.854,71	1,21	53.570,92	2,10	2.496.429,08
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.739.000,00	1.739.000,00	203.755,62	11,72	564.267,43	32,45	1.174.732,57
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.599.000,00	1.599.000,00	181.519,90	11,35	519.795,99	32,51	1.079.204,01
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.599.000,00	1.599.000,00	181.519,90	11,35	519.795,99	32,51	1.079.204,01
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.599.000,00	1.599.000,00	181.519,90	11,35	519.795,99	32,51	1.079.204,01
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	140.000,00	140.000,00	22.235,72	15,88	44.471,44	31,77	95.528,56
ALIENAÇÃO DE BENS	140.000,00	140.000,00	22.235,72	15,88	44.471,44	31,77	95.528,56

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.739.000,00	1.739.000,00	203.755,62	11,72	564.267,43	32,45	1.174.732,57
Alienação de Outros Bens Imóveis	140.000,00	140.000,00	22.235,72	15,88	44.471,44	31,77	95.528,56
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	49.217.000,00	49.217.000,00	8.159.140,85	16,58	14.874.790,95	30,22	34.342.209,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	49.217.000,00	49.217.000,00	8.159.140,85	16,58	14.874.790,95	30,22	34.342.209,05
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	49.217.000,00	49.217.000,00	8.159.140,85	16,58	14.874.790,95	30,22	34.342.209,05
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	260.500,00	—	—	194.323,91	—	—
Superávit Financeiro	—	260.500,00	—	—	194.323,91	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.692.000,00	260.500,00	47.952.500,00	5.681.496,08	10.808.950,26	5.475.704,46	10.382.496,34	21,65	37.570.003,66
DESPESAS CORRENTES	35.342.210,00	31.500,00	35.373.710,00	5.362.199,11	9.769.639,55	5.153.488,88	9.382.165,34	26,52	25.991.544,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.494.710,00	-36.000,00	19.458.710,00	3.094.332,31	5.808.800,71	3.085.133,14	5.791.509,61	29,76	13.667.200,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	290.000,00	0,00	290.000,00	68.036,24	137.571,42	68.036,24	137.571,42	47,44	152.428,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.557.500,00	67.500,00	15.625.000,00	2.199.830,56	3.823.267,42	2.000.319,50	3.453.084,31	22,10	12.171.915,69
DESPESAS DE CAPITAL	11.330.790,00	229.000,00	11.559.790,00	319.296,97	1.039.310,71	322.215,58	1.000.331,00	8,65	10.559.459,00
INVESTIMENTOS	10.310.790,00	229.000,00	10.539.790,00	192.614,22	824.222,09	195.532,83	785.242,38	7,45	9.754.547,62
INVERSOES FINANCEIRAS	520.000,00	0,00	520.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520.000,00

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.692.000,00	260.500,00	47.952.500,00	5.681.496,08	10.808.950,26	5.475.704,46	10.382.496,34	21,65	37.570.003,66
AMORTIZACAO DA DIVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	126.682,75	215.088,62	126.682,75	215.088,62	43,02	284.911,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	869.000,00	0,00	869.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	869.000,00
RESERVA DO RPPS	869.000,00	0,00	869.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	869.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00	235.303,71	458.210,56	219.696,99	441.995,91	28,98	1.083.004,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00	235.303,71	458.210,56	219.696,99	441.995,91	28,98	1.083.004,09
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	49.217.000,00	260.500,00	49.477.500,00	5.916.799,79	11.267.160,82	5.695.401,45	10.824.492,25	21,88	38.653.007,75
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	49.217.000,00	260.500,00	49.477.500,00	5.916.799,79	11.267.160,82	5.695.401,45	10.824.492,25	21,88	38.653.007,75
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.050.298,70	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	49.217.000,00	260.500,00	49.477.500,00	5.916.799,79	11.267.160,82	5.695.401,45	14.874.790,95	21,88	38.653.007,75

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 805.433,07

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Republicação RREO - Anexo II - 1º Bimestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.692.000,00	47.907.000,00	5.127.454,18	5.127.454,18	4.906.791,88	4.906.791,88	95,67	10,24	43.000.208,12
Legislativa	1.790.000,00	1.790.000,00	173.038,18	173.038,18	173.038,18	173.038,18	3,37	9,67	1.616.961,82
Ação Legislativa	1.790.000,00	1.790.000,00	173.038,18	173.038,18	173.038,18	173.038,18	3,37	9,67	1.616.961,82
Administração	4.522.000,00	4.522.000,00	379.627,83	379.627,83	371.793,45	371.793,45	7,25	8,22	4.150.206,55
Planejamento e Orçamento	350.000,00	350.000,00	28.678,63	28.678,63	25.935,63	25.935,63	0,51	7,41	324.064,37
Administração Geral	3.472.000,00	3.472.000,00	277.416,76	277.416,76	272.400,38	272.400,38	5,31	7,85	3.199.599,62
Administração Financeira	700.000,00	700.000,00	73.532,44	73.532,44	73.457,44	73.457,44	1,43	10,49	626.542,56
Defesa Nacional	7.000,00	7.000,00	377,00	377,00	377,00	377,00	0,01	5,39	6.623,00
Defesa Terrestre	7.000,00	7.000,00	377,00	377,00	377,00	377,00	0,01	5,39	6.623,00
Segurança Pública	428.000,00	428.000,00	38.024,00	38.024,00	18.363,43	18.363,43	0,36	4,29	409.636,57
Policimento	28.000,00	28.000,00	5.447,53	5.447,53	5.447,53	5.447,53	0,11	19,46	22.552,47
Defesa Civil	400.000,00	400.000,00	32.576,47	32.576,47	12.915,90	12.915,90	0,25	3,23	387.084,10
Assistência Social	1.693.000,00	1.693.000,00	227.644,89	227.644,89	221.173,45	221.173,45	4,31	13,06	1.471.826,55
Assistência à Criança e ao Adolescente	166.000,00	166.000,00	15.168,52	15.168,52	15.098,52	15.098,52	0,29	9,10	150.901,48
Assistência Comunitária	1.335.000,00	1.335.000,00	154.511,91	154.511,91	153.179,97	153.179,97	2,99	11,47	1.181.820,03
Alimentação e Nutrição	192.000,00	192.000,00	57.964,46	57.964,46	52.894,96	52.894,96	1,03	27,55	139.105,04
Previdência Social	4.729.000,00	4.729.000,00	147.877,08	147.877,08	147.677,08	147.677,08	2,88	3,12	4.581.322,92
Previdência do Regime Estatutário	4.729.000,00	4.729.000,00	147.877,08	147.877,08	147.677,08	147.677,08	2,88	3,12	4.581.322,92
Saúde	8.298.000,00	8.298.000,00	1.386.809,30	1.386.809,30	1.294.643,11	1.294.643,11	25,24	15,60	7.003.356,89
Atenção Básica	5.467.000,00	5.467.000,00	1.020.454,43	1.020.454,43	971.291,71	971.291,71	18,94	17,77	4.495.708,29
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.550.000,00	2.550.000,00	332.408,48	332.408,48	289.555,16	289.555,16	5,65	11,36	2.260.444,84
Vigilância Sanitária	169.000,00	169.000,00	18.011,33	18.011,33	17.951,33	17.951,33	0,35	10,62	151.048,67
Vigilância Epidemiológica	112.000,00	112.000,00	15.935,06	15.935,06	15.844,91	15.844,91	0,31	14,15	96.155,09
Educação	8.729.710,00	8.729.710,00	1.022.296,73	1.022.296,73	984.450,13	984.450,13	19,19	11,28	7.745.259,87
Ensino Fundamental	5.859.710,00	5.859.710,00	655.870,07	655.870,07	627.396,95	627.396,95	12,23	10,71	5.232.313,05
Ensino Médio	420.000,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00
Educação Infantil	2.450.000,00	2.450.000,00	366.426,66	366.426,66	357.053,18	357.053,18	6,96	14,57	2.092.946,82
Cultura	260.000,00	260.000,00	5.165,90	5.165,90	5.132,10	5.132,10	0,10	1,97	254.867,90
Difusão Cultural	260.000,00	260.000,00	5.165,90	5.165,90	5.132,10	5.132,10	0,10	1,97	254.867,90
Urbanismo	5.728.750,00	5.796.750,00	729.041,35	729.041,35	695.748,44	695.748,44	13,56	12,00	5.101.001,56
Infra-Estrutura Urbana	3.598.750,00	3.598.750,00	413.874,70	413.874,70	412.735,99	412.735,99	8,05	11,47	3.186.014,01

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.692.000,00	47.907.000,00	5.127.454,18	5.127.454,18	4.906.791,88	4.906.791,88	95,67	10,24	43.000.208,12
Urbanismo	5.728.750,00	5.796.750,00	729.041,35	729.041,35	695.748,44	695.748,44	13,56	12,00	5.101.001,56
Serviços Urbanos	2.030.000,00	2.098.000,00	300.966,65	300.966,65	283.012,45	283.012,45	5,52	13,49	1.814.987,55
Lazer	100.000,00	100.000,00	14.200,00	14.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Habitação	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Habitação Urbana	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Saneamento	520.000,00	520.000,00	2.690,45	2.690,45	2.690,45	2.690,45	0,05	0,52	517.309,55
Saneamento Básico Urbano	520.000,00	520.000,00	2.690,45	2.690,45	2.690,45	2.690,45	0,05	0,52	517.309,55
Gestão Ambiental	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Recursos Hídricos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Agricultura	1.090.000,00	1.090.000,00	51.140,47	51.140,47	48.682,47	48.682,47	0,95	4,47	1.041.317,53
Promoção da Produção Vegetal	1.040.000,00	1.040.000,00	51.140,47	51.140,47	48.682,47	48.682,47	0,95	4,68	991.317,53
Abastecimento	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Indústria	688.000,00	688.000,00	43.373,86	43.373,86	43.373,86	43.373,86	0,85	6,30	644.626,14
Promoção da Produção Vegetal	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Promoção Industrial	70.000,00	70.000,00	13.018,53	13.018,53	13.018,53	13.018,53	0,25	18,60	56.981,47
Produção Industrial	508.000,00	508.000,00	30.355,33	30.355,33	30.355,33	30.355,33	0,59	5,98	477.644,67
Comunicações	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Telecomunicações	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Energia	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
Energia Elétrica	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
Transporte	5.215.540,00	5.215.540,00	422.114,53	422.114,53	405.565,12	405.565,12	7,91	7,78	4.809.974,88
Transporte Rodoviário	5.215.540,00	5.215.540,00	422.114,53	422.114,53	405.565,12	405.565,12	7,91	7,78	4.809.974,88
Desporto e Lazer	700.000,00	847.000,00	125.363,96	125.363,96	121.214,96	121.214,96	2,36	14,31	725.785,04
Desporto Comunitário	700.000,00	847.000,00	125.363,96	125.363,96	121.214,96	121.214,96	2,36	14,31	725.785,04
Encargos Especiais	2.740.000,00	2.740.000,00	372.868,65	372.868,65	372.868,65	372.868,65	7,27	13,61	2.367.131,35
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	265.000,00	265.000,00	47.501,20	47.501,20	47.501,20	47.501,20	0,93	17,92	217.498,80
Refinanciamento da Dívida Interna	790.000,00	790.000,00	157.941,05	157.941,05	157.941,05	157.941,05	3,08	19,99	632.058,95
Outros Encargos Especiais	1.685.000,00	1.685.000,00	167.426,40	167.426,40	167.426,40	167.426,40	3,26	9,94	1.517.573,60

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.525.000,00	1.525.000,00	222.906,85	222.906,85	222.298,92	222.298,92	4,33	14,58	1.302.701,08
Legislativa	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Ação Legislativa	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Previdência Social	10.000,00	10.000,00	1.215,86	1.215,86	607,93	607,93	0,01	6,08	9.392,07
Previdência do Regime Estatutário	10.000,00	10.000,00	1.215,86	1.215,86	607,93	607,93	0,01	6,08	9.392,07
Saúde	420.000,00	420.000,00	58.122,82	58.122,82	58.122,82	58.122,82	1,13	13,84	361.877,18
Atenção Básica	370.000,00	370.000,00	58.061,02	58.061,02	58.061,02	58.061,02	1,13	15,69	311.938,98
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.000,00	30.000,00	61,80	61,80	61,80	61,80	0,00	0,21	29.938,20
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Educação	585.000,00	585.000,00	95.383,30	95.383,30	95.383,30	95.383,30	1,86	16,30	489.616,70
Ensino Fundamental	380.000,00	380.000,00	59.364,53	59.364,53	59.364,53	59.364,53	1,16	15,62	320.635,47
Ensino Médio	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Educação Infantil	180.000,00	180.000,00	36.018,77	36.018,77	36.018,77	36.018,77	0,70	20,01	143.981,23
Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	68.184,87	68.184,87	68.184,87	68.184,87	1,33	13,64	431.815,13
Outros Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	68.184,87	68.184,87	68.184,87	68.184,87	1,33	13,64	431.815,13
TOTAL (III) = (I + II)	49.217.000,00	49.432.000,00	5.350.361,03	5.350.361,03	5.129.090,80	5.129.090,80	100,00	10,38	44.302.909,20

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E C

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-4

DINARTE RIBEIRO GUEDES NET
ANALISTA CONTR INTERNO CR/

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Republicação RREO - Anexo II - 2º Bimestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.692.000,00	47.952.500,00	5.681.496,08	10.808.950,26	5.475.704,46	10.382.496,34	95,92	21,65	37.570.003,66
Legislativa	1.790.000,00	1.790.000,00	166.361,54	339.399,72	166.361,54	339.399,72	3,14	18,96	1.450.600,28
Ação Legislativa	1.790.000,00	1.790.000,00	166.361,54	339.399,72	166.361,54	339.399,72	3,14	18,96	1.450.600,28
Administração	4.522.000,00	4.522.000,00	421.957,53	801.585,36	419.140,53	790.933,98	7,31	17,49	3.731.066,02
Planejamento e Orçamento	350.000,00	350.000,00	32.431,96	61.110,59	34.787,41	60.723,04	0,56	17,35	289.276,96
Administração Geral	3.472.000,00	3.472.000,00	274.792,53	552.209,29	269.661,58	542.061,96	5,01	15,61	2.929.938,04
Administração Financeira	700.000,00	700.000,00	114.733,04	188.265,48	114.691,54	188.148,98	1,74	26,88	511.851,02
Defesa Nacional	7.000,00	7.000,00	163,60	540,60	163,60	540,60	0,00	7,72	6.459,40
Defesa Terrestre	7.000,00	7.000,00	163,60	540,60	163,60	540,60	0,00	7,72	6.459,40
Segurança Pública	428.000,00	428.000,00	66.755,34	104.779,34	51.245,20	69.608,63	0,64	16,26	358.391,37
Policiamento	28.000,00	28.000,00	5.638,71	11.086,24	5.588,71	11.036,24	0,10	39,42	16.963,76
Defesa Civil	400.000,00	400.000,00	61.116,63	93.693,10	45.656,49	58.572,39	0,54	14,64	341.427,61
Assistência Social	1.693.000,00	1.704.500,00	209.338,29	436.983,18	209.781,77	430.955,22	3,98	25,28	1.273.544,78
Assistência à Criança e ao Adolescente	166.000,00	177.500,00	32.412,39	47.580,91	32.482,39	47.580,91	0,44	26,81	129.919,09
Assistência Comunitária	1.335.000,00	1.335.000,00	152.380,25	306.892,16	148.696,73	301.876,70	2,79	22,61	1.033.123,30
Alimentação e Nutrição	192.000,00	192.000,00	24.545,65	82.510,11	28.602,65	81.497,61	0,75	42,45	110.502,39
Previdência Social	4.729.000,00	4.729.000,00	141.433,11	289.310,19	141.433,11	289.110,19	2,67	6,11	4.439.889,81
Previdência do Regime Estatutário	4.729.000,00	4.729.000,00	141.433,11	289.310,19	141.433,11	289.110,19	2,67	6,11	4.439.889,81
Saúde	8.298.000,00	8.312.000,00	1.577.203,76	2.964.013,06	1.446.002,54	2.740.645,65	25,32	32,97	5.571.354,35
Atenção Básica	5.467.000,00	5.467.000,00	1.203.028,25	2.223.482,68	1.052.922,87	2.024.214,58	18,70	37,03	3.442.785,42
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.550.000,00	2.564.000,00	322.601,35	655.009,83	357.457,00	647.012,16	5,98	25,23	1.916.987,84
Vigilância Sanitária	169.000,00	169.000,00	24.029,53	42.040,86	19.089,53	37.040,86	0,34	21,92	131.959,14
Vigilância Epidemiológica	112.000,00	112.000,00	27.544,63	43.479,69	16.533,14	32.378,05	0,30	28,91	79.621,95
Educação	8.729.710,00	8.749.710,00	1.525.077,07	2.547.373,80	1.493.888,06	2.478.338,19	22,90	28,32	6.271.371,81
Ensino Fundamental	5.859.710,00	5.879.710,00	1.052.959,91	1.708.829,98	1.039.105,51	1.666.502,46	15,40	28,34	4.213.207,54
Ensino Médio	420.000,00	420.000,00	11.039,05	11.039,05	11.039,05	11.039,05	0,10	2,63	408.960,95
Educação Infantil	2.450.000,00	2.450.000,00	461.078,11	827.504,77	443.743,50	800.796,68	7,40	32,69	1.649.203,32
Cultura	260.000,00	260.000,00	15.093,83	20.259,73	14.722,63	19.854,73	0,18	7,64	240.145,27
Difusão Cultural	260.000,00	260.000,00	15.093,83	20.259,73	14.722,63	19.854,73	0,18	7,64	240.145,27
Urbanismo	5.728.750,00	5.796.750,00	454.409,38	1.183.450,73	458.899,00	1.154.647,44	10,67	19,92	4.642.102,56
Infra-Estrutura Urbana	3.598.750,00	3.598.750,00	60.822,74	474.697,44	54.482,71	467.218,70	4,32	12,98	3.131.531,30

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.692.000,00	47.952.500,00	5.681.496,08	10.808.950,26	5.475.704,46	10.382.496,34	95,92	21,65	37.570.003,66
Urbanismo	5.728.750,00	5.796.750,00	454.409,38	1.183.450,73	458.899,00	1.154.647,44	10,67	19,92	4.642.102,56
Serviços Urbanos	2.030.000,00	2.098.000,00	393.086,64	694.053,29	389.716,29	672.728,74	6,21	32,07	1.425.271,26
Lazer	100.000,00	100.000,00	500,00	14.700,00	14.700,00	14.700,00	0,14	14,70	85.300,00
Habitação	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Habitação Urbana	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Saneamento	520.000,00	520.000,00	7.986,39	10.676,84	3.274,39	5.964,84	0,06	1,15	514.035,16
Saneamento Básico Urbano	520.000,00	520.000,00	7.986,39	10.676,84	3.274,39	5.964,84	0,06	1,15	514.035,16
Gestão Ambiental	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Recursos Hídricos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Agricultura	1.090.000,00	1.090.000,00	70.407,08	121.547,55	65.376,08	114.058,55	1,05	10,46	975.941,45
Promoção da Produção Vegetal	1.040.000,00	1.040.000,00	70.407,08	121.547,55	65.376,08	114.058,55	1,05	10,97	925.941,45
Abastecimento	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Indústria	688.000,00	688.000,00	76.506,62	119.880,48	76.081,26	119.455,12	1,10	17,36	568.544,88
Promoção da Produção Vegetal	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Promoção Industrial	70.000,00	70.000,00	33.323,84	46.342,37	33.323,84	46.342,37	0,43	66,20	23.657,63
Produção Industrial	508.000,00	508.000,00	43.182,78	73.538,11	42.757,42	73.112,75	0,68	14,39	434.887,25
Comunicações	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Telecomunicações	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Energia	130.000,00	130.000,00	21.048,35	21.048,35	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
Energia Elétrica	130.000,00	130.000,00	21.048,35	21.048,35	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
Transporte	5.215.540,00	5.215.540,00	409.711,97	831.826,50	408.805,44	814.370,56	7,52	15,61	4.401.169,44
Transporte Rodoviário	5.215.540,00	5.215.540,00	409.711,97	831.826,50	408.805,44	814.370,56	7,52	15,61	4.401.169,44
Desporto e Lazer	700.000,00	847.000,00	107.761,11	233.125,07	110.374,20	231.589,16	2,14	27,34	615.410,84
Desporto Comunitário	700.000,00	847.000,00	107.761,11	233.125,07	110.374,20	231.589,16	2,14	27,34	615.410,84
Encargos Especiais	2.740.000,00	2.740.000,00	410.281,11	783.149,76	410.155,11	783.023,76	7,23	28,58	1.956.976,24
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	265.000,00	265.000,00	54.393,40	101.894,60	54.393,40	101.894,60	0,94	38,45	163.105,40
Refinanciamento da Dívida Interna	790.000,00	790.000,00	194.718,99	352.660,04	194.718,99	352.660,04	3,26	44,64	437.339,96
Outros Encargos Especiais	1.685.000,00	1.685.000,00	161.168,72	328.595,12	161.042,72	328.469,12	3,03	19,49	1.356.530,88

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.525.000,00	1.525.000,00	235.303,71	458.210,56	219.696,99	441.995,91	4,08	28,98	1.083.004,09
Legislativa	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Ação Legislativa	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Previdência Social	10.000,00	10.000,00	1.215,86	2.431,72	1.215,86	1.823,79	0,02	18,24	8.176,21
Previdência do Regime Estatutário	10.000,00	10.000,00	1.215,86	2.431,72	1.215,86	1.823,79	0,02	18,24	8.176,21
Saúde	420.000,00	420.000,00	61.205,57	119.328,39	45.598,85	103.721,67	0,96	24,70	316.278,33
Atenção Básica	370.000,00	370.000,00	61.170,37	119.231,39	45.563,65	103.624,67	0,96	28,01	266.375,33
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.000,00	30.000,00	35,20	97,00	35,20	97,00	0,00	0,32	29.903,00
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Educação	585.000,00	585.000,00	99.420,04	194.803,34	99.420,04	194.803,34	1,80	33,30	390.196,66
Ensino Fundamental	380.000,00	380.000,00	63.220,37	122.584,90	63.220,37	122.584,90	1,13	32,26	257.415,10
Ensino Médio	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Educação Infantil	180.000,00	180.000,00	36.199,67	72.218,44	36.199,67	72.218,44	0,67	40,12	107.781,56
Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	73.462,24	141.647,11	73.462,24	141.647,11	1,31	28,33	358.352,89
Outros Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	73.462,24	141.647,11	73.462,24	141.647,11	1,31	28,33	358.352,89
TOTAL (III) = (I + II)	49.217.000,00	49.477.500,00	5.916.799,79	11.267.160,82	5.695.401,45	10.824.492,25	100,00	21,88	38.653.007,75

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK	RICARDO DRAGONI	SOFIA SYDOL	DINARTE RIBEIRO GUEDES NET
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIO DE FINANÇAS E C	CONTADORA - CRC/SC 14640/0-4	ANALISTA CONTR INTERNO CRF

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Republicação RREO - Anexo X - 1º Bimestre 2011

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	5.209.000,00	5.209.000,00	587.043,01	587.043,01	11,27
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.421.000,00	3.421.000,00	273.811,94	273.811,94	8,00
1.1.1- IPTU	2.600.000,00	2.600.000,00	162.436,14	162.436,14	6,25
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	68.000,00	68.000,00	114,22	114,22	0,17
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	73.413,74	73.413,74	14,68
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	253.000,00	253.000,00	37.847,84	37.847,84	14,96
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	370.000,00	370.000,00	77.538,43	77.538,43	20,96
1.2.1- ITBI	370.000,00	370.000,00	77.538,43	77.538,43	20,96
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.058.000,00	1.058.000,00	215.525,19	215.525,19	20,37
1.3.1- ISS	970.000,00	970.000,00	198.770,90	198.770,90	20,49
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	58.000,00	58.000,00	11.413,12	11.413,12	19,68
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	30.000,00	30.000,00	5.341,17	5.341,17	17,80
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	360.000,00	360.000,00	20.167,45	20.167,45	5,60
1.4.1- IRRF	360.000,00	360.000,00	20.167,45	20.167,45	5,60
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.499.200,00	22.499.200,00	3.635.507,43	3.635.507,43	16,16
2.1- Cota-Parte FPM	13.715.200,00	13.715.200,00	2.404.178,89	2.404.178,89	17,53
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.715.200,00	13.715.200,00	2.404.178,89	2.404.178,89	17,53
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	935.135,09	935.135,09	13,36
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.000,00	50.000,00	6.036,22	6.036,22	12,07
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	22.591,22	22.591,22	22,59
2.5- Cota-Parte ITR	34.000,00	34.000,00	2.976,05	2.976,05	8,75
2.6- Cota-Parte IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	264.589,96	264.589,96	16,54
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	27.708.200,00	27.708.200,00	4.222.550,44	4.222.550,44	15,24
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	468.000,00	468.000,00	124.397,57	124.397,57	26,58
5.1- Transferências do Salário-Educação	468.000,00	468.000,00	124.397,57	124.397,57	26,58
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	924.700,00	924.700,00	65.621,83	65.621,83	7,10
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.392.700,00	1.392.700,00	190.019,40	190.019,40	13,64

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.499.840,00	4.499.840,00	727.101,06	727.101,06	16,16
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.743.040,00	2.743.040,00	480.835,72	480.835,72	17,53
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.400.000,00	1.400.000,00	187.026,85	187.026,85	13,36
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	1.207,24	1.207,24	12,07
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	20.000,00	20.000,00	4.518,25	4.518,25	22,59
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.800,00	6.800,00	595,17	595,17	8,75
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	320.000,00	320.000,00	52.917,83	52.917,83	16,54
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.010.000,00	6.010.000,00	1.110.221,29	1.110.221,29	18,47
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.000.000,00	6.000.000,00	1.105.457,72	1.105.457,72	18,42
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	4.763,57	4.763,57	47,64
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.500.160,00	1.500.160,00	378.356,66	378.356,66	25,22
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.430.000,00	3.430.000,00	596.059,23	596.059,23	17,38
13.1- Com Educação Infantil	980.000,00	980.000,00	235.582,13	235.582,13	24,04
13.2- Com Ensino Fundamental	2.450.000,00	2.450.000,00	360.477,10	360.477,10	14,71
14- OUTRAS DESPESAS	2.195.000,00	2.195.000,00	204.275,44	204.275,44	9,31
14.1- Com Educação Infantil	620.000,00	620.000,00	54.290,52	54.290,52	8,76
14.2- Com Ensino Fundamental	1.575.000,00	1.575.000,00	149.984,92	149.984,92	9,52
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.625.000,00	5.625.000,00	800.334,67	800.334,67	14,23
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					53,69
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	6.927.050,00	6.927.050,00	1.055.637,61	1.055.637,61	15,24
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.280.000,00	2.280.000,00	340.746,90	340.746,90	14,95
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.600.000,00	289.872,65	289.872,65	18,12
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	680.000,00	680.000,00	50.874,25	50.874,25	7,48
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.781.710,00	5.781.710,00	640.558,01	640.558,01	11,08
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.025.000,00	4.025.000,00	510.462,02	510.462,02	12,68
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.756.710,00	1.756.710,00	130.095,99	130.095,99	7,41
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.061.710,00	8.061.710,00	981.304,91	981.304,91	12,17
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					378.356,66
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					4.763,57
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					100,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					383.220,23
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					598.084,68
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					14,16

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	468.000,00	468.000,00	33.475,00	33.475,00	7,15
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	150.000,00	150.000,00	12.728,47	12.728,47	8,49
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	618.000,00	618.000,00	46.203,47	46.203,47	7,48
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.679.710,00	8.679.710,00	1.027.508,38	1.027.508,38	11,84
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	4.457,74		100,00		

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	4.796,14	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.105.457,72	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.067.690,59	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.763,57	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	47.326,84	0,00

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIT

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Republicação RREO - Anexo X 2º Bimestre 2011

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	5.209.000,00	5.209.000,00	1.878.712,73	2.465.755,74	47,34
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.421.000,00	3.421.000,00	1.535.901,22	1.809.713,16	52,90
1.1.1- IPTU	2.600.000,00	2.600.000,00	1.453.547,93	1.615.984,07	62,15
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	68.000,00	68.000,00	3.403,53	3.517,75	5,17
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	51.427,04	124.840,78	24,97
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	253.000,00	253.000,00	27.522,72	65.370,56	25,84
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	370.000,00	370.000,00	71.891,40	149.429,83	40,39
1.2.1- ITBI	370.000,00	370.000,00	71.891,40	149.429,83	40,39
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.058.000,00	1.058.000,00	244.967,08	460.492,27	43,52
1.3.1- ISS	970.000,00	970.000,00	236.046,18	434.817,08	44,83
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	58.000,00	58.000,00	5.988,82	17.401,94	30,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	30.000,00	30.000,00	2.932,08	8.273,25	27,58
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	360.000,00	360.000,00	25.953,03	46.120,48	12,81
1.4.1- IRRF	360.000,00	360.000,00	25.953,03	46.120,48	12,81
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.499.200,00	22.499.200,00	3.272.949,69	6.908.457,12	30,71
2.1- Cota-Parte FPM	13.715.200,00	13.715.200,00	1.892.883,95	4.297.062,84	31,33
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.715.200,00	13.715.200,00	1.892.883,95	4.297.062,84	31,33
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	1.061.896,50	1.997.031,59	28,53
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.000,00	50.000,00	6.036,22	12.072,44	24,14
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	18.908,97	41.500,19	41,50
2.5- Cota-Parte ITR	34.000,00	34.000,00	253,76	3.229,81	9,50
2.6- Cota-Parte IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	292.970,29	557.560,25	34,85
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	27.708.200,00	27.708.200,00	5.151.662,42	9.374.212,86	33,83
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO <input type="checkbox"/> ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	468.000,00	468.000,00	92.471,86	216.869,43	46,34
5.1- Transferências do Salário-Educação	468.000,00	468.000,00	92.471,86	216.869,43	46,34
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	924.700,00	924.700,00	160.091,22	225.713,05	24,41
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.392.700,00	1.392.700,00	252.563,08	442.582,48	31,78

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.499.840,00	4.499.840,00	654.589,54	1.381.690,60	30,71
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.743.040,00	2.743.040,00	378.576,73	859.412,45	31,33
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.400.000,00	1.400.000,00	212.379,16	399.406,01	28,53
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	1.207,24	2.414,48	24,14
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	20.000,00	20.000,00	3.781,79	8.300,04	41,50
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.800,00	6.800,00	50,74	645,91	9,50
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	320.000,00	320.000,00	58.593,88	111.511,71	34,85
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.010.000,00	6.010.000,00	1.134.863,79	2.245.085,08	37,36
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.000.000,00	6.000.000,00	1.128.311,88	2.233.769,60	37,23
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	6.551,91	11.315,48	113,15
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.500.160,00	1.500.160,00	473.722,34	852.079,00	56,80
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.430.000,00	3.430.000,00	861.933,71	1.457.992,94	42,51
13.1- Com Educação Infantil	980.000,00	980.000,00	321.846,25	557.428,38	56,88
13.2- Com Ensino Fundamental	2.450.000,00	2.450.000,00	540.087,46	900.564,56	36,76
14- OUTRAS DESPESAS	2.195.000,00	2.195.000,00	262.914,58	467.190,02	21,28
14.1- Com Educação Infantil	620.000,00	620.000,00	39.851,97	94.142,49	15,18
14.2- Com Ensino Fundamental	1.575.000,00	1.575.000,00	223.062,61	373.047,53	23,69
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.625.000,00	5.625.000,00	1.124.848,29	1.925.182,96	34,23
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					64,94
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	6.927.050,00	6.927.050,00	1.287.915,61	2.343.553,22	33,83
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.280.000,00	2.280.000,00	466.167,50	806.914,40	35,39
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.600.000,00	361.698,22	651.570,87	40,72
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	680.000,00	680.000,00	104.469,28	155.343,53	22,84
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.781.710,00	5.781.710,00	1.043.504,99	1.684.063,00	29,13
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.025.000,00	4.025.000,00	763.150,07	1.273.612,09	31,64
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.756.710,00	1.756.710,00	280.354,92	410.450,91	23,36
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.061.710,00	8.061.710,00	1.509.672,49	2.490.977,40	30,90
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					852.079,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					11.315,48
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					100,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					863.494,48
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.627.482,92
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					17,36

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	468.000,00	468.000,00	54.018,92	87.493,92	18,70
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	150.000,00	170.000,00	10.204,93	22.933,40	13,49
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	618.000,00	638.000,00	64.223,85	110.427,32	17,31
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.679.710,00	8.699.710,00	1.573.896,34	2.601.404,72	29,90
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	638,90		100,00		

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	4.796,14	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.233.769,60	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.159.816,14	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	11.315,48	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	90.065,08	0,00

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIT

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Republicação RREO - Anexo XVI - 1º Bimestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	27.846.200,00	27.846.200,00	4.250.403,22	15,26
Impostos	4.300.000,00	4.300.000,00	458.912,92	10,67
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.600.000,00	2.600.000,00	162.436,14	6,25
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	370.000,00	370.000,00	77.538,43	20,96
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	970.000,00	970.000,00	198.770,90	20,49
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	360.000,00	360.000,00	20.167,45	5,60
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.047.000,00	1.047.000,00	155.982,87	14,90
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	96.000,00	96.000,00	5.438,77	5,67
Dívida Ativa dos Impostos	568.000,00	568.000,00	100.510,90	17,70
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	383.000,00	383.000,00	50.033,20	13,06
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	22.499.200,00	22.499.200,00	3.635.507,43	16,16
Da União	13.799.200,00	13.799.200,00	2.413.191,16	17,49
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	13.715.200,00	13.715.200,00	2.404.178,89	17,53
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	34.000,00	34.000,00	2.976,05	8,75
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	50.000,00	50.000,00	6.036,22	12,07
Do Estado	8.700.000,00	8.700.000,00	1.222.316,27	14,05
Cota-Parte do ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	935.135,09	13,36
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	100.000,00	100.000,00	22.591,22	22,59
Cota-Parte do IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	264.589,96	16,54
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	25.870.640,00	25.870.640,00	3.192.347,94	12,34
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-4.499.840,00	-4.499.840,00	-727.101,06	16,16
TOTAL	49.217.000,00	49.217.000,00	6.715.650,10	13,64

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	7.271.000,00	7.271.000,00	1.242.590,58	17,09
Pessoal e Encargos Sociais	4.937.000,00	4.937.000,00	926.373,32	18,76
Outras Despesas Correntes	2.334.000,00	2.334.000,00	316.217,26	13,55
DESPESAS DE CAPITAL	229.000,00	229.000,00	8.006,50	3,50
Investimentos	229.000,00	229.000,00	8.006,50	3,50

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	229.000,00	229.000,00	8.006,50	3,50
Investimentos	229.000,00	229.000,00	8.006,50	3,50
TOTAL (IV)	7.500.000,00	7.500.000,00	1.250.597,08	16,67

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	7.500.000,00	7.500.000,00	1.250.597,08	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.650.000,00	2.650.000,00	356.871,83	28,54
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.650.000,00	2.650.000,00	356.871,83	28,54
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	4.850.000,00	4.850.000,00	893.725,25	71,46

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $< \frac{V - VI}{I}$ ²	21,03
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.837.000,00	5.837.000,00	1.029.352,73	82,31
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.362.000,00	1.362.000,00	187.448,11	14,99
Vigilância Sanitária	169.000,00	169.000,00	17.951,33	1,44
Vigilância Epidemiológica	132.000,00	132.000,00	15.844,91	1,27
TOTAL	7.500.000,00	7.500.000,00	1.250.597,08	100,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR. INTERNO CRA/SC 18935

Republicação RREO - Anexo XVI - 2º Bimestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	27.846.200,00	27.846.200,00	9.443.440,17	33,91
Impostos	4.300.000,00	4.300.000,00	2.246.351,46	52,24
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.600.000,00	2.600.000,00	1.615.984,07	62,15
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	370.000,00	370.000,00	149.429,83	40,39
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	970.000,00	970.000,00	434.817,08	44,83
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	360.000,00	360.000,00	46.120,48	12,81
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.047.000,00	1.047.000,00	288.631,59	27,57
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	96.000,00	96.000,00	13.611,52	14,18
Dívida Ativa dos Impostos	568.000,00	568.000,00	182.595,52	32,15
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	383.000,00	383.000,00	92.424,55	24,13
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	22.499.200,00	22.499.200,00	6.908.457,12	30,71
Da União	13.799.200,00	13.799.200,00	4.312.365,09	31,25
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	13.715.200,00	13.715.200,00	4.297.062,84	31,33
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	34.000,00	34.000,00	3.229,81	9,50
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	50.000,00	50.000,00	12.072,44	24,14
Do Estado	8.700.000,00	8.700.000,00	2.596.092,03	29,84
Cota-Parte do ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	1.997.031,59	28,53
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	100.000,00	100.000,00	41.500,19	41,50
Cota-Parte do IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	557.560,25	34,85
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	25.870.640,00	25.870.640,00	6.813.041,38	26,34
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-4.499.840,00	-4.499.840,00	-1.381.690,60	30,71
TOTAL	49.217.000,00	49.217.000,00	14.874.790,95	30,22

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	7.271.000,00	7.271.000,00	2.581.068,81	35,50
Pessoal e Encargos Sociais	4.937.000,00	4.922.000,00	1.836.802,32	37,32
Outras Despesas Correntes	2.334.000,00	2.349.000,00	744.266,49	31,68
DESPESAS DE CAPITAL	229.000,00	243.000,00	13.114,50	5,40
Investimentos	229.000,00	243.000,00	13.114,50	5,40

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	229.000,00	243.000,00	13.114,50	5,40
Investimentos	229.000,00	243.000,00	13.114,50	5,40
TOTAL (IV)	7.500.000,00	7.514.000,00	2.594.183,31	34,52

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	7.500.000,00	7.514.000,00	2.594.183,31	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.650.000,00	2.664.000,00	831.443,76	32,05
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.650.000,00	2.664.000,00	831.443,76	32,05
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	4.850.000,00	4.850.000,00	1.762.739,55	67,95

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $< \frac{V - VI}{I}$ ²	18,67
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.837.000,00	5.837.000,00	2.127.839,25	82,02
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.362.000,00	1.376.000,00	396.925,15	15,30
Vigilância Sanitária	169.000,00	169.000,00	37.040,86	1,43
Vigilância Epidemiológica	132.000,00	132.000,00	32.378,05	1,25
TOTAL	7.500.000,00	7.514.000,00	2.594.183,31	100,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR. INTERNO CRA/SC 18935

RGF Anexo I 1º Semestre 2011

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2010 A JUNHO/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.092.362,19	0,00
Pessoal Ativo	17.970.801,54	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	121.560,65	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	18.092.362,19	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	18.092.362,19	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	40.065.819,75	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	45,16	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	21.635.542,67	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	20.553.765,53	
FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILII

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

RGF Anexo II 1º Semestre 2011

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.620.271,58	2.307.065,35	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.620.271,58	2.307.065,35	0,00
Interna	2.620.271,58	2.307.065,35	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	925.023,92	2.667.992,06	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.526.375,95	3.347.817,62	0,00
Demais Haveres Financeiros	5.471,17	1.724,03	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	606.823,20	681.549,59	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.695.247,66	-360.926,71	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	36.774.268,56	40.065.819,75	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	7,13%	5,76%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	4,61%	-0,90%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	44.129.122,27	48.078.983,70	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	1.411.903,79	1.238.275,78	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.240.715,64	1.071.204,78	0,00
Previdenciárias	462.955,91	360.152,21	0,00
Demais Contribuições Sociais	777.759,73	711.052,57	0,00
Do FGTS	171.188,15	167.071,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	1.208.367,79	1.068.789,57	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	216.996,00	174.005,32	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	33.081,89	91.224,66	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18935

RGF Anexo III 1º Semestre 2011

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	36.774.268,56	40.065.819,75	23.287.781,88
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	8.090.339,08	8.814.480,35	5.123.312,01

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

 RENATO STASIAK
 PREFEITO MUNICIPAL

 RICARDO DRAGONI
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

 SOFIA SYDOL
 CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

 DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
 ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

RGF Anexo IV 1º Semestre 2011

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	40.065.819,75	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	6.410.531,16	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.804.607,38	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIZ

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

RGF Anexo V 1º Semestre 2011

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Assistência Farmacêutica Básica(EST)	116.078,13	234,32	115.843,81
Co-financiamento da Atenção Básica	93.518,88	0,00	93.518,88
CRAS - PAIF - CENTRO DE REF. DE ASSISTENCIA SOCIAL	48.766,08	15.984,54	32.781,54
FNAS - APAE/APADAF	99,48	0,00	99,48
FNAS - BOLSA FAMILIA	6.029,02	191,67	5.837,35
FNAS - BPT CRI/ID	42,79	0,00	42,79
FNAS - FMC SENTINELA	7.089,33	0,00	7.089,33
FNAS-CREAS	14.315,43	1.071,30	13.244,13
FNDE- TRANSP.ESCOLAR	20.608,96	0,00	20.608,96
FNDE-PNAE	54.572,10	14.612,50	39.959,60
FNDE-Salário Educação	215.508,35	4.192,25	211.316,10
FNDE=PNAC	6.496,23	0,00	6.496,23
FNS - CAPS	3.306,59	0,00	3.306,59
FUNDEB 40%	330.989,36	109.780,01	221.209,35
FUNDEB 60%	189.470,50	198.100,36	(8.629,86)
MAC (média e alta complexidade)	5.975,35	21.851,79	(15.876,44)
MED SOCIO ED-PROT. SOC. ESP. MÉDIA COMPLEXIDADE	17.636,60	0,00	17.636,60
Outras transferências da União	7.504,67	4.066,00	3.438,67
Outras Transferencias da Uniao	111,41	0,00	111,41
PISO FIXO VARIÁVEL	2.966,40	0,00	2.966,40
PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - PRO JOVEM	11.292,27	0,00	11.292,27
Recursos Transporte Escolar do Estado	25.988,92	3.174,21	22.814,71
RECURSOS CONV.SSP SC	12.680,25	212,00	12.468,25
Recursos COSIP	209.286,32	0,00	209.286,32
Recursos de Convenios C/União	123.374,01	246.362,46	(122.988,45)
Retenções em carater consignatório	75.167,16	0,00	75.167,16
Retenções em Carater Consignatório	0,00	438.938,18	(438.938,18)
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	0,06	0,00	0,06
Taxas de Vigilância Sanitária	0,00	7.353,13	(7.353,13)
Transferência Assistência Farmácia Básica(UNIÃO)	47.478,80	0,00	47.478,80
Transferência do PAB	19.112,86	39.534,33	(20.421,47)
Transferência Vigilância em Saúde(ECD)	64.340,40	3.571,71	60.768,69
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.729.806,71	1.109.230,76	620.575,95
Contribuicao RPPPS	0,00	2.475,92	(2.475,92)
MDE-25% Impostos e Transf.de Impostos	658.066,69	76.449,87	581.616,82
Recursos Ordinários	3.261.499,29	474.386,56	2.787.112,73
Recursos de Alienação de Bens	3.680,20	0,00	3.680,20
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	35.366,28	16.434,70	18.931,58
RECURSOS ORDINÁRIOS	3.278.713,13	64.961,11	3.213.752,02
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	11.908,33	424,00	11.484,33
Transf. recursos 15% impostos	9.638,80	57.664,69	(48.025,89)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	7.258.872,72	692.796,85	6.566.075,87
TOTAL (III) = (I + II)	8.988.679,43	1.802.027,61	7.186.651,82
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	21.878.332,60	27.560,94	21.850.771,66

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIZ

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

RGF Anexo VI 1º Semestre 2011

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistência Farmacêutica Básica(EST)	0,00	234,32	0,00	3.329,00	115.843,81	0,00
CRAS - PAIF - CENTRO DE REF. DE ASSIS	0,00	15.984,54	0,00	0,00	32.781,54	0,00
FNAS - BOLSA FAMILIA	0,00	128,97	62,70	0,00	5.837,35	0,00
FNAS-CREAS	0,00	1.071,30	0,00	0,00	13.244,13	0,00
FNDE- TRANSP.ESCOLAR	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.608,96	0,00
FNDE-PNAE	0,00	14.612,50	0,00	7.204,93	39.959,60	0,00
FNDE-Salário Educação	0,00	4.192,25	0,00	5.760,00	211.316,10	0,00
FUNDEB 40%	3.437,91	106.342,10	0,00	22.886,32	221.209,35	0,00
FUNDEB 60%	0,00	198.100,36	0,00	0,00	(8.629,86)	0,00
MAC (média e alta complexidade)	200,00	21.651,79	0,00	35.887,13	(15.876,44)	0,00
Outras transferências da União	0,00	4.066,00	0,00	0,00	3.438,67	0,00
Programa Agentes Comunitários de Saúde	0,00	0,00	0,00	7.394,21	0,00	0,00
Recursos Transporte Escolar do Estado	3.174,21	0,00	0,00	15.102,15	22.814,71	0,00
RECURSOS CONV.SSP SC	0,00	212,00	0,00	0,00	12.468,25	0,00
Recursos de Convenios C/União	207.792,00	38.570,46	0,00	4.475,25	(122.988,45)	0,00
Taxas de Vigilância Sanitária	0,00	7.353,13	0,00	5.722,15	(7.353,13)	0,00
Transferência Assistência Farmácia Básica(UNI	0,00	0,00	0,00	22.184,65	47.478,80	0,00
Transferência do PAB	29,00	39.505,33	0,00	96.839,45	(20.421,47)	0,00
Transferência Vigilância em Saúde(ECD)	0,00	3.571,71	0,00	48.623,12	60.768,69	0,00
Transferências PSF	0,00	0,00	0,00	243,02	0,00	0,00
Vigilância sanitária	0,00	0,00	0,00	2.321,95	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	214.633,12	455.596,76	62,70	297.973,33	632.500,61	0,00
Contribuicao RPPPS	0,00	2.475,92	0,00	671,14	(2.475,92)	0,00
MDE-25% Impostos e Transf.de Impostos	400,00	75.810,97	238,90	95.293,47	581.616,82	0,00
Recursos Ordinários	127.290,53	319.331,01	27.765,02	71.779,79	2.787.112,73	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,90	3.146,21	0,00	3.309,76	18.931,58	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	50,93	64.910,18	0,00	0,00	3.213.752,02	0,00
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgê	0,00	424,00	0,00	685,99	11.484,33	0,00
Transf. recursos 15% impostos	0,00	57.664,69	0,00	139.910,07	(48.025,89)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	127.742,36	523.762,98	28.003,92	311.650,22	6.562.395,67	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	342.375,48	979.359,74	28.066,62	609.623,55	7.194.896,28	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PORTO UNIAO, 27/07/2011

 RENATO STASIAK
 PREFEITO MUNICIPAL

 RICARDO DRAGONI
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILID.

 SOFIA SYDOL
 CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

 DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
 ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933



RGF Anexo VII 1º Semestre 2011

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2011

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	18.092.362,19	45,16
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	21.635.542,67	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	20.553.765,53	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-5.398.336,49	-13,47
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	48.078.983,70	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.814.480,35	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.410.531,16	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.804.607,38	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	609.623,55	7.194.896,28

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

 RENATO STASIAK
 PREFEITO MUNICIPAL

 RICARDO DRAGONI
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

 SOFIA SYDOL
 CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

 DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
 ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

RREO - Anexo I 3º Bimestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.478.000,00	47.478.000,00	7.061.936,00	14,87	21.372.459,52	45,02	26.105.540,48
RECEITAS CORRENTES	43.504.000,00	43.504.000,00	7.048.687,00	16,20	21.302.469,60	48,97	22.201.530,40
RECEITA TRIBUTARIA	6.241.000,00	6.241.000,00	1.015.558,14	16,27	3.831.815,57	61,40	2.409.184,43
IMPOSTOS	4.300.000,00	4.300.000,00	680.845,40	15,83	2.927.196,86	68,07	1.372.803,14
TAXAS	1.901.000,00	1.901.000,00	334.712,74	17,61	904.618,71	47,59	996.381,29
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.321.440,00	2.321.440,00	382.608,72	16,48	1.165.671,83	50,21	1.155.768,17
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.800.000,00	1.800.000,00	293.856,39	16,33	918.147,56	51,01	881.852,44
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	521.440,00	521.440,00	88.752,33	17,02	247.524,27	47,47	273.915,73
RECEITA PATRIMONIAL	2.516.000,00	2.516.000,00	441.363,48	17,54	1.275.981,76	50,71	1.240.018,24
RECEITAS IMOBILIARIAS	30.000,00	30.000,00	939,00	3,13	3.286,58	10,96	26.713,42
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.486.000,00	2.486.000,00	440.424,48	17,72	1.272.695,18	51,19	1.213.304,82
RECEITA DE SERVIÇOS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.374.560,00	30.374.560,00	5.004.446,87	16,48	14.399.524,97	47,41	15.975.035,03
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	28.700.560,00	28.700.560,00	4.996.446,87	17,41	14.379.524,97	50,10	14.321.035,03
Transf. de Conv.	1.674.000,00	1.674.000,00	8.000,00	0,48	20.000,00	1,19	1.654.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.045.000,00	2.045.000,00	204.709,79	10,01	629.475,47	30,78	1.415.524,53
Multas e Juros de Mora	542.000,00	542.000,00	65.667,06	12,12	196.916,66	36,33	345.083,34
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	257.000,00	257.000,00	18.791,87	7,31	47.657,07	18,54	209.342,93
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	668.000,00	668.000,00	67.133,32	10,05	249.728,84	37,38	418.271,16
RECEITAS DIVERSAS	578.000,00	578.000,00	53.117,54	9,19	135.172,90	23,39	442.827,10
RECEITAS DE CAPITAL	3.974.000,00	3.974.000,00	13.249,00	0,33	69.989,92	1,76	3.904.010,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	3.170,00	14,41	18.830,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	3.170,00	14,41	18.830,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.452.000,00	3.452.000,00	13.249,00	0,38	66.819,92	1,94	3.385.180,08
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	902.000,00	902.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	902.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.550.000,00	2.550.000,00	13.249,00	0,52	66.819,92	2,62	2.483.180,08
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.739.000,00	1.739.000,00	263.455,28	15,15	827.722,71	47,60	911.277,29
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.599.000,00	1.599.000,00	241.219,56	15,09	761.015,55	47,59	837.984,45
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.599.000,00	1.599.000,00	241.219,56	15,09	761.015,55	47,59	837.984,45
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.599.000,00	1.599.000,00	241.219,56	15,09	761.015,55	47,59	837.984,45
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	140.000,00	140.000,00	22.235,72	15,88	66.707,16	47,65	73.292,84
ALIENAÇÃO DE BENS	140.000,00	140.000,00	22.235,72	15,88	66.707,16	47,65	73.292,84

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.739.000,00	1.739.000,00	263.455,28	15,15	827.722,71	47,60	911.277,29
Alienação de Outros Bens Imóveis	140.000,00	140.000,00	22.235,72	15,88	66.707,16	47,65	73.292,84
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	49.217.000,00	49.217.000,00	7.325.391,28	14,88	22.200.182,23	45,11	27.016.817,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	49.217.000,00	49.217.000,00	7.325.391,28	14,88	22.200.182,23	45,11	27.016.817,77
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	49.217.000,00	49.217.000,00	7.325.391,28	14,88	22.200.182,23	45,11	27.016.817,77
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	280.500,00	—	—	276.159,59	—	—
Superávit Financeiro	—	280.500,00	—	—	276.159,59	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.692.000,00	440.500,00	48.132.500,00	5.990.467,46	16.799.417,72	5.812.056,16	16.194.552,50	33,65	31.937.947,50
DESPESAS CORRENTES	35.342.210,00	31.500,00	35.373.710,00	5.527.807,45	15.297.447,00	5.388.312,98	14.770.478,32	41,76	20.603.231,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.494.710,00	-36.000,00	19.458.710,00	3.077.055,20	8.885.855,91	3.023.088,45	8.814.598,06	45,30	10.644.111,94
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	290.000,00	0,00	290.000,00	42.041,57	179.612,99	42.041,57	179.612,99	61,94	110.387,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.557.500,00	67.500,00	15.625.000,00	2.408.710,68	6.231.978,10	2.323.182,96	5.776.267,27	36,97	9.848.732,73
DESPESAS DE CAPITAL	11.330.790,00	409.000,00	11.739.790,00	462.660,01	1.501.970,72	423.743,18	1.424.074,18	12,13	10.315.715,82
INVESTIMENTOS	10.310.790,00	289.000,00	10.599.790,00	364.542,40	1.188.764,49	325.625,57	1.110.867,95	10,48	9.488.922,05
INVERSOES FINANCEIRAS	520.000,00	120.000,00	640.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	640.000,00

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.692.000,00	440.500,00	48.132.500,00	5.990.467,46	16.799.417,72	5.812.056,16	16.194.552,50	33,65	31.937.947,50
AMORTIZACAO DA DIVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	98.117,61	313.206,23	98.117,61	313.206,23	62,64	186.793,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	869.000,00	0,00	869.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	869.000,00
RESERVA DO RPPS	869.000,00	0,00	869.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	869.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00	257.102,11	715.312,67	240.563,22	682.559,13	44,76	842.440,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00	257.102,11	715.312,67	240.563,22	682.559,13	44,76	842.440,87
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	49.217.000,00	440.500,00	49.657.500,00	6.247.569,57	17.514.730,39	6.052.619,38	16.877.111,63	33,99	32.780.388,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	49.217.000,00	440.500,00	49.657.500,00	6.247.569,57	17.514.730,39	6.052.619,38	16.877.111,63	33,99	32.780.388,37
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	5.323.070,60	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	49.217.000,00	440.500,00	49.657.500,00	6.247.569,57	17.514.730,39	6.052.619,38	22.200.182,23	33,99	32.780.388,37

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.179.022,14

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

RREO - Anexo II 3º Bimestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.692.000,00	48.132.500,00	5.990.467,46	16.799.417,72	5.812.056,16	16.194.552,50	95,96	33,65	31.937.947,50
Legislativa	1.790.000,00	1.790.000,00	209.751,44	549.151,16	207.774,58	547.174,30	3,24	30,57	1.242.825,70
Ação Legislativa	1.790.000,00	1.790.000,00	209.751,44	549.151,16	207.774,58	547.174,30	3,24	30,57	1.242.825,70
Administração	4.522.000,00	4.522.000,00	411.287,23	1.212.872,59	416.020,08	1.206.954,06	7,15	26,69	3.315.045,94
Planejamento e Orçamento	350.000,00	350.000,00	34.695,60	95.806,19	35.083,15	95.806,19	0,57	27,37	254.193,81
Administração Geral	3.472.000,00	3.472.000,00	295.208,26	847.417,55	299.437,06	841.499,02	4,99	24,24	2.630.500,98
Administração Financeira	700.000,00	700.000,00	81.383,37	269.648,85	81.499,87	269.648,85	1,60	38,52	430.351,15
Defesa Nacional	7.000,00	7.000,00	92,40	633,00	92,40	633,00	0,00	9,04	6.367,00
Defesa Terrestre	7.000,00	7.000,00	92,40	633,00	92,40	633,00	0,00	9,04	6.367,00
Segurança Pública	428.000,00	428.000,00	34.892,80	139.672,14	57.935,50	127.544,13	0,76	29,80	300.455,87
Policiamento	28.000,00	28.000,00	9.108,28	20.194,52	9.158,28	20.194,52	0,12	72,12	7.805,48
Defesa Civil	400.000,00	400.000,00	25.784,52	119.477,62	48.777,22	107.349,61	0,64	26,84	292.650,39
Assistência Social	1.693.000,00	1.704.500,00	261.454,73	698.437,91	256.201,36	687.156,58	4,07	40,31	1.017.343,42
Assistência à Criança e ao Adolescente	166.000,00	177.500,00	19.714,37	67.295,28	19.714,37	67.295,28	0,40	37,91	110.204,72
Assistência Comunitária	1.335.000,00	1.335.000,00	186.962,96	493.855,12	190.441,78	492.318,48	2,92	36,88	842.681,52
Alimentação e Nutrição	192.000,00	192.000,00	54.777,40	137.287,51	46.045,21	127.542,82	0,76	66,43	64.457,18
Previdência Social	4.729.000,00	4.729.000,00	153.854,30	443.164,49	153.383,16	442.493,35	2,62	9,36	4.286.506,65
Previdência do Regime Estatutário	4.729.000,00	4.729.000,00	153.854,30	443.164,49	153.383,16	442.493,35	2,62	9,36	4.286.506,65
Saúde	8.298.000,00	8.352.000,00	1.521.813,58	4.485.826,64	1.388.775,44	4.129.421,09	24,47	49,44	4.222.578,91
Atenção Básica	5.467.000,00	5.507.000,00	981.321,90	3.204.804,58	961.801,95	2.986.016,53	17,69	54,22	2.520.983,47
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.550.000,00	2.564.000,00	457.604,70	1.112.614,53	384.952,09	1.031.964,25	6,11	40,25	1.532.035,75
Vigilância Sanitária	169.000,00	169.000,00	33.785,01	75.825,87	30.440,91	67.481,77	0,40	39,93	101.518,23
Vigilância Epidemiológica	112.000,00	112.000,00	49.101,97	92.581,66	11.580,49	43.958,54	0,26	39,25	68.041,46
Educação	8.729.710,00	8.869.710,00	1.624.300,45	4.171.674,25	1.534.294,12	4.012.632,31	23,78	45,24	4.857.077,69
Ensino Fundamental	5.859.710,00	5.879.710,00	1.071.914,96	2.780.744,94	1.000.142,59	2.666.645,05	15,80	45,35	3.213.064,95
Ensino Médio	420.000,00	420.000,00	57.105,22	68.144,27	57.105,22	68.144,27	0,40	16,22	351.855,73
Educação Infantil	2.450.000,00	2.570.000,00	495.280,27	1.322.785,04	477.046,31	1.277.842,99	7,57	49,72	1.292.157,01
Cultura	260.000,00	260.000,00	12.846,22	33.105,95	12.481,22	32.335,95	0,19	12,44	227.664,05
Difusão Cultural	260.000,00	260.000,00	12.846,22	33.105,95	12.481,22	32.335,95	0,19	12,44	227.664,05
Urbanismo	5.728.750,00	5.816.750,00	461.566,02	1.645.016,75	475.718,65	1.630.366,09	9,66	28,03	4.186.383,91
Infra-Estrutura Urbana	3.598.750,00	3.618.750,00	181.305,58	656.003,02	175.814,46	643.033,16	3,81	17,77	2.975.716,84

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.692.000,00	48.132.500,00	5.990.467,46	16.799.417,72	5.812.056,16	16.194.552,50	95,96	33,65	31.937.947,50
Urbanismo	5.728.750,00	5.816.750,00	461.566,02	1.645.016,75	475.718,65	1.630.366,09	9,66	28,03	4.186.383,91
Serviços Urbanos	2.030.000,00	2.098.000,00	279.377,11	973.430,40	299.530,86	972.259,60	5,76	46,34	1.125.740,40
Lazer	100.000,00	100.000,00	883,33	15.583,33	373,33	15.073,33	0,09	15,07	84.926,67
Habitação	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Habitação Urbana	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Saneamento	520.000,00	520.000,00	31.886,19	42.563,03	36.598,19	42.563,03	0,25	8,19	477.436,97
Saneamento Básico Urbano	520.000,00	520.000,00	31.886,19	42.563,03	36.598,19	42.563,03	0,25	8,19	477.436,97
Gestão Ambiental	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Recursos Hídricos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Agricultura	1.090.000,00	1.090.000,00	88.473,00	210.020,55	85.961,44	200.019,99	1,19	18,35	889.980,01
Promoção da Produção Vegetal	1.040.000,00	1.040.000,00	88.473,00	210.020,55	85.961,44	200.019,99	1,19	19,23	839.980,01
Abastecimento	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Indústria	688.000,00	688.000,00	52.822,47	172.702,95	53.247,83	172.702,95	1,02	25,10	515.297,05
Promoção da Produção Vegetal	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Promoção Industrial	70.000,00	70.000,00	5.798,72	52.141,09	5.798,72	52.141,09	0,31	74,49	17.858,91
Produção Industrial	508.000,00	508.000,00	47.023,75	120.561,86	47.449,11	120.561,86	0,71	23,73	387.438,14
Comunicações	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Telecomunicações	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Energia	130.000,00	130.000,00	0,00	21.048,35	21.048,35	21.048,35	0,12	16,19	108.951,65
Energia Elétrica	130.000,00	130.000,00	0,00	21.048,35	21.048,35	21.048,35	0,12	16,19	108.951,65
Transporte	5.215.540,00	5.215.540,00	576.966,84	1.408.793,34	576.581,50	1.390.952,06	8,24	26,67	3.824.587,94
Transporte Rodoviário	5.215.540,00	5.215.540,00	576.966,84	1.408.793,34	576.581,50	1.390.952,06	8,24	26,67	3.824.587,94
Desporto e Lazer	700.000,00	847.000,00	192.064,92	425.189,99	181.825,47	413.414,63	2,45	48,81	433.585,37
Desporto Comunitário	700.000,00	847.000,00	192.064,92	425.189,99	181.825,47	413.414,63	2,45	48,81	433.585,37
Encargos Especiais	2.740.000,00	2.740.000,00	356.394,87	1.139.544,63	354.116,87	1.137.140,63	6,74	41,50	1.602.859,37
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	265.000,00	265.000,00	44.905,44	146.800,04	44.905,44	146.800,04	0,87	55,40	118.199,96
Refinanciamento da Dívida Interna	790.000,00	790.000,00	140.159,18	492.819,22	140.159,18	492.819,22	2,92	62,38	297.180,78
Outros Encargos Especiais	1.685.000,00	1.685.000,00	171.330,25	499.925,37	169.052,25	497.521,37	2,95	29,53	1.187.478,63

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.525.000,00	1.525.000,00	257.102,11	715.312,67	240.563,22	682.559,13	4,04	44,76	842.440,87
Legislativa	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Ação Legislativa	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Previdência Social	10.000,00	10.000,00	1.276,64	3.708,36	1.884,57	3.708,36	0,02	37,08	6.291,64
Previdência do Regime Estatutário	10.000,00	10.000,00	1.276,64	3.708,36	1.884,57	3.708,36	0,02	37,08	6.291,64
Saúde	420.000,00	420.000,00	64.848,78	184.177,17	47.701,96	151.423,63	0,90	36,05	268.576,37
Atenção Básica	370.000,00	370.000,00	64.734,18	183.965,57	47.587,36	151.212,03	0,90	40,87	218.787,97
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.000,00	30.000,00	114,60	211,60	114,60	211,60	0,00	0,71	29.788,40
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Educação	585.000,00	585.000,00	114.276,08	309.079,42	114.276,08	309.079,42	1,83	52,83	275.920,58
Ensino Fundamental	380.000,00	380.000,00	71.965,35	194.550,25	71.965,35	194.550,25	1,15	51,20	185.449,75
Ensino Médio	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Educação Infantil	180.000,00	180.000,00	42.310,73	114.529,17	42.310,73	114.529,17	0,68	63,63	65.470,83
Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	76.700,61	218.347,72	76.700,61	218.347,72	1,29	43,67	281.652,28
Outros Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	76.700,61	218.347,72	76.700,61	218.347,72	1,29	43,67	281.652,28
TOTAL (III) = (I + II)	49.217.000,00	49.657.500,00	6.247.569,57	17.514.730,39	6.052.619,38	16.877.111,63	100,00	33,99	32.780.388,37

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK	RICARDO DRAGONI	SOFIA SYDOL	DINARTE RIBEIRO GUEDES NET
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIO DE FINANÇAS E C	CONTADORA - CRC/SC 14640/0-1	ANALISTA CONTR INTERNO CR/

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - Anexo III 3º Bimestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2010 A JUNHO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Jul/2010	Ago/2010	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	3.384.982,28	3.355.951,19	3.293.334,74	3.291.921,11	3.553.074,95	4.527.799,84	3.376.904,68	3.682.618,46	4.999.979,59	3.575.970,47	3.917.950,47	3.882.065,56	44.842.553,34	48.003.840,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	405.366,48	368.378,35	392.550,29	329.488,67	459.739,23	415.299,96	188.089,38	407.196,30	1.848.092,93	372.878,82	394.554,46	621.003,68	6.202.638,55	6.241.000,00	
I.P.T.U.	131.300,69	116.165,98	114.337,17	99.200,22	108.400,52	96.353,79	1.766,93	160.669,21	1.310.008,39	143.539,54	141.975,48	129.377,85	2.553.095,77	2.600.000,00	
I.S.S.	115.081,96	90.502,30	86.627,40	88.598,58	143.382,77	102.984,70	100.862,22	97.908,68	133.474,00	102.572,18	106.332,03	88.084,17	1.256.410,99	970.000,00	
I.T.B.I.	38.213,06	40.172,71	62.536,39	25.629,28	37.050,10	52.864,07	29.691,64	47.846,79	43.881,79	28.009,61	41.011,87	40.136,83	487.044,14	370.000,00	
I.R.R.F	9.552,88	9.617,25	9.656,01	9.653,67	83.704,91	80.399,42	8.763,14	11.404,31	11.532,30	14.420,73	10.554,99	123.372,18	382.631,79	360.000,00	
Outras Receitas Tributárias	111.217,89	111.920,11	119.393,32	106.406,92	87.200,93	82.697,98	47.005,45	89.367,31	349.196,45	84.336,76	94.680,09	240.032,65	1.523.455,86	1.941.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	171.292,58	172.905,32	163.812,05	161.461,04	174.624,31	262.744,58	242.470,18	238.718,89	117.848,50	184.025,54	148.411,00	234.197,72	2.272.511,71	2.321.440,00	
RECEITA PATRIMONIAL	389.722,06	262.699,18	222.264,23	274.116,25	179.076,31	357.305,44	137.074,77	175.882,85	360.973,50	160.687,16	377.502,42	63.861,06	2.961.165,23	2.516.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.230.486,58	2.413.760,35	2.307.037,13	2.418.135,29	2.601.852,69	3.235.962,15	2.703.297,61	2.747.120,40	2.548.204,60	2.778.146,09	2.909.389,94	2.846.385,96	31.739.778,79	34.874.400,00	
Cota-Parte do F.P.M.	663.256,83	888.896,57	742.021,46	798.777,43	957.546,03	1.206.939,28	1.157.327,83	1.246.851,06	813.969,70	1.078.914,25	1.238.367,78	1.117.714,16	11.910.582,38	13.715.200,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	457.591,56	469.921,28	495.031,51	531.604,04	532.422,15	553.015,02	468.852,65	466.282,44	529.697,37	532.199,13	517.960,82	292.835,20	5.847.413,17	7.000.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	152.762,40	135.409,05	133.400,61	116.338,50	92.741,33	69.770,61	148.061,45	116.528,51	152.808,66	140.161,63	172.370,49	391.681,97	1.822.035,21	1.600.000,00	
Cota-Parte do ITR.	30,10	16,53	1.047,68	21.671,56	620,15	1.200,60	2.839,85	136,20	164,04	89,72	308,96	90,89	28.216,28	34.000,00	
Transferências da LC 61/1989	8.629,72	8.349,52	20.737,84	10.828,69	11.535,58	13.561,68	11.640,75	10.950,47	8.043,33	10.865,64	9.157,20	10.123,41	134.423,83	100.000,00	
Transferências da LC 87/1996	3.045,08	3.045,08	3.045,08	3.045,08	3.045,08	3.045,08	3.018,11	3.018,11	3.018,11	3.018,11	3.018,11	3.018,11	36.379,14	50.000,00	
Transferências do FUNDEB	457.400,49	485.847,48	488.993,02	517.618,06	521.177,20	569.223,37	573.923,91	531.533,81	549.670,67	578.641,21	591.604,27	577.746,89	6.443.380,38	6.000.000,00	
Outras Transferências Correntes	487.770,40	422.274,84	422.759,93	418.251,93	482.765,17	819.206,51	337.633,06	371.819,80	490.832,72	434.256,40	376.602,31	453.175,33	5.517.348,40	6.375.200,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	188.114,58	138.207,99	207.671,04	108.719,86	137.782,41	256.487,71	105.972,74	113.700,02	124.860,06	80.232,86	88.092,65	116.617,14	1.666.459,06	2.045.000,00	
DEDUÇÕES (II)	315.243,49	360.202,92	347.590,39	355.783,70	378.881,18	468.005,69	456.549,10	456.575,17	336.492,80	417.710,61	452.911,94	430.786,60	4.776.733,59	5.399.840,00	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	59.906,51	60.745,46	60.267,50	59.330,86	59.299,31	98.499,47	98.201,18	87.822,03	34.952,78	64.661,09	64.675,47	67.694,04	816.055,70	900.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	255.336,98	299.457,46	287.322,89	296.452,84	319.581,87	369.506,22	358.347,92	368.753,14	301.540,02	353.049,52	388.236,47	363.092,56	3.960.677,89	4.499.840,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	3.069.738,79	2.995.748,27	2.945.744,35	2.936.137,41	3.174.193,77	4.059.794,15	2.920.355,58	3.226.043,29	4.663.486,79	3.158.259,86	3.465.038,53	3.451.278,96	40.065.819,75	42.604.000,00	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK

PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTAB

SOFIA SYDOL

CONTADORA - CRC/SC 14640-0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO

ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 188

RREO - Anexo IX 1º Semestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	116.802,35	760.189,99	-	545.105,04	331.887,30	27.765,02	126.547,97	100,00	115.658,19	38.554,80
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	116.802,35	416.565,45	0,00	208.773,45	324.594,35	27.765,02	5.316,87	0,00	5.316,87	27.765,02
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO	0,00	416.565,45	0,00	208.773,45	207.792,00	0,00	5.316,87	0,00	5.316,87	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	116.802,35	0,00	0,00	0,00	116.802,35	27.765,02	0,00	0,00	0,00	27.765,02
AMASPU-AUT MUN ASSIST SAUDE FUN PUB PORTC	0,00	48.903,32	0,00	48.852,39	50,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMASPU	0,00	48.903,32	0,00	48.852,39	50,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO DE CULTURA DE PORTO UNIAO	0,00	0,90	0,00	0,00	0,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	0,90	0,00	0,00	0,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PORTO UNIAO	0,00	4.931,53	0,00	4.931,53	0,00	0,00	608,87	0,00	546,17	62,70
Fundo Municipal de Assistencia Social	0,00	4.931,53	0,00	4.931,53	0,00	0,00	608,87	0,00	546,17	62,70
FUNDO DE SAUDE DE PORTO UNIAO	0,00	123.979,13	0,00	123.750,13	229,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	123.979,13	0,00	123.750,13	229,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO PORTO UNIAO	0,00	165.728,76	0,00	158.716,64	7.012,12	0,00	20.492,23	100,00	20.153,33	238,90
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	165.728,76	0,00	158.716,64	7.012,12	0,00	20.492,23	100,00	20.153,33	238,90
FUNDO REEQ. DO CORPO DE BOMBEIRO DE PORTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.130,00	0,00	89.641,82	10.488,18
Fundo de Reeq. Corpo de Bombeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.130,00	0,00	89.641,82	10.488,18
INST. MUN. DE PREV. E ASSIS. SOCIAL DOS SERVIC	0,00	80,90	0,00	80,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPRESS	0,00	80,90	0,00	80,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	177.433,11	-	177.433,11	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	73.455,40	0,00	73.455,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO	0,00	73.455,40	0,00	73.455,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE SAUDE DE PORTO UNIAO	0,00	61.272,17	0,00	61.272,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	61.272,17	0,00	61.272,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO PORTO UNIAO	0,00	42.705,54	0,00	42.705,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	42.705,54	0,00	42.705,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	116.802,35	937.623,10	0,00	722.538,15	331.887,30	27.765,02	126.547,97	100,00	115.658,19	38.554,80

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

 RENATO STASIAK
 PREFEITO MUNICIPAL

 RICARDO DRAGONI
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CON

 SOFIA SYDOL
 CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

 DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
 ANALISTA CONTR INTERNO CRA/S

RREO - Anexo VI 1º Semestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 30 Jun 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.620.271,58	2.620.271,58	2.307.065,35
DEDUÇÕES (II)	4.520.926,59	4.520.926,59	7.705.401,84
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.564.789,35	5.564.789,35	9.029.120,39
Demais Haveres Financeiros	10.562,69	10.562,69	-1.983,33
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.054.425,45	1.054.425,45	1.321.735,22
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.900.655,01	-1.900.655,01	-5.398.336,49
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.900.655,01	-1.900.655,01	-5.398.336,49

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2011 (C - A)
VALOR	-3.497.681,48	-3.497.681,48

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 30 Jun 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	15.568.929,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	15.568.929,00
DEDUÇÕES (VIII)	20.236.309,02	20.236.309,02	21.878.332,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.236.309,02	20.236.309,02	21.878.332,60
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-20.236.309,02	-20.236.309,02	-6.309.403,60
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-20.236.309,02	-20.236.309,02	-6.309.403,60

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIA

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18935

RREO - Anexo VII 1º Semestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2011	Até o Semestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	42.617.000,00	20.790.789,97	20.790.789,97	17.675.835,50
Receita Tributária	6.241.000,00	3.831.815,57	3.831.815,57	3.470.532,01
I.P.T.U.	2.600.000,00	1.887.337,40	1.887.337,40	1.590.694,72
I.S.S.	970.000,00	629.233,28	629.233,28	501.837,92
I.T.B.I.	370.000,00	230.578,53	230.578,53	178.747,95
I.R.R.F.	360.000,00	180.047,65	180.047,65	189.766,66
Outras Receitas Tributárias	1.941.000,00	904.618,71	904.618,71	1.009.484,76
Receita de Contribuição	3.920.440,00	1.926.687,38	1.926.687,38	1.715.624,09
Receitas Previdenciárias	2.499.000,00	1.179.022,14	1.179.022,14	1.063.563,36
Outras Contribuições	1.421.440,00	747.665,24	747.665,24	652.060,73
Receita Patrimonial Líquida	30.000,00	3.286,58	3.286,58	10.190,39
Receita Patrimonial	2.516.000,00	1.275.981,76	1.275.981,76	990.830,07
(-) Aplicações Financeiras	2.486.000,00	1.272.695,18	1.272.695,18	980.639,68
Transferências Correntes	30.374.560,00	14.399.524,97	14.399.524,97	11.810.361,12
F.P.M.	10.972.160,00	5.322.515,98	5.322.515,98	4.230.145,88
I.C.M.S.	5.600.000,00	2.246.262,55	2.246.262,55	2.150.266,65
Convênios	1.674.000,00	20.000,00	20.000,00	4.266,68
Outras Transferências Correntes	12.128.400,00	6.810.746,44	6.810.746,44	5.425.681,91
Demais Receitas Correntes	2.051.000,00	629.475,47	629.475,47	669.127,89
Dívida Ativa	668.000,00	249.728,84	249.728,84	182.138,14
Diversas Receitas Correntes	1.383.000,00	379.746,63	379.746,63	486.989,75
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.114.000,00	136.697,08	136.697,08	2.133.436,57
Operações de Crédito (III)	500.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	162.000,00	69.877,16	69.877,16	62.656,31
Transferências de Capital	3.452.000,00	66.819,92	66.819,92	2.070.780,26
Convênios	2.550.000,00	66.819,92	66.819,92	2.070.780,26
Outras Transferências de Capital	902.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	3.452.000,00	66.819,92	66.819,92	2.070.780,26
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	46.069.000,00	20.857.609,89	20.857.609,89	19.746.615,76
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2011	Até o Semestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	36.898.710,00	15.453.037,45	15.453.037,45	13.968.984,59
Pessoal e Encargos Sociais	20.983.710,00	9.497.157,19	9.497.157,19	8.555.324,43
Juros e Encargos da Dívida (IX)	290.000,00	179.612,99	179.612,99	53.186,88
Outras Despesas Correntes	15.625.000,00	5.776.267,27	5.776.267,27	5.360.473,28
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	36.608.710,00	15.273.424,46	15.273.424,46	13.915.797,71
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	11.739.790,00	1.424.074,18	1.424.074,18	4.082.261,15
Investimentos	10.599.790,00	1.110.867,95	1.110.867,95	3.881.735,23
Inversões Financeiras	640.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	640.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	500.000,00	313.206,23	313.206,23	200.525,92
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	11.239.790,00	1.110.867,95	1.110.867,95	3.881.735,23
	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	869.000,00	0,00	0,00	0,00

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2011	Até o Semestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	150.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	47.998.500,00	16.384.292,41	16.384.292,41	17.797.532,94
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.929.500,00	4.473.317,48	4.473.317,48	1.949.082,82
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	276.159,59	0,00
Superávit Financeiro	-	-	276.159,59	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

RREO - Anexo X 3º Bimestre 2011

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	5.209.000,00	5.209.000,00	779.361,95	3.245.117,69	62,30
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.421.000,00	3.421.000,00	361.152,41	2.170.865,57	63,46
1.1.1- IPTU	2.600.000,00	2.600.000,00	271.353,33	1.887.337,40	72,59
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	68.000,00	68.000,00	11.111,06	14.628,81	21,51
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	50.456,78	175.297,56	35,06
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	253.000,00	253.000,00	28.231,24	93.601,80	37,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	370.000,00	370.000,00	81.148,70	230.578,53	62,32
1.2.1- ITBI	370.000,00	370.000,00	81.148,70	230.578,53	62,32
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.058.000,00	1.058.000,00	203.133,67	663.625,94	62,72
1.3.1- ISS	970.000,00	970.000,00	194.416,20	629.233,28	64,87
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	58.000,00	58.000,00	6.188,79	23.590,73	40,67
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	30.000,00	30.000,00	2.528,68	10.801,93	36,01
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	360.000,00	360.000,00	133.927,17	180.047,65	50,01
1.4.1- IRRF	360.000,00	360.000,00	133.927,17	180.047,65	50,01
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.499.200,00	22.499.200,00	3.756.647,10	10.665.104,22	47,40
2.1- Cota-Parte FPM	13.715.200,00	13.715.200,00	2.356.081,94	6.653.144,78	48,51
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.715.200,00	13.715.200,00	2.356.081,94	6.653.144,78	48,51
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	810.796,02	2.807.827,61	40,11
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.000,00	50.000,00	6.036,22	18.108,66	36,22
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	19.280,61	60.780,80	60,78
2.5- Cota-Parte ITR	34.000,00	34.000,00	399,85	3.629,66	10,68
2.6- Cota-Parte IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	564.052,46	1.121.612,71	70,10
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	27.708.200,00	27.708.200,00	4.536.009,05	13.910.221,91	50,20
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	468.000,00	468.000,00	91.494,57	308.364,00	65,89
5.1- Transferências do Salário-Educação	468.000,00	468.000,00	91.494,57	308.364,00	65,89
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	924.700,00	924.700,00	137.384,56	363.097,61	39,27
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.392.700,00	1.392.700,00	228.879,13	671.461,61	48,21

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.499.840,00	4.499.840,00	751.329,03	2.133.019,63	47,40
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.743.040,00	2.743.040,00	471.216,35	1.330.628,80	48,51
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.400.000,00	1.400.000,00	162.159,05	561.565,06	40,11
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	1.207,24	3.621,72	36,22
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	20.000,00	20.000,00	3.856,10	12.156,14	60,78
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.800,00	6.800,00	79,96	725,87	10,67
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	320.000,00	320.000,00	112.810,33	224.322,04	70,10
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.010.000,00	6.010.000,00	1.177.579,61	3.422.664,69	56,95
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.000.000,00	6.000.000,00	1.169.351,16	3.403.120,76	56,72
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	8.228,45	19.543,93	195,44
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.500.160,00	1.500.160,00	418.022,13	1.270.101,13	84,66
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.430.000,00	3.430.000,00	716.631,95	2.174.624,89	63,40
13.1- Com Educação Infantil	980.000,00	980.000,00	219.197,49	776.625,87	79,25
13.2- Com Ensino Fundamental	2.450.000,00	2.450.000,00	497.434,46	1.397.999,02	57,06
14- OUTRAS DESPESAS	2.195.000,00	2.195.000,00	549.362,20	1.016.552,22	46,31
14.1- Com Educação Infantil	620.000,00	620.000,00	200.579,41	294.721,90	47,54
14.2- Com Ensino Fundamental	1.575.000,00	1.575.000,00	348.782,79	721.830,32	45,83
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.625.000,00	5.625.000,00	1.265.994,15	3.191.177,11	56,73
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					63,54
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	6.927.050,00	6.927.050,00	1.134.002,26	3.477.555,48	50,20
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.280.000,00	2.280.000,00	495.331,92	1.302.246,32	57,12
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.600.000,00	419.776,90	1.071.347,77	66,96
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	680.000,00	680.000,00	75.555,02	230.898,55	33,96
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.781.710,00	5.781.710,00	1.002.446,64	2.686.509,64	46,47
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.025.000,00	4.025.000,00	846.217,25	2.119.829,34	52,67
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.756.710,00	1.756.710,00	156.229,39	566.680,30	32,26
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.061.710,00	8.061.710,00	1.497.778,56	3.988.755,96	49,48
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.270.101,13
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					19.543,93
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					100,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.289.745,06
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.699.010,90
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					19,4

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	468.000,00	508.000,00	15.358,28	102.852,20	20,25
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	150.000,00	250.000,00	26.495,95	49.429,35	19,77
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	618.000,00	758.000,00	41.854,23	152.281,55	20,09
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.679.710,00	8.819.710,00	1.539.632,79	4.141.037,51	46,95
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	638,90		100,00		

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	4.796,14	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.403.120,76	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.408.098,92	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	19.543,93	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	19.361,91	0,00

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIT

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RREO - Anexo XI 1º Semestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	500.000,00	0,00		500.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	11.739.790,00	1.424.074,18	0,00	10.315.715,82
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	11.739.790,00	1.424.074,18	0,00	10.315.715,82
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-11.239.790,00	-1.424.074,18		-9.815.715,82

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18935

RREO - Anexo XIV 1º Semestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	22.000,00	3.170,00	18.830,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	22.000,00	3.170,00	18.830,00
TOTAL	22.000,00	3.170,00	18.830,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Semestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00
Investimentos	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00
TOTAL	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	1.756,53	3.170,00	4.926,53

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIA

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18935

RREO - Anexo XVI 3º Bimestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	27.846.200,00	27.846.200,00	13.999.988,38	50,28
Impostos	4.300.000,00	4.300.000,00	2.927.196,86	68,07
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.600.000,00	2.600.000,00	1.887.337,40	72,59
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	370.000,00	370.000,00	230.578,53	62,32
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	970.000,00	970.000,00	629.233,28	64,87
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	360.000,00	360.000,00	180.047,65	50,01
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.047.000,00	1.047.000,00	407.687,30	38,94
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	96.000,00	96.000,00	30.031,99	31,28
Dívida Ativa dos Impostos	568.000,00	568.000,00	249.728,84	43,97
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	383.000,00	383.000,00	127.926,47	33,40
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	22.499.200,00	22.499.200,00	10.665.104,22	47,40
Da União	13.799.200,00	13.799.200,00	6.674.883,10	48,37
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	13.715.200,00	13.715.200,00	6.653.144,78	48,51
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	34.000,00	34.000,00	3.629,66	10,68
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	50.000,00	50.000,00	18.108,66	36,22
Do Estado	8.700.000,00	8.700.000,00	3.990.221,12	45,86
Cota-Parte do ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	2.807.827,61	40,11
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	100.000,00	100.000,00	60.780,80	60,78
Cota-Parte do IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	1.121.612,71	70,10
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	25.870.640,00	25.870.640,00	10.333.213,48	39,94
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-4.499.840,00	-4.499.840,00	-2.133.019,63	47,40
TOTAL	49.217.000,00	49.217.000,00	22.200.182,23	45,11

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	7.271.000,00	7.236.000,00	3.847.888,53	53,18
Pessoal e Encargos Sociais	4.937.000,00	4.922.000,00	2.751.872,32	55,91
Outras Despesas Correntes	2.334.000,00	2.314.000,00	1.096.016,21	47,36
DESPESAS DE CAPITAL	229.000,00	318.000,00	26.818,50	8,43
Investimentos	229.000,00	318.000,00	26.818,50	8,43

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	229.000,00	318.000,00	26.818,50	8,43
Investimentos	229.000,00	318.000,00	26.818,50	8,43
TOTAL (IV)	7.500.000,00	7.554.000,00	3.874.707,03	51,29

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	7.500.000,00	7.554.000,00	3.874.707,03	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.650.000,00	2.664.000,00	1.263.901,83	32,62
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.650.000,00	2.664.000,00	1.263.901,83	32,62
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	4.850.000,00	4.890.000,00	2.610.805,20	67,38

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $< \frac{V - VI}{I}$ ²	18,65
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.837.000,00	5.877.000,00	3.137.228,56	80,97
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.362.000,00	1.376.000,00	626.038,16	16,16
Vigilância Sanitária	169.000,00	169.000,00	67.481,77	1,74
Vigilância Epidemiológica	132.000,00	132.000,00	43.958,54	1,13
TOTAL	7.500.000,00	7.554.000,00	3.874.707,03	100,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO UNIAO, 27/07/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR. INTERNO CRA/SC 18935

RREO - Anexo XVII 1º Semestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2011		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

PORTO UNIAO, 27/07/2011

 RENATO STASIAK
 PREFEITO MUNICIPAL

 RICARDO DRAGONI
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIAÇÃO

 SOFIA SYDOL
 CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

 DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
 ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

RREO - Anexo XVIII 1º Semestre 2011

Município de PORTO UNIAO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Semestre	Até o Semestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	49.217.000,00
Previsão Atualizada			—	49.217.000,00
Receitas Realizadas			22.200.182,23	22.200.182,23
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	276.159,59
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	49.217.000,00
Créditos Adicionais			—	440.500,00
Dotação Atualizada			—	49.657.500,00
Despesas Empenhadas			17.514.730,39	17.514.730,39
Despesas Liquidadas			16.877.111,63	16.877.111,63
Superavit Orçamentário			—	5.323.070,60
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Semestre	Até o Semestre
Despesas Empenhadas			17.514.730,39	17.514.730,39
Despesas Liquidadas			16.877.111,63	16.877.111,63
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Semestre
Receita Corrente Líquida				40.065.819,75
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Semestre	Até o Semestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			1.179.022,14	1.179.022,14
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			1.179.022,14	1.179.022,14
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-3.497.681,48	0,00
Resultado Primário		0,00	4.473.317,48	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.054.425,45	0,00	722.538,15	331.887,30
EXECUTIVO	1.054.425,45	0,00	722.538,15	331.887,30
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	154.312,99	100,00	115.658,19	38.554,80
EXECUTIVO	154.312,99	100,00	115.658,19	38.554,80
TOTAL:	1.208.738,44	100,00	838.196,34	370.442,10
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.699.010,90	25%	19,40
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.174.624,89	60%	63,54
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	500.000,00
Despesa de Capital Líquida			1.424.074,18	10.315.715,82

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de PORTO UNIAO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	3.170,00	18.830,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	22.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.610.805,20	15,00	18,65

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/07/2011

 RENATO STASIAK
 PREFEITO MUNICIPAL

 RICARDO DRAGONI
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIA

 SOFIA SYDOL
 CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

 DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
 ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Extrato de Edital de Convite 008/2011

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Edital de Convite 008/2011

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de convite tipo menor preço por item para perfuração de poço tubular e instalação de rede adutora de água na localidade de Bom Princípio. Recebimento dos envelopes e abertura será no dia 10 de agosto de 2011, as 14:00 horas, na Prefeitura Municipal. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126. Porto União SC, 26 de julho de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 014/2011 Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatorio 024/2011 EDUCAÇÃO
Extrato de Edital de Pregão Presencial 014/2011 EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item, para a aquisição de 02 (dois) veículos VAN, novo, para uso da Secretaria Municipal da Educação. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 16 de agosto de 2011, as 14:00 horas, na Prefeitura Municipal. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, e mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 26 de julho de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Edital de Publicação de Acórdãos Nº 001/2011

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 001/2011
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 27/07/2011, na Secretaria Geral, para publicação, foram apresentados os seguintes acórdãos:

Recurso Ordinário nº 001/2011
Protocolo nº 122009/2010
Recorrente: BLUMETERRA COMÉRCIO E SERVIÇOS
Relator: Conselheiro Ronaldo da Rocha
Redação do acórdão de acordo com § 1º do art 36 do Regimento Interno: Roberto Budag

DECISÃO: Por unanimidade de votos dos Conselheiros, acolheu-se PARCIALMENTE o recurso, para reconhecer a decadência referente aos lançamentos tributários efetuados acerca dos fatos geradores ocorridos em novembro e dezembro de 2004, com a extinção exclusivamente dos créditos destes dois meses, mantendo-se os demais créditos nos moldes lançados.

EMENTA: TRIBUTÁRIO - ISSQN - DECADÊNCIA - PRAZO DE CONTAGEM. Nos termos do art. 95 do CTM, o prazo de decadência de 05 (cinco) anos para a fazenda constituir o crédito tributário tem por marco final de contagem a data de notificação de lançamento do tributo ao contribuinte e não da notificação de alguma medida preparatória para a efetivação deste lançamento.

Recurso Ordinário nº 002/2011
Protocolo nº 122010/2010
Recorrente: BLUMETERRA COMÉRCIO E SERVIÇOS
Relator: Conselheiro Ronaldo da Rocha
Redação do acórdão de acordo com § 1º do art 36 do Regimento Interno: Roberto Budag

DECISÃO: Por unanimidade de votos dos Conselheiros, acolheu-se PARCIALMENTE o recurso, para reconhecer a decadência referente aos lançamentos tributários efetuados acerca dos fatos geradores ocorridos em novembro e dezembro de 2004, com a extinção exclusivamente dos créditos destes dois meses, mantendo-se os demais créditos nos moldes lançados.

EMENTA: TRIBUTÁRIO - ISSQN - DECADÊNCIA - PRAZO DE CONTAGEM. Nos termos do art. 95 do CTM, o prazo de decadência de 05 (cinco) anos para a fazenda constituir o crédito tributário tem por marco final de contagem a data de notificação de lançamento do tributo ao contribuinte e não da notificação de alguma medida preparatória para a efetivação deste lançamento

LEONICE WITTE
Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

Pregão Presencial 098/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2011

OBJETO: Aquisição de carnes bovina, frango, salsicha e caldo de peixe para atender o setor de merenda escolar, Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 09/08/2011, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 09/08/2011, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 27 de julho de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

Aviso de Fracasso de Licitação - Leilão Nº 001/2011

AVISO DE FRACASSO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO
LEILÃO Nº 001/2011

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, torna público para conhecimento dos interessados, que acusa como deserta a licitação na modalidade de Leilão, o qual previa alienação de bens. Na data e horário marcado para abertura do certame e com aguardo de mais 30 minutos, encerrou-se o mesmo por não haver presentes a participar do certame licitatório.

Salto Veloso, 25 de julho de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Portaria Nº. DP00334/2011

PORTARIA Nº. DP00334/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 016/10 de 23/12/2010.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir a Sra. EMANOELA DOS SANTOS, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria de Saúde e Assistência Social na função de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, 40 horas.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 01 de Julho de 2011
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP00335/2011

PORTARIA Nº. DP00335/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 016/10 de 23/12/2010.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir a Sra. DUILSE MARIA FALCHETTI, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria de Saúde e Assistência Social na função de AUXILIAR DE LIMPEZA, 40 horas.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 15 de Julho de 2011
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP00336/2011

PORTARIA Nº. DP00336/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 016/10 de 23/12/2010.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir o Sr. EDER MARCELO BULEK, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria de Saúde e Assistência Social na função de ENFERMEIRO, 40 horas.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 25 de Julho de 2011
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP00337/2011

PORTARIA Nº. DP00337/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 016/10 de 23/12/2010.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir a Sra. SIRLEIA MARIA PASSONI, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO na função de PROFESSORA, 10 horas.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 27 de Junho de 2011
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP00338/2011

PORTARIA Nº. DP00338/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 25 de Julho de 2011 a 03 de Agosto de 2011, totalizando 10 dias de férias ao Servidor MOZAR GANASINI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2008 a 28/02/2009, correspondente a 10 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de Julho de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP00339/2011

PORTARIA Nº. DP00339/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de Agosto de 2011 a 30 de Agosto de 2011, totalizando 30 dias de férias ao Servidor IDALINO LAZZARI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 04/07/2009 a 03/07/2010, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Agosto de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP00340/2011

PORTARIA Nº. DP00340/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 20 dias de Férias, no período compreendido de 08 de Agosto de 2011 a 27 de Agosto de 2011, sendo a conversão de 10 dias, totalizando 20 dias de férias a Servidora SALETE CORREA DE MELLO CRAI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/05/2007 a 01/05/2008, correspondente a 20 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de Agosto de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP00341/2011

PORTARIA Nº. DP00341/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr.

HENRIQUE SERENO, do cargo de Diretor Adjunto de Departamento.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 25 de Julho de 2011

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP00342/2011

PORTARIA Nº. DP00342/2011

"NOMEIA DIRETOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº16/2010 de 23/01/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica nomeada para o cargo de Diretor Adjunto de Departamento, cargo em comissão, nível CC-6, com 40 horas semanais, a partir de 25/07/2011 o Sr. HENRIQUE SERENO.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 26 de Julho de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP00343/2011

PORTARIA Nº. DP00343/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de Janeiro de 2011 a 01 de Fevereiro de 2011, totalizando 30 dias de férias ao Servidor WAGNER JARDEL DE OLIVEIRA GIACOMIN, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/03/2010 a 02/03/2011, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 26 de Julho de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP00344/2011

PORTARIA Nº. DP00344/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 27 de Julho de 2011 a 25 de Agosto de 2011, totalizando 30 dias de férias a Servidora TERESINHA MILANI DOS SANTOS, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2010 a 01/03/2011, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 27 de Julho de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Notificação de recebimento de Recursos Federais 20 e 21 de julho de 2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Exercício de 2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 20/07/2011 até 21/07/2011

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		64.822,05
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	81.027,55
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	81.027,55
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	81.027,55
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	48.616,53
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	20.256,89
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	12.154,13
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-16.205,50
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-16.205,50
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-16.205,50

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 25/07/2011

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Extrato do Convênio Nº 011, de 18 de Julho de 2011.
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 011, DE 18 DE JULHO DE 2011.

Origem: Decreto nº 3.504, de 08 de agosto de 2007 e de acordo com a Lei municipal nº 1.939, de 08 de junho de 2011.

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF sob o nº 06.536.696/0001-51.

Objeto: Transferência de recursos financeiros do Conveniente à Conveniada, destinado à manutenção das atividades da entidade. Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Data da assinatura: 18 de julho de 2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges, Prefeito Municipal - pelo Conveniente e Palmira Maronezi Guaragni, Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Lourenço do Oeste - pela Conveniada.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Termo de Renúncia Tácita - Fernando Prim Hoffmann.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

CONCURSO PÚBLICO n.º 001/2010

Conforme documentação arquivada no Setor de Recursos Humanos do Município, fica declarada a renúncia tácita a vaga para o cargo de Operador de Máquina II, conforme aprovação nº. 01, do Concurso Público nº. 001/2010, obtido pelo candidato FERNANDO PRIM HOFFMANN.

São Pedro de Alcântara, 27 de julho de 2011.

Contrato de Prestação de Serviço N.º 085/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 085/2011

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. ALMIR MIRINHO DA SILVA, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Senhor Ademir Bosquetti Mateus, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a locação de equipamentos de som para a do 2º Mountain Bike Caminhos da Imigração Alemã, a ser realizado em São Pedro de Alcântara, dia 31 de julho de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 31/07/2011.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de julho de 2011

ALMIR MIRINHO DA SILVA

Prefeito Municipal

NENEM SOM

e.e. Contratado

Decreto N.º 80 de 26 de Julho de 2011

DECRETO N.º 80 DE 26 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a convocação da VII Conferência Municipal da Assistência Social de São Pedro de Alcântara e dá outras providências:

O Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais conforme prevê a Lei Federal Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) e o art. 2º da Lei Municipal nº 09/97 (que cria o Conselho Municipal de Assistência Social) e, considerando a necessidade de avaliar e propor as diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

Decretam:

Artigo 1º - Fica convocada a VII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 03 de Agosto de 2011 das 8:00 as 16:30 horas, tendo como tema central: "Consolidar o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e valorizar seus trabalhadores".

Artigo 2º - A VII Conferência Municipal de Assistência Social de São Pedro de Alcântara tem o objetivo geral de: Avaliar e propor diretrizes para o aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na perspectiva da valorização dos trabalhadores e da qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

Artigo 3º - Como particularidade desta Conferência Municipal e seguindo as orientações do Conselho Estadual de Assistência Social, o município realizará encontros preparatórios como evento que antecederá a Conferência Municipal de Assistência Social.

Artigo 4º - O Município durante a Conferência Municipal elegerá delegados para a participação na Conferência Estadual conforme regimento interno e seguindo as orientações do Conselho Estadual de Assistência Social.

Artigo 5º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, ocorrerão por conta de dotação própria do orçamento da

Assistência Social.

Artigo 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 26 de Julho de 2011

REGINA C.DA SILVA SUENES

Presidente-Conselho Municipal de Assistência Social

ALMIR MIRINHO DA SILVA

Prefeito Municipal e.e

Portaria n.º 269/2011

PORTARIA n.º 269/2011

Prorroga a licença para tratamento de saúde do funcionário PAULINO DA SILVA, ocupante do Cargo de Coordenador de Serviços Públicos.

ALMIR MIRINHO DA SILVA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 96, da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a licença para tratamento de saúde do funcionário PAULINO DA SILVA, pelo período de 01/08/2011 até o dia 19/09/2011, haja vista, o servidor ter solicitado pedido de prorrogação ou reconsideração, sendo o mesmo agendado pelo Ministério da Previdência Social (INSS) somente para o dia 19/09/2011.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de julho de 2011.

ALMIR MIRINHO DA SILVA

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Schroeder

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço Pregão 25/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2011

Número do Registro de Preços: 17/2011

Data do Registro: 28/04/2011

Válido até: 28/04/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de lâmpadas e relés para manutenção e ampliação da iluminação pública pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Relé fotoelétrônico - tensão nominal 220 vac +/- 10%, certificado conforme norma NBR 51:23, faixa de operação transitória 105-305 vac instantâneo, saída ligada durante q a noite, capacidade de comando mínima de 1000W (restritiva), 1800 va (indutiva), 500 va (corrigida), tampa de prolipopileno com proteção UV, pinos em latão estanhado, filtro de tempo contra variações bruscas de luminosidade entre 2 e 5s. Frequência de operação 50/60 Hz, nível de luz p/ ligar a carga entre ligar e desligar 1,2 a 3 vezes, tensão de surto não inferior a 10.000 V / 5.000 A. Índice de proteção mínimo IP65, máxima tensão DC p/ opração, sobre a carga, menor que 50V - Homologada pela Celesc.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	EXATRON	0	15,2000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	EXATRON	0	15,3000	2
			PROLUX ILUMINAÇÃO LTDA (12026)	EXATRON	0	16,9000	3
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	TECNOWATT	0	18,0000	4
			LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COM. ATAC. MAT. CONT. LTDA (11969)	EXATRON	0	19,3000	5
2	Lâmpadas vapor sódio, alta pressão, 70 W, tubular, base E-27, garantia de fluxo de luminosidade de no mínimo 6500 lumins, vida útil de aproximadamente de 28.000 horas de funcionamento em condições normais. Homologado pela Celesc.	UN	PROLUX ILUMINAÇÃO LTDA (12026)	EMPALUX	0	15,5000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	OSRAN	0	15,8000	2
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	OSRAN	0	15,9000	3

SCHROEDER, 28 de Abril de 2011.

Extrato do Contrato Nº. 35/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 35/2011-FMS

Processo de licitação nº. 42/2010-FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 25/2010-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.706.251/0001-98, estabelecida Rua Professor Leônidas Ferreira da Costa, nº. 847, Vila Parolin, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.220-410.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QDTE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
85	PROMETAZINA AMPOLA 25MG/ML I.M.	50	Unidade	0,72	36,00
TOTAL R\$					36,00

Valor do contrato: R\$ 36,00 (Trinta e seis reais).

Data da Assinatura: 26/07/2011 - Vigência: 29/09/2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 122/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 122/2011-PMS

Processo de licitação nº. 92/2011 - PMS - Modalidade Carta Convite nº. 06/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de recuperação de pavimentação asfáltica em diversas ruas do Município de Schroeder/SC, totalizando a área de 304,83m³, de acordo com o projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico-financeiro em anexos, parte

integrante no instrumento convocatório.

Valor do Contrato: R\$ 20.629,05 (Vinte mil seiscientos e vinte e nove reais e cinco centavos).

Data da Assinatura: 27/07/2011 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A14/2011 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A14/2011 - FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 7/2011- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal em exercício, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Maicon Cordova Pereira, inscrito no CPF sob o nº. 015.886.939-70, portador da Carteira de Identidade nº. 3.242.195, expedida pela SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 7/2011-FMS, celebrado em 16 de fevereiro de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 01/2011-FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 01/2011-FMS, para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando que o pedido enquadra-se nos termos da cláusula quarta, parágrafo único, do contrato nº 7/2011-FMS, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido feito pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTD, frente ao pedido de equilíbrio econômico financeiro, devido a acréscimos nos custos pelos fabricantes.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 92, no valor de R\$ 0,225 a unidade, totalizando o valor do R\$ 782,00 (setecentos e oitenta e dois reais), e na Cláusula Quarta (do valor do contrato), item 4.1, alterando o valor do contrato para R\$ 35.995,03 (trinta e cinco reais e novecentos e noventa e cinco centavos), sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	Qtde. reajustada	Qtde. Licitada	Valor R\$ licitado	Unid.	Valor R\$ Unitário reajustado
92	DIMENIDRINATO 50MG + PIRIDOXINA 10MG COMP	2.000	6000	0,083	Unidade	0,225
VALOR TOTAL R\$				166,00		450,00

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº

07/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 26 de Julho de 2011.

Contratada:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
MAICON CORDOVA PEREIRA
CPF nº 015.886.939-70

Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Marilene Busch
CPF nº. 037.813.699-27

Termo de Homologação e Adjudicação Carta Convite Nº. 06/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE CARTA CONVITE Nº. 06/2011-PMS - PROCESSO Nº. 92/2011 - PMS

O Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Carta Convite nº. 06/2011-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de recuperação de pavimentação asfáltica em diversas ruas do Município de Schroeder/SC, totalizando a área de 304,83m³, de acordo com o projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico-financeiro em anexos, parte integrante no instrumento convocatório.

Empresa vencedora: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 20.629,05 (Vinte mil seiscentos e vinte e nove reais e cinco centavos).

Schroeder, 27 de julho de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Portaria No 4.107/2011, de 25 de julho de 2011

PORTARIA No 4.107/2011, de 25 de julho de 2011

CONSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA SCHROEDERFEST/2011, FESTA DE INTEGRAÇÃO E EXPO SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

R E S O L V E :

Constituir e nomear a Comissão Central Organizadora da Schroederfest/2011, Festa de Integração e Expo Schroeder, a saber:

- PRESIDENTE: Felipe Voigt
- VICE-PRESIDENTE: Luís Aparício Ribas
- COORDENAÇÃO GERAL: Denilson Weiss
- SECRETARIA GERAL: Tânia Maria Zoz
- COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE: Ingrid Eli Roweder Eichenberger
- COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE EVENTOS CULTURAIS/DESFILE: Harildo Konell
- COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE EVENTOS AGRÍCOLAS: Adeline Zils
- COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE OBRAS E LIMPEZA: Leonor Jacobi
- COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS GERAIS: José da Cruz
- COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE EXPOSIÇÕES: Leandro Bauer
- COORDENAÇÃO DA COMISSÃO PARA ASSUNTOS JURÍDICOS: Daniel de Mello Massimino
- COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DA FESTA DE INTEGRAÇÃO: Valério Onofre
- COORDENAÇÃO DE APOIO: Rosangela Cristina Miranda Motta

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 25 de julho de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria No4.106/2011, de 25 de Julho de 2011

PORTARIA No4.106/2011, DE 25 DE JULHO DE 2011

NOMEIA RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE SCHROEDER - SIM SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com a Lei Municipal nº1.822/2010, de 30 de novembro de 2010,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear a servidora, Senhora Kamile Leoni Molina Negherbon, médica veterinária, inscrita no CPF sob o nº302.385.228-65 e CRMV-SC nº3587, como responsável pela inspeção do Sistema de Inspeção Municipal de Schroeder - SIM Schroeder.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 25 de julho de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

ADELINO ZILS

Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria No4.109/2011, de 26 de julho de 2011

PORTARIA No4.109/2011, de 26 de julho de 2011

REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e na Lei Municipal nº1.578/2007, de 15 de maio de 2007,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear os membros, abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de Schroeder, a saber:

I - REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

- Ingrid Cristina Droese - Titular
- Débora Patrícia Grando - Suplente

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

- Maria Alvacir Schmoller Konell - Titular
- Leonilda Decker Jarschel - Suplente

c) Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças:

- Valderi Rocha de Camargo - Titular
- Rafaela Suzan Kienen - Suplente

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Representantes de Prestadores de Serviços de Assistência Social:

- David Pommerening - Titular - Comunidade Evangélica Luterana Cristo
- Tânia Mara Jahn Lange - Suplente - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

b) Representantes de Trabalhadores da Assistência Social:

- Nildo Daniel Bauer - Titular - Associação de Moradores Vila Paraíso
- Friedalina Köpp - Suplente - Entidade Amiga Solidária

c) Representantes de Usuários da Assistência Social:

- Delcio Klossoski - Titular - Associação de Moradores de Schroeder I
- Reinaldo Walkinir - Suplente - APP Escola Municipal Professora Kismara Lislei Walkinir Moreira e Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 26 de julho de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.108/2011, de 25 de julho de 2011.

PORTARIA Nº. 4.108/2011, de 25 de julho de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária, Sra. Nivea Maske Holderried, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 25 de julho de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER

Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Timbó

PREFEITURA

Extrato de Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 2010-194

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNPREV- FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/194

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ - FUNPREV

CONTRATADO: SOMMA INVESTIMENTOS S.S.

OBJETO: Prorrogação de prazo para mais 12 meses

NOVO PRAZO: JUNHO 2011 ATÉ JUNHO DE 2012.

Timbó, 17 de Junho de 2011.

LÁERCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Aviso de licitação 00044-2011 Contratação empresa especializada implantação Adutona água - Rua Oscar Piske

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SAMA E SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EDITAL CARTA CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Nº 00044/2011 AVISO DE LICITAÇÃO

O SAMA E - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar "CARTA CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA", do tipo Menor Preço, por global para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA DE ÁGUA TRATADA QUE INTERLIGARÁ OS BAIRROS DAS NAÇÕES E POMERANOS: IMPLANTAÇÃO DE TUBULAÇÃO NOVA DE DN 150MM E INTERLIGAÇÃO COM AS REDES EXISTENTES. TOTAL DA REDE A SER IMPLANTADA 1100 MT. O edital deverá ser solicitado ao Departamento de Licitações, Rua Duque de Caxias, 56 - Centro, Timbó/SC das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira ou por e-mail beatris@samaetimbo.com.br.

Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 08 de Agosto de 2011, até as 09h00minutos, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, no Departamento de Compras sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbo (SC), 28 de Julho de 2011.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Extrato Ata de Julgamento da Fase de Habilitação TP001-2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ/CONVÊNIO OASET
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 00001/2011
EXTRATO ATA DE JULGAMENTO DA FASE HABILITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados o julgamento da fase habilitação do Edital de Tomada de Preços nº. 0001/2011, do tipo menor preço, que trata da obra de Construção e Reforma do Pronto Socorro do Hospital Oase. Com base na análise dos documentos a Comissão decide habilitar a empresa SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Ficam declaradas inabilitadas as empresas EMPREIT. KALB LTDA EPP por descumprir o item 5.6.2.2 do edital e a empresa SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA por apresentação da propostas no envelope de habilitação. A íntegra da ata está disponível no setor de Licitações da Prefeitura. Ficam intimadas as empresas a apresentarem recursos a contar da publicação deste extrato. Data: 26/07/2011.

SERGIO ALBERTO BARRETO
Presidente da Comissão de Licitações

Retificação edital 07-2011 Sinalização

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EDITAL DE CARTA CONVITE Nº. 00007/2011- FUNTRAN
RETIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que a Carta Convite nº. 00007/2011, do tipo menor preço, que trata da obra de sinalização horizontal sofreu alteração no tipo de julgamento da licitação. Sendo assim o julgamento do referido processo licitatório passa a ser pelo total geral dos itens. Fica prorrogado o prazo de entrega e abertura dos envelopes para

09/08/2011 às 10:00h.

Permanecem inalteradas as demais condições do Edital.

Timbó, 26 de julho de 2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Retificação edital 78-2011 Gêneros Alimentícios

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000078/2011
RETIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº. 000078/2011, do tipo menor preço, que trata da Aquisição de gêneros alimentícios para usuários do Caps I, funcionários em regime de plantão e extrato de tomate para merenda escolar sofreu alteração na data de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação e sessão pública da licitação. Sendo assim a data passa a ser dia 11/08/2011 as 09h00min. Permanecem inalteradas as demais condições do Edital.

Timbó, 27 de julho de 2011
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Tunápolis

PREFEITURA

Contrato Administrativo Nº 54/2011.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2011.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Auto Mecânica Griebeler Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 72.378.052/0001-07, estabelecida na Rua Caaro, 190 Centro, no Município de Tunápolis-SC, neste ato representado pelo Sr. Ivo Pedro Griebeler, Procurador, inscrito no CPF: 249.546.169-72, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 64/2011 Pregão nº .46/2011 e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação serviços técnicos automotivos, manutenção preventiva e corretiva – através de serviços mecânicos, incluindo a mão-de-obra e instalação de peças, nas máquinas pesadas, e geometria e balanceamento em todos os veículos e máquinas pertencentes à frota Municipal, cujas solicitações verificar-se-ão em função da necessidade e interesse da Administração e especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	unid	Descrição - Especificação	Preço Unitário R\$	Preço total R\$
1	600	horas	Prestação de serviços e manutenção de máquinas pesadas, caminhões, ônibus, tratores e implementos.	30,00	18.000,00
3	40	unid	Prestação de serviços e manutenção de balanceamento, geometria, veículos médios	70,00	2.800,00
4	60	unid	Prestação de serviços e manutenção de balanceamento, geometria, veículos roda ligeira	71,50	4.290,00
5	60	unid	Prestação de serviços e manutenção de balanceamento, geometria, veículos roda simples	60,00	3.600,00
Total Geral					28.690,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 30,00 (trinta) reais para o item 1, por hora trabalhada, R\$ 70,00 (setenta) reais para o item 3, R\$ 71,50 (setenta e um reais e cinquenta centavos) para o item 4, e R\$ 60,00 (sessenta) reais para o item 5, por unidade de serviço, computando-se pelas quantidades de horas e unidades de serviço trabalhadas, sendo que o pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias da prestação de serviço após entrega da nota fiscal. O valor total do contrato será de R\$ 28.690,00 (vinte e oito mil seiscentos e noventa reais).

2.2 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

3.2 Em caso de prorrogação os valores contratados serão corrigidos de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

4.1 O CONTRATADO terá o prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, para a conclusão dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, ressalvado a fixação de prazo menor, a critério da Administração, à época devida, observada a complexidade do serviço a ser executado, contado da data da autorização da respectiva ORDEM DE SERVIÇO ou, na hipótese de necessidade de prazo maior, o mesmo deverá ser solicitado ao secretário responsável pela máquina ou veículo.

4.2 Antes da execução de cada serviço proposto, a empresa contratada deverá informar ao secretário responsável aonde o veículo estiver lotado os serviços a serem executados, peças a serem substituídas, materiais a serem empregados, tempo (estimado) para execução do serviço de forma à verificação objetiva, e posterior autorização através da emissão da nota de empenho ou ordem de serviço correspondente por parte da Secretaria.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

5.1 O CONTRATADO deverá responsabilizar-se pelos serviços prestados, os quais deverão ser executados no tempo acordado e de acordo com normas técnicas do fabricante da marca do veículo,

leve, motos e máquinas pesadas além de compatibilidade a padrões de tempo de execução para cada tipo de serviço utilizado pelas Concessionárias.

5.2 Permitir o acompanhamento, no todo ou em parte, por servidor público especialmente designado para aludido fim.

5.3 O fornecimento de peças, sem exclusividade, ficará a cargo do contratado, mediante prévia aprovação da pessoa designada ou secretário responsável pela pasta, das peças a serem substituídas.

5.4 Além da aprovação do orçamento das peças, a aquisição somente ocorrerá com a aprovação da pessoa designada ou secretário responsável pela pasta, da necessidade de substituição ou retífica dessas peças.

5.5 Caso a Prefeitura de Tunápolis, através do setor competente, não concorde com os preços apresentados e/ou a necessidade de troca/retífica das peças, deverá a contratada vencedor lhe apresentar a relação de peças necessárias ao conserto para, através de procedimentos próprios e legais, adquiri-las com outro fornecedor.

5.6 O prazo para que o licitante vencedor forneça à Prefeitura de Tunápolis a relação de peças é de 24 (vinte e quatro) horas a contar da não aprovação do orçamento então apresentado.

5.7 O prazo para que a Prefeitura de Tunápolis forneça ao licitante vencedor, responsável pela mão-de-obra, as peças necessárias ao conserto, será de no mínimo 02 (dois) dias úteis, quando outro não for o prazo legal imposto para aquisição dessas peças em razão do valor total.

5.8 Os serviços de conserto e revisão/manutenção dos veículos da Prefeitura de Tunápolis, objeto deste contrato, deverão se dar por conta integral do licitante vencedor, sendo vedado à Administração Municipal qualquer serviço auxiliar de transporte ou afim.

5.9 O traslado do local onde estejam os veículos até o local onde o licitante vencedor irá efetuar os serviços corre por conta e despesas exclusivas deste.

5.10 Oferecer garantia de mercado para cada serviço executado, que será no mínimo de 90 (noventa) dias. Caso o veículo apresente problema/defeito em decorrência do serviço efetuado dentro do prazo de garantia, deverá ser refeito o mais rápido possível.

5.11 O CONTRATADO é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusive as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.12 O CONTRATADO se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

5.13 O CONTRATADO obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.14 O CONTRATADO deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII

do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

5.15 O CONTRATADO fará com que seus empregados trabalhem devidamente protegidos por EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), conforme dispõe o LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho apresentado pela empresa, necessários ao trabalho e ao risco existente, obedecendo as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital;

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 02,Unid 01, Proj/Ativ 2.003 (dot 2)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção do gabinete do prefeito
Órgão 03,Unid 01, Proj/Ativ 2.009 (dot 8)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços da secretaria de administração
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.010 (dot 31)	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção dos serviços de educação, cultura e esportes
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.013 (dot 51,53)	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção do transporte escolar
	3.3.90.00.00.00.00.00.0124 – Manutenção do transporte escolar
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.023 (dot. 115)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção da secretaria de agricultura e meio ambiente
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.027 (dot. 128,130,131,132,133)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0108 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0111 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0258 – Manutenção dos serviços de Obras E urbanismo
Órgão 06,Unid 02, Proj/Ativ 2.028 (dot 140)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de Obras E urbanismo

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2011, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., em 16 de junho de 2011

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA

Contratado

IVO PEDRO GRIEBELER

Procurador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Contrato Administrativo Nº 55/2011.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2011.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Auto Mecânica Berlin Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.625.024/0001-85, estabelecida na Avenida Cerro Largo, nº 99 Centro, no Município de Tunápolis-SC, neste ato representado pelo Sr. Bernildo José Bourscheidt, sócio administrador, inscrito no

CPF:039.595.539-43, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 64/2011 Pregão nº .46/2011 e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação serviços técnicos automotivos, manutenção preventiva e corretiva – através de serviços mecânicos, incluindo a mão-de-obra e instalação de peças, em todos os veículos leves e médios pertencentes à frota Municipal, cujas solicitações verificar-se-ão em função da necessidade e interesse da Administração e especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	unid	Descrição - Especificação	Preço unit. R\$	Preço total R\$
2	500	horas	Prestação de Serviço, em veículos leves e veículos médios freios, suspensão, embreagem, motor, caixa de marcha, troca de óleo e lubrificação, no sistema elétrico e injeção eletrônica, revisão corretiva e preventiva;	30,00	15.000,00
			Total Geral		15.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 30,00 (trinta) reais por hora, computando-se pelas horas trabalhadas, sendo que o pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias da prestação de serviço após entrega da nota fiscal. O valor total do contrato será de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

2.2 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

3.2 Em caso de prorrogação os valores contratados serão corrigidos de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

4.1 O CONTRATADO terá o prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, para a conclusão dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, ressalvado a fixação de prazo menor, a critério da Administração, à época devida, observada a complexidade do serviço a ser executado, contado da data da autorização da respectiva ORDEM DE SERVIÇO ou, na hipótese de necessidade de prazo maior, o mesmo deverá ser solicitado ao secretário responsável pela máquina ou veículo.

4.2 Antes da execução de cada serviço proposto, a empresa contrata deverá informar ao secretário responsável aonde o veículo estiver lotado os serviços a serem executados, peças a serem substituídas, materiais a serem empregados, tempo (estimado) para execução do serviço de forma à verificação objetiva, e posterior autorização através da emissão da nota de empenho ou ordem de serviço correspondente por parte da Secretaria .

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

5.1 O CONTRATADO deverá responsabilizar-se pelos serviços prestados, os quais deverão ser executados no tempo acordado e de acordo com normas técnicas do fabricante da marca do veículo, leve, motos e máquinas pesadas além de compatibilidade a padrões de tempo de execução para cada tipo de serviço utilizado pelas Concessionárias.

5.2 Permitir o acompanhamento, no todo ou em parte, por servidor público especialmente designado para aludido fim.

5.3 O fornecimento de peças, sem exclusividade, ficará a cargo do contratado, mediante prévia aprovação da pessoa designada ou secretário responsável pela pasta, das peças a serem substituídas.

5.4 Além da aprovação do orçamento das peças, a aquisição somente ocorrerá com a aprovação da pessoa designada ou secretário responsável pela pasta, da necessidade de substituição ou retífica dessas peças.

5.5 Caso a Prefeitura de Tunápolis, através do setor competente, não concorde com os preços apresentados e/ou a necessidade de troca/retífica das peças, deverá a contrarada vencedor lhe apresentar a relação de peças necessárias ao conserto para, através de procedimentos próprios e legais, adquiri-las com outro fornecedor.

5.6 O prazo para que o licitante vencedor forneça à Prefeitura de Tunápolis a relação de peças é de 24 (vinte e quatro) horas a contar da não aprovação do orçamento então apresentado.

5.7 O prazo para que a Prefeitura de Tunápolis forneça ao licitante vencedor, responsável pela mão-de-obra, as peças necessárias ao conserto, será de no mínimo 02 (dois) dias úteis, quando outro não for o prazo legal imposto para aquisição dessas peças em razão do valor total.

5.8 Os serviços de conserto e revisão/manutenção dos veículos da Prefeitura de Tunápolis, objeto deste contrato, deverão se dar por conta integral do licitante vencedor, sendo vedado à Administração Municipal qualquer serviço auxiliar de transporte ou afim.

5.9 O traslado do local onde estejam os veículos até o local onde o licitante vencedor irá efetuar os serviços corre por conta e expensas exclusivas deste.

5.10 Oferecer garantia de mercado para cada serviço executado, que será no mínimo de 90 (noventa) dias. Caso o veículo apresente problema/defeito em decorrência do serviço efetuado dentro do prazo de garantia, deverá ser refeito o mais rápido possível.

5.11 O CONTRATADO é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.12 O CONTRATADO se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

5.13 O CONTRATADO obriga-se a manter, durante toda a execução

do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.14 O CONTRATADO deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

5.15 O CONTRATADO fará com que seus empregados trabalhem devidamente protegidos por EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), conforme dispõe o LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho apresentado pela empresa, necessários ao trabalho e ao risco existente, obedecendo as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital;

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unid. Org. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 02,Unid 01, Proj/Ativ 2.003 (dot 2)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção do gabinete do prefeito
Órgão 03,Unid 01, Proj/Ativ 2.009 (dot 8)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços da secretaria de administração
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.010 (dot 31)	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção dos serviços de educação, cultura e esportes
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.013 (dot 51,53)	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção do transporte escolar 3.3.90.00.00.00.00.00.0124 – Manutenção do transporte escolar
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.023 (dot. 115)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção da secretaria de agricultura e meio ambiente
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.027 (dot. 128,130,131,132,133)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de transporte 3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Manutenção dos serviços de transporte 3.3.90.00.00.00.00.00.0108 – Manutenção dos serviços de transporte 3.3.90.00.00.00.00.00.0111 – Manutenção dos serviços de transporte 3.3.90.00.00.00.00.00.0258 – Manutenção dos serviços de Obras E urbanismo
Órgão 06,Unid 02, Proj/Ativ 2.028 (dot 140)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de Obras E urbanismo

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2011, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., em 16 de junho de 2011.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

AUTO MECÂNICA BERLIN LTDA

Contratado

BERNILDO JOSÉ BOURSCHIEDT

Sócio Administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Contrato Administrativo Nº 57/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2011

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede Rua João Castilho, 111, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, Bairro Progresso, Tunápolis, portador do CPF/CIC nº 656.321.769-, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua

Marechal Deodoro da Fonseca-1303D-sala 03- Bairro Maria Goretti, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 10.954.970/0001-80 neste ato representado pelo Sr. Paulo André Testa, sócio administrador portador da cédula de identidade nº 3.127.894e inscrito(a) no CPF sob nº 870.781.989-72, em decorrência do processo de licitação na Modalidade Tomada de Preços 03/2011, homologado em 01/07/2011, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação de software para gestão da Assistência Social, conforme funcionalidades específicas descritas no Edital supra citado.

1.1.1 O software, objeto do presente certame são os seguintes:

Item	Lotes	Meses/Serv	Sistema	Valor Unit.	Total
01	1	6	Locação Software Gestão da Assistência Social	400,00	2.400,00
02		1	Conversão dos dados existentes, implantação do sistema e treina- mento.	2.000,00	2.000,00
			TOTAL GERAL		4.400,00

1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos softwares, durante o período contratual.
- Suporte técnico operacional, exclusivamente nos softwares contratados.
- Serviços de alterações específicas da Prefeitura, quando solicitado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

- O presente instrumento terá vigência até 31/12/2011, contada a partir de sua assinatura, podendo ser renovado nos termos do disposto no artigo 57 e seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.
- Em caso de prorrogação os valores contratados serão corrigidos de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- Pela locação dos softwares especificados no item 1.1.1, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total anual de R\$ 4.400,00 (Quatro mil e quatrocentos reais).
- O valor mensal corresponde à locação para o número de usuários identificados no item 1.1.1. Na hipótese de haver interesse da CONTRATANTE na utilização do software para mais usuários, o valor será acrescido de acordo com pactuação entre as partes.
- O pagamento relativo a locação do software (item 01) será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente a prestação dos serviços e da conversão dos dados existentes, implantação do sistema e treinamento (item 2) dar-se-á na semana subsequente a execução do serviço, ambos mediante apresentação da Nota Fiscal-Fatura.
- A prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção, será pago valor pactuado entre as partes tendo por referência os demais praticados no mercado.
- O faturamento terá início após a implantação dos SISTEMAS.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da locação do Software correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação orçamentária do Exercício de 2011:

Órgão	08	Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade	01	Dpto. de Assistência Social
Projeto/Atividade.	2033	Manutenção Atividades do CRAS
Dotação	169	3.3.90.00.00.00.00.0231

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

- O aplicativo é de propriedade da CONTRATADA, que concede à CONTRATANTE o direito de uso da licença do SOFTWARE, objeto deste contrato.
- É vedada a cópia do sistema e do gerenciador do Banco de Dados, exceto para fazer backup. O sistema está protegido pela lei nº. 9.609/98 e pela lei nº.9.610/98.
- É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) software(s) contratado a um outro usuário, assim como também a engenharia reversa, a decompilação ou a de-composição do(s) referido(s) sistema(s).

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento do objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionados.
- Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes.
- Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica in loco e alterações específicas solicitadas nos sistemas.
- Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas licenciados, incluindo:
 - assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas
 - manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina, - dar prioridade aos técnicos da

CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

- Instalar o sistema, objeto deste contrato, e treinar os funcionários da CONTRATANTE na utilização do mesmo.
- Prestar suporte na operacionalização do sistema, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.
- Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias no SISTEMA, causadas por problemas originados das fontes dos seus programas.
- Tratar como confidenciais, informações e dados contidos no Sistema da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO

O treinamento para operacionalização do SISTEMA deverá obedecer aos seguintes critérios:

- A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados.
- Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento, em uma única etapa, sem obrigação de repetir.
- O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de toda a documentação em nível de usuário.
- O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta, referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

CLÁUSULA NONA - DA MANUTENÇÃO NOS SISTEMAS

9.1 Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o SISTEMA de acordo com as funcionalidades descritas no Anexo I do Edital de Tomada de Preços 03/2011:

a) Corrigir eventuais falhas do SISTEMA, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento do mesmo.

b) Alterações no SISTEMA em função de mudanças nas legislações Federal e Estadual, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica do sistema.

9.2 As atualizações do SISTEMA serão disponibilizadas no site ou enviadas, pelo correio, desde que solicitada, para os endereços pactuados da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

10.1 A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada à parte, conforme valores especificados na Cláusula terceira, alínea "d", compreendendo:

a) Alterações no SISTEMA descritos no Anexo I do Edital TP 03/2011, específicas da CONTRATANTE.

b) Elaboração de novos programas solicitados pela CONTRATANTE.

c) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backups adequados para satisfazer as necessidades de segurança.

d) Treinamento de funcionários da CONTRATANTE na operacionalização em função de substituição do SISTEMA por versões mais atualizadas, e de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.

e) Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do SISTEMA após a implantação e utilização do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente por meio de Instrumento Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de ITAPIRANGA/SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 2(duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Tunápolis/SC, 01 de julho de 2011.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA

Contratada

PAULO ANDRÉ TESTA

Sócio administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

Contrato Administrativo Nº 61/2011 Plano Diretor

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2011.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Ambiental Costa Oeste Projetos Técnicos e Consultoria Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 04.517.031/0001-75, estabelecida na Avenida das Nações, 333 - Centro, no Município de Santa Terezinha de Itaipu - PR, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo representante Pedro Fernando Viera, inscrito no CPF nº 053.062.699-31.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 78/2011 e Convite para compras e serviços nº 07/2011

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto à contratação de empresa especializada para elaboração do plano local de habitação de interesse social de forma simplificada conforme disposições da resolução nº 37/2010, nos moldes da instrução normativa 15/2011", e de acordo com o manual do PLHIS simplificado, todos publicados pelo Ministério das cidades.

1.2. Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação, modalidade Convite para compras e serviços nº 07/2011 - PMT, e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO/ FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 A PRIMEIRA ETAPA da elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social será paga em parcela única correspondente a 20% do valor total do objeto na semana subsequente a regular liquidação da despesa, com base nos documentos constantes de relatórios parciais e notas fiscais.

2.2 A SEGUNDA E TERCEIRA ETAPAS serão pagas em 03 (três) parcelas iguais, correspondente aos demais 80% do valor total do objeto, com base nos documentos constantes de relatórios parciais e notas fiscais da seguinte forma:

1ª. Parcela em 18 de setembro de 2011 R\$ 1.986,00

2ª. Parcela em 18 de outubro de 2011 R\$ 3.972,00

3ª. Parcela em 18 de novembro 2011 R\$ 3.972,00

2.3 Os pagamentos dos serviços prestados objeto deste contrato somente ocorrerão após a liquidação efetiva da despesa à luz das normas legais constantes do art. 63, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes

2.4 Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento, em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

3.1 Efetuar o pagamento ajustado.

3.2 Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, acompanhando-a, por seu representante legal ou preposto habilitado, às audiências designadas.

3.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, eventuais falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

3.4 Fornecer informações e documentos necessários para a

perfeita entrega dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato.

3.5 Disponibilidade de uma sala para desenvolvimento das atividades bem como equipamentos de mídia para reuniões e audiências públicas.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

4.1 A CONTRATADA se obriga além das obrigações contidas no Processo Licitatório:

4.1.1 Elaborar diagnóstico: documento de informação e análise conhecimento da realidade, levantamento dos problemas, relatórios e mapas;

4.2 Prestar acompanhamentos e acessórias com visitas periódicas no Município durante a elaboração do trabalho, realizando audiências públicas e acompanhamento até a aprovação da Lei na Câmara de Vereadores;

4.3 Assinar a responsabilidade técnica.

4.4 A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações de consultoria feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades dos serviços públicos municipais.

4.5 A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

4.6 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

4.7 A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

4.8 A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros.

4.9 A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias.

CLAUSULA QUINTA - REGIME DE EXECUÇÃO.

5.1 O prazo de entrega do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social é de 150 dias a contar da data de aprovação dos termos do presente contrato e da respectiva assinatura, por parte do CONTRATANTE. Contudo entregas parciais deverão ser realizadas conforme o término de cada etapa, bem como relatórios mensais das atividades já realizadas, até a entrega final do plano.

5.2 O prazo de entrega acima previsto poderá ser prorrogado, de acordo com a complexibilidade da obtenção e dados das alterações solicitadas pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA cientificar expressamente ao CONTRATANTE a necessidade de prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS.

6.1 As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes despesas previstas no orçamento de 2011:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 03 - Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.	3.3.90.00.00.00.00.0104 - Manutenção dos Serviços da Secretaria de
Projeto/Atividade 2.009 (dotação 8)	Administração

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO.

7.1 O Presente contrato tem sua vigência até dia 31.12.2011, iniciando-se após assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

8.1 Nos termos da legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar, caso a execução dos serviços não venham atender ao objeto deste documento, oportunidade em que será efetuado o pagamento ao CONTRATADO pelos serviços até então executados.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - declaração de inidoneidade;

IV - multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - F ORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor de forma

Tunápolis - SC, 18 de Julho de 2011.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

PEDRO FERNANDO VIERA

Ambiental Costa Oeste Projetos Técnicos e Consultoria Ltda

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

Contrato Nº 58/2011 M&M

CONTRATO Nº 58/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A Empresa M&M Assessoria e Consultoria Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.033.328/0001-88, estabelecida á Rua: Est.Linha Tunas Interior, no Município de Tunápolis-SC, neste ato representada pela Sra. Marciane Strieder Vivian, sócia administradora, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas

atualizações e no Processo Licitatório nº 71/2011 e Pregão Presencial nº 49/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente Instrumento de contrato é a prestação de serviços de levantamento topográfico digitalizado, no Município de Tunápolis, em conformidade com as especificações constantes na proposta comercial da CONTRATADA E do Anexo "I" e "II" do edital.

1.1.2. Integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, a proposta comercial da CONTRATADA e o Edital da Licitação modalidade Pregão Presencial nº 49/2011 - PMT e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 A Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 4.930,00 (Quatro mil novecentos e trinta reais)

2.2 O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Tunápolis, em até 10 (dez) dias mediante a execução do objeto deste contrato e apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.3 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.4 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.5 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.

Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras e da Secretaria Municipal da Administração, nos locais a serem indicados pela mesma, em conformidade com as especificações constante no anexo "II" do contrato.

4.2. A CONTRATADA deverá entregar o levantamento topográfico, conforme prazo estipulado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

4.3 A CONTRATADA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive na entrega anexar a Nota Fiscal, para o recebimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 Executar o objeto deste Contrato na forma, condições e prazos estipulados neste Contrato.

5.2 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais fiscais, quer municipais, estaduais ou federais.

5.3 Responsabilizar-se integralmente por qualquer acidente do qual possam ser vítimas as pessoas, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato

5.4 Aceitar, integralmente, a fiscalização a ser adotada pela CONTRATANTE.

5.5 A existência e a atuação da fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações que porventura possam ocorrer.

5.6 Apresentar declaração contendo, no mínimo, nome e assinatura dos funcionários e ciente da empresa, comprovando o pagamento dos salários devidos no período compreendido entre a data de assinatura deste Contrato e da data de encerramento de cada ano letivo, para recebimento do pagamento, podendo esta última ser substituída por Certidão Negativa de Débito Salarial expedida pela Delegacia ou Subdelegacia Regional do Trabalho.

5.7 Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução dos serviços, salvo se optante pelo SIMPLES NACIONAL.

5.8 Cumprir com todas as exigências descritas no termo de referência constante do Anexo "II" do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município obriga-se executar os serviços acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 03 - Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças. Projeto/Atividade 2.009 (dotação 08)	3.3.90.00.00.00.00.0104 - Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO.

8.1 O prazo de vigência do Contrato decorrente deste procedimento licitatório contado a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2011 ou até a prestação total dos serviços se essa ocorrer antes.

8.2 O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei 8.666/93 e outras legislações pertinentes.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE.

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 13 de julho de 2011.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

M&M ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

Contratada

MARCIANE STRIEDER VIVIAN

CPF 029.531.699-38

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34
Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 020.226.259.60

ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS

1. OBJETIVO

Contratação de 100 horas de serviços para levantamentos topográficos, no Município de Tunápolis - SC.

2. OBJETO

Trata-se da execução e levantamentos topográficos, bem como a digitalização (desenho) dos pontos levantados, no Município de Tunápolis.

3. LEVANTAMENTOS

3.1 Disposições gerais

Deverá ser realizado o levantamento topográfico dos locais a serem solicitados pela municipalidade.

Os levantamentos deverão ser feitos de acordo com as necessidades apresentadas pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras. Deverá ter-se especial cuidado quanto aos pontos levantados para que não ocorram diferenças de níveis ou até mesmo de identificação dos pontos.

A contratada, além de responder por escrito possíveis dúvidas de desenho, também ficará a disposição para visita técnica ao local (se necessário).

Os levantamentos serão desenvolvidos de acordo com as etapas a seguir:

Etapa 1 - Deverá ser realizado pela Contratada o levantamento topográfico do local com o cadastramento de todas as interferências solicitadas pela municipalidade ou que forem consideradas importantes para o bom desenvolvimento e implantação do projeto.

A contratada deverá disponibilizar de pelo menos dois auxiliares de campo para o bom andamento do trabalho.

Os equipamentos e materiais necessários para realização dos serviços ora contratados será de total responsabilidade da empresa

Etapa 2 - O levantamento deverá ser apresentado em formato de desenho, onde estarão graficamente representados todos os elementos levantados em campo. As curvas de níveis também deverão ser apresentadas;

A Contratada deverá fornecer ART- Anotação de Responsabilidade Técnica do Levantamento Topográfico, garantindo a plena compreensão e utilização das informações, bem como sua aplicação correta nos trabalhos de campo.

A Entrega dos desenhos:

Os desenhos deverão ser apresentados aos profissionais da área técnica no Município, em cópia plotada e assinada e também em arquivos digitais;

Os desenhos devem ser compatibilizados em meio digital da seguinte forma:

- Arquivos abertos, devidamente identificados;
- Arquivos de desenho com terminação *.dwg;

5. CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS LEVANTAMENTOS

Os levantamentos deverão seguir o cronograma físico proposto pelo município rigorosamente, sendo necessária a apresentação no prazo previsto.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

A Contratada, ainda na condição de proponente, terá analisado o Memorial Descritivo a fim de obter esclarecimentos sobre eventuais discrepâncias junto ao órgão responsável pelo município ou impugnar o Edital, não sendo aceito posteriormente aditivos em função de má interpretação das especificações do memorial.

A Contratada deverá assumir integralmente a responsabilidade pelo conteúdo apresentado, bem como, pelo fornecimento das informações necessárias.

Devem ser e cumpridos rigorosamente os cronogramas de desenvolvimento dos trabalhos pactuados entre a contratada e a Municipalidade.

Deve executar todos os trabalhos previstos nos contratos específicos sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, atendendo aos preceitos Legais Técnicos Públicos (Municipal, Estadual e Federal) das Concessionárias e posturas e preceitos técnicos e legais regulamentada pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) e ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Contrato Nº 59/2011 DANILO KESSLER

CONTRATO Nº 59/2011

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa Danilo Kessler & Cia Ltda, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Padre Roque Gonzáles, 197, Centro, no Município de Tunápolis/SC, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 07.182.552/0001-07, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Danilo Kessler, inscrito no CPF sob o nº 760.386.379-15, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, Processo Licitatório nº 70/2011 e Edital Tomada de Preços 05/2011, com seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Através deste contrato a CONTRATADA, como vencedora do item acima discriminado, do Tomada de Preços n. 05/2011, se compromete a efetuar o transporte de atletas, grupos da terceira idade e outros, em viagens municipais, intermunicipais e interestaduais, conforme quadro abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unit R\$	Preço Total R\$	Especificação
1	2.400,00	km	3,00	7.200,00	QUILÔMETROS PERCORRIDOS PARA VIAGENS EDUCATIVAS, CULTURAIS E ESPORTIVAS, PARA TRANSPORTE DE ATLETAS, ENTIDADES CULTURAIS E PESSOAS DA TERCEIRA IDADE DESTE MUNICÍPIO, EM VIAGENS, MUNICIPAIS, INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, COM MICRÔNIBUS CONVENCIONAL COM AR CONDICIONADO PARA NO MÍNIMO 15 PASSAGEIROS.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

Para atender ao objeto do presente contrato, a Contratada deverá realizar as viagens de acordo com as necessidades da municipalidade. A Contratante encaminhará solicitação para a realização de viagens com no mínimo 07 (sete) dias consecutivos de antecedência. A Contratada deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município. A contratada deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8666/93 atualizada.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os valores para a realização dos serviços são os constantes na cláusula segunda deste contrato, perfazendo o total de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). O pagamento dos serviços efetuados será até 10 dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação nota fiscal, e o roteiro da viagem efetuada.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DOS REAJUSTAMENTOS

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

Os valores apresentados para a prestação dos serviços não poderão sofrer alteração em virtude de impostos, taxas, seguros, ou qualquer outra despesa.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato Administrativo, decorrente deste procedimento licitatório será até dia 31/12/2011.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

Para cobrir as despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias, no corrente exercício de 2011:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	Descrição
Órgão 04, Unidade 02, Projeto/Atividade 2.011 (DOT 43)	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Órgão 04, Unidade 02, Projeto/Atividade 2.012 (DOT 63)	3.3.90.00.00.00.00.00.0114 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
Órgão 08, Unidade 01, Projeto/Atividade 2.038 (DOT 157)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO IDOSO.
Órgão 04, Unidade 01, Projeto/Atividade 2.022 (DOT 89)	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
Órgão 06, Unidade 01, Projeto/Atividade 2.023 (DOT 115)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA

CLÁUSULA OITAVA - DOS ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável:

- pela prestação total dos serviços ora contratados, respeitando os itinerários e horários estabelecidos;
- pelos danos que possa causar a CONTRATANTE ou a terceiros em qualquer caso, durante a execução dos serviços, bem como a reparação ou indenização sem ônus a CONTRATANTE ou a terceiros;
- A Contratada, por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciárias, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, de conformidade com o que prevê o artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.
- Deverá a Contratada manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na Tomada de Preços n. 05/2011, de conformidade com o inciso XIII do Art. 55 da Lei nº 8.666/93.
- A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.
- A CONTRATADA não poderá sub-empregar os serviços a ela adjudicados.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Será também responsável pelos custos com alimentação e estadia dos motoristas.
- A Contratada deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.
- A contratada deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município por seus responsáveis, colocará a disposição da contratada, todas as informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução do objeto deste contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

- Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

- Multas de:

- a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

Obs.: A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato..

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita a CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula décima deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito

Público.

Parágrafo Único - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Dentre as disposições gerais, fica garantido:

- a) as partes, os direitos e obrigações de natureza tributária, fiscal e previdenciária que couber individualmente a cada uma delas;
- b) em caso de inadimplemento contratual por qualquer das partes, que resulte em rescisão contratual, estarão ambas sujeitas as consequências da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes;
- c) sempre que a Lei ou norma superveniente alterar as condições desta pactuação, seus termos poderão ser modificados sem prejuízo das partes, inclusive para os casos fortuitos ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este documento para todos os efeitos está vinculado ao Edital de Tomada de Preços nº 05/2011 e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir questões oriundas deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 15 de julho de 2011.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

DANILO KESSLER & CIA LTDA

Contratada

Sócio Administrador

CPF: 760.386.379-15

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Assessoria Jurídica

Contrato Nº 60/2011 Expresso Santa Helena

CONTRATO Nº 60/2011

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa Expresso Santa Helena de Ônibus Ltda, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Brasília, 499 Centro no Município de Santa Helena/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 86.249.075/0001-26, neste ato representado

pelo Procurador Sr. Edgar Aurélio Marconatto, inscrito no CPF sob o nº 051.670.889-92, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, Processo Licitatório nº 70/2011 e Edital Tomada de Preços 05/2011, com seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Através deste contrato a CONTRATADA, como vencedora do item acima discriminado, do Tomada de Preços n. 05/2011, se compromete a efetuar o transporte de atletas, grupos da terceira idade e outros, em viagens municipais, intermunicipais e interestaduais, conforme quadro abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unit R\$	Preço Total R\$	Especificação
2	3.200,00	km	2,57	8.224,00	QUILÔMETROS PERCORRIDOS PARA VIAGENS EDUCATIVAS, CULTURAIS E ESPORTIVAS, PARA TRANSPORTE DE ATLETAS, ENTIDADES CULTURAIS E PESSOAS DA TERCEIRA IDADE DESTE MUNICÍPIO, EM VIAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, COM ÔNIBUS CONVENCIONAL (com banheiro) PARA NO MÍNIMO 40 PASSAGEIROS.
3	4.700,00	km	3,30	15.510,00	QUILÔMETROS PERCORRIDOS PARA VIAGENS PARA PESSOAS DA TERCEIRA IDADE DESTE MUNICÍPIO, EM VIAGENS MUNICIPAIS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, COM ÔNIBUS LEITO TURISMO EQUIPADO COM AR CONDICIONADO PARA NO MÍNIMO 44 PASSAGEIROS.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

Para atender ao objeto do presente contrato, a Contratada deverá realizar as viagens de acordo com as necessidades da municipalidade. A Contratante encaminhará solicitação para a realização de viagens com no mínimo 07 (sete) dias consecutivos de antecedência. A Contratada deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município. A contratada deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8666/93 atualizada.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os valores para a realização dos serviços, são os constantes na cláusula segunda deste contrato, perfazendo o total de R\$ 23.734,00 (vinte e três mil setecentos e trinta e quatro reais). O pagamento dos serviços efetuados será até 10 dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação nota fiscal, e o roteiro da viagem efetuada.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DOS REAJUSTAMENTOS

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

Os valores apresentados para a prestação dos serviços não poderão sofrer alteração em virtude de impostos, taxas, seguros, ou qualquer outra despesa.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato Administrativo, decorrente deste procedimento licitatório será até dia 31/12/2011.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

Para cobrir as despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias, no corrente exercício de 2011:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	Descrição
Órgão 04, Unidade 02, Projeto/Atividade 2.011(DOT 43)	3.3.90.00.00.00.00.0105 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Órgão 04, Unidade 02, Projeto/Atividade 2.012 (DOT 63)	3.3.90.00.00.00.00.0114 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
Órgão 08, Unidade 01, Projeto/Atividade 2.038 (DOT 157)	3.3.90.00.00.00.00.0104 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO IDOSO.
Órgão 04, Unidade 01, Projeto/Atividade 2.022 (DOT 89)	3.3.90.00.00.00.00.0105 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
Órgão 06, Unidade 01, Projeto/Atividade 2.023 (DOT 115)	3.3.90.00.00.00.00.0104 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA

CLÁUSULA OITAVA - DOS ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável:

- pela prestação total dos serviços ora contratados, respeitando os itinerários e horários estabelecidos;
- pelos danos que possa causar a CONTRATANTE ou a terceiros em qualquer caso, durante a execução dos serviços, bem como a reparação ou indenização sem ônus a CONTRATANTE ou a terceiros;
- A Contratada, por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciárias, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, de conformidade com o que prevê o artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.
- Deverá a Contratada manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na Tomada de Preços n. 05/2011, de conformidade com o inciso XIII do Art. 55 da Lei nº 8.666/93.
- A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.
- A CONTRATADA não poderá sub-empregar os serviços a ela adjudicados.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Será também responsável pelos custos

com alimentação e estadia dos motoristas.

h) A Contratada deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

i) A contratada deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município por seus responsáveis, colocará a disposição da contratada, todas as informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução do objeto deste contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

- Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

- Multas de:

- a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

Obs.: A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato..

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização

de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula décima deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público.

Parágrafo Único - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Dentre as disposições gerais, fica garantido:

- a) as partes, os direitos e obrigações de natureza tributária, fiscal e previdenciária que couber individualmente a cada uma delas;
- b) em caso de inadimplemento contratual por qualquer das partes, que resulte em rescisão contratual, estarão ambas sujeitas as consequências da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes;
- c) sempre que a Lei ou norma superveniente alterar as condições desta pactuação, seus termos poderão ser modificados sem prejuízo das partes, inclusive para os casos fortuitos ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este documento para todos os efeitos está vinculado ao Edital de Tomada de Preços nº 05/2011 e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir questões oriundas deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 15 de julho de 2011
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

EXPRESSO SANTA HELENA DE ÔNIBUS LTDA
Contratada
AURÉLIO FRANCISCO MARCONATTO
Sócio diretor
CPF 032.500.329-72

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 020.226.259.60

Assessoria Jurídica

Turvo

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº. 04/11, de 26 de julho de 2011.

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 04/11, de 26 de julho de 2011.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO TURVENSE.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, usando das prerrogativas legais e com base no disposto do Art. 40, § 1º, VIII, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido, TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO TURVENSE ao Senhor ADOALDO OTÁVIO TEIXEIRA, Ex-Prefeito do município de Turvo.

Art. 2º - O título de Cidadania a que se refere o artigo anterior é concedido em reconhecimento ao competente trabalho que o Senhor ADOALDO OTÁVIO TEIXEIRA realizou quando prefeito deste município, sendo que a sua gestão (1983 - 1988) ficou marcada, principalmente pela contribuição e incentivo dado à introdução da cultura do arroz irrigado no município, dentre outras.

Art. 3º - A outorga do Título de Cidadão Honorário dar-se-á em Sessão Solene, neste Poder Legislativo Municipal, onde será determinada a data, com comunicação feita pela Secretaria dessa Casa Legislativa ao homenageado.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, em 26 de julho de 2011.
Vereador IZALTINO ANTÔNIO RIBEIRO
Presidente da Câmara

Registrado e Publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, na data Supra.

Vereador ADAIR CONSTANTE
Primeiro Secretário

Decreto Legislativo Nº. 05/11, de 26 de julho de 2011.

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 05/11, de 26 de julho de 2011.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, usando das prerrogativas legais e com base no disposto do Art. 40, § 1º, VIII, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. - 1º Fica concedido, TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO ao Senhor VILMAR JOSÉ DA SILVA, ex-Vereador e ex-presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Art.- 2º O título de Cidadania a que se refere o artigo anterior, é concedido em reconhecimento ao competente trabalho que o Senhor VILMAR JOSÉ DA SILVA realizou quando Vereador e Presidente da Câmara de Vereadores de Turvo, e continua realizando como Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Turvo até a presente data.

Art. - 3º A outorga do Título de Cidadão Honorário dar-se-á em Sessão Solene, neste Poder Legislativo Municipal, onde será determinada a data, com comunicação feita pela Secretaria dessa Casa Legislativa ao homenageado.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, em 26 de julho de 2011.
Vereador IZALTINO ANTÔNIO RIBEIRO
Presidente da Câmara

Registrado e Publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, na data Supra.

Vereador ADAIR CONSTANTE
Primeiro Secretário

Videira

PREFEITURA

Extrato Ata Registro N. 1118/2011 - FMS

Ata de Registro de Preços nº: 118/2011
Data de Assinatura: 26/07/2011
Fornecedor : ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA
Valor : R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 41/2011 - FMS
Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de tiras para testes de glicose que serão utilizadas no programa de prevenção e controle de diabetes mellitus e hipertensão arterial pela Secretaria de Saúde.

Extrato Ata Registro N. 1119/2011 - FMS

Ata de Registro de Preços nº: 119/2011
Data de Assinatura: 26/07/2011
Fornecedor : AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA
Valor : R\$ 105.200,00 (cento e cinco mil e duzentos reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 42/2011 - FMS
Objeto : Registro de Preço para aquisição de 40.000 litros de gasolina para uso nos veículos da Secretaria de Saúde.

Anexos RREO 3 BIM 2011

Município de VIDEIRA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.680.868,00	78.680.868,00	17.965.493,86	22,83	46.887.899,01	59,59	31.792.968,99
RECEITAS CORRENTES	77.280.868,00	77.280.868,00	17.746.844,13	22,96	46.254.115,77	59,85	31.026.752,23
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.173.000,00	11.173.000,00	4.282.201,86	38,33	7.657.743,17	68,54	3.515.256,83
IMPOSTOS	9.459.000,00	9.459.000,00	3.507.990,51	37,09	6.211.718,00	65,67	3.247.282,00
TAXAS	1.629.000,00	1.629.000,00	762.152,74	46,79	1.391.594,49	85,43	237.405,51
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	85.000,00	85.000,00	12.058,61	14,19	54.430,68	64,04	30.569,32
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.383.589,00	3.383.589,00	633.476,13	18,72	1.675.984,69	49,53	1.707.604,31
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.623.589,00	2.623.589,00	490.057,33	18,68	1.252.505,33	47,74	1.371.083,67
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	760.000,00	760.000,00	143.418,80	18,87	423.479,36	55,72	336.520,64
RECEITA PATRIMONIAL	5.589.612,00	5.589.612,00	1.270.175,58	22,72	3.328.290,60	59,54	2.261.321,40
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	77.000,00	77.000,00	13.827,20	17,96	34.314,34	44,56	42.685,66
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.437.612,00	5.437.612,00	1.249.339,00	22,98	3.270.514,63	60,15	2.167.097,37
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	60.000,00	60.000,00	4.734,88	7,89	14.639,89	24,40	45.360,11
Outras Rec. Patrimoniais	15.000,00	15.000,00	2.274,50	15,16	8.821,74	58,81	6.178,26
RECEITA DE SERVIÇOS	893.000,00	893.000,00	163.036,22	18,26	585.327,56	65,55	307.672,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.702.889,00	53.702.889,00	10.983.473,68	20,45	31.959.179,77	59,51	21.743.709,23
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	53.616.889,00	53.616.889,00	10.974.444,93	20,47	31.755.468,10	59,23	21.861.420,90
Transf. de Instituições Privadas	14.000,00	14.000,00	83,75	0,60	3.266,55	23,33	10.733,45
Transf. de Conv.	72.000,00	72.000,00	8.945,00	12,42	200.445,12	278,40	-128.445,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.538.778,00	2.538.778,00	414.480,66	16,33	1.047.589,98	41,26	1.491.188,02
Multas e Juros de Mora	1.010.500,00	1.010.500,00	161.002,16	15,93	401.011,42	39,68	609.488,58
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	703.478,00	703.478,00	106.346,51	15,12	260.427,74	37,02	443.050,26
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	605.100,00	605.100,00	115.567,95	19,10	287.471,01	47,51	317.628,99
RECEITAS DIVERSAS	219.700,00	219.700,00	31.564,04	14,37	98.679,81	44,92	121.020,19
RECEITAS DE CAPITAL	1.400.000,00	1.400.000,00	218.649,73	15,62	633.783,24	45,27	766.216,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	95.870,00	191,74	-45.870,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	95.870,00	958,70	-85.870,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	100.000,00	100.000,00	22.024,67	22,02	63.145,52	63,15	36.854,48
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	750.000,00	750.000,00	196.625,06	26,22	474.767,72	63,30	275.232,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	750.000,00	750.000,00	80.505,06	10,73	258.647,72	34,49	491.352,28
Transf. de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	-100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	116.120,00	0,00	116.120,00	0,00	-116.120,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.254.401,00	5.254.401,00	923.053,75	17,57	2.305.918,47	43,89	2.948.482,53
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.254.401,00	5.254.401,00	923.053,75	17,57	2.305.918,47	43,89	2.948.482,53
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	221.146,00	221.146,00	58.429,62	26,42	146.054,31	66,04	75.091,69
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.033.255,00	5.033.255,00	864.624,13	17,18	2.159.864,16	42,91	2.873.390,84
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	221.146,00	221.146,00	58.429,62	26,42	146.054,31	66,04	75.091,69

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.254.401,00	5.254.401,00	923.053,75	17,57	2.305.918,47	43,89	2.948.482,53
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.033.255,00	5.033.255,00	864.624,13	17,18	2.159.864,16	42,91	2.873.390,84
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	83.935.269,00	83.935.269,00	18.888.547,61	22,50	49.193.817,48	58,61	34.741.451,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	83.935.269,00	83.935.269,00	18.888.547,61	22,50	49.193.817,48	58,61	34.741.451,52
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	83.935.269,00	83.935.269,00	18.888.547,61	22,50	49.193.817,48	58,61	34.741.451,52
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.780.457,11	—	—	1.262.069,86	—	—
Superávit Financeiro	—	4.780.457,11	—	—	1.262.069,86	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.591.661,00	6.167.973,43	85.759.634,43	13.687.153,63	43.530.040,68	13.772.489,63	32.687.079,37	38,11	53.072.555,06
DESPESAS CORRENTES	59.674.551,00	3.293.438,94	62.967.989,94	10.423.231,19	37.745.522,01	11.917.139,78	29.750.662,02	47,25	33.217.327,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.809.851,00	-79.080,00	31.730.771,00	5.752.231,41	17.064.311,17	6.140.032,83	15.919.967,79	50,17	15.810.803,21
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00	213.730,39	637.108,16	213.730,39	637.108,16	45,51	762.891,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.464.700,00	3.372.518,94	29.837.218,94	4.457.269,39	20.044.102,68	5.563.376,56	13.193.586,07	44,22	16.643.632,87
DESPESAS DE CAPITAL	12.758.900,00	2.874.534,49	15.633.434,49	3.263.922,44	5.784.518,67	1.855.349,85	2.936.417,35	18,78	12.697.017,14
INVESTIMENTOS	11.058.900,00	2.874.534,49	13.933.434,49	3.002.003,47	4.926.897,30	1.593.430,88	2.078.795,98	14,92	11.854.638,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.700.000,00	0,00	1.700.000,00	261.918,97	857.621,37	261.918,97	857.621,37	50,45	842.378,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.858.210,00	0,00	6.858.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.858.210,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.343.608,00	0,00	4.343.608,00	671.004,68	1.939.485,16	671.004,68	1.939.485,16	44,65	2.404.122,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.343.608,00	0,00	4.343.608,00	671.004,68	1.939.485,16	671.004,68	1.939.485,16	44,65	2.404.122,84

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.343.608,00	0,00	4.343.608,00	671.004,68	1.939.485,16	671.004,68	1.939.485,16	44,65	2.404.122,84
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	83.935.269,00	6.167.973,43	90.103.242,43	14.358.158,31	45.469.525,84	14.443.494,31	34.626.564,53	38,43	55.476.677,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	83.935.269,00	6.167.973,43	90.103.242,43	14.358.158,31	45.469.525,84	14.443.494,31	34.626.564,53	38,43	55.476.677,90
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	14.567.252,95	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	83.935.269,00	6.167.973,43	90.103.242,43	14.358.158,31	45.469.525,84	14.443.494,31	49.193.817,48	38,43	55.476.677,90

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.485.372,45

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 26/07/2011

CRISTINA KLOCK

Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI

Secretario de Finanças

SANDRA BALDO

Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.591.661,00	85.759.634,43	13.687.153,63	43.530.040,68	13.772.489,63	32.687.079,37	94,40	38,11	53.072.555,06
Legislativa	1.110.000,00	1.110.000,00	128.606,95	471.723,99	149.946,66	404.342,69	1,17	36,43	705.657,31
Ação Legislativa	1.110.000,00	1.110.000,00	128.606,95	471.723,99	149.946,66	404.342,69	1,17	36,43	705.657,31
Administração	6.304.900,00	6.704.900,00	1.029.765,03	4.078.785,18	1.421.267,85	3.470.017,00	10,02	51,75	3.234.883,00
Planejamento e Orçamento	644.000,00	644.000,00	144.361,19	363.084,16	151.729,22	348.022,18	1,01	54,04	295.977,82
Administração Geral	5.058.900,00	5.458.900,00	811.828,19	3.424.845,55	1.170.074,82	2.866.408,79	8,28	52,51	2.592.491,21
Normatização e Fiscalização	602.000,00	602.000,00	73.575,65	290.855,47	99.463,81	255.586,03	0,74	42,46	346.413,97
Segurança Pública	374.140,00	523.140,00	148.022,49	358.001,84	68.892,55	181.593,90	0,52	34,71	341.546,10
Policimento	374.140,00	523.140,00	148.022,49	358.001,84	68.892,55	181.593,90	0,52	34,71	341.546,10
Assistência Social	3.330.962,00	3.413.445,96	441.911,04	1.567.353,39	428.705,22	1.038.636,15	3,00	30,43	2.374.809,81
Assistência ao Idoso	199.962,00	209.938,69	23.449,20	118.028,70	32.567,00	54.286,25	0,16	25,86	155.652,44
Assistência ao Portador de Deficiência	78.959,00	78.959,00	0,00	78.459,00	18.316,05	46.172,35	0,13	58,48	32.786,65
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.980.141,00	2.007.021,89	359.698,51	1.071.835,81	302.504,35	783.164,24	2,26	39,02	1.223.857,65
Assistência Comunitária	1.071.900,00	1.117.526,38	58.763,33	299.029,88	75.317,82	155.013,31	0,45	13,87	962.513,07
Previdência Social	4.085.475,00	4.085.475,00	592.778,68	1.782.586,63	594.399,51	1.744.666,25	5,04	42,70	2.340.808,75
Previdência do Regime Estatutário	4.085.475,00	4.085.475,00	592.778,68	1.782.586,63	594.399,51	1.744.666,25	5,04	42,70	2.340.808,75
Saúde	11.503.161,00	13.311.261,00	1.454.393,01	8.691.862,83	1.965.898,04	5.290.615,51	15,28	39,75	8.020.645,49
Atenção Básica	3.637.741,00	3.860.741,00	458.545,38	2.158.524,31	532.709,07	1.409.124,35	4,07	36,50	2.451.616,65
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.189.195,00	8.774.295,00	929.253,99	6.329.070,71	1.389.134,33	3.749.787,33	10,83	42,74	5.024.507,67
Vigilância Sanitária	367.460,00	367.460,00	41.330,21	119.561,32	25.606,52	61.194,60	0,18	16,65	306.265,40
Vigilância Epidemiológica	308.765,00	308.765,00	25.263,43	84.706,49	18.448,12	70.509,23	0,20	22,84	238.255,77
Educação	17.999.513,00	18.364.389,32	3.592.851,44	10.378.085,06	3.652.393,33	8.110.418,80	23,42	44,16	10.253.970,52
Administração Geral	1.323.000,00	1.323.000,00	197.123,71	569.751,91	207.289,11	544.904,84	1,57	41,19	778.095,16
Alimentação e Nutrição	353.220,00	353.220,00	199.795,10	243.808,21	53.023,98	58.332,59	0,17	16,51	294.887,41
Ensino Fundamental	8.552.660,00	8.552.660,00	1.207.017,54	4.223.259,26	1.437.207,64	3.206.299,05	9,26	37,49	5.346.360,95
Ensino Médio	110.000,00	474.876,32	0,00	438.951,19	202.982,48	214.788,92	0,62	45,23	260.087,40
Ensino Superior	652.000,00	652.000,00	314.350,10	613.441,00	217.194,05	271.176,31	0,78	41,59	380.823,69
Educação Infantil	7.008.633,00	7.008.633,00	1.674.564,99	4.288.873,49	1.534.696,07	3.814.917,09	11,02	54,43	3.193.715,91
Cultura	287.000,00	387.000,00	53.587,34	192.706,76	92.141,79	158.031,48	0,46	40,84	228.968,52
Difusão Cultural	287.000,00	387.000,00	53.587,34	192.706,76	92.141,79	158.031,48	0,46	40,84	228.968,52
Urbanismo	13.488.000,00	15.889.513,15	3.059.591,93	7.573.436,17	2.526.374,28	5.748.527,28	16,60	36,18	10.140.985,87
Infra-estrutura Urbana	9.130.000,00	9.975.000,00	1.316.401,73	3.592.092,63	1.356.954,19	3.338.212,37	9,64	33,47	6.636.787,63
Serviços Urbanos	4.358.000,00	5.914.513,15	1.743.190,20	3.981.343,54	1.169.420,09	2.410.314,91	6,96	40,75	3.504.198,24

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.591.661,00	85.759.634,43	13.687.153,63	43.530.040,68	13.772.489,63	32.687.079,37	94,40	38,11	53.072.555,06
Habitação	340.000,00	340.000,00	72.985,05	76.221,22	7.261,80	10.497,97	0,03	3,09	329.502,03
Habitação Urbana	340.000,00	340.000,00	72.985,05	76.221,22	7.261,80	10.497,97	0,03	3,09	329.502,03
Saneamento	460.000,00	460.000,00	190,01	190,01	190,01	190,01	0,00	0,04	459.809,99
Saneamento Básico Urbano	460.000,00	460.000,00	190,01	190,01	190,01	190,01	0,00	0,04	459.809,99
Agricultura	2.603.500,00	2.701.000,00	720.678,92	1.678.502,64	528.107,73	1.186.272,78	3,43	43,92	1.514.727,22
Abastecimento	2.603.500,00	2.701.000,00	720.678,92	1.678.502,64	528.107,73	1.186.272,78	3,43	43,92	1.514.727,22
Indústria	665.000,00	790.000,00	544.500,00	689.095,00	544.500,00	544.500,00	1,57	68,92	245.500,00
Promoção Industrial	665.000,00	790.000,00	544.500,00	689.095,00	544.500,00	544.500,00	1,57	68,92	245.500,00
Comércio e Serviços	1.070.000,00	1.180.000,00	198.531,03	746.891,46	170.693,70	584.417,77	1,69	49,53	595.582,23
Turismo	1.070.000,00	1.180.000,00	198.531,03	746.891,46	170.693,70	584.417,77	1,69	49,53	595.582,23
Transportes	1.010.000,00	910.000,00	164.090,64	601.010,34	236.251,04	430.356,86	1,24	47,29	479.643,14
Transporte Rodoviário	1.000.000,00	800.000,00	64.090,64	500.060,34	136.251,04	329.406,86	0,95	41,18	470.593,14
Outros Encargos Especiais	10.000,00	110.000,00	100.000,00	100.950,00	100.000,00	100.950,00	0,29	91,77	9.050,00
Desporto e Lazer	1.268.655,00	1.864.155,00	367.578,80	1.243.784,64	268.981,21	602.737,08	1,74	32,33	1.261.417,92
Desporto Comunitário	1.268.655,00	1.864.155,00	367.578,80	1.243.784,64	268.981,21	602.737,08	1,74	32,33	1.261.417,92
Encargos Especiais	6.833.145,00	6.867.145,00	1.117.091,27	3.399.803,52	1.116.484,91	3.181.257,84	9,19	46,33	3.685.887,16
Transferências	295.000,00	309.000,00	42.732,00	306.932,00	78.803,00	191.982,96	0,55	62,13	117.017,04
Outros Encargos Especiais	6.538.145,00	6.558.145,00	1.074.359,27	3.092.871,52	1.037.681,91	2.989.274,88	8,63	45,58	3.568.870,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.858.210,00	6.858.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.858.210,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.343.608,00	4.343.608,00	671.004,68	1.939.485,16	671.004,68	1.939.485,16	5,60	44,65	2.404.122,84
Legislativa	13.000,00	13.000,00	1.813,66	4.177,38	1.813,66	4.177,38	0,01	32,13	8.822,62
Ação Legislativa	13.000,00	13.000,00	1.813,66	4.177,38	1.813,66	4.177,38	0,01	32,13	8.822,62
Administração	460.000,00	460.000,00	83.524,71	232.755,38	83.524,71	232.755,38	0,67	50,60	227.244,62
Planejamento e Orçamento	51.000,00	51.000,00	9.257,21	25.790,61	9.257,21	25.790,61	0,07	50,57	25.209,39
Administração Geral	350.000,00	350.000,00	66.591,47	188.749,99	66.591,47	188.749,99	0,55	53,93	161.250,01
Normatização e Fiscalização	59.000,00	59.000,00	7.676,03	18.214,78	7.676,03	18.214,78	0,05	30,87	40.785,22
Assistência Social	100.000,00	100.000,00	17.937,61	46.474,85	17.937,61	46.474,85	0,13	46,47	53.525,15
Assistência à Criança e ao Adolescente	100.000,00	100.000,00	17.937,61	46.474,85	17.937,61	46.474,85	0,13	46,47	53.525,15
Saúde	499.000,00	499.000,00	84.090,72	242.225,31	84.090,72	242.225,31	0,70	48,54	256.774,69
Atenção Básica	85.000,00	85.000,00	13.183,24	38.443,88	13.183,24	38.443,88	0,11	45,23	46.556,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	385.000,00	385.000,00	65.750,33	189.047,51	65.750,33	189.047,51	0,55	49,10	195.952,49
Vigilância Sanitária	16.000,00	16.000,00	2.917,20	8.549,70	2.917,20	8.549,70	0,02	53,44	7.450,30

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.343.608,00	4.343.608,00	671.004,68	1.939.485,16	671.004,68	1.939.485,16	5,60	44,65	2.404.122,84
Saúde	499.000,00	499.000,00	84.090,72	242.225,31	84.090,72	242.225,31	0,70	48,54	256.774,69
Vigilância Epidemiológica	13.000,00	13.000,00	2.239,95	6.184,22	2.239,95	6.184,22	0,02	47,57	6.815,78
Educação	2.503.608,00	2.503.608,00	346.041,88	1.022.702,45	346.041,88	1.022.702,45	2,95	40,85	1.480.905,55
Administração Geral	146.000,00	146.000,00	22.175,57	66.652,89	22.175,57	66.652,89	0,19	45,65	79.347,11
Ensino Fundamental	810.000,00	810.000,00	135.043,82	402.019,92	135.043,82	402.019,92	1,16	49,63	407.980,08
Educação Infantil	1.547.608,00	1.547.608,00	188.822,49	554.029,64	188.822,49	554.029,64	1,60	35,80	993.578,36
Urbanismo	590.000,00	590.000,00	103.685,62	295.909,81	103.685,62	295.909,81	0,85	50,15	294.090,19
Infra-estrutura Urbana	590.000,00	590.000,00	103.685,62	295.909,81	103.685,62	295.909,81	0,85	50,15	294.090,19
Agricultura	123.000,00	123.000,00	24.123,24	66.340,59	24.123,24	66.340,59	0,19	53,94	56.659,41
Abastecimento	123.000,00	123.000,00	24.123,24	66.340,59	24.123,24	66.340,59	0,19	53,94	56.659,41
Comércio e Serviços	23.000,00	23.000,00	3.872,10	11.339,19	3.872,10	11.339,19	0,03	49,30	11.660,81
Turismo	23.000,00	23.000,00	3.872,10	11.339,19	3.872,10	11.339,19	0,03	49,30	11.660,81
Desporto e Lazer	32.000,00	32.000,00	5.915,14	17.560,20	5.915,14	17.560,20	0,05	54,88	14.439,80
Desporto Comunitário	32.000,00	32.000,00	5.915,14	17.560,20	5.915,14	17.560,20	0,05	54,88	14.439,80
TOTAL (III) = (I + II)	83.935.269,00	90.103.242,43	14.358.158,31	45.469.525,84	14.443.494,31	34.626.564,53	100,00	38,43	55.476.677,90

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 25/07/2011

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2010 A JUNHO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Jul/2010	Ago/2010	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	7.783.346,57	7.769.165,09	7.788.381,04	8.301.748,92	7.767.650,70	10.108.471,71	7.305.206,69	7.639.580,19	8.260.331,53	8.898.952,84	11.398.187,31	8.258.379,30	101.279.401,89	86.743.728,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	840.275,52	735.705,79	886.688,50	661.677,78	825.493,81	955.804,64	656.075,50	667.934,35	823.784,90	1.227.746,56	3.397.909,85	884.292,01	12.563.389,21	11.173.000,00	
I.P.T.U.	174.902,50	35.502,06	168.775,92	28.661,64	153.988,41	67.544,60	7.534,18	0,00	9.795,84	236.610,54	2.096.712,72	60.549,40	3.039.577,81	2.822.000,00	
I.S.S.	436.223,62	471.790,20	430.178,44	442.531,80	426.182,46	480.625,03	435.423,93	417.182,44	428.376,01	478.104,48	383.464,51	515.930,66	5.346.013,58	4.600.000,00	
I.T.B.I.	57.260,37	97.580,12	86.653,55	62.379,59	101.829,05	102.400,86	91.398,23	79.161,12	112.738,94	99.056,06	118.398,67	122.039,49	1.130.896,05	995.000,00	
I.R.R.F.	89.887,57	93.811,99	91.067,35	95.657,79	79.066,66	260.714,85	46.108,10	92.298,38	84.182,38	86.756,86	97.784,46	113.110,60	1.230.446,99	1.042.000,00	
Outras Receitas Tributárias	82.001,46	37.021,42	110.013,24	32.446,96	64.427,23	44.519,30	75.611,06	79.292,41	188.691,73	328.218,62	701.549,49	72.661,86	1.816.454,78	1.714.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	299.700,87	300.240,76	304.825,24	301.344,61	303.544,58	758.649,41	92.439,29	329.982,10	305.145,17	314.942,00	304.596,09	328.880,04	3.944.290,16	3.383.589,00	
RECEITA PATRIMONIAL	1.046.769,16	905.741,58	672.222,72	992.391,51	403.509,05	1.152.693,07	232.540,52	447.641,52	879.981,12	497.951,86	951.548,12	318.627,46	8.501.617,69	5.589.612,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	99.428,99	103.418,89	79.727,54	65.410,18	122.663,37	84.797,55	34.570,18	99.337,27	93.346,74	195.037,15	40.643,75	122.392,47	1.140.774,08	893.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.299.692,94	5.473.199,03	5.551.180,77	6.067.538,98	5.921.159,38	6.919.150,11	6.184.945,87	5.917.032,77	5.962.896,83	6.507.630,23	6.505.923,61	6.387.272,55	72.697.623,07	63.165.749,00	
Cota-Parte do F.P.M.	829.071,02	1.111.120,72	927.526,83	998.471,79	1.196.932,52	1.508.674,13	1.446.659,77	1.558.563,82	1.017.462,13	1.348.642,79	1.547.959,74	1.397.142,72	14.888.227,98	14.050.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	2.484.783,93	2.553.245,58	2.688.548,73	2.885.600,37	2.802.416,41	3.000.245,69	2.866.268,38	2.446.657,17	2.853.827,96	2.830.730,60	2.764.713,86	2.774.769,59	32.951.808,27	28.500.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	394.327,24	377.406,13	396.068,92	524.441,78	346.886,01	189.900,26	215.460,41	311.794,17	394.494,54	402.573,64	465.764,97	460.852,41	4.479.970,48	4.000.000,00	
Cota-Parte do ITR.	0,00	8,81	615,81	11.165,60	389,74	73,60	357,45	106,45	134,54	100,95	194,07	64,24	13.211,26	14.300,00	
Transferências da LC 61/1989	59.185,33	57.262,53	57.079,90	59.404,07	63.281,84	74.396,57	63.063,04	59.323,63	43.574,36	58.864,08	49.608,77	54.843,14	699.887,26	600.000,00	
Transferências da LC 87/1996	16.707,50	16.707,50	16.707,50	16.707,50	16.707,50	16.707,50	16.350,47	16.350,47	16.350,47	16.350,47	16.350,47	16.350,47	198.347,82	150.000,00	
Transferências do FUNDEB	932.248,87	990.227,94	996.639,09	1.054.981,19	1.062.235,27	1.160.160,23	1.205.623,52	1.117.098,14	1.155.215,30	1.216.101,33	1.243.345,20	1.214.221,87	13.348.097,95	10.751.000,00	
Outras Transferências Correntes	583.369,05	367.219,82	467.993,99	516.766,68	432.310,09	968.992,13	371.162,83	407.138,92	481.837,53	634.266,37	417.986,53	469.028,11	6.118.072,05	5.100.449,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	197.479,09	250.859,04	293.736,27	213.385,86	191.280,51	237.376,93	104.635,33	177.652,18	195.176,77	155.645,04	197.565,89	216.914,77	2.431.707,68	2.538.778,00	
DEDUÇÕES (II)	995.030,30	1.059.499,56	1.058.142,13	1.134.797,12	1.121.508,05	1.645.559,49	942.562,55	1.143.028,27	1.104.240,34	1.169.470,45	1.205.164,90	1.194.614,91	13.773.618,07	12.086.449,00	
Contribuição Assit.Médica Servidores Vinc. ao RPPS	91.635,79	90.269,74	90.140,18	89.701,06	89.579,95	256.011,79	19.121,11	99.324,92	92.572,22	92.174,15	91.419,69	97.072,02	1.199.022,62	858.559,00	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	146.579,75	146.079,76	150.692,68	145.938,06	146.605,47	431.548,35	1.809,75	165.144,41	146.511,45	145.843,99	144.827,06	156.738,56	1.928.319,29	1.765.030,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	756.814,76	823.150,06	817.309,27	899.158,00	885.322,63	957.999,35	921.631,69	878.558,94	865.156,67	931.452,31	968.918,15	940.804,33	10.646.276,16	9.462.860,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	6.788.316,27	6.709.665,53	6.730.238,91	7.166.951,80	6.646.142,65	8.462.912,22	6.362.644,14	6.496.551,92	7.156.091,19	7.729.482,39	10.193.022,41	7.063.764,39	87.505.783,82	74.657.279,00	

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
VIDEIRA, 25/07/2011

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	5.910.430,00	5.910.430,00	1.161.746,10	3.070.174,54	2.852.789,28
RECEITAS CORRENTES	5.910.430,00	5.910.430,00	1.161.746,10	3.222.823,16	2.968.348,45
Receita de Contribuições dos Segurados	1.765.030,00	1.765.030,00	301.565,62	760.875,22	723.486,33
Pessoal Civil	1.765.030,00	1.765.030,00	301.565,62	760.875,22	723.486,33
Ativo	1.757.450,00	1.757.450,00	298.977,16	753.890,49	719.320,99
Inativo	7.580,00	7.580,00	2.588,46	6.984,73	4.165,34
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	4.145.400,00	4.145.400,00	859.748,01	2.459.811,63	2.244.862,12
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	4.145.400,00	4.145.400,00	859.748,01	2.459.811,63	2.244.862,12
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	432,47	2.136,31	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	432,47	2.136,31	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	-152.648,62	-115.559,17
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.033.255,00	5.033.255,00	864.624,13	2.159.864,16	2.059.706,60
RECEITAS CORRENTES	5.033.255,00	5.033.255,00	864.624,13	2.159.864,16	2.059.706,60
Receita de Contribuições Patronais	3.464.655,00	3.464.655,00	595.499,54	1.493.802,71	1.433.651,83
Pessoal Civil	3.464.655,00	3.464.655,00	595.499,54	1.493.802,71	1.433.651,83
Ativo	3.464.655,00	3.464.655,00	595.499,54	1.493.802,71	1.433.651,83
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	1.568.600,00	1.568.600,00	269.124,59	666.061,45	626.054,77
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	10.943.685,00	10.943.685,00	2.026.370,23	5.230.038,70	4.912.495,88
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	4.085.475,00	4.085.475,00	594.399,51	1.744.666,25	1.485.715,21
ADMINISTRAÇÃO	30.000,00	30.000,00	0,00	4.625,00	109.142,86
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	102.918,71
Despesas de Capital	30.000,00	30.000,00	0,00	4.625,00	6.224,15
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.055.475,00	4.055.475,00	594.399,51	1.740.041,25	1.376.572,35
Pessoal Civil	0,00	0,00	565.705,34	1.642.056,65	1.376.572,35
Aposentadorias	0,00	0,00	411.366,90	1.190.370,41	1.009.771,54
Pensões	0,00	0,00	154.338,44	451.686,24	366.800,81
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	4.055.475,00	4.055.475,00	28.694,17	97.984,60	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	4.055.475,00	4.055.475,00	28.694,17	97.984,60	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	4.085.475,00	4.085.475,00	594.399,51	1.744.666,25	1.485.715,21
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	6.858.210,00	6.858.210,00	1.431.970,72	3.485.372,45	3.426.780,67

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	6.858.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	6.858.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	6.858.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	6.858.210,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Bancos Conta Movimento	54.916,03	49.968,87	62.865,12
Investimentos	59.658.569,63	59.909.921,52	50.153.044,91

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 25/07/2011

CRISTINA KLOCK

Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI

Secretario de Finanças

SANDRA BALDO

Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 30 Abr 2011 (B)	Em 30 Jun 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	21.990.949,99	21.395.247,59	21.133.328,62
DEDUÇÕES (II)	19.805.306,94	26.334.623,06	28.945.690,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.080.742,27	27.125.918,71	29.825.429,42
Demais Haveres Financeiros	67.094,25	107.094,25	145.970,79
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	342.529,58	898.389,90	1.025.709,94
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.185.643,05	-4.939.375,47	-7.812.361,65
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	2.185.643,05	-4.939.375,47	-7.812.361,65

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2011 (C - A)
VALOR	-2.872.986,18	-9.998.004,70

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	991.412,26

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 30 Abr 2011 (B)	Em 30 Jun 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	47.267.343,09	47.267.343,09	47.267.343,09
Passivo Atuarial	47.267.343,09	47.267.343,09	47.267.343,09
DEDUÇÕES (VIII)	57.203.422,19	58.784.354,45	59.959.890,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	791.274,13	28.994,99	49.968,87
Investimentos	56.412.148,06	58.755.359,46	59.909.921,52
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-9.936.079,10	-11.517.011,36	-12.692.547,30
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-9.936.079,10	-11.517.011,36	-12.692.547,30

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 25/07/2011

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	77.094.657,00	17.420.558,88	45.289.519,61	38.757.153,50
Receita Tributária	11.170.000,00	4.282.201,86	7.657.743,17	6.598.724,46
I.P.T.U.	2.822.000,00	2.157.262,12	2.410.202,68	2.157.481,76
I.S.S.	4.600.000,00	899.395,17	2.658.482,03	2.199.936,51
I.T.B.I.	992.000,00	240.438,16	622.792,51	539.849,81
I.R.R.F.	1.042.000,00	210.895,06	520.240,78	445.054,64
Outras Receitas Tributárias	1.714.000,00	774.211,35	1.446.025,17	1.256.401,74
Receita de Contribuição	8.637.990,00	1.556.529,88	3.981.903,16	3.534.636,85
Receitas Previdenciárias	6.798.285,00	1.166.189,75	2.920.739,38	2.783.192,93
Outras Contribuições	1.839.705,00	390.340,13	1.061.163,78	751.443,92
Receita Patrimonial Líquida	152.000,00	20.836,58	57.775,97	76.137,64
Receita Patrimonial	5.589.612,00	1.270.175,58	3.328.290,60	2.831.275,20
(-) Aplicações Financeiras	5.437.612,00	1.249.339,00	3.270.514,63	2.755.137,56
Transferências Correntes	53.702.889,00	10.983.473,68	31.959.179,77	26.856.194,44
F.P.M.	11.240.000,00	2.356.082,01	6.653.144,94	5.215.113,63
I.C.M.S.	22.800.000,00	4.431.586,94	13.229.586,43	11.684.389,58
Convênios	72.000,00	8.945,00	200.445,12	20.805,57
Outras Transferências Correntes	19.590.889,00	4.186.859,73	11.876.003,28	9.935.885,66
Demais Receitas Correntes	3.431.778,00	577.516,88	1.632.917,54	1.691.460,11
Dívida Ativa	605.100,00	115.567,95	287.471,01	287.573,81
Diversas Receitas Correntes	2.826.678,00	461.948,93	1.345.446,53	1.403.886,30
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.400.000,00	218.649,73	633.783,24	1.052.002,96
Operações de Crédito (III)	500.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	100.000,00	22.024,67	63.145,52	64.572,85
Alienação de Ativos (V)	50.000,00	0,00	95.870,00	0,00
Transferências de Capital	750.000,00	196.625,06	474.767,72	987.430,11
Convênios	0,00	116.120,00	116.120,00	700.500,00
Outras Transferências de Capital	750.000,00	80.505,06	358.647,72	286.930,11
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	750.000,00	196.625,06	474.767,72	987.430,11
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	77.844.657,00	17.617.183,94	45.764.287,33	39.744.583,61
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	67.311.597,94	12.588.144,46	31.690.147,18	28.990.344,41
Pessoal e Encargos Sociais	36.074.379,00	6.811.037,51	17.859.452,95	16.810.740,69
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.400.000,00	213.730,39	637.108,16	646.657,33
Outras Despesas Correntes	29.837.218,94	5.563.376,56	13.193.586,07	11.532.946,39
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	65.911.597,94	12.374.414,07	31.053.039,02	28.343.687,08
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	15.633.434,49	1.855.349,85	2.936.417,35	1.716.225,78
Investimentos	13.933.434,49	1.593.430,88	2.078.795,98	936.725,05
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.700.000,00	261.918,97	857.621,37	779.500,73
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	13.933.434,49	1.593.430,88	2.078.795,98	936.725,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	7.158.210,00	-	-	-

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	7.158.210,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	87.003.242,43	13.967.844,95	33.131.835,00	29.280.412,13
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-9.158.585,43	3.649.338,99	12.632.452,33	10.464.171,48
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.262.069,86	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.262.069,86	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-2.987.612,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 25/07/2011

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	41,75	342.487,83	-	342.529,58	-	58.835,97	2.913.134,54	10.791,40	2.007.334,01	953.845,10
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	267.954,68	0,00	267.954,68	0,00	58.835,97	2.061.084,86	3.003,44	1.333.404,47	783.512,92
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340,00	0,00	340,00	0,00
FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.101,10	0,00	62.024,27	71.076,83
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.900,00	0,00	0,00	0,00	7.900,00
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	0,00	12.769,56	0,00	12.769,56	0,00	0,00	25.694,17	0,00	22.778,17	2.916,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.935,97	0,00	0,00	24.060,98	26.874,99
SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA	0,00	825,06	0,00	825,06	0,00	0,00	3.390,02	0,00	2.453,10	936,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	37.314,51	0,00	37.314,51	0,00	0,00	35.644,56	767,13	31.113,77	3.763,66
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	56.878,39	0,00	56.878,39	0,00	0,00	9.159,57	79,42	7.806,98	1.273,17
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	0,00	3.093,56	0,00	3.093,56	0,00	0,00	1.190,00	550,20	639,80	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	99.989,92	0,00	99.989,92	0,00	0,00	1.217.701,86	0,00	793.970,67	423.731,19
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	7.485,68	0,00	7.485,68	0,00	0,00	714,00	591,51	122,49	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	39.963,14	0,00	39.963,14	0,00	0,00	531.606,20	0,09	366.913,33	164.692,78
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	0,00	3.760,35	0,00	3.760,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL	0,00	3.034,32	0,00	3.034,32	0,00	0,00	7.967,00	750,00	0,00	7.217,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	0,00	2.840,19	0,00	2.840,19	0,00	0,00	24.576,38	265,09	21.180,91	3.130,38
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA	0,00	4.085,38	0,00	4.085,38	0,00	0,00	3.781,90	3.482,01	299,89	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV	0,00	4.085,38	0,00	4.085,38	0,00	0,00	3.781,90	3.482,01	299,89	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA	41,75	12.177,97	0,00	12.219,72	0,00	0,00	112.520,99	26,58	91.125,78	21.368,63
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMS	41,75	12.177,97	0,00	12.219,72	0,00	0,00	112.520,99	26,58	91.125,78	21.368,63
FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.153,66	3.269,43	8.260,22	1.624,01
FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.153,66	3.269,43	8.260,22	1.624,01
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA	0,00	58.269,80	0,00	58.269,80	0,00	0,00	722.593,13	1.009,94	574.243,65	147.339,54
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	58.269,80	0,00	58.269,80	0,00	0,00	722.593,13	1.009,94	574.243,65	147.339,54
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	41,75	342.487,83	0,00	342.529,58	0,00	58.835,97	2.913.134,54	10.791,40	2.007.334,01	953.845,10

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 25/07/2011

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0ALEXANDRE GANASINI
Secretário de FinançasSANDRA BALDO
Coord Sistema Controle InternoWILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	57.704.300,00	57.704.300,00	34.087.897,90	59,07
Impostos	9.459.000,00	9.459.000,00	6.211.718,00	65,67
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.822.000,00	2.822.000,00	2.410.202,68	85,41
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	995.000,00	995.000,00	622.792,51	62,59
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	4.600.000,00	4.600.000,00	2.658.482,03	57,79
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	1.042.000,00	1.042.000,00	520.240,78	49,93
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	931.000,00	931.000,00	343.503,69	36,90
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	107.000,00	107.000,00	18.278,39	17,08
Dívida Ativa dos Impostos	464.000,00	464.000,00	190.142,91	40,98
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	360.000,00	360.000,00	135.082,39	37,52
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	47.314.300,00	47.314.300,00	27.532.676,21	58,19
Da União	14.214.300,00	14.214.300,00	8.415.491,49	59,20
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	14.050.000,00	14.050.000,00	8.316.430,97	59,19
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	14.300,00	14.300,00	957,70	6,70
Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L	150.000,00	150.000,00	98.102,82	65,40
Do Estado	33.100.000,00	33.100.000,00	19.117.184,72	57,76
Cota-Parte do ICMS	28.500.000,00	28.500.000,00	16.536.967,56	58,02
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	600.000,00	600.000,00	329.277,02	54,88
Cota-Parte do IPVA	4.000.000,00	4.000.000,00	2.250.940,14	56,27
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	2.534.066,00	2.534.066,00	1.202.800,59	47,47
Da União para o Município	2.260.834,00	2.260.834,00	1.045.282,00	46,23
Do Estado para o Município	273.232,00	273.232,00	157.518,59	57,65
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	33.159.763,00	33.159.763,00	19.409.641,08	58,53
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-9.462.860,00	-9.462.860,00	-5.506.522,09	58,19
TOTAL	83.935.269,00	83.935.269,00	49.193.817,48	58,61

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	11.060.161,00	12.794.261,00	5.510.853,79	43,07
Pessoal e Encargos Sociais	6.950.950,00	6.950.950,00	3.238.575,77	46,59
Outras Despesas Correntes	4.109.211,00	5.843.311,00	2.272.278,02	38,89
DESPESAS DE CAPITAL	942.000,00	1.016.000,00	21.987,03	2,16
Investimentos	942.000,00	1.016.000,00	21.987,03	2,16

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	942.000,00	1.016.000,00	21.987,03	2,16
Investimentos	942.000,00	1.016.000,00	21.987,03	2,16
TOTAL (IV)	12.002.161,00	13.810.261,00	5.532.840,82	40,06

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	12.002.161,00	13.810.261,00	5.532.840,82	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.352.066,00	3.596.066,00	1.217.245,48	22,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.534.066,00	2.778.066,00	803.558,09	14,52
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	818.000,00	818.000,00	413.687,39	7,48
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	8.650.095,00	10.214.195,00	4.315.595,34	78,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	446.795,82	659,88

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	12,66
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	3.722.741,00	3.945.741,00	1.447.568,23	26,16
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.574.195,00	9.159.295,00	3.938.834,84	71,19
Vigilância Sanitária	383.460,00	383.460,00	69.744,30	1,26
Vigilância Epidemiológica	321.765,00	321.765,00	76.693,45	1,39
TOTAL	12.002.161,00	13.810.261,00	5.532.840,82	100,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

VIDEIRA, 25/07/2011

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2011		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

VIDEIRA, 25/07/2011

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Município de VIDEIRA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	83.935.269,00	
Previsão Atualizada		—	86.635.269,00	
Receitas Realizadas		18.888.547,61	49.193.817,48	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.262.069,86	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	83.935.269,00	
Créditos Adicionais		—	6.167.973,43	
Dotação Atualizada		—	90.103.242,43	
Despesas Empenhadas		14.358.158,31	45.469.525,84	
Despesas Liquidadas		14.443.494,31	34.626.564,53	
Superavit Orçamentário		—	14.567.252,95	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		14.358.158,31	45.469.525,84	
Despesas Liquidadas		14.443.494,31	34.626.564,53	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			87.505.783,82	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.026.370,23	5.230.038,70	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		594.399,51	1.744.666,25	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.431.970,72	3.485.372,45	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		991.412,26	-9.998.004,70	-1.008,46
Resultado Primário		-2.987.612,00	12.632.452,33	-422,83
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	342.529,58	0,00	342.529,58	0,00
EXECUTIVO	342.529,58	0,00	342.529,58	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.971.970,51	10.791,40	2.007.334,01	953.845,10
EXECUTIVO	2.971.970,51	10.791,40	2.007.334,01	953.845,10
TOTAL:	3.314.500,09	10.791,40	2.349.863,59	953.845,10
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.934.119,14	25%	17,41
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.227.053,86	60%	58,46
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	500.000,00	
Despesa de Capital Líquida		2.936.417,35	12.697.017,14	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2011/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	6.335.265,00	5.146.323,00	3.928.988,00	77.424,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	6.335.265,00	5.146.323,00	3.928.988,00	77.424,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	95.870,00	-45.870,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	6.900,00	43.100,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.314.935,46	15,00	12,66

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 25/07/2011

 CRISTINA KLOCK
 Contadora CRC/SC 020534/O-0

 ALEXANDRE GANASINI
 Secretario de Finanças

 SANDRA BALDO
 Coord Sistema Controle Interno

 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Extrato do Contrato n. 0484/2011

Extrato do Contrato n. 0484/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIÃ FERNANDES DA ROCHA
CPF: 944.593.479-20
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARCILEI LUCIA ALANO CEOLLA
VIGÊNCIA: de 02 de junho de 2011 a 30 de junho de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Termo Aditivo n. 0089/2011

Extrato do Termo de Rescisão n. 0089/2011
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0509/11

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA ANDREA WELICZ LEONI
CPF: 736.648.809-78
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 05 de julho de 2011.

Extrato do Termo Aditivo n. 0090/2011

Extrato do Termo de Rescisão n. 0090/2011
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0078/11

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DEBORA LUCIA RIBEIRO
CPF: 006.167.439-71
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 05 de julho de 2011.

Decreto Nº 9.745/11

DECRETO Nº 9.745/11, DE 25 DE JULHO DE 2011.
Introduz alterações ao Regulamento do ISS.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art.72, VI, da lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º O inciso I, do artigo 37 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços - RISS/VDA-94, Decreto nº 4.118, de 31 de agosto de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37 - O Imposto Sobre Serviços deverá ser pago:
I - até o dia 25 do mês subsequente àquele em que ocorrer o fato gerador, quando o imposto:
a) for apurado pelo próprio Contribuinte;
b) for devido por responsabilidade tributária." (NR)

Art. 2º O inciso IX, do artigo 58 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços - RISS/VDA-94, Decreto nº 4.118, de 31 de agosto de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58 - Os Contribuintes do Imposto Sobre Serviços, em conformidade com os serviços que realizam, estão obrigados a entregar ao Departamento de Tributação da Secretaria de Finanças as seguintes informações fiscais:

()

IX - Declaração de Informações Fiscais - DIF, a ser preenchida

pelos contribuintes prestadores, tomadores e intermediários de serviços, a ser enviada ao órgão municipal competente através do site www.videira.sc.gov.br, até o dia 25 do mês subsequente." (NR)

Art. 3º Ficam revogados os incisos I, III, VII, do artigo 58 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços - RISS/VDA-94, Decreto nº 4.118 de 31 de agosto de 1994.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor a partir de 1º de setembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de julho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.582/11

LEI N.º 2.582/11, DE 26 DE JULHO DE 2011.

Fixa o piso salarial para os Profissionais do Magistério Municipal em observância ao determinado na Lei federal nº 11.738/2008 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado, em face à aplicação da Lei federal nº 11.738/2008, em R\$ 1.187,97 (um mil cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos) o piso salarial dos Profissionais do Magistério Público da educação básica, para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

§1º Por Profissionais do Magistério Público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, exercidas no âmbito das unidades escolares da educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima exigida pela legislação federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§2º O valor do piso referente as demais jornadas de trabalho será, no mínimo, proporcional ao valor mencionado no caput deste artigo.

Art. 2º Fica instituído o Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM, a ser pago aos Profissionais do Magistério Público da educação básica, correspondente a diferença apurada entre o valor atualmente fixado para o vencimento base contido no Anexo III da Lei municipal n. 128/95, na Lei n. 958/2001 e na Lei n. 2005/2008 e o valor do piso fixado pelo art. 1º desta Lei.

§1º A base de cálculo para a composição de todas as vantagens funcionais estabelecidas em Lei, será o vencimento base contido no Anexo III da Lei municipal n. 128/95, na Lei n. 958/2001 e na Lei n. 2005/2008 acrescido do Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM indicado no caput deste artigo.

§2º A fixação do piso e o pagamento do valor do Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM previsto neste artigo será retroativo a competência de janeiro de 2011.

Art. 3º Aos Profissionais do Magistério, contratados em caráter temporário, aplica-se o disposto nos artigos 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º As disposições relativas ao piso nacional de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos Profissionais do Magistério público da educação básica alcançadas pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e pela Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art. 5º Fica determinada a incidência da contribuição previdenciária para o INPREVID, relacionadas as contribuições efetuadas pelos servidores e pelo Município de Videira, sobre o Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM instituído por esta Lei.

Parágrafo Único O valor do Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM será utilizado para a composição da extração do valor dos proventos de aposentadoria calculados com base na Lei federal n. 10887/2004.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, ficando seus efeitos estabelecidos a partir de 01 de janeiro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de julho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Edital de Convocação Nº 066/11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 066/11

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital, comparecerem no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de tomarem posse no cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público nº 001/2008:

CONVOCADOS	CARGO	PORTARIA NOMEAÇÃO
1. LEANDRO TAVARES DA SILVA	AGENTE OPERACIONAL DE VIGILÂNCIA	0491/11, DE 26/07/2011
2. CLAUDECIR JACINTO DE OLIVEIRA	AGENTE OPERACIONAL DE VIGILÂNCIA	0492/11, DE 26/07/2011
3. MAIKON JOHN BERTO	AGENTE OPERACIONAL DE VIGILÂNCIA	0493/11, DE 26/07/2011
4. MÁRCIA CÁSSIA SOVIAU	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	0494/11, DE 26/07/2011

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;

- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica.

Obs: Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 26 de julho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Edital Processo Seletivo Nº 004/2011 - Magistério

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 004/2011 - MAGISTÉRIO

VIDEIRA/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2011

O Município de Videira - SC, torna público a abertura das inscrições ao PROCESSO SELETIVO para preenchimento de vagas das categorias funcionais constantes do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, a seguir relacionadas, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital.

1. DO CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

A realização do Processo seletivo seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Cronograma das Atividades	Período
1.1	Período de inscrições on line.	01/08/2011 a 31/08/2011
1.2	Prazo final para entrega do laudo médico dos candidatos portadores de Deficiência Física e candidatos que solicitarem condições especiais para realização das provas.	01/09/2011
1.3	Prazo final para confirmação das inscrições para todos os candidatos.	01/09/2011
1.4	Divulgação de edital com a listagem das inscrições deferidas e indeferidas de todos candidatos.	06/09/2011
1.4.1	Recursos contra o resultado das inscrições.	08, 09 e 12/09/2011
1.4.2	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições.	15/09/2011
1.5	Aplicação da prova objetiva escrita e da prova de títulos	02/10/2011

1.6	Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova escrita objetiva	02/10/2011 até 23h59m
1.6.1	Recursos quanto ao gabarito e questões da prova objetiva escrita	03, 04 e 05/10/2011
1.7	Divulgação do Gabarito Oficial	Após julgados os recursos
1.8	Classificação preliminar de todos os candidatos	Após julgados os recursos
1.8.1	Recursos contra a classificação preliminar	De três dias após publicação da classificação preliminar
1.9	Resultado da Classificação final	Após julgados os recursos

1.10. O cronograma acima poderá sofrer alterações, com base nas condições do tempo, intempéries, volume de inscrições e recursos acima da quantidade prevista, ou por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo.

2. DOS CARGOS E VAGAS

2.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário, para o período de 01 de janeiro à 31 de dezembro de 2012, das vagas atualmente existentes no nível inicial de cargos do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo e regime estatutário da Prefeitura Municipal de Videira e estão relacionados nos quadros a seguir:

QUADRO 01
CARGOS DE ESCOLARIDADE NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL IN-COMPLETO (8ª SÉRIE)

Código do Cargo	Cargo	Carga Horária semanal	Habilitação/Escolaridade	Tipos de Provas	Nº Vagas	Remuneração
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 h	Ensino Fundamental completo ou não (8ª série)	Escrita	1	R\$ 622,28

QUADRO 02
CARGOS DE ESCOLARIDADE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

Código do Cargo	Cargo	Carga Horária semanal	Habilitação/Escolaridade	Tipos de Provas	Nº Vagas	Remuneração
02	Especialista Educacional	40 h	Ensino Superior Completo e certificado de Especialista Educacional	Escrita e Títulos	1	R\$ 1.842,93
03	Bibliotecário	40 h	Ensino Superior Completo em Biblioteconomia e registro no órgão de classe competente	Escrita e títulos	CR	R\$ 1.842,93

QUADRO 03
CARGOS DE ESCOLARIDADE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO - PROFESSORES

Código do Cargo	Cargo Professores	Carga Horária semanal	Habilitação/Escolaridade	Tipos Provas	Nº Vagas
04	Professor de Educação Infantil 0 a 5 anos (HABILITADO)	40 h	Curso superior: Licenciatura plena em Pedagogia, Normal Superior, Educação Infantil e ou series iniciais	Escrita e títulos	1
05	Professor de Educação Infantil 0 a 5 anos (NÃO - HABILITADO)	40 h	Magistério Completo ou frequentando a 5ª Fase de Licenciatura plena em Pedagogia, Normal Superior, Educação Infantil e ou series iniciais	Escrita e títulos	CR
06	Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1º ao 5º ano (HABILITADO)	40 h	Curso superior: Licenciatura plena em Pedagogia, Normal Superior, Educação Infantil e ou series iniciais	Escrita e títulos	1
07	Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1º ao 5º ano (NÃO HABILITADO)	40 h	Magistério Completo ou frequentando a 5ª Fase de Licenciatura plena em Pedagogia, Normal Superior, Educação Infantil e ou series iniciais	Escrita e títulos	CR
08	Professor de Ensino Fundamental Séries finais Língua Portuguesa 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO)	40 h	Curso Superior: Licenciatura Plena em Letras	Escrita e títulos	1
09	Professor de Ensino Fundamental Séries Finais - Língua Portuguesa 6º ao 9º ano/serie (NÃO - HABILITADO)	40 h	Frequentando a 5ª fase de Licenciatura em Letras	Escrita e títulos	CR
10	Professor de Ensino Fundamental Séries Finais Matemática 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO)	40 h	Curso Superior: Licenciatura Plena em Matemática	Escrita e títulos	1
11	Professor de Ensino Fundamental Séries Finais Matemática 6º ao 9º ano/serie (NÃO - HABILITADO)	40 h	Frequentando a 5ª fase de Licenciatura em Matemática	Escrita e títulos	CR
12	Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Educação Física (HABILITADO)	40 h	Curso Superior: Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no CREF	Escrita e títulos	1

13	Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Educação Física (NÃO - HABILITADO)	40 h	Frequentando a 5ª fase de Educação Física	Escrita e títulos	CR
14	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Ciências 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO)	40 h	Curso Superior: Licenciatura Plena em Biologia ou Ciências Naturais	Escrita e títulos	1
15	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Ciências 6º ao 9º ano/serie (NÃO - HABILITADO)	40 h	Frequentando a 5ª fase de Licenciatura em Biologia ou Ciências Naturais	Escrita e títulos	CR
16	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Língua Inglesa 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO)	40 h	Curso Superior: Licenciatura Plena em Letras/Inglês	Escrita e títulos	1
17	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Língua Inglesa 6º ao 9º ano/serie (NÃO - HABILITADO)	40 h	Frequentando a 5ª fase de Licenciatura em Letrs/Inglês	Escrita e títulos	CR
18	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Geografia 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO)	40 h	Curso Superior: Licenciatura Plena em Geografia	Escrita e títulos	1
19	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Geografia 6º ao 9º ano/serie (NÃO - HABILITADO)	40 h	Frequentando a 5ª fase de Licenciatura em Geografia	Escrita e títulos	CR
20	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de História 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO)	40 h	Curso Superior: Licenciatura Plena em História	Escrita e títulos	1
21	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de História 6º ao 9º ano/serie (NÃO - HABILITADO)	40 h	Frequentando a 5ª fase de Licenciatura em História	Escrita e títulos	CR

22	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Ensino Religioso 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO)	40 h	Curso Superior: Licenciatura Plena em Letras/Italiano	Escrita e títulos	1
23	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Ensino Religioso 6º ao 9º ano/serie (NÃO - HABILITADO)	40 h	Frequentando a 5ª fase de Licenciatura em Letras/Italiano	Escrita e títulos	CR
24	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Artes 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO)	40 h	Curso Superior: Licenciatura Plena em Artes	Escrita e títulos	1
25	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Artes 6º ao 9º ano/serie (NÃO - HABILITADO)	40 h	Frequentando a 5ª fase de Licenciatura em Artes	Escrita e títulos	CR

* Os cargos de professores não-habilitados ficarão em cadastro de reserva (CR), sendo que após convocação de todos os professores habilitados aprovados, serão convocados os não-habilitados para preencherem as vagas.

2.2. DA REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROFESSOR

2.2.1. A remuneração será proporcional ao número de horas trabalhadas e as vagas serão oferecidas em módulos de 10, 20, 30 e 40 horas semanais, com remuneração conforme quadro a seguir:

CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO R\$
Professor 40h	Habilitado 1.470,91 Não-habilitado 1.187,97
Professor 20h	Habilitado 735,46 Não-habilitado 593,98

2.3. Os candidatos aos cargos de Especialista Educacional e Bibliotecário Quadro 02 e Professor Quadro 03, se submeterão a Prova Escrita Objetiva e Prova de Títulos, de caráter classificatório e eliminatório, os demais cargos se submeterão apenas a prova escrita objetiva.

2.3.1. Só serão avaliados os títulos dos candidatos que atingirem a nota mínima de 2,00 na prova escrita.

2.4. O período de contratação dos candidatos classificados nos cargos do Processo Seletivo será válido de 01 de janeiro à 31 de dezembro de 2012.

2.5. O Município de Videira - SC reserva-se no direito de admitir o número total ou parcial dos candidatos aprovados em relação às vagas quantificadas nas tabelas acima, bem como poderá ampliar o número de vagas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

2.6 A definição de conteúdos programáticos e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I e VII do presente Edital.

2.7. DA ESCOLHA DE VAGAS DOS CARGOS PARA PROFESSOR

2.7.1. A divulgação da data e horário para escolha de vagas que

será presencial, será publicada através de edital de convocação próprio, no órgão oficial de publicação do Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br, no mural da Secretaria Municipal de Educação, na imprensa local e no site www.lutzconcursos.com.br após publicação do resultado oficial.

2.7.2. Os candidatos ao cargo de Professor classificados no Processo Seletivo poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades do Município de Videira.

2.7.3. Ao ser chamado o candidato poderá aceitar a vaga ou aguardar próxima chamada, permanecendo na mesma classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

2.7.4. No ato da escolha de vagas, serão chamados os candidatos presentes, caso estes não aceitem a vaga, será continuada a lista dos habilitados, e posteriormente, dos não habilitados.

2.7.5. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

2.7.6. Em caso de necessidade de contratação no decorrer do ano letivo, a lista será iniciada novamente pelos habilitados.

2.7.7. A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

2.7.8. O candidato deverá, em caso de alteração de endereço e/ou telefone constante na inscrição, encaminhar documento à Secretaria Municipal de Educação, pois as chamadas para as vagas subsequentes a chamada inicial serão feitas através dos números telefônicos.

2.7.8.1. A atualização cadastral deve ser feita por escrito e assinada pelo candidato e encaminhada à Secretaria Municipal de Educação. A Secretaria Municipal de Educação não assumirá qualquer responsabilidade decorrente da não localização de candidato que mudou e não promoveu sua atualização de endereço ou que não informou mudança de número de telefone;

2.7.9. O candidato terá 2 (dois) dias, considerando-se os dias úteis, para se apresentar na unidade escolar para assumir as aulas da vaga escolhida. Passado o prazo, fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresentar no prazo determinado será excluído do Processo seletivo.

3. CAPÍTULO II – DAS INSCRIÇÕES

3.1 - É de inteira responsabilidade do candidato, antes de efetuar a inscrição, ler o presente edital, editais complementares ou de retificação, caso existam, para conhecer todas as determinações relacionadas para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e assumir o cargo, caso seja aprovado e convocado.

3.2 - Período de inscrição: Serão realizadas pela Internet através do site www.lutzconcursos.com.br no período de 01 a 31.08.2011 – através da remessa da Ficha de Inscrição – constante do anexo V deste Edital, para o e-mail concursos@lutzconcursos.com.br

3.3 - Taxa de inscrição: Por tratar-se de Processo Seletivo, o município de Videira não cobrará taxa de inscrição.

3.4 - Procedimentos para Inscrição: As inscrições serão realizadas através da internet, no endereço eletrônico www.lutzconcursos.com.br, onde o candidato obterá o Formulário – Ficha de Inscrição – no anexo V, o qual deverá ser preenchido e remetido para o e-mail – concursos@lutzconcursos.com.br, durante o período das inscrições que acontecerá no período de 01 a 31.08.2011.

3.4.1. - O candidato que não possui acesso à internet poderá fazer a inscrição na Secretaria Municipal de Educação, Setor de Administração, sito à Rua Saul Brandalise, nº 519 no Centro da cidade

de Videira, de segundas às sextas-feiras, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30.

3.4.1.1 – Neste caso, o funcionário responsável pela inscrição ficará com uma via e dará recebimento na via do candidato.

3.4.2 - No endereço eletrônico (sitio) www.lutzconcursos.com.br, opção CONCURSOS, opção Prefeitura Municipal de Videira, o candidato deverá, inicialmente, acessar o edital de abertura do certame e conhecê-lo integralmente, para depois preencher integralmente a Ficha de Inscrição que está no anexo V do Edital e remetê-la para o e-mail concursos@lutzconcursos.com.br

3.4.2.1 – Recebido o e-mail contendo a Ficha de Inscrição anexa, a LUTZ – Cursos e Concursos responderá o e-mail confirmando o recebimento da inscrição, e este será o documento hábil que terá o candidato para adentrar ao recinto da realização das provas, juntamente com um documento com foto, preferencialmente a Carteira de Identidade.

3.5 - O candidato portador de necessidades especiais, que solicitar atendimento diferenciado para realização da prova objetiva, deverá encaminhar à LUTZ – Cursos e Concursos, sito à Rua Padre Francisco Spaeth, 151, Bairro Santana, Rio do Sul/SC, CEP 89160-000, via SEDEX, para segurança do Candidato, dentro do período de inscrições, laudo médico - MODELO PRÓPRIO ESTÁ NO ANEXO IV DESTE EDITAL - atestando a espécie e o grau de deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID. Deverá ainda, na sua inscrição, declarar o tipo de deficiência e as necessidades especiais para a realização da prova objetiva. Não serão atendidos pedidos de atendimento especial para aplicação de provas em outro local, em outra data ou outro horário, diferentes do estabelecido neste edital. Não será necessário o encaminhamento de laudo médico no caso de atendimento especial que não modifique os padrões normais e comuns para aplicação e execução da prova objetiva, que são: amamentação, gestante, canhoto e obesidade.

3.5.1 - A não solicitação de atendimento especial no momento da inscrição e/ou a falta de cumprimento do disposto no subitem 2.5, desobriga a LUTZ – Cursos e Concursos de prestar o atendimento especial ao candidato, ficando este em igualdade de condições dos demais candidatos.

3.6 - Instruções e informações complementares acerca do processo seletivo (inscrições, realização das provas, editais e outras) poderão ser acessadas via INTERNET no endereço eletrônico www.lutzconcursos.com.br, com opção de leitura e impressão.

3.7 - Da validação da inscrição: Só será considerada inscrição válida no PROCESSO SELETIVO aquela que cumprir integralmente as instruções do item 2.4

3.8. – O candidato poderá inscrever-se somente para um cargo.

3.8.1 - A homologação das inscrições, pelo órgão promotor do processo seletivo, se dará após o seu encerramento, através da divulgação de listas específicas contendo: nome do candidato, cargo a que concorre, número de inscrição.

3.9 - A LUTZ - Cursos e Concursos, bem como a Prefeitura Municipal de Videira - SC, não se responsabilizam por inscrições que não cumprirem integralmente as etapas especificadas neste Edital, seja por motivo pelo motivo de recebimento da Ficha de Inscrição fora do prazo, por falhas de ordem técnica em computadores, falhas na comunicação via internet, congestionamento de linhas de comunicação, falhas nas transmissões, perda de dados, incorreções no preenchimento da Ficha de Inscrição do processo seletivo, sobrecarga no atendimento a candidatos que deixarem para inscrever-se de última hora ou qualquer outro fator de ordem técnica.

3.10 - O candidato, ao efetivar sua inscrição assume inteira responsabilidade pelas informações que fizer constar no formulário de inscrição, sob as penas da lei. Declarações falsas ou inexatas dos dados constantes do formulário de inscrição determinarão o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, podendo o candidato responder às consequências legais.

3.11 - Uma vez efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de cargo, cancelamento, exceto quanto à mudança de endereço do candidato.

3.12 - O candidato será responsável pela conferência dos seus dados impressos no documento de Homologação da inscrição. Na hipótese da verificação de divergências, o candidato deverá apontá-las através de expediente escrito e dirigido à LUTZ – Cursos e Concursos, cujo endereço encontra-se no site www.lutzconcursos.com.br indicando os dados que devem ser alterados, exceto o cargo a que concorre.

3.13 - Poderá ser exigida identificação especial ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador. Uma vez que o candidato não comprove satisfatoriamente a sua identificação, este estará impedido de participar das provas e demais etapas que requeiram tal identificação.

3.14 - Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias em conjunto com outro documento que contenha fotografia e o identifique.

3.15 - É vedada a inscrição condicional, com falta de documentos ou por qualquer outro meio diferente dos especificados neste Edital.

3.16 - A solicitação de condições especiais será atendida dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade. A não solicitação de condições especiais no ato da inscrição implica a sua não-concessão no dia da realização das provas.

3.17 - Inscrição por procuração: considerando a realização da inscrição através da internet, não serão aceitas inscrições por procuração.

CAPÍTULO IV - DO CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

4.1 - Às pessoas portadoras de deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, é assegurado o direito de inscrição no presente PROCESSO SELETIVO desde que a deficiência de que são portadoras seja compatível com as atribuições do cargo em provimento.

4.2 - Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, serão reservados aos portadores de deficiência 5% (cinco por cento) do número de vagas oferecidas para cada Cargo.

4.3 - Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99 e alterações.

4.4 - As pessoas portadoras de deficiência participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.5 - O candidato inscrito como portador de deficiência deverá encaminhar à LUTZ – Cursos e Concursos, sito à Rua Padre Francisco Spaeth, 151, Bairro Santana, Rio do Sul/SC, CEP 89160-000, via SEDEX, para segurança do Candidato, dentro do período de inscrições, laudo médico, conforme modelo no Anexo III deste Edital, atestando a espécie, o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação da sua prova.

4.5.1 - Os candidatos que necessitem de condições especiais para a realização de provas deverão mencionar, em declaração, indicando as condições especiais que necessitam para a realização das provas. A decisão desses requerimentos caberá à Comissão de PROCESSO SELETIVO que poderá solicitar documentos ou exames para fins de comprovação das condições do candidato.

4.5.2 – Não serão conhecidos os atestados médicos nem os pedidos de provas especiais que não forem postados nos correios até o último dia das inscrições.

4.6 - Os candidatos que não atenderem os dispositivos mencionados neste Edital, dentro do prazo do período das inscrições, serão considerados como não portadores de deficiência e não terão a prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado, estando impossibilitados de realizar a prova em condições especiais.

4.7 - O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição, não declarar essa condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

4.8 - Não será contratado o candidato cuja deficiência não for configurada ou quando esta for considerada incompatível com a função a ser desempenhada.

4.9 - As inscrições que cumprirem os requisitos aqui exigidos serão homologadas.

4.10 - O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, até a data limite para a realização das inscrições.

4.11 - Os candidatos portadores de necessidades especiais, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma junta médica oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

4.12 - O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de necessidades especiais, se aprovado no PROCESSO SELETIVO, figurará na listagem específica de classificação de candidatos portadores de necessidades especiais – PNE, se conseguir a nota mínima para a provação e dentro do número de vagas reservadas para portadores de necessidades especiais.

CAPÍTULO V - CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DO CARGO (POSSE)

5.1. Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

5.3. Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

5.4. Ter nível de escolaridade, capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;

5.5. Idade mínima de 18 (dezoito) anos (a serem completados até a data da posse);

5.6. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo, expedido pelo S.E.S.M.T (Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho) da Prefeitura municipal;

5.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no

ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador do Estado do Santa Catarina;

5.8. Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, bem como do não-recebimento de proventos decorrentes de inatividade em cargos não-cumuláveis;

5.9. Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo Fórum;

5.10. Carteira de saúde;

5.11. Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

5.12. Atender a todos os requisitos da legislação municipal pertinente para a investidura em cargo público;

5.12.1. Demais documentos exigidos em lei.

5.13. PARA OS CARGOS DE PROFESSOR - HABILITADOS

5.13.1 Para os cargos de Professor apresentar ainda os seguintes documentos:

a) Estar legalmente habilitado para o exercício do magistério para atuar na Educação Infantil; nas séries iniciais do Ensino Fundamental; ter habilitação específica nas disciplinas de inscrição, nas séries finais do Ensino Fundamental;

b) O candidato que apresentar certidão de colação de grau, deverá, obrigatoriamente no dia da posse, apresentar o original e fotocópia do diploma de conclusão do curso.

c) O candidato que não apresentar no dia da posse o diploma de conclusão do curso receberá seus vencimentos como não-habilitado.

d) Estar registrado no Conselho Regional de Educação Física CREF para atuar na disciplina de Educação Física;

5.13.2. O candidato que se inscrever para o cargo de Professor Habilitado e no dia da posse não apresentar diploma de conclusão de curso, habilitação para o cargo o qual se inscreveu, não poderá assumir a vaga e passará para o final da lista de Professor Não-Habilitado.

5.14. PARA OS CARGOS DE PROFESSOR - NÃO HABILITADOS

5.14.1. Apresentar os seguintes documentos

a) Certificado de conclusão de Magistério – nível médio;

b) Atestado de que está cursando no mínimo a 5ª fase do curso de graduação em Pedagogia e ou Normal Superior (com certificado de formação anual e ou semestral);

c) Atestado de que está cursando no mínimo a 5ª fase do curso de Licenciatura específica na disciplina de inscrição;

CAPÍTULO VI – DO REGIME EMPREGATÍCIO

6.1 - Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas do Processo Seletivo serão admitidos sob o regime Administrativo, conforme Lei nº 2369/10 e alterações.

CAPÍTULO VII – DAS PROVAS

7.1 - A Realização das Provas obedecerá aos seguintes critérios:

7.1.1 - A Prova Escrita terá a duração de até 03 (três) horas. O caderno de prova somente será liberado depois de 2:00 horas do início da mesma.

7.1.2 - Não haverá provas fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes.

7.1.3 - O Gabarito das provas será publicado até às 19:00 horas do dia da aplicação das mesmas.

7.1.4 - Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 45 (quarenta e cinco) minutos ao local das provas, munidos de caneta esferográfica azul ou preta.

7.1.5 - O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade que originou a

inscrição e documento de inscrição no Concurso, entregue quando do ato de inscrição.

7.1.6 - Não será admitido às provas o candidato que se apresentar após o horário estabelecido e em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

7.1.7 - No recinto de provas não será permitida a utilização de equipamentos de rádio tipo “walk-man” ou similar, bem como o uso de telefone celular, máquina calculadora ou qualquer outro aparelho, bem como folha de rascunho.

7.1.8 - O caderno de questões é o espaço pelo qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO na GRADE DE RESPOSTAS.

7.1.9 - Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

7.1.10 - Na realização da prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las.

7.1.11 - O candidato deverá preencher o Cartão Resposta cobrindo inteiramente com caneta esferográfica, tinta azul ou preta, o espaço correspondente à alternativa escolhida. O Cartão Resposta será o único documento válido para efeito de correção da prova, que deverá ser devolvido obrigatoriamente ao final da prova, devendo o mesmo ser colocado dentro do envelope que se encontra sobre a mesa.

7.1.12 - Em nenhuma hipótese haverá substituição do Cartão Resposta por erro do candidato.

7.1.13 - Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco.

7.1.14 - O candidato, ao terminar a prova objetiva, colocará o seu cartão resposta dentro do envelope, disponível sobre a mesa, sem auxílio de fiscais.

7.1.15 - Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de assinarem o lacre do envelope das provas, juntamente com os fiscais.

7.2 - Será excluído do Concurso o candidato que:

- Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

- Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;

- Usar telefone celular nas dependências dos locais das provas, ou qualquer outro meio de comunicação;

- Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;

- Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

7.3 - A candidata que necessitar amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. Não haverá compensação do tempo de amamentação ao tempo de prova da candidata.

7.4 - O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de auxílio de outra(s) pessoa(s) para sua locomoção e acomodação para realizar as provas, deverá providenciar acompanhante(s) que o auxiliarão em todo o processo, sempre mediante consentimento e orientação da comissão organizadora do Processo Seletivo.

7.5 - Para todos os cargos, o Processo Seletivo constará de PROVA ESCRITA, de caráter eliminatório/classificatório, em primeira etapa, com questões objetivas, de múltipla escolha, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.

7.6 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem 25% (vinte e cinco por cento) ou mais na nota final da prova escrita. O candidato que obtiver nota inferior estará automaticamente eliminado.

7.7. Os candidatos aos cargos de ESPECIALISTA EDUCACIONAL, BIBLIOTECÁRIO E PROFESSOR se submeterão a prova de títulos, desde que tenham atingido a nota mínima exigida na prova escrita objetiva, ou seja, nota 2,00 ou mais.

7.7.1. OS PORTÕES FECHAM 8h15 minutos, após esse horário ninguém poderá entrar na escola.

7.8 – DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA

7.9 - A prova escrita objetiva será realizada no dia 02 de outubro de 2011, com início as 8h30m (oito horas e trinta minutos) e término as 11h30m (onze horas e trinta minutos).

7.9.1. A prova escrita objetiva será realizada nas dependências das Escola Básica de Educação Municipal Prefeito Paulo Fioravante Penso, Rua Saul Brandalise, 1656,, Bairro II Pinheiros- Videira SC e Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Waldemar Kleinubing, Rua Frederico Bortolaz, 50, Bairro Floresta- Videira- SC.

7.9.1.2. A distribuição dos cargos por escola será da seguinte forma:

a) E.E.B.M. Prefeito Waldemar Kleinubing;

Nº Cargo	E.E.B.M. Prefeito Waldemar Kleinubing
01	02 de outubro de 2011, com chegada as 8h15min
	Auxiliar de Serviços Gerais

b) E.E.B.M. Prefeito Paulo Fioravante Penso;

Nº Cargo	EEBM Prefeito Paulo Fioravante Penso
02	02 de outubro de 2011, com chegada as 8h15m
03	Especialista Educacional
04 e 05	Bibliotecário
06 e 07	Professor de Educação Infantil 0 a 5 anos (HABILITADO e não-habilitado)
08 e 09	Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1º ao 5º ano (HABILITADO e não HABILITADO)
10 e 11	Professor de Ensino Fundamental Séries finais Língua Portuguesa 6º ao 9º ano/série (HABILITADO e não habilitado)
12 e 13	Professor de Ensino Fundamental Séries Finais Matemática 6º ao 9º ano/série (HABILITADO e não habilitado)
14 e 15	Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Educação Física (HABILITADO e não habilitado)
16 e 17	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Ciências 6º ao 9º ano/série (HABILITADO e não habilitado)
18 e 19	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Língua Inglesa 6º ao 9º ano/série (HABILITADO e não-habilitado)
20 e 21	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Geografia 6º ao 9º ano/série (HABILITADO e não habilitado)
22 e 23	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de História 6º ao 9º ano/série (HABILITADO e não-habilitado)
	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Ensino Religioso 6º ao 9º ano/série (HABILITADO e não habilitado)

24 e 25	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Artes 6º ao 9º ano/série (HABILITADO e não habilitado)
---------	---

7.9.2 - As provas OBJETIVAS terão 25 (vinte) questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, e abrangerão as seguintes disciplinas:

7.9.2.1 – Cargos COM provas de Conhecimentos Específicos. – (todos, exceto os cargos que não tenham prova de conhecimentos específicos.

Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação Máxima
Língua Portuguesa	05	25	0,40	10,0
Conhecimentos Gerais	05			
Conhecimentos Específicos	15			

7.9.2.2 – Cargos SEM Provas de Conhecimentos Específicos, - De Nível, Fundamental

- Auxiliar de Serviços Gerais ;	- Para estes cargos não haverá provas de conhecimentos específicos. - Serão 20 questões sobre os conteúdos constantes do Anexo I deste Edital, de acordo como grau de escolaridade exigido para o cargo, (assim distribuídos: 10 (vinte) questões de Língua Portuguesa, e 10 (dez) de Conhecimentos Gerais, valendo cada uma delas 0,50 pontos.
---------------------------------	--

7.9.2.3 - Os conteúdos programáticos encontram-se nos anexos I e II deste Edital.

7.10 - DA PROVA DE TÍTULOS:

7.10.1. A prova de títulos será realizada no 02/10/2011, no mesmo local da prova escrita, na Escola de Educação Básica Municipal Paulo Fioravante Penso, conforme os candidatos forem terminando a prova escrita.

7.10.1.1. Haverá na escola uma central recebedora dos títulos e o candidato deverá, ao terminar a prova escrita, dirigir-se à central para protocolar seus títulos.

7.10.2. Serão submetidos à prova de títulos todos os candidatos inscritos nos cargos de Especialista Educacional, Bibliotecário e Professor.

7.10.3. Todos os candidatos inscritos nos cargos de Especialista Educacional, Bibliotecário e Professor, devem comparecer a prova de títulos e serão atendidos de acordo com a ordem de chegada, devendo assinar a lista de presença e permanecer em fila.

7.10.4. Os títulos não serão aceitos em outro dia, local e horário, que não o especificado neste edital.

7.10.5. A prova de títulos de caráter classificatório, consistirá na valorização de títulos de formação profissional, obtidos até a data do encerramento das inscrições, que serão valorizados conforme o quadro abaixo:

TÍTULO NA ÁREA	PONTOS	VALOR MÁXIMO
Especialização na área	1,0 ponto	1,00 ponto
Mestrado na área	1,5 pontos	1,50 pontos
Cursos de aperfeiçoamento na área de atuação. (máximo 100 horas) e mínimo de 20 (vinte) horas realizados no período de 01/01/2009 a 30/09/2011	0,50 pontos	0,50 pontos
TOTAL		2,00 PONTOS

7.10.5.1. Os candidatos aos cargos de Especialista Educacional, Bibliotecário e Professor deverão comparecer até as 12h00min para a prova de títulos, no mesmo dia e no mesmo local da prova escrita objetiva, para que seja assinado o formulário de conferência, anexo VI do edital.

7.10.5.2. Após esse horário não será admitida a entrada no recinto de prova, considerando-se 0,0 (zero) a pontuação dos títulos do candidato que não estiver presente ou não apresentar títulos.

7.10.6. Os títulos ainda poderão ser entregues por procuração, devendo ser apresentado documento de Identidade do procurador e entregue o instrumento de mandato outorgado através de instrumento público ou particular, contendo poder específico para a entrega dos títulos. Não há necessidade de reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com apresentação dos documentos indispensáveis à prova de títulos.

7.10.6.1. Os títulos deverão ser relacionados em formulário próprio para a Prova de Títulos (ver modelos anexo VI) que deverá ser OBRIGATORIAMENTE apresentado, preenchido em letra de forma legível, digitado ou datilografado, em duas vias, o qual será conferido e validado no local, sob pena de não serem avaliados os títulos.

7.10.7. A pontuação será preenchida posteriormente pela banca examinadora.

7.10.7.1. Será computado apenas um título por candidato. Título de maior valor exclui o de menor valor.

7.10.7.1.1. O candidato deverá apresentar uma fotocópia de cada título, bem como o título original, sendo que o encarregado do recebimento dos mesmos deverá conferir cada cópia apresentada com o título original para autenticação ou poderá ser apresentado através de cópia autenticada em cartório, dispensando a apresentação do título original.

7.10.7.2. Juntamente com os títulos, deverá ser apresentada relação dos mesmos, em formulário próprio, conforme modelo anexo VI deste Edital. Esta relação será preenchida em duas vias; destas, uma será devolvida ao candidato devidamente rubricada pelo encarregado pelo recebimento e a outra será encaminhada à Banca Avaliadora da empresa LUTZ Cursos e Concursos. Nesta relação deverão ser encaminhados apenas os títulos listados para entrega.

7.10.7.3. Na relação dos títulos, o candidato declarará expressamente o curso que possui, devendo anexar seu comprovante junto aos demais títulos.

7.10.7.4. Os títulos e respectiva relação serão entregues em envelope, devidamente identificado com seu nome, número de inscrição e cargo.

7.10.7.5. Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas, sob pena de não serem pontuados.

7.10.7.6. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

7.10.7.7. O formulário-modelo para relação dos títulos consta do Anexo VI deste Edital, sendo que cada título será considerado uma única vez.

7.10.7.8. Entregue a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

7.10.7.9. Constituem Títulos válidos para esse certame, os devidamente comprovados, concluídos até a data da inscrição e relacionados à área para a qual o candidato está se candidatando.

7.10.7.10. O(s) diploma(s) e/ou certificados dos títulos deverá (ão) ser expedido(s) por instituição oficial e/ou privada de ensino devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação, serão aceitos apenas um certificado de cada.

7.10.7.11. Para os que concluíram e ainda não possuem o diploma e/ou certificado, só serão aceitos atestados de conclusão de curso desde que em papel timbrado da instituição, com firma reconhecida do responsável e acompanhado do histórico escolar.

7.10.7.12. Não serão recebidos títulos fora do prazo, local e horário

estabelecido neste Edital, ou em desacordo com o disposto neste item.

7.10.7.13. Os documentos, em língua estrangeira, de cursos realizados, somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa, por tradutor juramentado e revalidados por instituição brasileira.

7.10.7.14. Não serão pontuados títulos relativos a quaisquer serviços prestados, remunerados ou não, inclusive tempo de serviço público ou privado, estágios ou monitorias. Uma vez entregues os títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos.

7.10.7.15. Não serão aceitos como comprovante de conclusão de qualquer curso, atestados de frequência, grade curricular e histórico escolar; Declarações de conclusão só serão aceitas mediante apresentação do conteúdo programático, carga horária e número do registro no órgão emissor.

7.10.7.16. Cursos de aperfeiçoamento sem carga horária definida não receberão pontuação.

7.10.7.17. Os títulos serão apenas conferidos e recebidos, a avaliação e pontuação será realizada posteriormente, em reunião interna na sede da empresa LUTZ Cursos e Concursos e por banca avaliadora/examinadora.

7.10.7.18. A banca somente avaliará os títulos dos candidatos habilitados na prova escrita objetiva, que atingirem no mínimo 20% da pontuação.

CAPÍTULO VIII - CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1 - Para efeitos de classificação final:

8.1.1 - A nota final, para efeito de classificação dos candidatos, será igual à soma das notas obtidas na prova escrita, prova de títulos, conforme aplicada ao cargo, da seguinte forma:

8.2 - Para Cargos somente com Prova Objetiva: A Prova objetiva terá peso 10. O resultado final será a nota da prova objetiva.

8.3 - Para cargos com Prova Objetiva e de Títulos: (Bibliotecário, Especialista Educacional e Professor)

8.3.1 - Prova Objetiva: Peso 8,00 (oito) - atribuindo-se à nota obtida o fator de multiplicação 0,8.

8.3.2 - Prova de Títulos: Até 2,00 (dois) pontos, conforme o Título apresentado.

8.3.3 - O Resultado Final será a soma das notas. (Prova Objetiva e de Títulos)

8.5- A lista final de classificação do Processo Seletivo apresentará apenas os candidatos aprovados por cargo.

8.6 - Os candidatos aprovados serão classificados na ordem decrescente dos pontos obtidos.

8.7 - Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas processar-se-á com os critérios estabelecidos no CAPÍTULO IX – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE.

CAPÍTULO IX - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em caso de empate nas notas das provas e para fins de classificação, como critério de desempate, terá preferência o candidato que:

I – possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;

II – possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos, se for o caso;

III – possuir maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;

IV – possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Gerais;

- V – possuir maior número de pontos na prova de Matemática;
 VI – possui maior número de pontos na prova de títulos, se for o caso;
 VII – o candidato mais velho.

CAPÍTULO X - DOS RECURSOS

10.1 - Serão admitidos recursos das seguintes fases:

- I – do presente edital;
 II – do não deferimento do pedido de inscrição;
 III – da formulação das questões;
 IV – da discordância com o gabarito das provas escritas;
 V – da classificação;
 VI – da homologação do resultado do processo seletivo;

10.2 - A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão no prazo de dois dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal.

10.3 - Os demais recursos, nos termos do modelo anexo a este Edital, deverão conter nome do candidato recorrente, número de inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura do mesmo, sua fundamentação, que deverá ser clara e objetiva e será dirigido à Empresa LUTZ – Cursos e Concursos, executora do Processo Seletivo, para a qual deverá ser encaminhado através do e-mail concursos@lutzconcursos.com.br e o prazo para tanto será de 02 (dois) dias úteis, excluído o dia da publicação, sendo os recursos:

- I - da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;
 II - dos gabaritos, para impugnação de questões formuladas. O pedido de revisão só poderá ser referente ao conteúdo das provas e/ou dos títulos.
 III - da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação, assim como para a revisão de sua própria prova e notas e para impugnar a homologação do resultado do PROCESSO SELETIVO.

10.4 - Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente, bem fundamentados, e encaminhados para o e-mail concursos@lutzconcursos.com.br

10.5 - Findo o prazo para recurso, o Processo Seletivo será homologado pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO XI - DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - A validade do processo seletivo será de 01 de janeiro à 31 de dezembro de 2012.

11.2 - A aprovação no PROCESSO SELETIVO não gera o direito à admissão, mas credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, de acordo com a necessidade do Município, obedecida a ordem de classificação, computadas as vagas existentes na data do edital, as que decorrerem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.

11.3 - A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Edital de Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor.

11.6 - Caberá à Empresa Organizadora do Processo Seletivo a anulação de questões.

11.7 - Serão publicados os resultados dos candidatos habilitados que atingirem a nota mínima exigida para cada uma das provas.

11.8 - É vedada a inscrição neste PROCESSO SELETIVO de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo e Examinadora. Será destituído da Comissão, se constatado em qualquer fase do Processo Seletivo, o membro que tiver relações de parentesco (ascendentes, descendentes, cônjuges e afins, bem como parentes até 2º grau) com os candidatos, sob pena de anulação do processo seletivo.

11.9 - O membro da Comissão Examinadora, no caso previsto no Parágrafo anterior, deverá declarar-se impedido, sob pena de incorrer em descumprimento de dever funcional.

11.10 - Os membros da Comissão de Processo Seletivo e Examinadora não poderão estar inscritos no PROCESSO SELETIVO de que fizerem parte.

11.11 - A guarda dos Cartões Respostas deste PROCESSO SELETIVO ficará sob responsabilidade da Empresa Lutz - Cursos, Concursos Assessoria e Projetos Técnicos Ltda, por um período de 06 meses após a homologação do resultado final, quando serão incinerados.

11.12 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo, que se necessário provocará a empresa executora do PROCESSO SELETIVO.

Videira, em 26 de julho de 2011.

WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

ANEXO I

Conteúdos Gerais - Programáticos para as Provas – ENSINO FUNDAMENTAL

Disciplina	Conteúdos
Língua Portuguesa	Morfologia, Fonética, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Formação de Palavras. Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Uso dos Porquês.
Matemática	Número e problemas, envolvendo as 04 operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Juros simples
Conhecimentos Gerais	Atualidades do Brasil e de Santa Catarina, História e Geografia do Brasil e de Santa Catarina, Histórico Municipal. (aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos e populacionais do município).

NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

Conteúdos Programáticos para as Provas - Comuns a todos os Cargos

Disciplina	Conteúdos
Língua Portuguesa	Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia; Semântica. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem.
Matemática	(Número, álgebra, geometria, medidas e estatística) Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral.
Conhecimentos Gerais	Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei 3.443 de 08.02.02) e Lei Orgânica do Município de Videira, História e Geografia do Santa Catarina e do Brasil. Conhecimentos Gerais do Santa Catarina e do Brasil. Aspectos Históricos, Geográficos, políticos, sociais e econômicos do Município de Videira

ANEXO II

Conteúdos Programáticos Específicos

Cargo	Conteúdos Programáticos Específicos
Professor de Ciências	<p>CONTEÚDOS GERAIS DA EDUCAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento - Didática Geral; - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - PPP – Plano Político Pedagógico da escola - Constituição Federal, na parte referente a Educação - ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Temas transversais ou multidisciplinares - PCN - Estudos Temáticos - História da Educação e da Pedagogia - Sociologia da Educação - Filosofia da Educação. - Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 - Metodologia das Disciplinas - Atualidades dentro da área educacional; <p>CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visão Geral e origem da vida; - Citologia - Citoplasma - Metabolismo energético das células - Células; - Reprodução Histologia animal - Genética - Ecologia

Professor Educação Física	<p>CONTEÚDOS GERAIS DA EDUCAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento - Didática Geral; - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - PPP – Plano Político Pedagógico da escola - Constituição Federal, na parte referente a Educação - ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Temas transversais ou multidisciplinares - PCN - Estudos Temáticos - História da Educação e da Pedagogia - Sociologia da Educação - Filosofia da Educação. - Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 - Metodologia das Disciplinas - Atualidades dentro da área educacional; <p>1. História da Educação Física no Brasil</p> <p>2. Didática da Educação Física</p> <p>3. Psicologia da Aprendizagem</p> <p>4. Sociologia do Esporte</p> <p>5. Noções de Fisiologia, Anatomia, Cinesiologia e Desenvolvimento Motor Aplicado à Educação Física</p> <p>6. Noções do Treinamento Desportivo</p> <p>7. Metodologia do Ensino de Educação Física</p> <p>8. Metodologia do Ensino dos Esportes:</p> <p>a) Voleibol</p> <p>b) Basquetebol</p> <p>c) Handebol</p> <p>d) Futebol</p> <p>e) Futsal</p> <p>f) Natação</p> <p>g) Atletismo – Saltos, Corridas, Arremessos e Lançamentos.</p> <p>Conteúdo Programático: A Educação Física no currículo escolar. A história da Educação Física. Métodos e técnicas da Educação Física. Didática específica da Educação Física. Educação Física e Aprendizagem social. Educação Física e contexto social. As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal. Educação Física Escolar, crescimento e desenvolvimento: diferentes abordagens. Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Recreação e lazer: conceito e finalidades. Noções de Fisiologia do exercício. A Educação Física e os parâmetros curriculares. Educação Física, Inclusão e Diversidade. Concepção histórico social da criança. Jogos e brincadeiras na educação infantil. Educação Psicomotora e as fases do desenvolvimento infantil.</p>	<p>Professor de Geo- grafia</p> <p>CONTEÚDOS GERAIS DA EDUCAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento - Didática Geral; - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - PPP – Plano Político Pedagógico da escola - Constituição Federal, na parte referente a Educação - ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Temas transversais ou multidisciplinares - PCN - Estudos Temáticos - História da Educação e da Pedagogia - Sociologia da Educação - Filosofia da Educação. - Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 - Metodologia das Disciplinas - Atualidades dentro da área educacional; <p>Geografia de Santa Catarina, do Brasil e Geral</p> <p>Professor Artes</p> <p>CONTEÚDOS GERAIS DA EDUCAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento - Didática Geral; - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - PPP – Plano Político Pedagógico da escola - Constituição Federal, na parte referente a Educação - ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Temas transversais ou multidisciplinares - PCN - Estudos Temáticos - História da Educação e da Pedagogia - Sociologia da Educação - Filosofia da Educação. - Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 - Metodologia das Disciplinas - Atualidades dentro da área educacional; <ul style="list-style-type: none"> - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Correntes - Correlação das Artes com as demais disciplinas; - Metodologias utilizadas pelas Artes para formação do homem. <p>Professor História</p> <p>CONTEÚDOS GERAIS DA EDUCAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento - Didática Geral; - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - PPP – Plano Político Pedagógico da escola - Constituição Federal, na parte referente a Educação - ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Temas transversais ou multidisciplinares - PCN - Estudos Temáticos - História da Educação e da Pedagogia - Sociologia da Educação - Filosofia da Educação. - Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 - Metodologia das Disciplinas - Atualidades dentro da área educacional; <p>História do Brasil, de Santa Catarina e Geral</p>
---------------------------------	---	---

Professor Inglês	<p>CONTEÚDOS GERAIS DA EDUCAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento - Didática Geral; - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - PPP – Plano Político Pedagógico da escola - Constituição Federal, na parte referente a Educação - ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Temas transversais ou multidisciplinares - PCN - Estudos Temáticos - História da Educação e da Pedagogia - Sociologia da Educação - Filosofia da Educação. - Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 - Metodologia das Disciplinas - Atualidades dentro da área educacional;
	<ul style="list-style-type: none"> - Classes gramaticais - Interpretação de Textos - Vocabulário - Gramática

Professor Matemática	<p>CONTEÚDOS GERAIS DA EDUCAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento - Didática Geral; - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - PPP – Plano Político Pedagógico da escola - Constituição Federal, na parte referente a Educação - ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Temas transversais ou multidisciplinares - PCN - Estudos Temáticos - História da Educação e da Pedagogia - Sociologia da Educação - Filosofia da Educação. - Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 - Metodologia das Disciplinas - Atualidades dentro da área educacional;
	<p>(Número, álgebra, geometria, medidas e estatística)</p> <p>Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Seqüências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas.</p> <p>Noções de limites, derivadas e integral.</p>

Professor Português	<p>CONTEÚDOS GERAIS DA EDUCAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento - Didática Geral; - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - PPP – Plano Político Pedagógico da escola - Constituição Federal, na parte referente a Educação - ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Temas transversais ou multidisciplinares - PCN - Estudos Temáticos - História da Educação e da Pedagogia - Sociologia da Educação - Filosofia da Educação. - Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 - Metodologia das Disciplinas - Atualidades dentro da área educacional;
	<p>Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Fonética, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Vícios de Linguagem, Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem</p>
Professor Educação Infantil	<p>CONTEÚDOS GERAIS DA EDUCAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento - Didática Geral; - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - PPP – Plano Político Pedagógico da escola - Constituição Federal, na parte referente a Educação - ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Temas transversais ou multidisciplinares - PCN - Estudos Temáticos - História da Educação e da Pedagogia - Sociologia da Educação - Filosofia da Educação. - Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 - Metodologia das Disciplinas - Atualidades dentro da área educacional;
	<ul style="list-style-type: none"> - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento - Didática Geral; - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - PPP – Plano Político Pedagógico da escola - Constituição Federal, na parte referente a Educação - ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Temas transversais ou multidisciplinares - PCN - Estudos Temáticos - História da Educação e da Pedagogia - Sociologia da Educação - Filosofia da Educação. - Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 - Metodologia das Disciplinas - Atualidades dentro da área educacional;

Especialista Educacional	- Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento - Didática Geral; - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - PPP – Plano Político Pedagógico da escola - Constituição Federal, na parte referente a Educação - ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Temas transversais ou multidisciplinares - PCN - Estudos Temáticos - História da Educação e da Pedagogia - Sociologia da Educação - Filosofia da Educação. - Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 - Metodologia das Disciplinas - Atualidades dentro da área educacional;
Bibliotecário	- Conceitos e generalidades sobre a evolução da biblioteconomia no Brasil e no mundo; - Histórico e formação das bibliotecas no Brasil e no mundo; - Forma de organização e estrutura das bibliotecas de referência e as circulantes - Funcionamento e rotina das modernas bibliotecas. - Lei 4084 – de 30.06.62 - Lei 9674 – de 25.06.98 - Decreto 56.725 de 16.08.65 - Código de Ética do CFB - Resolução CFB 42/2001\ - Organização e Administração de Biblioteca - Bibliotecas Públicas: Funções, objetivos e Estrutura - Classificação (CDD) - Catalogação: (AACR2) - Estudo de usuário e de comunidade - Desenvolvimento de Coleções - Automação de Biblioteca - Serviço de Referência e Informação - Noções básicas de informática
Auxiliar de Serviços Gerais	- Conteúdos do Anexo I – Ensino Fundamental

ANEXO III

ATESTADO PARA CARACTERIZAÇÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Atesto, em cumprimento a Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989 e do Decreto nº 3298/99 de 20 de dezembro de 1999, que o(a) Sr.(a) _____, portador do RG nº _____, nascido em ____/____/_____, foi devidamente avaliado clinicamente enquadrando-se, segundo o Artigo 4º, do Decreto 3298/99, na seguinte categoria:

1. () deficiência física
2. () deficiência auditiva
3. () deficiência visual
4. () deficiência mental
5. () múltipla
6. () Outras. Quais

7. CID _____

8. Especificação das atividades relativas ao cargo (Anexo I deste Edital) compatíveis com a deficiência apresentada:

9. Necessidades especiais para realizar a prova:

Local: _____
 Data: ____/____/____

Assinatura do Médico _____

Nome do Médico: _____

CRM Nº _____

Declaro ter recebido cópia deste atestado e autorizo a declaração do CID/ diagnóstico correspondente à minha deficiência.

Assinatura do (a) candidato (a) _____

ANEXO IV FORMULÁRIO DE RECURSO

À EMPRESA LUTZ CONCURSOS:

REFERENTE: Processo Seletivo – Magistério – da Prefeitura Municipal de Videira

Código do Cargo:	
Nome do Cargo:	
Número da Inscrição:	
Nome do Candidato:	
E-mail e Endereço para correspondência:	

TIPO DE RECURSO (Assinale o tipo de Recurso)

() Contra Indeferimento de Inscrição	Nº da questão:
() Contra Gabarito da Prova Escrita (Anulação)	Gabarito oficial:
() Contra Gabarito da Prova Escrita (Troca de alternativa)	Resposta do Candidato:
() Contra Resultado Prova Escrita	
() Contra Resultado Prova de Títulos	

Justificativa do candidato – Razões do Recurso

Usar um formulário para cada recurso.

O recurso só será conhecido encaminhado para o e-mail concursos@lutzconcursos.com.br

Data: ____/____/2011.

ANEXO V

FICHA DE INSCRIÇÃO – PARA SER REMETIDA POR E-MAIL

concursos@lutzconcursos.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - MAGISTÉRIO - EDITAL Nº 002/2011		Nº da Inscrição
Código do Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do (a) Candidato (a):		
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: M() F()



CPF:	Título Eleitoral:		Estado Civil:
Endereço:		Bairro:	
Município:	Estado:	CEP:	
Fone: ()	E-mail -		
Portador de Necessidade Especial () Sim () Não	Declaração de Condições Especiais: () Sim () Não		
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.			
Videira, em...../...../2011.			

ANEXO VI

PROVA DE TÍTULOS

(PREENCHER ESTE FORMULÁRIO EM 02 VIAS PARA SER ENTREGUE NO DIA DA PROVA ESCRITA, COM CERTIFICADO ANEXO)

Á EMPRESA LUTZ CONCURSOS:

REFERENTE: Processo Seletivo – Magistério – da Prefeitura Municipal de Videira

Código do Cargo:	
Nome do Cargo:	
Número da Inscrição:	
Nome do Candidato:	
E-mail e Endereço para correspondência:	

Títulos Apresentado: (Cursos de Pós Graduação: Especialização, Mestrado e Cursos de Aperfeiçoamento na área de atuação pretendida.

Nome do Curso	Órgão Promotor	Carga Horária	Período de Realização

7.10.5. A prova de títulos de caráter classificatório, consistirá na valorização de títulos de formação profissional, obtidos até a data do encerramento das inscrições, que serão valorizados conforme o quadro abaixo:

TÍTULO NA ÁREA	PONTOS	VALOR MÁXIMO
Especialização na área	1,0 ponto	1,00 ponto
Mestrado na área	1,5 pontos	1,50 pontos
Cursos de aperfeiçoamento	0,50 pontos	0,50 pontos
TOTAL		2,00 PONTOS

7.10.7.1. Será computado apenas um título por candidato. Título de maior valor exclui o de menor valor. (No caso de Especialização ou Mestrado)

7.10.7.1.1. O candidato deverá apresentar uma fotocópia de cada título, bem como o título original, sendo que o encarregado do

recebimento dos mesmos deverá conferir cada cópia apresentada com o título original para autenticação ou poderá ser apresentado através de cópia autenticada em cartório, dispensando e a apresentação do título original.

Videira, em 02 de outubro de 2011.

Responsável pelo recebimento.

Portaria Nº 0487/11

PORTARIA nº 0487/11

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97, e a vista do que consta na Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 1º de agosto de 2011 a 30 de agosto de 2011, o gozo de férias do servidor PEDRINHO MENTZEM, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional Especializado II, referente ao período aquisitivo de 03 de fevereiro de 2009 a 02 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de julho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0488/11

PORTARIA nº 0488/11

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10200/2011,

RESOLVE

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0301/11, que nomeou CÉLIA MARTINS PIROLI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de julho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0488/11

PORTARIA nº 0488/11

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10200/2011,

RESOLVE

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0301/11, que nomeou CÉLIA MARTINS PIROLI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de julho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0489/11

PORTARIA nº 0489/11

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10199/2011,

RESOLVE

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0256/11, que nomeou ELTON MEZAROBBA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de julho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0490/11

PORTARIA nº 0490/11

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10198/2011,

RESOLVE

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0253/11, que nomeou ALAOR FAGUERAZZI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de julho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0491/11

PORTARIA nº 0491/11

Nomeia Agente Operacional de Vigilância

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE, NOMEAR

LEANDRO TAVARES DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância, nível E-PE-OPE-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de julho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0492/11

PORTARIA nº 0492/11

Nomeia Agente Operacional de Vigilância

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE, NOMEAR

CLAUDECIR JACINTO DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância, nível E-PE-OPE-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de julho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0493/11

PORTARIA nº 0493/11

Nomeia Agente Operacional de Vigilância

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

MAIKON JOHN BERTO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância, nível E-PE-OPE-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de julho de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0494/11

PORTARIA nº 0494/11

Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

MÁRCIA CÁSSIA SOVIAU, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de julho de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0495/11

PORTARIA nº 0495/11

Revoga a Portaria nº 1362/10

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 10126/11,

RESOLVE

Tornar sem efeito, a partir de 1º de agosto de 2011, a Portaria nº 1362/10, que concedeu Licença sem Vencimentos a ANTONIO PADILHA DE OLIVEIRA, Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, E-PE-OPE-I, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 10126/11.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0485/11, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2011.

Videira, 26 de julho de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Consórcios

ARIS

Extrato Processo Licitatório n. 006/2011

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2011

ATO DE DISPENSA Nº 04/2011

OBJETO: Contratação de gráfica para a diagramação e confecção de material de expediente personalizado com a logomarca da ARIS, nos seguintes termos: 10.000 folhas timbradas em papel reciclato; 2.000 envelopes ofício em papel reciclato; 2.000 envelopes saco em papel reciclato; 1.000 pastas com bolsa em papel reciclato; 2.000 cartões de visita em papel reciclato; 1.000 folders da ARIS em papel reciclato.

CONTRATADO: ROCHA GRÁFICA E EDITORA LTDA EPP

CNPJ: 95.833.307/0001-80

VALOR: R\$ 5.430,0 (cinco mil, quatrocentos e trinta reais)

Florianópolis, 15 de julho de 2011.

MARCOS FEY PROBST
Diretor-geral da ARIS